



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXII N° 64, SEXTA-FEIRA, 19 DE MAIO DE 2017



BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)

Presidente

Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB)

1º Vice-Presidente

Senador João Alberto Souza (PMDB - MA)

2º Vice-Presidente

Senador José Pimentel (PT-CE)

1º Secretário

Senador Gladson Cameli (PP-AC)

2º Secretário

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)

3º Secretário

Senador Zeze Perrella (PMDB-MG)

4ª Secretário

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º - Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)

2º - Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)

3º - Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)

4º - Senador Cidinho Santos (PR-MT)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Ilana Trombka
Diretora-Geral do Senado Federal

Roberta Lys de Moura Rochael
Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Quésia de Farias Cunha
Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Patrícia Gomes de Carvalho Carneiro
Coordenadora de Elaboração de Diários

Alessandro Pereira de Albuquerque
Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodases

Deraldo Ruas Guimarães
Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

PARTE I

1 – ATA DA 68^a SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 18 DE MAIO DE 2017

1.1 – ABERTURA	7
1.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE	
1.2.1 – Transformação de sessão	
Transformação da sessão deliberativa extraordinária prevista para hoje em sessão não deliberativa.	7
1.2.2 – Expediente encaminhado à publicação (Vide Parte II)	10
1.2.3 – Oradores	
Senador Telmário Mota – Defesa da realização imediata de eleições gerais; e outros assuntos.	11
Senador Lasier Martins – Satisfação com o transcurso da Operação Lava Jato; e outros assuntos.	15
Senadora Fátima Bezerra – Manifestação a favor do fim do mandato do Presidente Michel Temer; e outros assuntos.	17
Senador Alvaro Dias, como Líder – Defesa do afastamento do Presidente da República; e outros assuntos.	23
Senador Paulo Paim – Defesa da proposta de convocação imediata de eleições gerais; e outros assuntos.	26
1.2.4 – Matéria recebida da Câmara dos Deputados	
Projeto de Lei de Conversão nº 17/2017 (proveniente da Medida Provisória nº 758/2016), que altera os limites do Parque Nacional do Jamanxim e da Área de Proteção Ambiental do Tapajós; e cria a Área de Proteção Ambiental Rio Branco. Inclusão da matéria na Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa.	33
1.2.5 – Oradores (continuação)	
Senadora Vanessa Grazziotin – Manifestação a favor da proposta de convocação de eleição direta para o cargo de Presidente da República; e outros assuntos.	33
Senador Jorge Viana – Proposta de convocação do Conselho da República a fim de solucionar a atual crise político-institucional; e outros assuntos.	38



Senador Paulo Rocha, como Líder – Manifestação contra o Governo Temer e defesa da proposta de convocação de eleição direta para o cargo de Presidente da República.	46
Senadora Ana Amélia – Satisfação com a atuação das instituições envolvidas na Operação Lava Jato; e outros assuntos.	48
Senador Reguffe – Defesa da renúncia do Presidente da República e da proposta de convocação de eleição direta para o cargo.	53
Senadora Regina Sousa – Manifestação a favor da proposta de convocação de eleição direta para o cargo de Presidente da República; e outros assuntos.	54
Senador João Capiberibe, como Líder – Destaque para a necessidade de construção de uma coesão política capaz de solucionar a atual crise político-institucional.	58
Senador Lindbergh Farias – Considerações sobre a crise institucional no Brasil; e outros assuntos.	60
Senador José Medeiros – Análise da situação político-institucional do País e críticas à mudança de discurso do PT sobre a investigação de membros do Partido dos Trabalhadores e de outros partidos. .	65
Senador Cristovam Buarque – Apresentação de propostas para a solução da atual crise político-institucional brasileira.	71
1.3 – ENCERRAMENTO	74

PARTE II

2 – MATERIAS E DOCUMENTOS DA 68^a SESSÃO

2.1 – EXPEDIENTE

2.1.1 – Discursos e documentos encaminhados à publicação

Senadora Ângela Portela – Considerações sobre a crise institucional no Brasil e seus impactos.	76
Senador Paulo Paim – Íntegra do discurso de S. Ex ^a , nos termos do art. 203 do Regimento Interno. .	78
Senadora Vanessa Grazziotin – Documentos encaminhados à publicação, nos termos do art. 210 do Regimento Interno.	81

2.1.2 – Encaminhamento à publicação

Encaminhamento à publicação do texto final dos Projetos de Lei do Senado nºs 62/2007; 487/2015 e 383/2016.	86
-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----

2.1.3 – Matéria recebida da Câmara dos Deputados

Projeto de Lei de Conversão nº 17/2017 (proveniente da Medida Provisória nº 758/2016), que <i>altera os limites do Parque Nacional do Jamanxim e da Área de Proteção Ambiental do Tapajós; e cria a Área de Proteção Ambiental Rio Branco (Ofício nº 462/2017)</i>	95
-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----

2.1.4 – Projetos de Lei do Senado

Nº 153/2017, do Senador Reguffe, que <i>altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para obrigar as empresas de planos de saúde a oferecer e comercializar planos de saúde individuais aos consumidores.</i>	120
-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----

Nº 154/2017, do Senador Pedro Chaves, que <i>dispõe sobre incentivos para contratação de empregados com idade igual ou superior a sessenta anos.</i>	125
-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----



PARTE III

3 – RESOLUÇÕES

Nºs 6 e 7/2017.	130
4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL	135
5 – COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA	138
6 – LIDERANÇAS	139
7 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS	143
8 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO	151
9 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES	153
10 – CONSELHOS E ÓRGÃOS	199



Ata da 68^a Sessão, Não Deliberativa,
em 18 de Maio de 2017

3^a Sessão Legislativa Ordinária da 55^a Legislatura

Presidência dos Srs. João Alberto Souza e Paulo Paim .

(Inicia-se a sessão às 10 horas e 11 minutos e encerra-se às 14 horas e 38 minutos.)



O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Há número regimental.

Declaro aberta a sessão.

A Presidência anuncia aos Srs. e às Sr^as Senadoras que está cancelada a Ordem do Dia da presente sessão. Dessa forma, a sessão será convertida em não deliberativa.

Há oradores inscritos.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Pela ordem, Senadora Vanessa Grazziotin.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Agradeço, Presidente.

Eu quero dizer que estou em plena concordância com a decisão do Presidente da Casa em cancelar a Ordem do Dia, entretanto manter o Senado em funcionamento. Nós estamos vivendo um momento muito delicado da Nação brasileira, extremamente delicado. O que se revelou ontem, ainda durante a sessão do Plenário do Senado, foi algo extremamente grave. E não foram suposições, não foram ilações. O que se revelou pela imprensa ontem está tendo consequência no dia de hoje, com essa série de operações da Polícia Federal, inclusive com prisões já determinadas, com afastamento de Senador da República do exercício do seu mandato.

E pelo que nós temos notícia, Sr. Presidente, deverá haver logo mais uma sessão do Supremo Tribunal Federal, uma sessão plenária do Supremo, para possivelmente decidir sobre um pedido do Ministério Público Federal. O Ministério Público Federal pediu não apenas o afastamento do Senador Aécio Neves, mas pediu também a prisão do Senador. E o Ministro Fachin, que é o relator da operação Lava Jato, entendeu por bem encaminhar essa decisão para o conjunto do Supremo Tribunal Federal, ou seja, o Plenário do Supremo Tribunal Federal, que, pelo que tudo indica, pelas notícias que estamos tendo, deverá ocorrer ainda no dia de hoje.

Em ocorrendo essa sessão, com decisões sendo tomadas – e eu aqui não descarto a possibilidade da repetição do fato ocorrido recentemente com o Senador Delcídio –, seria muito importante que o Senado Federal tivesse uma convocação permanente, Sr. Presidente. Hoje é uma quinta-feira. Eu deveria viajar no dia de hoje como, tenho certeza, grande parte das Sr^as e dos Srs. Senadores. Já cancelei a minha viagem. Iria para o interior do Amazonas, não vou mais, entendendo a gravidade do momento.

Então acho que o Senador Eunício Oliveira, no dia de ontem, quando soube da notícia, e algumas intervenções sobre o fato ocorreram aqui, teve uma conduta extremamente equilibrada e, de fato, destacou a gravidade e a necessidade de estarmos todos aqui. Então seria importante, Presidente, que houvesse um comunicado oficial da Mesa Diretora para que os Senadores ficassem, as Senadoras ficassem, porque o momento é extremamente delicado. É extremamente delicado.

A história do nosso País é recheada de rupturas do processo democrático. Agora mesmo a gente vive um momento muito difícil, e seria importante que, dentro desse espírito,... Porque eu acho que a tarefa principal hoje do Congresso brasileiro, sobretudo do Senado Federal, é garantir...

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – A Senadora Vanessa vai fazer um discurso, Sr. Presidente?



A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – É garantir, Sr. Presidente, é garantir...

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT. *Fora do microfone.*) – Pede pela ordem e faz um discurso?

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – A tarefa principal é garantir a democracia. Eu temo pela democracia.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Sr. Presidente, precisamos garantir a ordem de inscrição.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu temo pela democracia. Então o que eu solicito de V. Ex^a... Eu aqui não estou fazendo um discurso apaixonado, eu aqui não estou... eu apenas estou como uma Senadora, cidadã, que entende a gravidade do momento.

Eu acho que agora nós não somos mais aqueles que defendem ou que são contra o Governo. Nós vivemos um momento difícil e nós, juntos, independente de posições políticas e ideológicas temos o dever de defender a democracia.

Sobre a questão política do nosso posicionamento, eu vou falar durante a minha inscrição. Fizemos várias reuniões ontem, temos um posicionamento político que não estou falando agora e falarei na minha intervenção. Agora o que eu peço a V. Ex^a, Presidente, é que a Mesa dirija todo esse processo, convoque os Senadores para estarem em Brasília nesses próximos dias acompanhando de perto todos os próximos acontecimentos que, pelo que tudo indica – que já são graves –, serão mais graves ainda.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Senadora Vanessa Grazziotin...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidente, pela ordem! Presidente, pela ordem!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – A questão de ordem levantada por V. Ex^a eu levarei à Mesa.

Eu manterei os contatos. Eu vim abrir a sessão, eu fui chamado para abrir a sessão e levarei a frente a...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Presidente, pela ordem.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Pela ordem, o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – É só para esclarecer, Sr. Presidente.

No dia de hoje, mediante a crise, não é nem uma crítica à Senadora Vanessa, mas é um momento, de fato, de enorme dificuldade. Eu não vou fazer pronunciamento. Eu queria só que V. Ex^a nos assegurasse por ordem de inscrição. Eu, por exemplo, entendia que eu era o primeiro e até



pedi para que o Senador Telmário falasse antes e me disseram agora que sou o 17º, mas não há problema nenhum. Se eu for o 17º eu vou cumprir, eu sei que a Mesa tem toda a responsabilidade. Quem sabe já estou no 17º, só pode ser isso, mas vamos respeitar a ordem de inscrição porque, senão, eu já peço uma comunicação inadiável para ser o próximo inscrito.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Senador, é uma questão de ordem também?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – É pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Pela ordem, Senador Randolfe Rodrigues.

Senador Paulo Paim, eu inscrevi V. Exª para uma comunicação inadiável.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, serei breve.

Eu solicitei a palavra só para trazer duas comunicações que considero importantes neste grave momento da história nacional ao Plenário do Senado. Nós, da Rede Sustentabilidade, estamos nos dirigindo, neste momento, para a Câmara dos Deputados onde estaremos protocolizando mais um pedido de *impeachment* contra o Sr. Presidente da República.

Comunico também que, lamentavelmente, – falo isso com tristeza no coração –, por decisão do meu Partido, ainda hoje, também representaremos no Conselho de Ética contra o Sr. Senador Aécio Neves. É um momento difícil e grave da vida nacional, Sr. Presidente, mas se exige neste momento uma tomada de decisão por parte das pessoas públicas e por parte, em especial, deste Plenário do Senado da República.

Considero importante a proposta apresentada aqui pela Senadora Vanessa. O Senado deve ficar em reunião permanente devido à gravidade dos recentes acontecimentos. Então, reiterando: estaremos, neste momento, nos deslocando para a Câmara, protocolizando mais um pedido de *impeachment* contra o Presidente da República e, ainda nesta manhã, representando contra o Sr. Senador Aécio Neves.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Para uma questão de ordem, Senador Otto Alencar.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, não sei se o Presidente do Senado Federal, Senador Eunício Oliveira está nos ouvindo, mas eu gostaria que o Presidente da Casa pudesse instalar logo o Conselho de Ética, que até hoje não foi instalado. Haverá necessidade de julgamento e dar oportunidade àqueles que estão acusados de defesa. Essa é a minha consciência, o que eu acho. Não pode haver acusado sem direito de defesa, mas tem que instalar imediatamente o Conselho de Ética para que possa funcionar.

O apelo que faço – e o faço agora porque é o caminho mais perto, mais rápido e seguro para a solução – seria que o Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Ministro Gilmar Mendes, convocasse uma sessão extraordinária para julgamento, imediatamente, da chapa Dilma-Temer, que está marcada para o dia 6. Do dia 18, hoje, ao dia 6 é um século com essa situação que estamos



enfrentando agora no Brasil. Portanto, esse seria o caminho mais rápido para a definição dessa situação que estamos vivendo, desagradável para todos nós e, de alguma forma, que deslustra a imagem aqui do Senado Federal, do Congresso Nacional e da política brasileira, mas seria o melhor caminho. Eu acho que tem que tomar decisões rápidas para resolver rapidamente isso. Numa imagem figurada, seria igual ao cirurgião: bota na sala, opera, para resolver o problema, porque não dá mais para sustentar essa situação de gravidade em que se encontra o nosso País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Eu comungo das preocupações de V. Ex^a, Senador Otto Alencar, e levarei à Mesa Diretora imediatamente.

Há oradores inscritos.

A Presidência comunica ao Plenário que há expediente sobre a mesa, que, nos termos do art. 241 do Regimento Interno, vai à publicação no *Diário do Senado Federal*. (**Vide parte II do sumário**)

O primeiro inscrito é o Senador Humberto Costa. (*Pausa.*)

Não está presente.

Segundo inscrito: Eduardo Amorim. (*Pausa.*)

Não está presente.

Terceiro inscrito: Senadora Fátima Bezerra.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Então, com a palavra a Senadora Fátima Bezerra.

Eu faço um pedido aos Srs. Senadores: hoje há uma série de Senadores querendo falar. Quando eu der a palavra, quero respeito ao tempo.

Então, a palavra está com a Senadora Fátima Bezerra, por dez minutos. Por gentileza, Senadora.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidente, não sendo sessão deliberativa, são 20 minutos para cada um.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – V. Ex^a tem razão. São vinte minutos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Obrigado, Presidente.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. *Fora do microfone.*) – Eu estou fazendo a permuta. O Otto tinha cedido o lugar. Eu estou fazendo com o Otto, certo?

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – V. Ex^a está fazendo, mas não significa... Eu obedeço à ordem. Ele passa para o lugar de V. Ex^a, e V. Ex^a para o lugar dele.

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. *Fora do microfone.*) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Está certo.

Então, com a palavra o Senador... Mas antes está a Senadora Vanessa Grazziotin.



O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT. *Fora do microfone.*) – Vanessa já falou.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Não. Vanessa não falou. Pela ordem, a Senadora Vanessa Grazziotin.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT. *Fora do microfone.*) – Ela já falou.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Não. Ela não falou.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Foi uma questão de ordem, a mesma coisa do Senador Randolfe Rodrigues.

Então, eu vou conceder a palavra ao Senador Telmário Mota, por 20 minutos.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, agradeço aos Senadores que nos permitiram fazer essa permuta em função até da nossa viagem hoje, mas eu, sinceramente, serei breve.

Primeiro, eu quero aqui parabenizar o Senador Eunício, por ter entendido esse momento grave por que o País passa, por ter suspendido a sessão deliberativa e por ter deixado o Congresso em aberto para os debates naturais.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^as Senadoras, ouvintes da Rádio Senado, telespectadores da TV Senado, sem nenhuma dúvida, o Brasil hoje amanheceu numa crise imensurável. Hoje o Brasil inteiro está virado para os meios de comunicação, para entender o que está acontecendo neste País. Prevalecendo a verdade do que a mídia está publicando, o País afundou numa crise, e é preciso neste momento muito amadurecimento. E esta Casa, Srs. Senadores, Sr^as Senadoras, tem a responsabilidade de encontrar um caminho em que seja mantida a legalidade, em que seja mantida a democracia. Sobretudo, neste momento, ao meu ver, todas as reformas que estão aí – a reforma trabalhista, a terceirização, a previdenciária, a reforma política –, seja qual for, têm que ser suspensas imediatamente. Nós temos que dar uma resposta à população, uma resposta da permanência da democracia. Nós temos que dar uma resposta à população da confiabilidade no sistema.

Eu queria aqui fazer uma lembrança. Fui defensor, durante todo o período de *impeachment*, da Presidente Dilma. E, no final, tive a oportunidade de dizer a ela e a vários grupos que a Presidente Dilma tinha perdido a maioria na Câmara, a maioria no Senado; que tinha perdido a governabilidade com a maioria do Parlamento; mais do que isso, que tinha perdido também a credibilidade do mercado e que ela poderia permanecer, mas o País poderia se tornar um verdadeiro caos.

O Presidente Temer disse que ninguém governa com 9%, e as pesquisas o mostram com 4%, numa crise jamais vista, com vários Ministros acusados do ilícito. O próprio Presidente foi envolvido.

Então, neste momento, é a hora de o Presidente Temer ter a grandeza, junto com este Senado, com o Congresso, com o Judiciário, de buscar uma saída imediata para essa crise política, porque, em toda situação, sempre o sistema democrático é o melhor sistema.

Senador Paulo Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senador Telmário Mota, queria cumprimentar V. Ex^a pelo seu pronunciamento, que vai exatamente na linha



daquilo que nós também pensamos. É inadmissível que, numa crise como essa, nós, homens públicos, Senadores, Deputados, o próprio Judiciário, não encontremos um caminho para enfrentá-la. É gravíssimo o que está acontecendo. E não começou ontem à noite não. Nós vínhamos falando isso há muito tempo. Há um ano e meio atrás naquela Tribuna eu dizia: a saída não é essa, a saída seria caminharmos para as eleições gerais. Lembro-me que até publicamos um artigo na *Folha* e praticamente o mesmo artigo, Senador Telmário Mota, foi publicado há 15 dias e vai na mesma linha da sua fala. Eu conversava agora com alguns Senadores. Eu não vinha hoje, mas suspendi. Eu tinha uma viagem para Pernambuco, hoje, e na sexta ia para o Estado vizinho. Suspendi tudo e vou ficar aqui, porque é um momento ímpar por que o País passa. Um momento terrível, cruel! Acha que alguém está feliz de nós estarmos numa situação de uma Presidenta e um Presidente que será afastado? Será afastado, não tem como mais se manter. Nós, neste momento, temos que construir, e V. Ex^a – não quero tirar muito o seu tempo – deu a linha. Nós não podemos votar aqui a reforma da Previdência, a reforma trabalhista, numa crise com as denúncias que estão chegando. Um Senador agora – outra notícia que chegou aqui – foi afastado. Um Senador foi afastado, agora de manhã. Estava aqui a Polícia Federal, ocupando aqui, no prédio ao lado do meu, o seu gabinete, fazendo varredura. Ouvi falar que a sua residência também... E é fato, está aqui, está aqui colocado agora. Nem vou falar, parentes presos, esposa proibida de viajar e também com mandado. Então é uma crise da maior gravidade. E nós não podemos neste Parlamento, nós aqui, que temos ex-Governadores, ex-Presidentes, ex-Deputados, ex-Prefeitos, enfim... Quem chegou aqui tem história. Nós não podemos, a exemplo do que está fazendo, infelizmente, e fez, o Executivo, mediante toda essa crise, agir como se nada estivesse acontecendo. A situação é gravíssima! Mas eu vou usar um tempo maior na tribuna. Eu quis cumprimentá-lo. V. Ex^a abriu os trabalhos, dando a linha de que essa Casa tem que parar, refletir e encontrar caminhos para o bem de toda a Nação brasileira. Parabéns a V. Ex^a.

A Sr^a Fátima Bezerra (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senador Telmário...

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR) – Senadora Fátima Bezerra.

A Sr^a Fátima Bezerra (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senador Telmário, quero cumprimentá-lo, associar-me aqui ao Senador Paulo Paim, que ressalta o momento gravíssimo pelo qual o País passa. Na verdade, a bomba –porque foi uma bomba mesmo a delação do Grupo JBS, divulgada nesta última quarta-feira – mostra o Presidente da República, o Sr. Michel Temer, flagrado, cometendo crime de responsabilidade. Senador Telmário, isso é muito grave, porque não é uma delação apenas de ouvir dizer. Na verdade eles têm os áudios das conversas. Então, veja bem, é de uma gravidade sem tamanho, porque a Nação está neste momento se perguntando que condições há para que o Sr. Michel Temer permaneça à frente dos destinos do Brasil. Que condições, do ponto de vista político, do ponto de vista moral, do ponto de vista jurídico? A julgar, se for verdade o que o Grupo JBS diz – que ele simplesmente consentiu, incentivou e pediu o silêncio de Cunha, e para tanto era necessário que a JBS pagasse exatamente aquela mesada –, isso é de muita gravidade, muita gravidade! E quem é Eduardo Cunha? Um dos capitães do golpe, porque houve capitão do golpe aqui também no Senado. Mas, lá na Câmara, foi ele aquele que sabotou o governo da Presidenta Dilma, aquele que comandou um dos espetáculos mais deprimentes da história política do País, que foi a votação do *impeachment* fraudulento contra a Presidenta Dilma. E no meio disso



tudo ainda, Senador Telmário, aparece também o Senador Aécio Neves, candidato derrotado, líder da oposição à época, aquele que dizia, inclusive, que, para acabar com a corrupção no Brasil, era preciso acabar com o PT. E agora o Senador é um dos políticos mais citados na Operação Lava Jato. Agora a citação envolvendo o seu nome é mais grave ainda, porque, segundo a delação do grupo JBS, ele pediu R\$2 milhões para pagar o advogado para se defender da Lava Jato nas investigações que estão sendo feitas contra ele. Então, é muito sério, Senador Telmário, porque, repito, se essa delação é realmente verdadeira, se os fatos forem comprovados... E, repito, não é de ouvir dizer. Na verdade, a delação está amparada em um áudio. A OAB e diversas instituições, inclusive, estão, neste exato momento, pedindo a derrubada do sigilo. Então, é de se perguntar: o Brasil está sendo governado por uma quadrilha? O Presidente da República é um chefe de quadrilha? De repente, é o que consentiu, pediu que fosse comprado o silêncio de Eduardo Cunha? Por fim, Senador, espero que nós não caiamos em um abismo maior ainda. Espero que nós não caminhemos para uma tragédia maior ainda, que seria simplesmente desconsiderar, desrespeitar a soberania popular pela segunda vez e termos uma eleição indireta. Eu espero que efetivamente isso não aconteça, até porque, que moral, que autoridade política tem, neste exato momento, o Congresso Nacional para escolher o novo destinatário ou destinatária do Palácio do Planalto? Este Congresso também não tem absolutamente nenhuma autoridade moral nem política para fazer isso. Nós temos, portanto, que lutar, em sintonia com as ruas, para que o Presidente renuncie, afaste-se imediatamente, em nome do respeito ao povo brasileiro. E o mínimo gesto de dignidade que esse homem, Senhor Michel Temer, poderia adotar seria, neste exato momento, anunciar ao Brasil que ele estaria renunciando, porque aí, de pronto, haveria a realização de eleições diretas, conforme a própria Constituição. Quanto ao outro caminho, o *impeachment*, já há pedido protocolado na Câmara. O PT está entrando com pedido de *impeachment* também, junto com o PDT, com o PSOL e outros partidos. Mas, ao lado do *impeachment*, que é um instrumento legislativo, temos que estar atentos para prosperar, no âmbito da Câmara dos Deputados, e chegar ao Senado, com a máxima urgência, a proposta de emenda à Constituição, de autoria do Deputado Miro Teixeira, que faz uma alteração na Constituição e, no caso de *impeachment*, estabelece a questão das eleições diretas, porque, repito, o Brasil não vai aceitar ser golpeado pela segunda vez. Nós não podemos, de maneira nenhuma, pela segunda vez, tirar do povo exatamente o direito de ele ser consultado e o direito de ele ser ouvido. Por fim, deixo claro aqui que o PT tem consciência do momento grave que o País atravessa. E o PT, pela responsabilidade que tem, no cenário político nacional, por ser o maior Partido de oposição, não fugirá à luta, de maneira nenhuma, ao lado dos demais partidos e, principalmente, ao lado da sociedade, ao lado dos movimentos sociais, ao lado dos movimentos populares, da Frente Brasil Popular, da Frente Povo sem Medo, ao lado da sociedade. Eu não tenho nenhuma dúvida de que as ruas – as ruas – vão barrar qualquer tentativa de mais um golpe contra a democracia, que seria o atalho de uma eleição indireta. As ruas vão continuar lutando contra a agenda de retirada de direitos, que são as reformas, e, ao mesmo tempo, dizendo que só há uma saída para o Brasil neste momento: se reencontrar com a democracia para o Brasil construir novamente um caminho que coloque o nosso País na trilha da democracia, que são as eleições diretas.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR) – Obrigado, Senadora.

A Srª Fátima Bezerra (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – As mobilizações já estão em todo o País, em todo o País...



O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR) – Obrigado.

A Srª Fátima Bezerra (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... em todas as capitais. Obrigada, Senador Telmário.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR) – Obrigado, Senadora Fátima Bezerra.

Sem nenhuma dúvida, na mesma linha que nós vínhamos falando, é verdade que hoje esse manto negro da incerteza toma conta da República, toma conta da democracia brasileira, toma conta do nosso País. Portanto, sem nenhuma dúvida, esta Casa, o Congresso, o próprio Executivo, o próprio Judiciário, nós temos que encontrar um caminho mais rápido de responder à sociedade, para que ela não perca a sua confiança nas instituições. Agora já começa a ficar em risco a confiabilidade nas instituições brasileiras. É preciso que esta Casa responda e responda o mais rápido possível.

O que o Senador Paulo Paim falou ali com relação ao Senador Aécio Neves é uma tristeza enorme, porque é uma liderança deste País, mas, de acordo com o Líder do Governo aqui, numa conversa que ele teve com o Machado, ele já dizia que o primeiro a ser engolido seria o Senador Aécio Neves. Então, já era uma previsão. E, continuando nessa previsão, como ele acertou com Aécio Neves, ele também acertou que, se não parasse a Lava Jato, essa sangria chegaria ao pescoço de muitos.

Por esse caminho, eu quero aqui fazer justiça aos procuradores e à Justiça brasileira. Essa demonstração desse trabalho de hoje mostra que a Justiça não teve cor partidária: o pau que deu no Chico está dando no Francisco. Mas que, sem nenhuma dúvida, é necessário que rapidamente este Congresso, junto com os Poderes constituídos, responda à sociedade. E é impossível, Senador Paulo Paim, qualquer mudança, qualquer reforma em previdência, reforma trabalhista, reformas profundas com um quadro de insegurança que nós temos, de instabilidade e de incerteza. Não vamos criar, com isso, uma convulsão social.

A população não vai aguentar isso, a população vai para a rua, a população vai buscar os seus direitos. E nós podemos ter consequência muito pior. Eu sempre digo: pior do que democracia não existe, mas é preciso haver uma democracia em que exista confiabilidade da população.

Nesse sentido, entendendo que o momento é grave, entendendo que a melhor saída, no momento, são eleições gerais, eu abro mão de seis anos de mandato. Acabei de ser eleito. Tenho dois anos só de mandato. Tenho mais seis anos pela frente. Eu abro mão desses seis anos. Isso é muito insignificante, muito pequeno diante da necessidade de adequar o Brasil, de trazer a paz e a tranquilidade ao povo brasileiro. Portanto, eu abro mão dos meus seis anos de Senador, topo uma eleição geral e vou ao meu Estado buscar a confiança do meu povo. Só assim nós vamos resgatar a confiança no Executivo, no Legislativo. E o Judiciário, dessa forma, põe-se como mediador dos dois Poderes.

O meu muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Eu é que agradeço a V. Ex^a, Senador Telmário Mota.

Eu quero registrar aqui a presença do nosso ex-colega Senador Donizeti Nogueira, do Tocantins, que está a nos visitar, honrando-nos com a sua presença no plenário do Senado Federal. Muito obrigado, ex-Senador Donizeti.

Eu concedo a palavra ao Senador Lasier Martins, do PSD, do Rio Grande do Sul.



V. Ex^a tem 20 minutos. Eu gostaria de dizer a V. Ex^a que os apartes fazem parte dos 20 minutos, para que não haja aparte paralelo ao pronunciamento de V. Ex^a.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente, João Alberto, Srs. Senadores, Sr^{as}s Senadoras, telespectadores, ouvintes da Rádio Senado.

A minha primeira palavra, Sr. Presidente, é que não se escute mais, aqui neste plenário, que tem havido uma seletividade de processos, uma seletividade de investigações, uma seletividade de denúncias. Nós estamos vendo, com o passar dos dias, que não há nada disso. Ninguém está livre do braço da lei. Estamos vendo um Ministério Público Federal independente, uma Polícia Federal atuante, um Judiciário correto, apenas precisando de mais agilidade. Então, não se fale mais aqui em perseguição a Lula. Lula não é um perseguido. Lula é apenas um dos tantos implicados por infração à lei.

Nós estamos vendo, isto sim, a consagração da Operação Lava Jato, o acontecimento mais memorável, mais saudável, mais histórico, mais definidor da história do Brasil. É essa Operação Lava Jato que haverá de nos entregar, dentro de algum tempo, um Brasil mais transparente, mais limpo, mais digno dessa imensa população trabalhadora, que se acha frustrada há tantos anos.

Se digo que não há mais seletividade, é porque a Lava Jato começou com os empresários, com os empreiteiros, vários deles na cadeia, seguiu pelo *impeachment* de uma Presidente da República omisa, cúmplice, e ultimamente pelas delações que vêm sendo apresentadas, partícipes dos resultados dos desvios e fraudes que este País vem sofrendo. Além de Lula, além de Dilma, agora foi o Presidente atual, Michel Temer. Que não se fale mais em golpismo, que não se acuse ninguém de golpista. O trabalho está sendo igual para todos, Sr. Presidente.

Michel Temer é flagrado numa conversa com os irmãos Batista, numa tentativa de acomodação, de aval a um benefício que era concedido, a uma mesada que era concedida ao ex-Deputado e hoje presidiário Eduardo Cunha. É verdade que ainda falta completar essa prova do vídeo ou, pelo menos, do áudio – e, se houver também, do vídeo –, porque, se isso acontecer, Sr. Presidente, não devemos ter dúvidas de dar início ao processo adequado de *impeachment*, porque o cometimento é grave.

Nós estamos vivendo, Sr. Presidente, Srs. Senadores, uma etapa política trágica para o Brasil, uma fase institucional jamais vivida, em que temos enorme responsabilidade da nossa participação. E, por isso, uma das perplexidades que tenho, Sr. Presidente é: onde estão os Senadores? Há uma meia dúzia presente aqui, neste plenário, quando deveríamos estar todos aqui, hoje, desde cedo, debatendo, avaliando, discutindo as soluções que devem acontecer. Surpreende-me esta omissão de nossos pares, Sr. Presidente.

Aproveito também, Sr. Presidente, para apelar que se constitua imediatamente o Conselho de Ética. Nós já estamos em pleno mês de maio, e o Conselho de Ética, do qual V. Ex^a tem sido o Presidente há vários anos, era para ser constituído já no mês de fevereiro e não existe até agora. Nesse particular, endosso o pronunciamento feito, numa intervenção do meu colega de Partido Otto Alencar, que também está reivindicando a imediata constituição do Conselho de Ética do Senado Federal.

Aí está essa escalada dolorosa de Presidentes, como se fosse em um jogo de dominó, caindo um a um. É Lula crivado de processos, é Dilma impichada, é Temer sob as mais graves suspeitas, é o grande candidato da eleição passada, Aécio Neves, neste momento perseguido pela polícia e com a



sua casa devassada pelas buscas e apreensões de documentos. É uma triste realidade que vive a política brasileira, que nós não podemos deixar continuar nesses termos.

Devemos, isto sim, Sr. Presidente, apelar também ao Judiciário. Nós estamos nas mãos do Judiciário e do nosso comportamento no Congresso Nacional. O Judiciário precisa ser mais ágil. Nesse sentido, eu dirijo, daqui desta tribuna do Senado, um apelo à Presidente Cármem Lúcia, que decida imediatamente o que tem que decidir. Se hoje é o caso de votar a prisão ou não de Aécio, que se tome essa decisão.

E o Juiz Sérgio Moro, que vacila há tanto tempo, se tem de mandar prender Lula, que prenda Lula. Que se prendam todos os criminosos do Brasil, aqueles que vêm desviando, que vêm fraudando há tantos anos este País rico de tanta gente pobre, um país caracterizado pelas desigualdades.

Estamos chegando a uma encruzilhada, Sr. Presidente: é agora que se muda o Brasil ou não se muda nunca mais!

Saúdo o Ministério Público, repito, saúdo a Polícia Federal, saúdo a parcela do Judiciário que vem sendo atuante, ao menos em alguns de seus setores.

E, a propósito disso, quero também encampar a sugestão do meu colega Otto Alencar, para que venha imediatamente para o seu tribunal o Sr. Gilmar Mendes, que mais vive viajando pelo mundo do que cumprindo a sua obrigação prioritária, que é presidir o Tribunal Superior Eleitoral. E que o Sr. Gilmar Mendes, que até ontem estava na Rússia, ignorando os acontecimentos do País, venha para o Tribunal Eleitoral e coloque em pauta imediatamente o julgamento da chapa Dilma/Temer.

Seria a solução mais prática, Sr. Presidente, porque, com o julgamento da chapa, uma vez procedente a ação, aí, sim, nós teríamos direito à eleição direta, conforme a opinião de respeitados juristas e parte da doutrina jurídica. Seria uma alternativa mais rápida, mais prática, mais adequada para o momento que estamos vivendo. Ninguém mais aguenta essa situação que estamos vivendo, Sr. Presidente.

Enquanto isso, estamos sofrendo as consequências da vergonha nacional que o Brasil vive, hoje capa nos principais jornais do mundo, com a desagregação econômica, com a falência de várias de suas principais estatais, ainda do tempo de Lula, que alguns ainda têm o desplante de vir a esta tribuna para defender, quando é o grande responsável e o maior chefe da quadrilha.

Eu não consigo entender, Sr. Presidente, como é que tem gente que defende o Lula! Lula é o maior responsável por essa etapa que nós estamos vivendo!

Se comprovarem o áudio que ontem estremeceu o Brasil ao fim da tarde, referente a uma frase protetiva de Temer com relação à mesada para Eduardo Cunha, que tenhamos a coragem e a iniciativa de agilizar o processo do *impeachment* a partir do recebimento lá na Câmara dos Deputados. Será um período de sangramento, mas uma vez, da política, de sofrimento para nós, brasileiros. Por isso, tudo aquilo que for possível abreviar nós deveríamos abreviar.

Em tudo isso, Sr. Presidente – e para concluir –, felizmente, Senador Alvaro Dias, estamos tendo estabilidade democrática. Estabilidade democrática. Nós não estamos vivendo sob a ameaça dos uniformes verdes, mas nós estamos dependendo dos capas pretas. É uma outra época. Felizmente, é uma outra época, em que não há apreensões, não há temores quanto ao nosso futuro imediato.

Quero, por fim, pedir, Sr. Presidente, que os nossos colegas passem a frequentar, neste momento tão grave para o Brasil, o plenário deste Senado – porque nós temos uma quota de responsabilidade



muito grande – para discutir, para propor, para encontrar soluções. É para isso que a população brasileira nos mandou para cá. Nós somos representantes do povo. Hoje somos uma classe desacreditada, que já levou multidões às ruas, mas parece que nós não fazemos eco, que não atendemos a esse clamor das ruas. Nós ainda estamos sendo indolentes ao não encontrarmos as soluções que este Brasil precisa encontrar.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Agradeço a V. Ex^a.

Gostaria de fazer um esclarecimento ao Plenário. Vários Senadores falaram a respeito do Conselho de Ética.

O Conselho de Ética é composto por 15 membros. O PMDB já indicou seus membros; o Bloco Social Democrata – PSDB, DEM e PV – indicou, até agora, apenas um membro; o Bloco Democrata Progressista – PP e PSD –, de dois membros, não indicou nenhum; o Bloco Socialismo e Democracia – PSB, PPS, PC do B e Rede – também não fez ainda as suas indicações. Nós estamos esperando apenas essas indicações para que, aprovado pelo Plenário, façamos a eleição da direção do Conselho de Ética.

Concedo a palavra à Senadora Fátima Bezerra, do PT, do Rio Grande do Norte, por vinte minutos, Excelência, por gentileza.

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, estou só buscando a internet.

Sr. Presidente, volto, mais uma vez, à tribuna para falar do momento grave que o País vivencia depois da revelação bombástica feita ontem, através da delação do grupo JBS, que envolve, nada mais nada menos, o Presidente da República. A gravação mostra claramente o Presidente da República dando um aval para comprarem o silêncio do Sr. Eduardo Cunha.

Segundo os operadores do Direito, esse caso em que o Presidente da República está envolvido configura claramente, Senador Paim, crime de responsabilidade. Ele teria sido flagrado cometendo crime de responsabilidade.

Estou vendo na imprensa que o Procurador-Geral da República, Dr. Janot, está pedindo a quebra do sigilo das delações. Então, os áudios deverão vir a público imediatamente, o que leva vários articulistas a colocar que não resta mais outra saída para o Sr. Michel Temer senão a renúncia.

Veja bem, nós não estamos aqui falando de algo que "ouvi dizer"; essa delação está vindo com provas. Tanto é que, por exemplo, aqui já foi mencionado, há já dois Parlamentares afastados de suas funções: o Senador Aécio Neves, inclusive com pedido de prisão decretada – vai ser objeto de julgamento do STF mais tarde –, e outro Parlamentar, no âmbito da Câmara Federal, também afastado de suas funções. A Polícia Federal fez mandado de busca e apreensão hoje aqui, em gabinetes. Então, é um momento de muita gravidade.

E volto a dizer: essa operação não está baseada no "ouvi dizer isso", no "ouvi dizer aquilo". Na verdade eles têm gravações das pessoas recebendo malas de dinheiro, eles têm gravações das pessoas corrompendo os outros, de forma que, volto aqui a colocar, não existe a menor possibilidade de este Governo continuar. Aliás, um Governo que já estava moribundo, porque um Governo que tem 96% de rejeição da população é um Governo que não tem mais credibilidade, de maneira nenhuma, do



povo brasileiro. E agora, com esse escândalo, e agora, repito, envolvido nessa delação do grupo JBS, flagrado cometendo crime de responsabilidade, não há outra saída senão a renúncia, senão o afastamento.

Daí por que, mais uma vez, quero aqui colocar: o nosso Partido, o Partido dos Trabalhadores, junto com o PDT, junto com o PCdoB, junto com o PSOL, junto com a Rede, junto com outras organizações partidárias, desde ontem que se reúnem, e várias iniciativas já estão sendo tomadas. Já tem pedido de *impeachment* protocolado na Câmara dos Deputados. Outros pedidos de *impeachment* serão apresentados também, até porque esse é um instrumento legal de que o próprio Legislativo dispõe.

Nós estamos, mais do que nunca, unidos, no sentido de colocar claramente que, diante de um dos momentos mais graves pelo qual o País atravessa, a saída é o afastamento, é a renúncia; a saída é a suspensão, Senador Paulo Paim, da pauta legislativa aqui dentro; a saída é retirar as propostas de reformas, pelo que elas significam – são ataques; é supressão dos direitos sociais, trabalhistas, direitos fundamentais do povo brasileiro –; a saída é eleições diretas.

E essas eleições diretas, do ponto de vista constitucional, elas têm todo o amparo, primeiro, se o Presidente renunciar, é convocação de eleição direta já. E, se ele não renunciar, nós devemos fazer uma mudança na Constituição, amparados na proposição do Deputado Miro Teixeira que altera a Constituição e prevê a realização das eleições diretas.

Vou conceder um aparte ao Senador Paulo Paim, deixando aqui, muito claramente, que nós estaremos ligados, que nós estaremos sintonizados, de braços dados com as ruas, porque a palavra de ordem, neste momento, é renúncia. Saia daí, Temer; renuncie, Temer. Temer, você não tem mais autoridade moral nem política; já não tinha, porque entrou pela porta dos fundos da história, fruto de um ataque à democracia, de um golpe parlamentar.

Se você já não tinha, Temer, condições morais, condições políticas de dirigir os destinos do povo brasileiro, tenha, agora, um mínimo de gesto de dignidade, em respeito ao povo brasileiro, e apresente, nas próximas horas, a sua carta de renúncia. É isso que povo brasileiro exatamente espera.

Senador Paulo Paim, concedo um aparte a V. Ex^a.

O Sr. Paulo Paim (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senadora Fátima Bezerra, eu confesso que iria fazer um aparte no momento anterior ao Senador Lasier Martins, naquela parte em que ele cobrou a presença dos Senadores aqui, em Brasília. E V. Ex^a está coberta de razão. Numa crise como essa, me parece que alguns Parlamentares não querem entender o que está acontecendo ou não querem aceitar. A crise está instalada. E nós alertávamos, já há um ano e meio, que a saída não era aquela de simplesmente – como a gente fala no Rio Grande – apesar, retirar, derrubar, uma Presidenta eleita. Isso iria ter consequências, e as consequências estão aí. Naquela época, diziam que o desemprego era de 11 milhões, hoje se fala em 15, 16 milhões. O polo naval, por exemplo, de Rio Grande... E fiz uma audiência pública em que até fiquei sabendo – nem sabia – que há mais de 40 polos navais no Brasil; e estão todos sendo sucateados, todos; investimentos de bilhões de reais, bilhões e bilhões. A crise está instalada. Não estou nem culpando Pedro, Paulo, João, não sou daqueles que diz: "Olha, esse partido é o culpado ou aquele ou aquele." Não. Eu quero, nesse momento, que reflitamos aqui, nós, Senadores, Deputados e também o Judiciário, se for o caso, buscando uma saída. E V. Ex^a aponta o caminho. V. Ex^a diz: "Vamos para as eleições gerais, deixar o povo decidir, deixar o povo escolher quem vai ser o Presidente, quem vai



ser o Vice." Eu acompanhei aqui a sessão desde que cheguei, e o Senador Telmário Mota disse: "Eu tenho mais seis anos; renuncio meu mandato, se for necessário." Eu renuncio o meu também. Claro, o meu é só um ano e meio, mas estou fazendo uma referência ao exemplo bonito que ele deu. Nós temos que construir um caminho, temos que ir às eleições e discutir um projeto de nação. Que o PSDB apresente seu projeto, que o PDT apresente o seu, que o DEM, que o PP, que o PT; assim é a democracia.

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Exatamente.

O Sr. Paulo Paim (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O pior dos mundos seria se não tivéssemos essa saída democrática, que pode ser construída mediante um grande entendimento. A senhora toma essa liberdade, eu tomo. E digo também, Senador Medeiros, porque, mesmo na época da Presidenta Dilma, eu já levantei essa possibilidade!

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – É verdade.

O Sr. Paulo Paim (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Quando vi a crise caminhando – acho que V. Ex^a até assinou –, apresentei aqui uma PEC... Não fui eu que a apresentei. Trinta e dois Senadores a apresentaram; eu fui um dos signatários. Se não me engano, foi Walter Pinheiro o primeiro, antes do *impeachment*, chamando as eleições gerais. Então, nós, que fizemos isso, temos a autoridade de pedir, também neste momento, que a gente caminhe num grande pacto nacional, como outros países fizeram. Vi, em outro dia – e estou citando Senadores aqui –, que a Senadora Lídice deu um exemplo bonito. Ela disse que, naquele plebiscito para a saída ou não do Mercado Comum Europeu, os ingleses anteciparam em três anos as eleições. Por que não podemos antecipar em um ano e meio, num grande entendimento? E que vença o melhor projeto de Nação, seja desta, seja daquela coligação, seja de uma frente ampla! Então, a minha fala é elogiando V. Ex^a. É claro que cada um tem a sua forma de colocar – de forma incisiva, numa hora; do outro lado, V. Ex^a foi muito leve, muito carinhosa, eu diria, pedindo unidade em cima do projeto –, e nós estamos nos somando da nossa forma. O caminho, neste momento, não é outro. Não existe saída econômica nenhuma. A saída é política. Da política, nós vamos para o econômico e o social. Só permita que eu diga isto – e V. Ex^a é guerreira tanto quanto eu nesse aspecto: a primeira coisa que temos de fazer aqui é dizer que essas duas reformas, a da previdência e a trabalhista, têm de ser afastadas do meio do caminho. Esse é o caminho para o pacto, para o acordo.

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeito.

O Sr. Paulo Paim (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Suspendam essas duas reformas que não interessam a ninguém. Não interessam a ninguém, eu diria, a não ser à cúpula da cúpula dos 5% mais ricos deste País – e ali pega banqueiro e o setor da grande indústria –, mas a mais ninguém! Se isso é verdadeiro, o resto nos unifica numa saída com as eleições gerais. Quero aqui render as minhas homenagens a V. Ex^a.

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senador Paim, incorpoço o aparte de V. Ex^a ao meu pronunciamento, pela sensatez, pela lucidez política que ele tem.



É verdade! V. Ex^a foi um dos primeiros aqui a defender a via pelas eleições diretas, ou seja, consultando o povo, ouvindo o povo, até porque não há outro caminho a não ser esse. Quando o povo não é ouvido, acontece o que está acontecendo: tragédia, abismo!

Por isso, Senador Randolfe, a quem vou conceder o aparte com muito prazer, não imagino que se cometerá mais um outro assassinato, do ponto de vista político da democracia, que seria uma saída por cima, sem ouvir o povo, sem consultar o povo.

Então, repito, incorporo o aparte do Senador Paim e, com muito prazer, concedo agora o aparte ao Senador Randolfe, Líder da Rede, que, pelo que ele deve anunciar agora, está ingressando também com um pedido de *impeachment*.

Senador Randolfe, com a palavra.

O Sr. Randolfe Rodrigues (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Senadora Fátima Bezerra, quero cumprimentar V. Ex^a pelo contundente e forte pronunciamento que faz, porque a vida nacional exige, neste momento, pronunciamentos contundentes. O Governo do Senhor Michel Temer, na verdade, Senadora Fátima, acabou ontem às 19h20, quando veio a público a delação da JBS. Na verdade, o que nós temos no Palácio do Planalto, neste momento, é um cadáver insepulto, que começa a não cheirar bem e a contaminar toda a República, toda a democracia brasileira. Por isso, o apelo que V. Ex^a faz desta tribuna é a única solução, é a melhor solução para este momento: a renúncia do Senhor Presidente da República. Eu reitero suas palavras, Senadora Fátima Bezerra: o Senhor Michel Temer não tem mais nenhuma condição de continuar. Para a senhora ter ideia, acaba de sair a notícia de que o índice Ibovespa caiu dez pontos. Ou seja, até o mercado, que sustentava o Governo do Senhor Michel Temer, não o sustenta mais. Repito: este Governo é um cadáver insepulto. A melhor saída, a mais confortável para a República, para a democracia neste momento seria a renúncia. Nós estamos cumprindo com nossa obrigação. Como V. Ex^a já anunciou, eu estou vindo da Secretaria da Mesa da Câmara dos Deputados, onde protocolizamos mais um pedido de *impeachment*, mas *impeachment* é um processo traumático. A cassação da chapa demoraria duas semanas. A solução, neste momento, está na vontade popular, como muito bem a senhora assinala aí da tribuna. Existe uma proposta de emenda à Constituição que está na Câmara dos Deputados. O número dela é 227. A iniciativa foi de um Deputado do nosso Partido, Miro Teixeira.

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeito.

O Sr. Randolfe Rodrigues (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Vamos votar esta PEC de imediato. Em momentos graves da vida nacional, como aconteceu em 1962, esta Casa, o Congresso Nacional encontrou uma alternativa para a crise. Tem que haver uma alternativa, e a alternativa é votar uma proposta de emenda à Constituição estabelecendo já eleições diretas para Presidente. E que o Senhor Presidente da República, no mínimo de bom senso que ele ainda tem, no mínimo de amor – não sei se trato nesses termos – que ele tem à Nação, nas próximas horas do dia de hoje, renunciasse, e nós pudéssemos encontrar a alternativa. Não existe outra alternativa – concordo com V. Ex^a, Senadora Fátima Bezerra – que não seja levar à vontade popular a resolução desta crise. Em momentos difíceis da vida nacional, em momentos de grave crise da vida nacional, a solução não pode ser por cima, a solução não pode ser por gabinete. A democracia se faz com soluções encontradas na vontade soberana do povo brasileiro.



A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senador Randolfe, incorpo o seu aparte, que muito engrandece aqui o pronunciamento que nós estamos fazendo, pela qualificação política que ele tem, pela sabedoria, pela lucidez.

Sem dúvida nenhuma, o Congresso Nacional, neste exato momento, Senador Lindbergh, a quem vou conceder um aparte, não tem outra coisa a fazer a não ser ajudar para buscar uma solução para o Brasil, via democracia, que seria aprovar a emenda à Constituição do Deputado Miro Teixeira, que garante a antecipação das eleições diretas.

Aliás, este Congresso aqui não tem condições – eu espero que ele não faça isso – de votar qualquer pauta aqui dentro, muito menos essas reformas, que devem ser retiradas de imediato. O que este Congresso deve fazer neste momento, para o qual ele é chamado à responsabilidade, é um debate político, e um debate político, repito, que ajude, Senador Randolfe, na direção de trazer a democracia de volta, aprovando a emenda do Deputado Miro Teixeira.

Concedo um aparte ao Senador Lindbergh.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Senadora Fátima, cumprimento V. Ex^a pelo pronunciamento. Eu, de fato, concordo com alguns Senadores, como o Senador Lasier. Só que devia haver 81 Senadores aqui hoje. É uma crise muito grave. O Senado pode ser convocado no dia de hoje para tomar uma decisão sobre a questão do Senador Aécio Neves, a partir da decisão do STF. Então, é uma crise que chama todos os Senadores à responsabilidade aqui no plenário, de todos os partidos. Acho que V. Ex^a está sendo muito feliz. Eu quero deixar uma coisa clara aqui: nós não vamos participar de nenhum tipo de pacto que não passe por eleições diretas. Não existe a possibilidade de o Congresso Nacional eleger um nome de forma indireta e essa pessoa resolver a crise política do País, porque ela não vai ter força, não vai ter legitimidade. V. Ex^a está correta: este Governo acabou. Isso é um fato. É questão agora de minutos, de horas ou de dias.

(*Soa a campainha.*)

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Mas este Governo acabou. Agora, essa questão é muito importante, porque começa a haver uma articulação aqui no Congresso: "Ah! Vamos achar um nome tal, um nome que unifique". Não contem conosco. Para nós, só há um caminho que é antecipar eleições. Não aceitamos hipóteses, inclusive, que estão sendo aventadas por aí de a Presidente do Supremo, Cármem Lúcia, assumir a Presidência. Não! Não! É o povo. Há muita gente aventando isto: saí o Temer; aí têm que sair o Rodrigo Maia e o Eunício, para assumir a Presidente do Supremo Tribunal Federal. Não! Não é uma saída legítima. Não aceitamos esse tipo de saída. A saída passa pelo povo. E aí, Presidente, os partidos vão apresentar os nomes. Nós vamos disputar projetos. E quem for eleito Presidente da República vai ter força de levar o País em uma direção. Eu espero que seja em uma direção diferente dessa que está aí.

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Exato.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ. *Fora do microfone.*) – Mas é o povo que tem que decidir sempre.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA. *Fazendo soar a campainha.*) – Senadora, o tempo de V. Ex^a está esgotado.



Vou conceder mais um minuto para a senhora concluir, por gentileza.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Desculpe, Senador, eu vou encerrar. Depois, eu estou inscrito. Mas eu só queria, Senadora Fátima Bezerra, dizer isto: não existe, não acredito em nenhuma saída que não passe pelo povo brasileiro e pela antecipação de eleições. Muito obrigado.

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senador Lindbergh, incorporo também seu importante aparte ao meu pronunciamento e termino dizendo exatamente isto: eu não tenho nenhuma dúvida de que o PT juntamente com os demais partidos de oposição terão a lucidez, Senador Randolfe, a responsabilidade e a capacidade política de exercerem o papel que lhes é cobrado nesse exato momento, junto com as ruas, porque as ruas serão definidoras. As ruas é que vão garantir que a saída vai ser pela democracia, a saída vai ser...

(*Soa a campainha.*)

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... através da realização de novas eleições. E aí que venha o debate, e aí que ganhe quem ganhar. Mas essa é a única forma de o Brasil se reencontrar, de a gente construir um caminho de pacificação.

Então, fica aqui a nossa posição muito clara neste momento: a suspensão de toda e qualquer pauta legislativa aqui dentro, a retirada das reformas. O que o Congresso deve fazer é o debate político, é buscar a aprovação da emenda à Constituição – para trazer a democracia de volta – com a realização de novas eleições diretas já.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Muito obrigado, Senadora.

A Senadora Ana Amélia está inscrita para uma comunicação inadiável e também está inscrita, logo após o Senador Paulo Paim, na relação de oradores.

Como o Paim está presente, a senhora quer falar para uma comunicação inadiável?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – A senhora está inscrita para uma comunicação inadiável, por cinco minutos.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Social Democrata/PV - PR) – Presidente, só quero conferir se a minha inscrição leva tempo ainda. É como Líder.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – V. Ex^a está inscrito como Líder.

Então, vai falar agora.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Então, se não fala V. Ex^a, fala, como Líder, o Senador Alvaro Dias. Depois, fala Paulo Paim, porque agora falou um orador inscrito.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Depois de o Senador Alvaro falar, eu falo em seguida?

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Aí fala Alvaro Dias como Líder, e Paulo Paim fala como inscrito.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – E eu continuo como oradora inscrita.



O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – A senhora fica inscrita como oradora.

Então, pelo PV do Paraná, o Senador Alvaro Dias, por cinco minutos, Excelência.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Social Democrata/PV - PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^as Senadoras, não é agradável, mas é necessário reiterar um apelo ao Presidente Temer, aqui já formulado por vários oradores que me antecederam. É hora da renúncia. Seria o gesto menos traumático para a população brasileira. Se não houver o gesto da renúncia, com o pedido de perdão ao povo deste País, é irrecusável a instauração de um processo de *impeachment*, que é, sem dúvida, doloroso. Inaugura-se novo calvário com um novo processo de *impeachment*, traumático, diante das aspirações do nosso povo.

Há uma outra solução que poderia ser aventada: o julgamento mais célere da ação que tramita no Tribunal Superior Eleitoral e que cassa a chapa Dilma/Temer. Nós sabemos que há recursos, que há expedientes protelatórios. Portanto, a renúncia seria a providência mais adequada neste momento, se olharmos o interesse nacional.

É evidente que é difícil acreditar na renúncia. Desejar é possível, mas acreditar nem tanto, já que o mandato é o guarda-chuva protetor em razão do chamado foro privilegiado com que todos estamos dispostos a acabar.

Teremos a superação do impasse de que forma? A Constituição diz que, havendo a renúncia ou o *impeachment*, a eleição é indireta, mas há a possibilidade de alteração constitucional. Certamente isso exigiria consenso, um acordo que se voltasse para o interesse nacional, para a antecipação das eleições de 2018.

Enfim, nós teremos certamente opiniões diversas sobre as providências que devem ser adotadas neste momento de crise sem precedentes na história do nosso País, mas é preciso também focalizar a causa maior. Por que estamos vivendo esta tragédia moral e política no País? Por que colocamos a população brasileira nesse cenário de revolta inusitada? Porque as providências não foram adotadas. É por isso que se diz sempre: infeliz da nação que não tem oposição competente e responsável, mas infeliz da nação que tem um governo cego diante da realidade dos fatos, um governo surdo diante das denúncias oposicionistas consistentes.

Foi a banalização da corrupção o maior desserviço que se prestou ao povo brasileiro nos últimos anos. A impunidade prevalecendo estimulou a corrupção e alargou as suas consequências. Quantas vezes denunciamos! Éramos poucos, é verdade...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Social Democrata/PV - PR) – ... Senador Lasier Martins. Éramos poucos, Senador João Alberto. Mas eu não me recordo de ter passado sequer uma semana, desde 2005, sem vir a esta tribuna para apontar desvios, para denunciar equívocos. Quantas vezes fomos a CPIs, requerimentos de informação, pedidos de auditorias, ações junto ao Supremo Tribunal Federal, representações na Procuradoria-Geral da República. E lamentavelmente se ignorou essa ação fiscalizatória.

É responsabilidade do Congresso fiscalizar o Executivo. E é preciso que o Executivo tenha a grandeza de aceitar essa ação fiscalizatória do Poder Legislativo, e não ignorá-la, como se fez nos últimos anos.



É evidente que, como oposicionista...

(*Interrupção do som.*)

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Social Democrata/PV - PR) – ... defendi o *impeachment* da Presidente Dilma, mas não queria apenas o *impeachment* da Presidente: queria o *impeachment* da Presidente e do Vice-Presidente. Essa sempre foi a minha postura, uma das razões fundamentais para que me movimentasse mudando de partido. Essa era a nossa posição.

Essa história de seletividade agora é desmentida pelas ações do dia. Aqueles que imputavam ação seletiva da parte da Operação Lava Jato certamente hoje recebem uma resposta contundente de que não há seletividade. O que houve foi o alargamento da corrupção, que alcançou instituições...

(*Interrupção do som.*)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Social Democrata/PV - PR. *Fora do microfone.*) – ... partidos políticos...

Eu concluo, Sr. Presidente, eu concluo.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Social Democrata/PV - PR) – Concluo.

Embora o tempo seja escasso para abordar tema de tamanha importância e responsabilidade, é preciso dizer ao final...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Senador Alvaro, Sr. Presidente, por gentileza, eu acho que nós deveríamos, neste momento...

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Neste momento, não há aparte, Senador. Por gentileza.

Não há aparte.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Mas eu estou pedindo...

Eu acho que nós deveríamos ter o entendimento. O País está vivendo uma crise desse tamanho e nós não podemos estar aqui tocando campainha por falar cinco minutos, ou dez, ou vinte.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Não pode desobedecer ao Regimento.

Eu não aceito, eu não aceito.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Podemos juntar os Senadores, ter uma maioria de Plenário e tomar uma decisão pelo bem do País.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Não. Eu vou cumprir aqui, eu vou cumprir.

Continue, Senador, por gentileza.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Social Democrata/PV - PR) – V. Ex^a me concede alguns minutos ou tenho que concluir?

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Não, Excelência, não. Eu vou cumprir o horário regimental.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Social Democrata/PV - PR) – Está certo. V. Ex^a tem razão.



Eu sou defensor da legalidade, do cumprimento do Regimento. Se houvesse a concordância do Presidente...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senador Alvaro, Senador Alvaro...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Social Democrata/PV - PR) – ... é evidente que nós...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... eu tenho 20 minutos e abro mão de uns cinco e falo só 15, Sr. Presidente. Falo logo em seguida se V. Ex^a permitir.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – V. Ex^a não vai falar?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu abro mão.

Eu sou o próximo, tenho direito a 20...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Não, então V. Ex^a tem cinco minutos, por gentileza...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu sou como orador inscrito.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – ... como orador inscrito.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Por 20 minutos.

Eu só estou fazendo um pedido a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Excelência, nós aqui temos um Regimento a cumprir.

Por gentileza, eu gosto de cumprir o Regimento.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Social Democrata/PV - PR) – Eu só tenho uma dúvida em relação ao Regimento que poderia ser esclarecida. Não tenho certeza, mas tenho a impressão de que, quando não há sessão deliberativa, o horário da Liderança é maior.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Não, cinco minutos.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Social Democrata/PV - PR) – São só cinco minutos?

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – São cinco minutos e V. Ex^a já está há oito minutos.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Social Democrata/PV - PR) – Obrigado, Presidente.

De qualquer maneira, eu creio que o fundamental foi posto no que diz respeito à nossa opinião, mas quero só lamentar que os governos – e aí me refiro a governos no plural, suprapartidariamente – devem ter ouvidos para ouvir a oposição. O próprio Presidente Michel Temer deveria ter ouvido para...

(*Interrupção do som.*)

(*Soa a campainha.*)



O SR. ALVARO DIAS (Bloco Social Democrata/PV - PR) – Presidente, desde o início, quando o Presidente Temer compôs a sua equipe mantendo esse sistema do toma lá, dá cá, com o balcão de negócios, nós o condenamos, por isso declaramos aqui a nossa posição de independência.

E, hoje, é inevitável esta afirmação: ou o Presidente renuncia, ou teremos que instaurar o processo de *impeachment*.

Essa é a nossa responsabilidade.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Muito obrigado, Excelência.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, por 20 minutos.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Sr. Presidente, Senador João, eu queria lhe dar uma sugestão.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Eu gostaria de que V. Ex^a levantasse para poder falar.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Sem revisão do orador.) – Queria lhe dar uma sugestão para não romper o Regimento. Transforme a inscrição do Senador Alvaro, em vez de ser hora de Liderança, em orador normal e nós abrimos mão do momento para ele continuar o processo dele.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Com a palavra o Senador Paulo Paim, por gentileza.

Muito obrigado pela sugestão.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador...

(*Interrupção do som.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O.k., Presidente.

Senhores e senhoras, eu até entendo a tensão do Plenário e também de V. Ex^a, porque, numa crise como esta – eu fui Constituinte, cheguei na Constituinte e nunca mais saí do Parlamento graças ao povo gaúcho, são quatro mandatos de Federal e o segundo de Senador –, nós estamos prestes, Sr. Presidente, e vai acontecer, a afastar dois Presidentes em praticamente um ano e meio.

Nesses meus 32 anos de Parlamento, não vi isso. E falo com uma certa autoridade. Vou dizer por quê, Presidente, e vou continuar na mesma linha do Senador Alvaro Dias. Há um ano e meio, antes do *impeachment* da Presidenta, percebendo a armação que tinha sido feita e que ia passar o *impeachment*, eu apelei para as eleições gerais. Não fui entendido por alguns, mas, com certeza, pela maioria do povo brasileiro. Já na época, dizia-se nas pesquisas que 85% eram favoráveis às eleições gerais.

Neste momento, Presidente, eu quero lembrar que há uma proposta aqui na Casa, assinada por 32 Senadores, pedindo as eleições gerais. É possível chegarmos a esse entendimento se houver, como foi a fala aqui de todos os Senadores... Não houve um Senador que tenha ido à tribuna no dia de hoje e não tenha pedido que o Presidente renunciasse, num gesto de grandeza, em nome do País, em nome de 210 milhões de brasileiros. A crise só aumenta a cada dia que passa. Lembro-me de que falavam, até o fim do ano, em 11 milhões de desempregados. Hoje estamos em torno de 15 milhões



de desempregados. A situação da gravidade dessa crise, Sr. Presidente, aumenta a cada dia que passa.

E só por isso que venho à tribuna, de forma muito equilibrada e tranquila, pedir ao Presidente da República. Ele pode fazer esse gesto. Eu ouvi de muitos Senadores: "Não, mas, se ele renunciar, ele vai preso." Essa é a tendência. Veja a gravidade dos fatos. Mas poderiam ser construídos entendimentos, como num grande pacto – como foi o de Moncloa, na Espanha, num certo momento –, que encaminhasse que ele ficasse em prisão domiciliar, respondendo pelos atos.

O que não pode, Sr. Presidente – e fui muito solidário nessa parte ao pronunciamento do Senador Lasier –, é Senadores e Deputados não sentarem e não apontarem o caminho. O caminho melhor é a renúncia, mas, se o Presidente não tiver coragem para renunciar, como já fizeram outros Presidentes na história do País – e não só deste País –, vamos apostar, então, que o Tribunal Superior Eleitoral... Eu dizia, ocasionalmente, ontem, pela manhã, em um vídeo que fiz ao vivo para o País, que, no dia 6, o Presidente Temer seria afastado pela Suprema Corte Eleitoral.

Dizem os juristas que, se ele for afastado, há espaço, sim, para as eleições gerais, para as eleições diretas. E, se isso é verdadeiro, eu faço um apelo aqui ao Tribunal Superior Eleitoral: se até o dia 6, dia que está marcado – por isso, estou com essa data na minha cabeça... Ontem pela manhã, eu dizia: eu não entendo, ninguém fala, ninguém fala, mas dia 6 está marcado o afastamento do Presidente. Eu não ouço ninguém falar, ninguém falar. Eu digo: e a grande mídia? Eu não ouvia falar nada, mas eu sabia que estava marcado, porque me avisaram. Parece-me que eles já sabiam que havia algo no submundo circulando, por isso apontavam já para o processo ser, oxalá, concluído no dia 6.

Sr. Presidente, lembro a história de outros países. Falava-se aqui naquela questão do Mercado Comum Europeu. Eu me lembro de que a primeira pessoa a falar naquela tribuna foi Lídice da Mata. Ela disse: "Paim, lá, na crise, mediante o referendo sobre se fica ou não fica no Mercado Comum Europeu, instalou-se a crise, e eles anteciparam as eleições em três anos."

Qual é o problema de nós, aqui, anteciparmos um ano, Senadora Vanessa, um ano?

Eu insisto muito em que, em tempo de guerra, nós damos a vida em nome da Pátria. Todos avançamos para cima dos inimigos e levamos muitas vezes nossos filhos, como mostra a história, de 18 a 21 anos – e muitos morrem. Por que nós ficaremos agarrados no cargo, e o Presidente, também, não aceitando a antecipação das eleições por um ano?

Essa saída, Sr. Presidente, é a melhor. Não adianta ninguém inventar. Não adianta inventar. Todos sabemos que a saída é política – é da decisão política, Sr. Presidente.

E me perguntavam numa emissora, se não me engano, de Pernambuco, hoje, pela manhã – porque eu tinha que estar em Pernambuco a esta hora. Suspendi a viagem para Pernambuco e para o Estado vizinho também. Eram duas palestras sobre essa crise, e eles entenderam.

Sr. Presidente, por isso estou aqui, querendo ajudar nesse debate, somente ajudar. Por que nós todos não apontamos o caminho, esse das eleições gerais, que para mim pode unificar este Plenário? Se houver discordância entre as gerais e para Presidente e Vice, vamos ver o que é possível – não em cima de nomes, eu dizia, Sr. Presidente.

Perguntaram-me: qual é o nome que você acha que pode unificar o País? Eu digo: para mim, o nome não é o mais importante. Importante é um projeto de nação. Vamos ver, cada um apresente seu programa para o País. O PSDB apresenta o programa, com seu candidato; o PT apresenta, com



seu candidato; o PDT apresenta, com seu candidato; a Rede apresenta, com seu candidato; o PSB apresenta, com seu candidato. Enfim, eu defendo a tese de uma grande frente ampla pelo Brasil...

O Sr. Jorge Viana (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senador Jorge Viana, um aparte de V. Ex^a é uma satisfação para mim, como também o da Senadora Vanessa. De imediato, deixo ambos escolherem qual fala primeiro.

Senador Jorge Viana.

O Sr. Jorge Viana (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Falo eu?

A Sr^a Vanessa Grazziotin (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Pode falar.

O Sr. Jorge Viana (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Obrigado.

Eu queria cumprimentar V. Ex^a e o nosso Presidente João Alberto e esclarecer. Eu acho que o momento é tão delicado, e V. Ex^a sabe que eu sempre sou ponderado. É óbvio... Eu divirjo das posições do colega Senador Alvaro, tenho posições completamente diferentes das dele, mas acho que o momento exige de cada um de nós alguma contribuição, porque eu nem venho aqui nem faço este aparte para tripudiar em cima do momento que nós estamos vivendo, para tentar tirar diferenças dos – vou aqui até usar este termo – nossos algozes, que nos tiraram do governo. De jeito nenhum! Eu acho que o povo brasileiro agora precisa de cada um de nós o que temos de melhor e não o que temos de pior, sinceramente. E o Senado é a Casa que pode fazer um pouco isso. Se ficarmos aqui o dia inteiro, conversando, ouvindo uns aos outros, tentando uma solução, tanto melhor para o País. O pior é fecharmos a porta ou ficarmos aqui gritando uns com os outros. Eu queria parabenizar V. Ex^a, Senador Paim. Eu estou com a minha assessoria estudando a Constituição, Senador João Alberto, porque nós temos que pensar. Realmente, com todo o respeito à figura humana, aos colegas que estão aqui agora tendo que esclarecer ou se justificar ou, enfim, atender decisões judiciais – eu não gosto de tripudiar em cima de ninguém, não devemos fazer isso –, o Presidente Michel Temer não foi eleito Presidente da República. Em circunstâncias de que nós divergimos, que nós chamamos de um golpe, ele assumiu a Presidência, apoiado por setores importantes da elite brasileira. Ele não tem apoio da sociedade brasileira e tem apoio numa agenda que a maior parte do Brasil não aceita e que está sendo enfiada goela abaixo no Congresso. Diante disso tudo, nós estamos vendo situações gravíssimas que foram feitas não mais por um delator, pois é algo diferente: foi uma ação do Ministério Público Federal e da Polícia Federal, junto com um colaborador, que fez escuta do Presidente da República, Michel Temer, de colegas Senadores e outras pessoas. Então, é uma coisa muito mais grave do que o que estávamos vivendo. A imagem do Brasil no exterior está um caos. Estamos diminuídos, estamos nos apequenando. A nossa democracia foi ferida de morte há um ano com o *impeachment*. O que fazer agora? Sinceramente, eu espero que o Presidente Michel Temer tome a melhor medida. Ele nem foi eleito para esse cargo. Ele pode ajudar o País nesta hora. A renúncia não é um gesto diminuído e pequeno, é um gesto possível numa hora desta. Ou vai esperar que a crise se agrave, que a incerteza tome conta do País? Como estão as pessoas que moram nos lugares mais distantes querendo saber o que está acontecendo aqui, em Brasília? Por isso, são importantes a Rádio Senado e a TV Senado, com a presença de nós todos aqui, com o nosso Presidente João Alberto, que pacientemente está ali, cumpridor do Regimento, sim, mas, se V. Ex^a não estivesse aí, nós não estaríamos nem tendo sessão.



Por isso, eu o parabenizo. O senhor tem coragem, Senador. Nós temos que ficar, se for o caso, o dia inteiro e entrar pela noite pensando alternativas. Minha assessoria está buscando. Temos que chamar o Conselho da República? Nunca foi acionado esse dispositivo da Constituição. Qual é a saída? Só não dá para, com uma agenda perversa desta, que mexe na estrutura do Estado brasileiro, que estava sendo viabilizada aqui à custa de 160 bilhões de desonerações, de anistia, em troca de cargos, o Brasil seguir nesse rumo. O Brasil não aguenta mais. Eu parabenizo V. Ex^a, Senador Paim, e acho que agora é a hora de cada um de nós pensar como é que nós podemos trazer a tranquilidade para o povo brasileiro, trazer um pouco de fé e de esperança. A crise parece que tinha que se agravar, como se agravou ontem, para começarmos a pensar na solução. Vamos todos juntos pensar na solução e construir uma solução que traga de volta o respeito ao Congresso, que está perdido, que traga a independência dos Poderes, mas que essencialmente traga fé e esperança para o povo brasileiro.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senador Jorge Viana, pelo seu equilíbrio e tranquilidade. É isso que nós precisamos neste momento, porque eu acho que não é um momento só de marcar posição, é de apontar solução. É nessa linha que eu entendo que todos estamos falando aqui – todos. V. Ex^a foi o primeiro a falar, claro, colocando o seu ponto de vista, mas dando respostas à sociedade.

Senadora Vanessa, eu já aguardo o seu aparte com uma enorme satisfação – foi uma das primeiras hoje de manhã, inclusive, a se posicionar neste plenário.

A Sr^a Vanessa Grazziotin (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Agradeço o aparte concedido por V. Ex^a, Senador Paim. Primeiro, eu também quero registrar a forma equilibrada como V. Ex^a vem agindo neste momento. Eu acho que esse deve ser o sentimento a tomar conta de todos nós, apesar de que sei que muitos gostariam de vir à tribuna mostrar um monte de vídeos: vídeos de colegas nossos dizendo que é preciso investigar a corrupção, de pessoas que defendiam as dez medidas contra a corrupção e que estão envolvidas diretamente, tendo sido presas na operação do dia de hoje. Não é esse o espírito que deve tomar conta da população e, sobretudo, de nós, que somos os responsáveis. V. Ex^a toca muito bem nisso e já passa a debater como nós sairemos desta situação, porque o povo brasileiro espera, no mínimo, isso do Congresso. Senador Paim, eu concordo com V. Ex^a: não há outro caminho que não seja o aprofundamento da democracia. O aprofundamento da democracia significa chamar a população brasileira neste momento de crise grave. Aliás, nós dizíamos isso na época do afastamento da Presidenta Dilma. Ela própria disse: "Se eu perdi o apoio do Congresso Nacional e, portanto, perdi as condições de governabilidade, porque a maioria não quer mais me apoiar, então, vamos às eleições diretas. Eu abro mão do meu mandato". Ela dizia isso, em um gesto nobre. É isso o que o Temer tem que fazer. Ele tem que sair da Presidência, porque a pauta em torno da qual formou-se a unidade para que ele assumisse o poder já está inviabilizada. A nossa briga aqui ontem, Senador Paim, era pela reforma trabalhista. Nós estávamos apavorados com a reforma trabalhista, não é, Senador Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Com certeza.

A Sr^a Vanessa Grazziotin (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu dizia: "Senador, como nós não vimos antes essa quantidade de pontos absurdos que contém o projeto?" Um retrocesso nunca visto na história das últimas décadas. Seria não só rasgar a CLT, mas colocar no lugar dela uma lei protetiva do empresariado, uma lei protetiva do patronato contra o trabalhador.



Então, essa pauta já foi. O que nós precisamos é de eleições diretas. Eu pedi o aparte a V. Ex^a para dizer, Senador: a democracia em primeiro lugar, antes de mais nada. "Ah, mas a Constituição prevê a eleição indireta". Não! Vamos, agora, sim, fazer uma concertação nacional, a concertação do bem, a concertação do aprofundamento democrático e vamos mudar a Constituição. Vamos prever eleições diretas. Aliás, as leis já estão sendo mudadas. O Governador lá do meu Estado foi cassado. Sabe o que vai acontecer, Senador Paim? Eleições diretas marcadas já para o dia 06 de agosto. Nós o povo do meu Estado vamos às urnas eleger o novo Governador. Não é nem o segundo colocado nem o Vice-Governador; são eleições diretas. Esse é o caminho. V. Ex^a tem agido desde a hora em que chegou a este plenário. Temos procurado conversar com todos os Senadores. Não há mais Senador que foi a favor ou contra o *impeachment*, o golpe da Dilma. Não! Acabou, passou aquilo. O que precisamos é defender a democracia agora. Nós temos que olhar para frente. E agora tem que ser a maior parte deste Congresso Nacional. Eleições indiretas não resolverão o problema do Brasil. Então, cumprimento V. Ex^a pelo equilíbrio e pela forma como se manifesta.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Cumprimento V. Ex^a – e já vou passar a palavra ao Senador Lindbergh. Houve um Senador que me procurou ali e disse: "Paim, ou nós vamos para as eleições ou poderemos ter um retrocesso histórico neste País". Ele, então, lembrou para mim os idos de 1964. Eu nem quero pensar nisso e quero apostar na capacidade nossa, dos 81 Senadores, de construir um caminho via eleições diretas.

Senador Lindbergh.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Senador Paulo Paim, quero cumprimentar V. Ex^a pelo pronunciamento. Nós estamos aqui desde cedo. Eu sinceramente, Senador Jorge Viana, acho que esta Casa tinha que estar cheia; é uma crise gravíssima, os Senadores tinham que estar aqui. Talvez sejamos chamados hoje a tomar uma decisão mais tarde, depois da decisão do Supremo Tribunal Federal. Eu estou conversando com muita gente aqui. Sinceramente não há clima para nenhuma outra saída que não seja a antecipação de eleições. Há gente aqui falando, são teses: "Ah, não, um nome de consenso". Nós não vamos participar de nenhum acordo para tentar eleger alguém de forma indireta, como eu também não acho apropriado algumas saídas que estão especulando: "Ah, não, o Temer saindo, sai Eunício, sai Rodrigo Maia, assume Cármem Lúcia". Não. Para nós, é eleição. Tem que haver um processo eleitoral. É só o povo que pode eleger um Presidente da República com força. Vamos ter o nosso candidato, mas o PSDB tem o deles, o PMDB, o deles, os outros partidos apresentem nomes. É a democracia, é o voto, é o povo. Em momentos de crise, dá para se construir consenso. Eu ontem fiquei impressionado, porque cheguei tarde a casa e fiquei vendo as televisões. Liguei a GloboNews, que, de 15 em 15 minutos, dizia: "Não pode eleição direta, é inconstitucional. Não pode eleição direta, é inconstitucional". Era uma campanha. Eu esclareço aqui para eles: pode, nós podemos mudar a Constituição. Pode haver uma concertação política. Há um Senador aqui que todo mundo sabe que é meu desafeto, o Senador Ronaldo Caiado, do DEM, e ele defendeu eleição direta.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu também vi.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Ele defendeu eleição direta.



O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu vi defendendo na TV.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Quem sabe? A crise é tão grande – a crise é tão grande – que nós achamos que não somos só nós. Inclusive, é um momento em que pode haver uma unidade no País. O País está muito dividido. Eu estou convencido de que tem muita gente que foi para as ruas contra do PT, que não gosta do PT, mas que sabe que não dá para o Temer continuar e que tem que haver uma saída que passe por eleições. Então, essa não é uma bandeira só nossa. Eu acho que tem que ser uma bandeira para tirar o País da crise. Agora, eu queria fazer um último destaque aqui. Eu vou falar daqui a pouco e vou falar sobre isto – e a imprensa sobre isto não se pronuncia. O presidente do Conselho de Administração da JBS era...

(*Soa a campainha.*)

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – ... Henrique Meirelles. O atual Ministro da Fazenda era o principal executivo. Tudo isso que estão falando de crimes em... O principal executivo se chamava Henrique Meirelles. Isso tem que vir à tona, porque estão fazendo delação, aceitando crimes que foram cometidos pela empresa, e seu principal executivo não sabia disso? Eu sinceramente... Eu vou fazer daqui a pouco um pronunciamento, mas, na verdade, nós queremos uma investigação também envolvendo o Ministro da Fazenda, que eu acho que tem que sair do Governo como tem que sair Michel Temer. Eu volto a dizer: querem esconder isso do País. O Presidente do Conselho de Administração, o principal executivo da JBS, era Henrique Meirelles, o Ministro da Fazenda. E lógico...

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – O tempo de V. Ex^a se encerrou. Eu vou conceder agora a palavra para V. Ex^a concluir, por gentileza, os vinte minutos combinados, o que, quando aqui cheguei, combinei com os Senadores. Por gentileza.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mais cinco minutos? Os últimos cinco minutos?

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Um minuto.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ah, um?

Estavam aqui o Senador Reguffe, a Senadora Fátima, o Senador Lasier, o Senador Medeiros, e eu gostaria muito de ouvi-los – gostaria muito, muito. Eu lamento muito, Presidente, que eu não possa.

Eu recebi aqui agora uma informação importante, Sr. Presidente, que no meu ouvido aqui souo como um abraço, como um carinho, como algo que... Gostamos muito de falar: "Eu mando um beijo no coração de todos vocês". Daí abraça homens e mulheres. Senador Reguffe, é uma informação importante: neste momento, o Relator, Senador Ricardo Ferraço, anunciou que está suspensa, se depender dele, a reforma trabalhista. (*Palmas.*)

Eu fiquei sabendo agora aqui, pela assessoria.

(*Soa a campainha.*)



O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu acho muito importante isso e vejo que a Senadora Vanessa confirma que realmente ele anunciou.

O caminho é este: suspendam-se as reformas trabalhista e previdenciária na Câmara e no Senado, e vamos construir uma saída. E o novo presidente eleito vai ter condição de apontar o que tem que ser mudado na reforma tributária, na reforma política, na reforma previdenciária, na reforma trabalhista e em tantas outras que ele assim entender.

Sr. Presidente, eu queria, com muito carinho aqui, deixar o meu abraço aos quatro Senadores que queriam me fazer o aparte e que não puderam: o Senador Reguffe, a Senadora Fátima, o Senador Lasier, que estava ali esperando desde o início, e o Senador Medeiros.

Eu acredito, Sr. Presidente, pela unidade que percebo aqui, que não há situação nem oposição agora. Há Senador...

(*Interrupção do som.*)

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... convicto de que nós vamos achar a saída, e a saída será, naturalmente, por um processo que permita ao povo escolher o melhor programa, seja desse, seja daquele partido. Todos apresentarão o seu programa e o seu candidato.

Sr. Presidente, quero deixar como lido – porque não vou usar mais do que esses 30 segundos – este meu pronunciamento que foi feito mediante um artigo, que, no dia 3 de maio, foi publicado na *Folha de S.Paulo* com o título "Eleições gerais já". Há outro que, na verdade é do Índio. Quem é o Índio? É o Presidente da Intersindical. Edson Carneiro, o Índio, Secretário Geral da Intersindical (Central da Classe Trabalhadora), com muita competência, demonstra, com cinco pontos, o quanto é grave, o quanto que é...

(*Interrupção do som.*)

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... a reforma trabalhista, como também a reforma previdenciária.

A todas as centrais e confederações que se mobilizaram – eu sempre digo que só o Mestre lá em cima é o Senhor da verdade –, Ele está iluminando esta Casa, e o primeiro passo foi dado. A reforma trabalhista não está mais como prioritária na pauta, foi tirada de pauta. Quanto à reforma da previdência, eu calculo que também, lá na Câmara, não será votada. Com isso, nós vamos debater, sim, aqui, como será o processo das eleições diretas, a partir do Presidente Temer, mediante acordo ou não, por decisão do Tribunal Superior Eleitoral, estar afastado.

Era isso, Presidente. Agradeço, inclusive, a tolerância de V. Ex^a. V. Ex^a é sempre muito gentil comigo – deu-me 4 minutos a mais. Obrigado, Presidente.

DISCURSO NA ÍNTÉGRA ENCAMINHADO PELO SR. SENADOR PAULO PAIM.

(Inserido nos termos do art. 203 do Regimento Interno.) (Vide item 2.1.1 do sumário)

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Eu que agradeço a V. Ex^a, Senador Paulo Paim.



Matéria recebida da Câmara dos Deputados: Projeto de Lei de Conversão nº 17, de 2017, que altera os limites do Parque Nacional do Jamanxim e da Área de Proteção Ambiental do Tapajós e cria a Área de Proteção Ambiental Rio Branco, proveniente da Medida Provisória nº 758, de 2016. **(Vide item 2.1.3 do sumário)**

A Presidência comunica ao Plenário que o prazo de vigência da medida provisória esgotar-se-á no dia 29 de maio agora.

A matéria será incluída na pauta da Ordem do Dia do dia 23.

Continuando a lista de oradores, teria de falar o Senador Lindbergh pela Liderança, mas S. Ex^a deu primazia à Senadora Vanessa Grazziotin.

Com a palavra a Senadora Vanessa Grazziotin, PCdoB do Amazonas, por 20 minutos.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Srs. Senadores, Sr^as Senadores, Sr. Presidente, nós acabamos de receber – a ex-Deputada Perpétua Almeida, que aqui está, acabou de me mostrar – a informação de que o Procurador-Geral da República, Procurador Rodrigo Janot, acaba de solicitar o levantamento do sigilo de todas as gravações. Portanto, nas próximas horas, deveremos ter todas as gravações, cujas transcrições já estão sendo divulgadas amplamente pela imprensa brasileira.

Quero, Sr. Presidente, começando este pronunciamento, primeiro dizer da gravidade do momento e da responsabilidade que recai sobre cada um de nós. Eu volto a repetir: a gravidade do momento e a responsabilidade que recai sobre cada um de nós, sobretudo nós que estamos aqui no Senado, os Deputados e as Deputadas, desde o início da Operação Lava Jato – e lá já se vai muito tempo que essa operação está em curso, inclusive com vários desdobramentos em vários Estados brasileiros –, desde que nós estamos assistindo, tomando conhecimento das ações dessa investigação. Talvez essa não seja a mais completa, mas é aquela, sem dúvida nenhuma, que atingiu o alvo mais sensível da República do Brasil. Esse alvo mais sensível é o próprio Presidente da República.

Desde 2014, temos nos revésado na ocupação desta tribuna para falar disso, Senador Paim. Desde 2014, nós não fazemos outra coisa no Parlamento senão tratar de crise política, porque, em 2014, numa eleição extremamente acirrada, que a Presidente Dilma ganhou de forma legítima, desde aquele momento, o perdedor, Senador Aécio Neves, disse, com todos os seus aliados, que ela não governaria. Num primeiro momento, entrou com uma ação de impugnação, pedindo a cassação da chapa. Num segundo momento, vendo que não sairia vitorioso com aquele caminho, fez o acordo, passou a participar dessa "concertação", desse grande acordão nacional, e foi o PSDB que denunciou, que solicitou a abertura do *impeachment* contra a Presidenta Dilma. Não havendo nenhuma denúncia de corrupção contra a Presidente, inventaram as tais das pedaladas.

E o Sr. Eduardo Cunha, ex-Presidente da Câmara, no exato dia em que o PT disse que não votaria a favor dele no Conselho de Ética, acatou o pedido de *impeachment*, e aconteceu aquilo que aconteceu.

Acontecido aquilo, nós, com muita convicção, de cabeça erguida, defendemos, do primeiro ao último minuto, o mandato democrático da Presidente Dilma, porque dizíamos que o que estava em jogo naquela hora não era a saída de uma Presidente que tivesse cometido qualquer tipo de crime, não. O que estava em jogo naquela hora era a necessidade de tirar do poder quem foi eleita



diretamente, para que eles assumissem o poder e, a partir daí, pudessem mudar os rumos do Brasil: mudar a política econômica, mudar a política social, mudar a política externa.

E foi exatamente isso que fizeram nos últimos meses, aliás nesse último ano, porque, no último dia 12 – estamos hoje no dia 18 –, neste mês de maio, completou um ano que o Sr. Michel Temer assumiu o poder.

E eles fecharam o ano de 2016, Senadora Fátima, comemorando muito, comemorando a aprovação da Emenda Constitucional 95, aquela que limita gastos públicos somente na área dos investimentos que favorecem o povo brasileiro – educação, saúde, segurança –, deixando de fora, livre, leve e solto, o sistema financeiro. Eles constituíram uma maioria aqui nesta Casa e uma maioria na Câmara e, agora, estavam prestes também a construir, a constituir uma maioria para aprovar a primeira das várias reformas estruturantes que queriam fazer: a reforma trabalhista, um acinte contra a população, contra trabalhadoras e trabalhadores brasileiros. Uma reforma que foi aprovada em um mês na Câmara dos Deputados, sem que, sequer, os Parlamentares – falo isso com muita convicção, porque para mim hoje está muito claro – tivessem a convicção nem o conhecimento do que estavam votando, porque, para o público, eles divulgavam que era uma reforma modernizante, uma reforma que não tirava direito nenhum do trabalhador e da trabalhadora. Não era verdade.

O projeto chegou a esta Casa, e tivemos os primeiros debates. E, já nos primeiros debates, eles que, no início, Senadora Fátima, disseram que não haveria regime de urgência, que haveria os debates necessários e suficientes, já, a partir dos primeiros debates, começaram a mudar de ideia: "Não, vamos votar rapidamente". Por quê? Porque eles perceberam que o conteúdo do projeto foi escancarado para o conhecimento popular, e muitos Senadores da base já estavam dizendo que não votariam a favor. Então, eles tinham pressa; queriam votar o projeto rapidamente.

Aí, aconteceu o que aconteceu na noite de ontem. Nós ainda, aqui, em sessão, tomamos conhecimento do que foi divulgado pelo jornal *O Globo* em primeira mão. Esse Presidente Michel Temer, que o povo brasileiro já dizia lá atrás que não queria ver na Presidência da República, foi flagrado, foi gravado em conversa com o dono de uma das maiores empresas do Brasil, o dono da JBS, dialogando sobre pagamento de mensalidade para duas pessoas presas, para que essas pessoas não falassem tudo o que sabiam: Eduardo Cunha, ex-Presidente da Câmara, e, segundo dizem os meios de comunicação, um operador desse senhor chamado Funaro. E que esse empresário teria relatado ao Sr. Michel Temer que estava pagando uma mensalidade – veja –, um agrado semanal, Senadora, de R\$500 mil.

E a Polícia entrou em campo, e dizem que gravaram tudo; dizem que rastrearam por onde o dinheiro foi. E o dinheiro, segundo as notícias, também caía na conta de um Senador para ser repassado ao Presidente do PSDB.

Um Presidente da República! Um Presidente da República!

O que fazer diante disso? Ficar tripudiando, lembrando todas as histórias desse Partido, Senador Reguffe, que, em vez de ajudar o Brasil a sair da crise, passou mais de um ano lutando para tirar uma Presidente, para tomar o poder? Não estava preocupado coisa nenhuma com o fim de desemprego, não estava preocupado coisa nenhuma com a crise econômica que, como nós dizíamos, não é só do Brasil, mas do mundo inteiro. Agora, é a hora da unidade nacional! Ao ponto de a Presidenta Dilma dizer o seguinte: "Tudo bem, eu concordo. Vocês dizem que eu não tenho mais



condições de governar, vocês me tiraram a governabilidade, então abro mão do meu mandato. Vamos fazer eleições diretas". E nós dizíamos isso aqui, Senadores e Senadoras.

Já concederei um aparte a V. Ex^a, Senador Reguffe.

Eu dizia isto: Senadores, se ela perdeu, segundo vocês, a governabilidade – porque vocês tiraram o seu apoio –, vamos às eleições diretas. Mas não, havia o pacto pelas mudanças, havia a Ponte para o Futuro. Esta é que era a questão: a Ponte para o Futuro. Apesar de todas as intempéries, apesar de todas as tempestades, eles tinham de ser manter unidos para aprovar a reforma da previdência, o teto dos gastos. Era para isso. Não era para tirar o País da crise, não era para melhorar a qualidade de vida do povo, não.

Mas ontem a casa caiu. E agora o que fazer, senhores? Quero aqui repetir as palavras de vários Senadores que me antecederam. Não há outra saída para o Brasil que não seja através das eleições diretas. Eleições diretas já! Aí podem dizer: "Mas a Constituição da República prevê eleição indireta!" Mudemos a Constituição da República porque o primeiro princípio, o princípio fundamental da Constituição, é o zelo pela democracia. E a democracia, hoje, não pede, a democracia exige eleições diretas para a Presidência da República. É disso o que o nosso Brasil precisa.

Concedo um aparte, Senador Reguffe, a V. Ex^a.

O Sr. Reguffe (S/Partido - DF) – Muito obrigado, Senadora Vanessa. Os fatos são gravíssimos, são absolutamente graves e o Presidente da República, Michel Temer, tem de renunciar ao seu mandato, tem de renunciar. Não dá para continuar Presidente da República. Aliás, não era para ter assumido. Esse processo já era para ter sido feito lá atrás. Lá atrás nós já deveríamos ter tido eleições diretas. Ele deveria ter tido a grandeza de não assumir a Presidência para termos eleição diretas no ano passado. Então, ele tem de renunciar, na minha opinião. Se não renunciar, tem de ter o *impeachment* sim. Agora, é importante que nós tenhamos eleições, mas eleições diretas, não eleições indiretas em que um grupo de Parlamentares vai escolher quem vai presidir este País. Tenho, aqui nesta Casa, uma proposta de emenda à Constituição de minha autoria que está na CCJ. A PEC 67, de 2016, prevê eleições diretas caso a vacância do cargo de Presidente da República aconteça até o final do terceiro ano do mandato. Hoje a Constituição Federal só prevê eleições diretas se a vacância ocorrer até o final do segundo ano do mandato. Existe uma proposta minha de emenda à Constituição, que está na CCJ, que prevê eleições diretas caso a vacância ocorra até o fim do terceiro ano do mandato. É a PEC 67, de 2016. O Senado poderia dar uma contribuição para o País se votasse essa PEC e aprovasse essa PEC alterando a Constituição Federal para que nós possamos ter eleições diretas no País. Acho que esse é um desejo da população, é um desejo das pessoas de bem deste País e acho que seria uma contribuição do Senado Federal para este momento histórico que o País está vivendo.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu agradeço o aparte de V. Ex^a, Senador Reguffe, e sei que V. Ex^a estará neste momento conosco, defendendo eleições diretas já. Eu só quero fazer uma observação: Senador Reguffe, o *impeachment* da Presidenta Dilma, ele iniciou-se, salvo engano, em abril do ano de 2016. Foi votado o *impeachment* – a votação final aconteceu no dia 31 de agosto de 2016, no plenário desta Casa, há quase um ano. O Brasil não suporta esse tempo todo com esse Sr. Michel Temer na Presidência da República – ou ele na Presidência, no exercício, ou ele afastado. É preciso uma renúncia já. É preciso



que ele... E se não renunciar, se não tiver o mínimo de responsabilidade para com a sua gente e o seu país, que a Justiça o afaste – há essa possibilidade também. E nós temos o dever de votarmos as medidas que já tramitam na Casa. Falávamos de uma PEC do Deputado Miro; existe a PEC de V. Ex^a, vamos votar imediatamente essa PEC para que as eleições sejam diretas. Essa é a única saída que tem o Brasil. Não há outra saída.

E eu agora, antes de conceder à Senadora Fátima o aparte, vou fazer questão de ler aqui – eu chamo a atenção de todos e de todas, Senador – um trecho de um expositor que veio falar aqui numa sessão temática, aqui neste plenário, sobre as dez medidas de combate à corrupção. O que um dos convidados disse:

Caros colegas, quando nós vemos doações eleitorais oficiais que estão dissimulando pagamento de propina, é preciso atentar para esse fato. É preciso que não só aquele que está pagando a propina seja punido, mas, sobretudo, aquele partido ou aquele candidato que esteja recebendo também o seja e nesses atos [considerados como] de lavagem [de dinheiro].

Essa pessoa que falou aqui chama-se Ângelo Goulart Vilela, Procurador da República. Procurador da República que foi preso hoje pela manhã pela investigação da Lava Jato.

Eu quero aqui dizer que eu não estou fazendo juízo de valor. Nem quero fazer, nem posso fazer, nem tenho condições de fazer juízo de valor em relação ao Procurador, Sr. Ângelo Goulart Vilela, mas eu só quero com isso mostrar o quanto, minha gente, muitos usam a bandeira do combate à corrupção não para destruir a corrupção, mas para destruir projetos, para destruir pessoas.

E eu, desde o início, subo aqui e digo: o mais importante no combate à corrupção é o exercício de vida diário de cada um, o que cada um faz, o que cada um deixa de fazer. Eu sou filiada ao Partido Comunista do Brasil desde que me entendo por gente. Mas sempre digo quando as pessoas dizem: “Ah, eu não gosto do seu partido” e eu pergunto por quê. “Ah, porque o seu partido é contra a religião”. Não. Eu digo que o meu Partido talvez seja o que mais pratica a religião, porque é o partido que trabalha defendendo a igualdade, defendendo a justiça social. E prefiro exercitar isso no dia a dia do que fazer qualquer outra coisa.

Então, Presidente, repito, não estou fazendo juízo de valor, não estou condenando previamente quem quer que seja, nem tenho esse direito, muito menos esse poder para isso. Mas, levanto isso, mais uma vez, como exemplo. E, de fato, dizíamos, dizíamos e dizíamos: sempre apoiamos a Lava Jato. O que questionamos nela é a parcialidade, a seletividade. E aqueles que nem abordavam essa questão, hoje sabem: “não, quem dizia isso, hoje está vendo que não é parcial”. Mas, quanto tempo precisou para isso? Quanto tempo precisou para isso?

É muito grave, Senadora Fátima, é muito grave. Podíamos, lá atrás, ter evitado tudo – não parado a Lava Jato. A Lava Jato tem que continuar, a Lava Jato tem que investigar quem tem que ser investigado, aliás, todos, absolutamente todos. A Lava Jato tem que punir, a Justiça tem que punir todos. Daqui a pouco, o Supremo estará reunido. O Supremo estará reunido para analisar o caso de um Senador contra quem pesa pedido de prisão, e cuja situação, não só é similar à do outro Senador Delcídio, que foi cassado, que foi preso e sua prisão mantida aqui. A situação não é só similar, ela é agravada. Há a similaridade com agravantes. Então, o princípio da isonomia diz o quê? Que possivelmente estaremos reunidos aqui, nessas próximas 24 horas, para tomarmos decisões importantes.



Então, a Lava Jato é tudo que eu defendo, tudo. A Lava Jato tem que mudar o País, mas a mudança não basta, quando a gente fala de reforma política, dizer que é só acabar com a coligação é insuficiente.

Vamos fazer das campanhas as campanhas das ideias, não as campanhas das pessoas. O mundo inteiro faz isso, Senadora Fátima. É campanha de ideias, de programas, de partidos, que são instituições. Uns vão, outros vem, umas vão, outras vem, mas as instituições ficam, o Senado fica, os partidos ficam.

Então, é essa a reforma profunda que a gente precisa e que já estavam buscando atalho. Não basta acabar com a coligação, fazer cláusulas de barreira não basta, porque não podem as pessoas saírem por aí, uns brigando com os outros, sendo candidatos, porque haverá caixa 2. Então, vamos fazer – repito – campanhas de ideias, sem dinheiro: ideias, programas e projetos para o Brasil.

Senadora, concedo um aparte a V. Ex^a.

A Sr^a Fátima Bezerra (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senadora Vanessa, primeiro quero aqui, mais uma vez, ressaltar a importância do Congresso Nacional, do Senado estar reunido, neste momento, fazendo o debate político à luz da gravidade pela qual passa o Brasil. E, mais uma vez, reforço aqui que a única saída é a saída pela democracia. Portanto, por exemplo, veio aqui o Senador Reguffe dizer que, a exemplo do Deputado Miro Teixeira, ele também é autor de uma Emenda à Constituição, que tramita aqui no Senado, que trata exatamente de antecipação das eleições presidenciais. O que não vamos aceitar, de maneira nenhuma, será o golpe dentro do golpe, ou seja, à luz da letra fria da Constituição...

(Soa a campainha.)

A Sr^a Fátima Bezerra (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... numa eventual renúncia ou *impeachment*, o Presidente da Câmara assumir, por 30 dias, e aí o Colégio Eleitoral, o Congresso Nacional, faria uma chamada eleição indireta. Aliás, já tem até nomes, com todo o respeito à Presidente do STF, Cármem Lúcia, e ao ex-Ministro Nelson Jobim, mas nós não vamos aceitar isso em hipótese alguma, jamais. Jamais! Eu espero – volto a dizer – que o País não caminhe cada vez mais para o abismo ou aumente a tragédia mais ainda, o que seria, Senador Reguffe – repito –, desprezar a soberania popular, como fizeram no *impeachment* fraudulento, e, agora, o Colégio Eleitoral, pela segunda vez, caçar o direito...

(Interrupção do som.)

A Sr^a Fátima Bezerra (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. *Fora do microfone.*) – ... de o povo brasileiro escolher exatamente o seu destino.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – O tempo de V. Ex^a está encerrado.

(Soa a campainha.)

A Sr^a Fátima Bezerra (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Não, vou só terminar, rapidamente, Senadora Vanessa. É só dizer que os movimentos sociais liderados pela Frente Brasil Popular, Frente Povo sem Medo, estão chamando já grandes manifestações para o próximo domingo. É claro que, desde ontem, há manifestações em todo o País, em Natal, em todas



as capitais, hoje e nesta próxima sexta-feira. Por quê? Porque a nossa palavra de ordem não é só o "Fora Temer". É "Diretas Já!".

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – "Diretas Já!". Muito obrigada, Senadora Fátima.

O meu tempo se encerra, Presidente João Alberto, mas queria pedir da Mesa que incluisse nos *Anais* da Casa essas matérias. Acabei de citar o nome de um Procurador que foi detido hoje sob a acusação de receber dinheiro do empresário Joesley Batista, para repassar informações do Ministério Público Federal e da Operação Lava Jato.

Isso é muito grave! Não estou condenando. Agora, nem por isso, vou manchar a imagem ou falar aqui contra todos os Procuradores. Infelizmente, dentro do trigo, há o joio. É importante que isso fique nos anais, porque esse Procurador esteve aqui no Congresso Nacional no dia 22 do mês de junho deste Plenário, deste microfone, defendendo as dez medidas contra a corrupção. Nós defendemos as medidas contra a corrupção. Agora, isso não é uma bandeira. Repito: essa é uma ação de vida!

É muito importante que fique registrado que não estou julgando o Procurador, muito menos o Ministério Público. Assim como acho equivocado, quando há um problema com um outro Parlamentar, que todos sejam atacados. É um equívoco isso, porque isso não ajuda a democracia; pelo contrário, isso ajuda exatamente a acabar com a democracia, e é tudo o que nós não queremos.

Obrigada, Presidente.

DOCUMENTOS ENCAMINHADOS PELA SR^a SENADORA VANESSA GRAZZIOTIN.

(Inseridos nos termos do art. 210 do Regimento Interno.) (Vide item 2.1.1 do sumário)

Matérias referidas:

- "Procurador da República é preso por repassar informações a investigados", ConJur;
- "PF cumpre ordem de prisão contra procurador que integrava organização criminosa da JBS", Jornal O Globo.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – V. Ex^a será atendida na forma do Regimento.

Com a palavra a Senadora Ana Amélia. (*Pausa.*)

Com a palavra o Senador Jorge Viana, do PT do Acre, por 20 minutos.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador João Alberto, Senadoras, Senadores, todos que nos acompanham pela Rádio e TV Senado, ocupo a tribuna do Senado hoje neste dia, em que, mesmo não se tendo completado as 24 horas das notícias, com o agravamento da crise institucional que o nosso País vive, chegando ao próprio Presidente da República e afetando também Senadores desta Casa, eu não posso... Hoje de manhã, na Comissão de Relações Exteriores, tivemos uma audiência, parte do nosso trabalho, das quintas-feiras pela manhã, mas não posso deixar de abordar, porque a quem a sociedade brasileira, o povo brasileiro, Sr. Presidente, pode recorrer numa hora dessa? Se estamos numa democracia, às instituições, ao Congresso.

A população neste momento tem muitas perguntas. Nós tivemos nesta semana a lembrança: de um lado, alguns comemorando um ano de *impeachment*, e, por outro lado, nós lamentando a escolha



que o Congresso fez um ano atrás. Essa posição minha não significa dizer que eu possa estar aqui, e não viria à tribuna se fosse para tripudiar, para tentar fazer brincadeiras ou tentar fazer acerto de contas com aqueles que foram os algozes da democracia neste País. Acho que não cabe. O momento é de extrema gravidade. O momento existe de cada um de nós um posicionamento sereno e muito responsável. Nós fomos eleitos Senadores da República. Somos 81 Senadoras e Senadores e não sei quem já viveu situação mais grave do que esta que nós estamos vivendo hoje. Eu nunca vivi, nos meus 57 anos. Fui prefeito da minha cidade, fui governador do meu Estado, vice-Presidente desta Casa. Essa é a continuidade de uma crise grande, profunda, e para a qual a solução apontada foi a solução errada: a de se romper com a soberania do voto, com a decisão das urnas. Houve intolerância de parte dos que perderam a eleição. Óbvio, houve erros do nosso Partido que tinha ganho a eleição, da nossa Presidente, esse desencontro entre campanha eleitoral e mundo real, crise econômica. E em vez de termos um ambiente de democracia plena para que a eleita pudesse enfrentar a crise, em vez de buscar a solução, agravou-se a situação econômica com o agravamento da situação política com o *impeachment*.

Há tempo a gente identifica no País – isto é um fato – um certo mau humor da elite e algo que é muito ruim numa sociedade, que é o ódio e a intolerância. Não estou aqui querendo passar para um lado ou para o outro. São os fatos, a realidade. E o que é nós estamos colhendo? Há um ditado popular que fala que quem planta vento colhe tempestade. No Brasil, parece que nós plantamos vento e estamos colhendo um vendaval, uma tempestade que atinge a todos. É óbvio, eu não posso não falar isso sendo Senador, representando o meu Estado, e não é porque sou do Partido dos Trabalhadores. Nós temos, inclusive, que nos reencontrar com a nossa história, assumir erros, falhas, nos reinventar, para podermos repactuar compromisso com a honestidade, com a ética, para trazer de volta o sonho, para trazer de volta a representatividade, a representação que de certa forma nós perdemos.

Mas os que nos apontavam o dedo, os que agrediam, que chamavam o Partido de "organização criminosa," o que ganharam com isso?

Eu não vou, não posso, não devo tentar fazer aqui uma mediação entre uma ação de instituições como o Ministério Público, a Polícia Federal e o Judiciário, com pessoas que estão a se explicar ou mesmo a enfrentar decisões judiciais. Não devo, não devemos fazer isso. Mas o que o Brasil mais tem feito é exatamente isso.

Ora, Sr. Presidente, nós vimos hoje – e aí é bom e tem que ser valorizado, sim, o Judiciário e o Ministério Público – que o Ministério Público hoje pediu a prisão de um membro do Ministério Público Federal. De um membro! Um membro importante, que estava atuando em operações dentro da sede da Procuradoria-Geral da República. Olha o tamanho da situação. Mais que isso, atuava junto ao TSE (Tribunal Superior Eleitoral) no processo que aprecia uma possível cassação da chapa da Presidente Dilma e do Presidente Temer, que está sendo relatado pelo Ministro Herman Benjamin. Um procurador que esteve aqui no plenário do Senado, dando lições de como deveríamos combater a corrupção, há poucos meses, foi preso por uma ação do próprio Ministério Público Federal.

Eu estou falando isso não para tirar diferenças com o procurador. Imagino a situação que ele deve estar vivendo. Não quero isso com ninguém. Mas é para fazer um registro de que, com esse ato,



o próprio Ministério Público está cortando na carne. O Judiciário está agindo e mandando mensagens.

Eu queria, Sr. Presidente, diante de tudo isso, poder ter um caminho para apontar para o nosso País, mas acho que não tenho. Não temos, porque fizemos uma escolha lá atrás, não deu certo, agravou a situação. Mas eu sou daqueles que acho que a situação do Presidente Michel Temer é absolutamente insustentável. A agenda que nós estamos debatendo aqui, independentemente daqueles que apoiam, independentemente daqueles que são contra, como é o nosso caso, também não pode seguir. Fez bem o Senador Ricardo Ferraço, que falou: "Não vou relatar enquanto não tivermos um ambiente com alguma normalidade no País."

Agora, como é que podemos fazer para trazer de volta um ambiente de mínima harmonia, de mínima confiança, que não...

O Sr. Otto Alencar (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Me dá um aparte, Senador?

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Sem dúvida.

Que não nos apequene mundo afora? Eu fui ver a imprensa internacional, Senador Lasier. A imagem do nosso País se apequenou, nos diminuímos. E quando eu falo "nos diminuímos," estou me incluindo, porque todos nós temos que nos incluir nisso.

Eu ouço o Senador Otto e o Senador Lasier em seguida.

O Sr. Otto Alencar (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Senador Jorge Viana, quero parabenizar V. Ex^a pela lucidez do seu pronunciamento. Eu acredito que não há outro caminho para o atual Presidente da República que não seja a renúncia, se ele tiver patriotismo. Senão, terá que ser feito o processo do *impeachment*, que é doloroso, demora muito tempo e pode trazer prejuízos, porque o Brasil vai continuar sangrando. Está aqui numa informação de última hora: "Michel Temer antecipou corte de juros do Banco Central a dono da JBS." Ou seja, diminuiu os juros para favorecer o Joesley, dono da JBS. Outro fato é que o Deputado do Paraná, o Deputado que era o homem de confiança do Presidente Temer, o Rodrigo Loures, ofereceu cargos no Cade, na CVM, em vários órgãos do Governo, para que o Joesley Batista indicasse. Então, não há como não se configurar um crime de responsabilidade do atual Presidente da República, Michel Temer. Eu acho que os erros cometidos... Aliás, da tribuna, desde o início em que V. Ex^a está aí, V. Ex^a, tanto quanto eu, nós dois lutamos contra o impedimento da Presidente Dilma, que cometeu seus erros administrativos, políticos e enfrentou várias dificuldades, inclusive minoria na Câmara e também aqui no Senado. Naquele momento, rolaram aqui, através do Senador Walter Pinheiro, várias assinaturas – e, inclusive, eu fui signatário –, para que...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu também.

O Sr. Otto Alencar (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – ... se convocassem eleições diretas. A Presidente não convocou e terminou sendo caçada. Perdeu o tempo na história de se consagrar e, percebendo que não podia continuar governando pela minoria que lhe foi imposta pelos favores oferecidos pelo atual Governo... O atual Governo, para ter maioria na Câmara e no Senado, ofereceu favores, fez o Ministério de pessoas que trabalharam para fazer o impedimento da Presidente Dilma. E agora o atual Presidente... Eu digo com toda convicção: era



uma tragédia anunciada. Um Governo que começa e tem, logo depois, oito ministros afastados por corrupção, não tinha como continuar, era uma tragédia anunciada. Eu esperava que fosse até antes. E aconteceu agora esse envolvimento do Presidente Michel Temer, até porque quem gravitava em torno do Presidente eram figuras já conhecidas. O Eduardo Cunha, Senador Jorge Viana, era da cozinha, da mesa do Presidente Temer, e tantos outros que fizeram isso. Portanto, encurralado, se ele tivesse grandeza, renunciava. Se não tiver grandeza, cabe rapidamente ao Congresso Nacional fazer o impedimento do atual Presidente da República. Serão dois Presidentes, no prazo de um ano, afastados. Não é bom para o Brasil, mas tem-se que tomar uma decisão rápida. O País não pode continuar sangrando, a população não vai suportar isso. Portanto, tem-se que, como eu falei aqui há pouco, tomar uma decisão rápida para resolver o problema do Brasil. Agradeço a V. Ex^a.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu agradeço o aparte.

Eu, com minha assessoria, Senador Otto, estava olhando que instrumento nós temos, na Constituição, Senador Cristovam – eu vou passar para o Senador Lasier –, para um momento como este. Nós temos o Conselho da República, mas o Brasil nunca... Só na época do Presidente Lula, em 2005, ele mandou os nomes. O Conselho da República é composto por Presidente da Câmara, do Senado, Líder de Maioria, Líder de Minoria, Ministro da Justiça e também por pessoas da sociedade, duas que o Senado indica, duas que a Câmara indica, duas que a Presidência da República indica. Ele pode ser convocado por decisão do Presidente da República ou por maioria dos seus membros. Nós nunca nos atentamos nem a estabelecer a composição do Conselho da República.

Na época do Presidente Lula, ele chamou Márcio Thomaz Bastos, Paulo Brossard, chamou Almino Afonso, personalidades para compor o Conselho da República, que, para mim, é uma alternativa – os arts. 89 e 90 da Constituição regulam isso – para haver um fórum, para dar alguma luz, que, somando-se ao Senado e à Câmara, possa haver algum caminho político.

Ontem eu vi, com alguma tristeza, articulistas falando que o Brasil melhorou, que a economia melhorou. Melhorou para quem? Tendência é uma coisa. Tem que melhorar agora, porque estamos, há três anos, em recessão e depressão – óbvio. E entrando lá é falando assim: não pode haver eleição direta, porque é inconstitucional, a Constituição não prevê. Gente, a Constituição não prevê, mas ela pode ser alterada. O Senador Reguffe tem uma proposta que passa para três anos o tempo em que, havendo uma crise desse tamanho, possamos convocar eleição. Depende do Plenário aqui.

Eu ouço o Senador Lasier. Senador, V. Ex^a tem defendido muito o Ministério Público. Eu não só defendo, mas devo até a minha vida à ação da Justiça Federal, do Ministério Público no meu Estado, por quem tenho o maior respeito. Agora, veja bem: o procurador que foi preso hoje foi à Câmara dos Deputados agora fazer a defesa das dez medidas de combate à corrupção. Olha como nós estamos! Ainda bem que o próprio Ministério Público agiu. E aqui merece os cumprimentos. Como pode? Ele, que foi a uma das audiências falar pelo Ministério Público do Brasil que o Senado e a Câmara – este lugar que não tem crédito nenhum – deveriam votar as medidas de combate à corrupção, foi preso hoje por corrupção.

Eu ouço V. Ex^a.

O Sr. Lasier Martins (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Perfeito. Muito obrigado, Senador Jorge Viana. Estou aqui, como sempre, acompanhando, com toda atenção e respeito, seu pronunciamento, sempre muito equilibrado. Esse caso do procurador só revela que o



Ministério Público Federal vem atuando com isenção, com equidistância, com imparcialidade, porque determinou a prisão dele.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Sem dúvida. Por isso, eu ressaltei isso.

O Sr. Lasier Martins (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Exato. E, com relação à minha intervenção é exatamente, Senador Jorge Viana, na mesma linha do aparte que V. Ex^a fez hoje no início, na metade dos trabalhos, porque realmente nós temos possibilidade, neste momento de incertezas, em que estão todos se perguntando o que fazer, e seria uma alternativa se criar, às pressas, porque não é difícil, aquilo que V. Ex^a propôs: o Conselho da República, previsto pelo art. 89 da Constituição e pela Lei nº 8.041, de 1990, para momentos de instabilidade das instituições democráticas, que é o que nós estamos vivendo.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Exatamente.

O Sr. Lasier Martins (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Então, nós não temos Presidente da República, no momento, apto para isso; não temos Vice, porque está envolvido nas acusações; mas o Presidente da Câmara estará brevemente assumindo a Presidência da República interinamente. E ele tem condições de compor esse Conselho da República para ajudar nesse debate. Hoje, por exemplo, é uma decepção – falei isso no meu pronunciamento no início da manhã – chegarmos aqui e não termos... E tenho apoio aqui do Senador Paulo Paim. Nós não tínhamos aqui 10% da composição do Senado, como não temos agora, quando hoje era um dia para estar aqui...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Casa cheia.

O Sr. Lasier Martins (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – ... inteiramente o Senado discutindo a situação, estudando a Constituição,...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – E buscando saída.

O Sr. Lasier Martins (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – ... procurando soluções, saídas, e lamentavelmente isso não está acontecendo. Então, temos uma alternativa. Vamos criar rapidamente, porque é possível, o Conselho da República para ajudar, já que nem mesmo o Senado está aqui presente. E, por outro lado, é reconhecer que V. Ex^a está a dizer que vivemos felizmente um momento de democracia – é verdade –, mas vínhamos vivendo também um regime de cleptocracia, porque o Brasil vinha sendo assaltado há muito tempo e continuava até agora. Então, é uma divisão. Temos um comportamento democrático, temos liberdades democráticas, mas não vínhamos atacando as penalidades, as punições que eram indispensáveis. E, com isso, esperamos todos que essa trágica crise que estamos vivendo encontre soluções brevemente. Cumprimentos por seu pronunciamento.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu agradeço e queria dizer: acho que temos que fazer como o Reino Unido. Numa crise lá, anteciparam eleições em três anos. Na democracia não há solução que não venha na legitimidade da decisão soberana do voto do povo brasileiro.



O Presidente Michel Temer precisa tomar uma atitude. Espero que ele tome. Imagino a dificuldade de vida que ele está passando, aos 75 anos, mas o Brasil precisa que ele tome uma atitude, que é sair da Presidência e, quem sabe, fazer um segundo gesto importante, dizendo: "Saio, se houver uma pontuação no Brasil por eleições." Aí vamos ver.

Estou propondo aqui também: vamos apreciar algumas emendas, alterar a Constituição. Não há nada de inconstitucional em fazer isso. Ao contrário, temos a prerrogativa: é número aqui, número na Câmara e decisão política. Mas trago esta proposta, sim, Senador Lasier, de que a gente regulamente imediatamente, faça as indicações, componha o Conselho da República e convoque o Conselho da República. A Constituição prevê. Está aqui no art. 90, inciso II: tratar de questões relevantes para a estabilidade das instituições democráticas no País. Estamos vivendo exatamente este momento.

Então, eu queria dizer que não é hora de tripudiarmos sobre ninguém, não é hora de acerto de conta, é hora de emprestarmos ao País o que temos de melhor, e não o que temos de pior.

Ouço o Senador Cristovam, com satisfação.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Senador Jorge Viana...

(*Soa a campainha.*)

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – ... em primeiro lugar, quero dizer que eu concordo com essa sua ideia de termos o conselho – já era tempo até de termos – e, sobretudo, com uma coisa que o senhor falou ontem, à noite, na saída, em que fiquei pensando: está na hora de nos juntarmos, coisa que o senhor, eu, o Capiberibe falamos, há tanto tempo aqui, e não conseguimos. O Senador Lasier hoje...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Importante.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – ... citou aqui a necessidade de estarmos juntos e a surpresa de isto aqui estar vazio. Eu lembro que, há uns anos atrás, sugeri que a gente fizesse uma vigília aqui, por alguma crise que aconteceu – aquela crise do povo na rua, bem antes da Presidente Dilma, se manifestando contra nós, os Parlamentares. Eu creio que era tempo de fazermos uma vigília aqui, de ficarmos aqui. Não precisa ser dia e noite, mas ficar aqui um tempo grande, tentando encontrar o caminho, como o senhor está tentando, dando sugestões...

(*Interrupção do som.*)

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF. *Fora do microfone.*) – ... sobre em que a gente mexe na Constituição.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Por gentileza, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – O tempo de V. Ex^a está esgotado, por gentileza.

(*Soa a campainha.*)



O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu peço, Senador Cristovam, que conclua.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – O que a gente tem, ou não, que ajustar na Constituição; o que se mantém na Constituição, mas que dá sustentação política, porque há momentos, como o de hoje, em que a Constituição, como está, precisa de sustentação política até de fora dela, por exemplo, o Presidente Temer renunciar. Quero também apoiar totalmente essa sua fala. Não há outra maneira, é um gesto mínimo de patriotismo, a não ser que ele desminta, de uma forma convincente, tudo isso. Aí a gente tem que pedir a renúncia de todos os diretores da Rede Globo por terem colocado algo que fosse falso. Eu acredito que foi verdadeiro. Eu acho muito difícil que isso não tenha sido verdadeiro.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – É duro, no País, ficar dependendo de uma emissora para saber. Acho isso grave.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – É verdade. Por isso, a renúncia é um caminho. A gente vai ter que pensar como fazer o dia seguinte, como blindar a economia.

(*Interrupção do som.*)

(*Soa a campainha.*)

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Presidente, eu posso ter tempo? Se não tenho, não há problema. Estou inscrito. Eu falaria depois.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Agradeço a V. Ex^a pela compreensão.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Está bem.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Só para concluir, Sr. Presidente, eu agradeço os apartes do Senador Otto, do Senador Lasier, do Senador Cristovam.

Não há outro remédio na democracia a não ser um entendimento entre quem tem função pública na busca de uma solução para o País. O povo brasileiro está esperando por nós. Eu queria concluir, Sr. Presidente. Não sou mais da Mesa Diretora, mas a situação é tão grave que acho que nós deveríamos mudar completamente a rotina de trabalho aqui no Senado. Deveríamos convocar sessão para amanhã, para domingo, para sábado, para segunda-feira, porque o Supremo deve estar esperando o que o Congresso vai fazer.

Nós somos Congresso Nacional. Niemeyer colocou a Câmara e o Senado na Praça dos Três Poderes...

(*Interrupção do som.*)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – ... e mais ao alto, não foi à toa. Foi numa concepção de que aqui é a Casa de quem passa nas urnas, Sr. Presidente, de quem vem das urnas.

Lamento, por exemplo, o Ministério da Justiça ter sido parte de negociação. O prédio do Ministério das Relações Exteriores e o da Justiça também foram construídos de maneira diferente, porque têm papel importante a cumprir na estrutura do Estado brasileiro. E hoje o Ministério da



Justiça está às moscas. Aliás, é o suplente do Ministro da Justiça que assumiu e que agora tem mandado de prisão. Estava lá com o Sr. Doria, fazendo palestra em Nova York, vendendo um Brasil que eles estão assaltando.

Eu queria concluir dizendo que acho que nós devemos ter um calendário, devemos convocar a sessão na segunda-feira, todos os Senadores e Senadoras, para trabalharmos aqui uma busca de solução para esta crise gravíssima que o povo brasileiro vive e que o nosso País vive, Sr. Presidente.

Eu acho que essa é uma sugestão que eu faço a V. Ex^a, como Vice-Presidente da Casa, que conduz...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Eu agradeço a V. Ex^a, Senador Jorge Viana.

Na Mesa, o Presidente, não deve dar opiniões quando preside.

Eu vivi 1964. Eu vi Carlos Lacerda, na tribuna, pedindo o *impeachment*, a queda do Jango. Eu vi Carlos Lacerda ser cassado. Eu vi JK concordando. Depois JK, Juscelino Kubitschek, cassado. Eu era diretor do Sindicato dos Bancários do Rio e fui cassado. Lembro-me da época de Magalhães Pinto.

Eu vejo essa situação hoje como um arremedo daquelas épocas. A nossa união deve acontecer. Já falei com V. Ex^a e com outros Senadores. Há uma crise e, nessa crise, para que não se vá viver novamente os anos de chumbo, deve haver um certo entendimento da classe política. Eu lamento muito.

Eu queria dizer também aos Srs. Senadores que esta sessão tem quatro horas. Então, nós vamos até as 2h30min. Nós temos uma série de oradores e, como não temos Ordem do Dia, cada orador tem direito a 20 minutos, a não ser a comunicação inadiável e a de liderança que tem 5. Por isso, estou tendo rigor.

A Senadora Ana Amélia, há muito tempo, está querendo falar, mas ela quer os 20 minutos. O Capiberibe também está querendo falar, como o Paulo, a Senadora Regina, o José Medeiros, o Reguffe. Então, daí é que eu estou tentando segurar o horário para que cada um cumpra os 20 minutos.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. *Fora do microfone.*) – A sessão pode ser prorrogada.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Sim, isso é outra coisa; mas, quando me comunicaram que eu viria como Vice-Presidente assumir a Mesa, disseram que, se o Presidente não chegasse até o horário de encerramento, eu encerrasse a sessão. Eu quero cumprir isso, e tenho prometido que vou levar as questões aqui levantadas à Mesa. É minha missão.

Assim sendo, vou conceder a palavra agora, para uma comunicação inadiável... Seria, pela lista, a Senadora Ana Amélia.

O SR. REGUFFE (S/Partido - DF) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – A não ser que ela queira aguardar.

O SR. REGUFFE (S/Partido - DF) – Sr. Presidente, pela ordem.



O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Pela ordem.

O SR. REGUFFE (S/Partido - DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Há como V. Ex^a apenas ler a lista de oradores para cada um saber a ordem em que está inscrito?

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Olhe, aqui ainda há a Senadora Regina Sousa, que falará logo em seguida – não agora; eu, primeiro, vou conceder a palavra ou à Senadora Ana Amélia ou ao Senador Cristovam, que está inscrito pela Liderança. Não; será o Senador Paulo Rocha, que está à frente do Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Eu prefiro falar na lista de oradores inscritos.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – V. Ex^a também está inscrito, em último lugar. Além disso, inscrito como oradores estão os Senadores Paulo Rocha, Lindbergh Farias, José Medeiros, João Capiberibe, Reguffe e Cristovam Buarque.

Temos seis, sete...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Sr. Presidente, eu prefiro falar pela Liderança do Bloco Socialismo e Democracia.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Exatamente. Está pela Liderança o Senador João Capiberibe.

Eu vou conceder a palavra agora... A Senadora Ana Amélia vai esperar a vez como oradora inscrita. Também está inscrito pela Liderança do PT o Senador Paulo Rocha, que faz essa opção.

Eu vou conceder cinco minutos ao Senador Paulo Rocha.

Vamos atentar para ao horário.

Com a palavra V. Ex^a.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Senadoras e Senadores, realmente chegamos ao ápice da crise política que foi instalada já há algum tempo.

Não é a busca de culpados. Eu acho que as lideranças políticas, os Partidos políticos têm responsabilidade perante a democracia do nosso País e perante o nosso povo. Mas é fundamental lembrar que esse momento que estamos vivendo agora foi provocado por uma conspiração política que se instalou no Brasil.

Forças políticas conservadoras, articuladas com interesses internacionais, golpearam a democracia para tirar um grupo que estava no poder instalado e que estava, mal ou bem, construindo o processo de um Estado social, dando oportunidades para todos, criando dignidade e cidadania para o nosso povo e para a nossa gente.

No primeiro momento, nos oito anos de Lula, nós enfrentamos um problema que era a questão da economia, em consequência dos problemas na economia mundial, mas soubemos atravessar esse momento, assegurando as mudanças e a instalação de um Estado democrático em nosso País.

O segundo momento foi já no governo Dilma, e acho que ela atravessou bem, enfrentando essas dificuldades. Realmente, já no final, houve problemas da economia, do processo de desenvolvimento do nosso País. Ao final, acho que nós, se cometemos algum erro, devemos fazer a autocritica no sentido de dirigir a economia do nosso País. No entanto, não havia nenhum motivo para golpear a



democracia. Havia dificuldades econômicas, mas a conspiração, que já estava instalada no nosso País, foi buscar criminalizar não só a Presidenta, mas criminalizar o Partido dos Trabalhadores, que estava como o principal comando de uma aliança política que estava se estabelecendo.

Então, o que nós estamos vivendo hoje é produto de uma crise. Havia problemas econômicos, mas não se justificava a quebra da democracia, a instalação de um processo que levou a esse estado de coisas. Esse processo começou a influenciar parte do Judiciário e parte do Ministério Público, que direcionavam o processo para criminalizar um setor da política brasileira. E essa situação acabou se alastrando para todos aqueles que hoje agora estão na berlinda do processo que se instalou no nosso País.

Por isso, o Partido dos Trabalhadores vem dizer o seguinte: agora não há outra saída. Os partidos políticos estão todos nesta crise, e a saída é consultar o povo. O povo é orientador quando nem os partidos nem as principais lideranças dão solução para o problema do nosso País.

A palavra de ordem, para facilitar as coisas, é que o Sr. Michel...

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – ... Temer, que se instalou ilegitimamente, renuncie e crie as condições para fazermos eleições diretas, chamando o povo a decidir. Este é o único rumo para sair da crise política: com um governo forte, saído do eco, da vontade, da força do povo. Este, sim, é aquele que tem a maior capacidade de resgatar a democracia no nosso País e direcionar um governo que seja instalado a partir desta democracia e a partir de um debate franco e aberto com um programa claro, para sair da crise política e da crise econômica que está instalada no nosso País.

Portanto, vamos chamar o povo para as ruas para bradar que deve haver eleições já e diretas, para eleger um novo grupo político. E que esse grupo se instale e possa tirar o País da crise econômica, da crise moral e da...

(Interrupção do som.)

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – ... política, que estão instaladas no nosso País.

Por isso, é responsabilidade de todas as lideranças aqui, de todos os partidos. A solução da crise é realmente novas eleições, para que, através do debate franco, aberto e democrático, o povo oriente, colocando quem seja no poder político do País para resgatar a grandeza que é o Brasil, o potencial que tem o Brasil de se desenvolver, distribuir renda, dar oportunidade para todos, gerar dignidade, gerar cidadania. Isso nós já conseguimos instalar no nosso País.

Por isso, tem-se que chamar o povo para realmente redirecionar isto que está instalado aí: a ilegitimidade.

Portanto, o Presidente Michel Temer deveria renunciar, retirar todas as suas iniciativas políticas...

(Interrupção do som.)

(Soa a campainha.)



O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – ... reforma da previdência, reforma trabalhista, as medidas provisórias que estão intervindo no processo. Não há saída por causa dessa ilegitimidade.

E chamar-se o povo para poder, através de uma eleição, instalar um novo governo que dê condições e tenha condições, com a força do povo, de tirar o País do problema da economia, tirar o País da crise política e tirar o País de todas as crises que estão instaladas hoje.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Muito obrigado, Senador Paulo Rocha.

Eu teria que chamar agora, eu já tinha anunciado, a Senadora Regina Sousa. Eu queria consultar a Senadora, porque a Senadora Ana Amélia realmente estava à frente. A Senadora Ana Amélia...

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Depois da Senadora Regina eu falo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Então, está certo. Então, com a palavra a Senadora...

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Porque a Senadora está aqui desde que eu fui para um compromisso e voltei.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Por favor, esteja à vontade.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Então, obrigada.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Então, com a palavra a Senadora Ana Amélia, com a aquiescência da Senadora Regina Sousa.

Ana Amélia, do PP, do Rio Grande do Sul; 20 minutos, Excelência.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Senador João Alberto, colegas Senadoras e Senadores, seria melhor que não pudéssemos hoje, nesta quinta-feira, dia 18 de maio, estar concentrando as nossas energias e o nosso trabalho na análise da mais profunda e aguda crise política que o nosso País está vivendo.

Sobressai, neste momento de crise, que o incêndio provocado na esfera política não poderá ser apagado com gasolina. Esta crise precisa da serenidade, do bom senso e da responsabilidade. A democracia precisa sobreviver mais vigorosa depois dessa depuração, e nenhum de nós, nesta Casa, tem o direito de trabalhar para não ajudar a construir uma saída política constitucional e institucional. E nós também temos a responsabilidade aqui de, preservando a instituição, tratá-la com a responsabilidade que ela precisa de todos nós. Mais do que o valor de cada Parlamentar aqui, sobressai esta instituição, o Senado Federal, e dela nós temos que fazer a defesa.

Hoje, Poder Judiciário, Ministério Público, Polícia Federal trabalham com o espírito republicano, o que a sociedade brasileira reconhece e respeita. E é exatamente este o caminho do Estado democrático de direito que nós temos que continuar trilhando, valorizando as instituições, e



não transformar o nosso País, nesta crise, em um ambiente de contínua beligerância entre oposição e situação. Hoje, a rigor, todos estão no mesmo barco, no barco consumido pela lama da corrupção, de uma Operação Lava Jato, que tragou os maiores partidos em nosso País.

Lamentavelmente, não tenho nenhum prazer e também não gosto de tripudiar sobre uma tragédia vivida por lideranças importantes da política brasileira, mas não posso me furtar, nem me omitir, neste momento, de estar aqui para dizer que acredito, sim, na força das instituições e que uma saída democrática e institucional precisa ser conversada, negociada. Não vai resolver revolver o passado, revolver o passado e dizer que aqui se tramou um golpe contra a ex-Presidente. Se isso resolvesse a crise, continuariamos a tratar desse processo.

O que foi feito aqui, no ano passado, nesta Casa, foi o Senado Federal, como determina a Constituição, promover um julgamento político por crime de responsabilidade. Agora, é diferente: é crime de obstrução da Justiça, que envolve o Presidente que está no poder. Eu não votei o *impeachment* para tirar Dilma e colocar Temer. Eu votei o *impeachment* pelo crime de responsabilidade cometido pela Presidente. E, agora, se o crime é de obstrução da Justiça, o tratamento é o mesmo, porque a nossa régua tem de ser a mesma em qualquer circunstância, em qualquer momento, porque a lei é para todos! A lei é igual.

E é exatamente com esse equilíbrio e com esta minha independência de atuação parlamentar que subi à tribuna para fazer esta manifestação. Está na mão do Presidente denunciado... As provas aparentemente robustas precisam vir à tona para que a sociedade conheça a profundidade dessas acusações e dessa denúncia, e o próprio Presidente tenha a possibilidade de, ele próprio, tomar uma decisão que cabe ao seu arbítrio pessoal, que é a renúncia.

Também temos o caminho da Justiça, porque o Tribunal Superior Eleitoral está neste momento fazendo o julgamento que condena a chapa Dilma/Temer, numa operação conjunta de recursos de caixa dois, na campanha eleitoral para reeleição em 2014.

Então, nós temos, pelo menos, dois caminhos para a solução mais rápida desta crise.

Com a contaminação desta Casa e também da Câmara, num processo de desgaste, porque muitos dos seus membros estão envolvidos na Operação Lava Jato, a credibilidade da instituição legislativa é muito pequena, é muito baixa. A sociedade cobra – e tem o direito de fazê-lo – de nós uma atitude responsável, uma atitude de independência, uma atitude comprometida com os anseios do País. E, evidentemente, se nós olharmos as manifestações da sociedade, ela dirá que o melhor é uma eleição direta.

Mas podemos fazer esse caminho dentro da regra constitucional, da regra legal? Essa é a grande questão. Como vamos sair desta crise criando um atalho na Constituição? Como vamos fazer um atalho na Constituição? Será que nós vamos continuar encontrando um jeitinho brasileiro de superar a crise? Nós temos de fazer o nosso trabalho, tendo a Constituição como Bíblia e a liberdade e a democracia como religião.

E é exatamente para não transformar o nosso País numa Venezuela que nós precisamos ter muita cautela, muita prudência. Não adianta ficar lambendo as feridas de um *impeachment* que aconteceu sob a égide da lei e da Constituição, porque isso não vai resolver os problemas de hoje. Os problemas de hoje têm de ser resolvidos com um olhar de hoje para o futuro.

O País estava recém saindo de uma grave recessão econômica, com 14 milhões de desempregados, uma queda na taxa de juros, uma queda na inflação, mais de 50 mil carteiras



assinadas, trabalho, emprego, isso tudo, hoje, já fica no cenário nebuloso da incerteza, da dúvida. Muitas coisas estavam caminhando: o dólar, a exportação, uma grande safra agrícola. Isso não pode ser comprometido pela crise política que estamos vivendo.

A economia e o País precisam continuar trabalhando, precisam continuar gerando empregos. O País precisa continuar vigoroso como é. Nós todos temos de continuar tendo enorme orgulho do Brasil. Envergonha-nos, claro, o noticiário internacional mostrar que corremos o risco de nos tornarmos uma republiqueta de bananas ou um país onde a corrupção manda e está disseminada por vários órgãos.

A relevância desse processo, Presidente, é que a própria Procuradoria-Geral da República hoje também deve lamentar que de um dos seus membros foi solicitada a prisão. Aí é que está, Senador Cristovam, o vigor das instituições que estão operando com espírito republicano.

Louvo aqui o comportamento daqueles que estão na oposição hoje e que, como um centro de equilíbrio, ocupam a tribuna e falam para buscar o entendimento, buscar o diálogo, buscar o respeito e a construção de uma saída que seja constitucionalmente vigorosa e politicamente correta. Nós não podemos, não temos o direito de frustrar o que pensa a sociedade brasileira.

Com muito orgulho, concedo um aparte ao Senador Cristovam Buarque.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Presidente, só para não tomar o seu tempo, tendo em vista a rigidez do Senador, quero dizer que uma coisa importante nós estamos falando: não dá mais para dizer que a Lava Jato é fruto de uma conspiração contra um partido. Pegou tudo. Hoje quem está mais ameaçado é o Aécio Neves, do PSDB, o próprio Temer. Então, não dá mais. Tudo tem sua vantagem. Uma das vantagens foi esta: acabou o Fla-Flu. A Lava Jato ganhou credibilidade a partir desse momento. Era só para chamar a atenção para esse ponto sobre o qual a senhora falou e que eu queria enfatizar. Não dá mais para dizer que Lava Jato é uma conspiração contra o Partido dos Trabalhadores. Não. É uma operação que vai até o fim, pegando inclusive procurador da República.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Agradeço, Senador Cristovam, porque disse que os maiores partidos estão igualmente envolvidos nisso. Então, não adianta lambiar as feridas. É preciso encontrar um caminho, uma solução.

Quando uma instituição, como o Ministério Público, resolve punir um dos seus membros, seja por decisão da Justiça ou por qualquer outra manifestação da corregedoria, nós estamos vivendo, de fato, um regime democrático que precisamos resguardar.

É exatamente nessa medida que penso que, agora, não adianta, não resolve o problema ficar lambendo as feridas de um *impeachment* que foi feito com o rigor da lei, com a Constituição em vigor. Aqui estava o Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ricardo Lewandowski.

Mas vamos continuar. Assim como fizemos no *impeachment* de Dilma, fazer da mesma forma com o Presidente Michel Temer, porque a denúncia de obstrução da Justiça é, sim, muito grave, Senador Jorge Viana.

O Sr. Jorge Viana (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu queria agradecer V. Ex^a pelo aparte, porque tive o privilégio já de falar. A situação se agravou demais. Não vou, obviamente, no pretérito, buscar diferenças que temos. A leitura do passado é fundamental para que a gente possa apontar os caminhos do futuro, mas essa leitura não pode trazer de volta temas superados e até que já fazem parte da história. O que me preocupa é o daqui para frente.



Sinceramente. Hoje é quinta-feira. Eu tenho o maior respeito e carinho pelo nosso 2º Vice-Presidente João Alberto. Ele falou ainda há pouco que o Presidente Eunício pediu para encerrar a sessão exatamente às 14h. Eu estava ali com o Senador Armando, com o Senador Cristovam, com outros colegas. Ora, se nós encerrarmos esta sessão agora, certamente não vão abrir amanhã de manhã, sexta; na segunda-feira, também não. Nós vamos voltar a ter um espaço para debater e pensar soluções – porque eu estou aqui no mesmo caminho da senhora e dele; porque o nosso Presidente ainda agora fez uma manifestação muito importante. Nós temos que encontrar uma solução. Eu estou propondo a convocação do Conselho da República, o Senado indicando as pessoas – arts. 89 e 90 da Constituição. Porque não há crise maior do que essa para o povo, as incertezas de quem trabalha, para o nosso País inteiro, de Norte a Sul, de Leste a Oeste. Então, o apelo que eu faço é: não é possível que a gente não tenha uma sessão que vá, pelo menos, até que todos os colegas que estão aqui possam falar os seus 20 minutos; senão, dirão daqui a pouco que o Senado também vai estar se omitindo, e eu sei que não é o propósito do Senador João Alberto. Eu o admiro muito, porque ele é firme, tem posições, mas o Brasil está precisando agora do Senado, da Câmara, não para nos xingarmos, mas para encontrarmos soluções para esse problema. Eu cumprimento V. Ex^a. O Supremo estará reunido daqui a pouco, mas acho que nós temos muito a fazer emprestando ao Brasil o que temos de melhor, deixando de lado o que temos de pior e, suprapartidariamente, tentando pensar como ajudaremos o povo brasileiro a ter fé, confiança de volta para seguir em frente com a vida.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu agradeço muito, Senador Jorge Viana.

Estamos de acordo, e penso também, concordando com V. Ex^a, que todo o esforço e os instrumentos que nós temos à mão, como o Conselho da República... É extremamente oportuna a convocação ou a formação dele para esse debate. Todo o esforço de todas as áreas, todas as instituições têm igual responsabilidade neste momento, porque estão em jogo o hoje, o presente e o futuro do nosso País, um país grande, a oitava economia do mundo. Nós não podemos desprezar e jogar todo esse esforço conquistado por empreendedores, por trabalhadores, pelas instituições que fazem o País funcionar. Nós não temos esse direito.

Portanto, eu quero também cumprimentar V. Ex^a porque, quando fez um enunciado depois de um pronunciamento, V. Ex^a falou como quem viu 1964, quem estava em 1964, e que falou, na antevéspera, que essa crise... O senhor fez uma analogia com 1964.

Então, caro Senador que preside esta sessão, João Alberto, nós temos sim, porque essa é uma responsabilidade, Senador Jorge Viana. Eu fico muito mais segura, mais tranquila quando vejo que Líderes de oposição como V. Ex^a têm esse senso de responsabilidade com o País, porque, como todos estão agora... Os partidos, a delação premiada não vale só para o PT. A delação é para o PSDB, é para o PMDB, é para o PP, o meu Partido. E lei que é para valer tem que ser assim: para todos. Não adianta dizer que a imprensa está conspirando, que há uma conspiração contra este ou aquele.

Senador Cristovam, obrigada. V. Ex^a tocou na ferida. E, se estamos todos neste barco, temos de fazer tudo para que este barco ganhe um rumo, o rumo da solução correta, adequada, ética, com o senso e a leitura da Constituição e a nossa responsabilidade institucional. Não temos outro caminho. Não temos esse direito. E não vamos apagar a crise usando gasolina. Neste momento, é preciso esse equilíbrio.



Então, eu queria agradecer aos Senadores Cristovam e Jorge Viana e a todos pela atenção.

Presidente João Alberto, veja que não usei o tempo a que eu teria direito, porque eu penso que isso dará oportunidade para que outros colegas possam também se manifestar neste momento.

Eu não podia me omitir nesta hora tão grave da vida nacional.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Sou eu quem agradeço a V. Ex^a, Senadora Ana Amélia.

Para uma comunicação inadiável, Senador Reguffe, sem partido, do Distrito Federal.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Presidente, enquanto ele sobe, pela ordem.

Só para dizer, Presidente, Senador João Alberto, que estou imaginando aqui como ficará a imagem do Senado se, a partir das 14h, a TV Senado estiver com a tela em branco ou com seus programas culturais, enquanto o Brasil todo em polvorosa. Nós temos de ficar aqui abertos até a hora que for.

Aliás, eu sugeriria ao senhor que fizesse um apelo aos Senadores para que viessem para cá. Que peguem avião os que estiverem fora de Brasília e venham para cá. E que fiquemos aqui enquanto houver alguém querendo falar.

Se o senhor tiver compromisso e não puder ficar na Presidência, eu não gosto de ficar na Presidência da Mesa, mas eu me submeto a ficar no seu lugar pelo tempo que for preciso.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Senador Cristovam, esta sessão normalmente acaba às 14h30. Agora, dizer a V. Ex^a que os Senadores estão ausentes... Não encontramos aqui nenhum Senador do PSDB. Não há um do PMDB. Os Senadores estão todos reunidos em outros setores.

Realmente, há uma crise instalada, e os Senadores estão trabalhando, estão discutindo a crise para encontrar uma saída. Todos os oradores, nas suas falas, têm dito que não temos nem 10% dos colegas aqui presentes.

Se houver necessidade, imediatamente convoca-se uma sessão extraordinária. Na segunda-feira, nós temos sessão. Amanhã, nós temos sessão. Quem disse que não teremos sessão amanhã? Teremos. E, na segunda-feira, também teremos, a não ser que haja uma ordem outra da Mesa Diretora, mas, por enquanto, estão mantidas as sessões.

Eu acho que a Casa está funcionando normalmente, com alguma gravidade. E talvez haja gravidade de que o Plenário não tenha conhecimento, que nós sabemos dela, e as providências estão sendo tomadas.

Permita-me, Senador, continuar normalmente a sessão.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Mas por que não ficarmos aqui? Aliás, toda quinta-feira vai até tarde da noite.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Mas todos nós podemos ficar. Não há empecilho algum para que não fique. Se houve necessidade, reabre-se a sessão, nós reabrimos a sessão.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Está bom. Reabriremos, então.



O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Com a palavra o Senador Reguffe, por cinco minutos, Excelência.

O SR. REGUFFE (S/Partido - DF. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Parlamentares, os fatos são absolutamente graves e o momento pede agilidade, rapidez, mas também respeito à Constituição Federal.

Na minha concepção, o Presidente da República Michel Temer precisa renunciar imediatamente ao seu cargo, precisa ter respeito aos brasileiros e renunciar para que o País possa imediatamente achar uma saída. O Presidente precisa renunciar; não renunciando, precisa haver *impeachment*, sim.

Agora, temos que ter eleições, mas eleições diretas, dentro da Constituição. O Congresso aprovar uma proposta de emenda à Constituição para que tenhamos eleições diretas, para que a população, soberanamente, decida quem ela quer e quem ela não quer, para que não haja contestações contra quem vier a assumir o poder, para que o País possa seguir alguma normalidade.

Eu apresentei, no ano passado, a Proposta de Emenda à Constituição 67, de 2016, que está na Comissão de Constituição e Justiça desta Casa e que altera a Constituição Federal, passando a prever eleições diretas para Presidente da República no caso de vacância deste cargo até o fim do terceiro ano do mandato, permanecendo eleições indiretas apenas se a vacância ocorrer no último ano do mandato. Protocolei essa proposta de emenda à Constituição no ano passado e ela está na CCJ.

Hoje, a Constituição Federal prevê eleições diretas apenas se a vacância ocorrer até o fim do segundo ano do mandato. É a população que tem que decidir. Quando há uma crise dessas, não vai se conseguir reunir um grupo de Parlamentares e se chegar a uma decisão. É a população que tem que ser chamada a dar a sua opinião. Só a vontade da população vai acabar com essa crise institucional que vivemos, porque estamos vivendo uma crise institucional.

Então, eu penso que o Presidente da República deve renunciar. Não renunciando, que haja um *impeachment*, sim, mas que o Senado Federal vote a proposta de emenda à Constituição de minha autoria, a PEC 67, de 2016, que altera a Constituição Federal para que, ocorrendo vacância do cargo de Presidente da República até o fim do terceiro ano do mandato, tenhamos eleições diretas e não eleições indiretas, como prevê a Constituição hoje, caso a vacância ocorra nesse momento.

Acho que isso seria uma resposta do Senado Federal, nesse momento, à sociedade brasileira, isso seria algo que pacificaria a população.

(*Soa a campainha.*)

O SR. REGUFFE (S/Partido - DF) – Ora, o Estado do Amazonas vai fazer uma eleição para governador agora. Por que não podemos ter uma eleição para presidente? Só o Estado do Amazonas pode eleger o seu governador? E o Brasil não pode eleger um Presidente da República diretamente para completar o mandato?

Não acho que, reunindo um grupo de Parlamentares e escolhendo alguém para ser Presidente, vá se sair dessa crise; pelo contrário, vai aumentar a contestação das ruas. O caminho para a saída da crise são as eleições diretas, sim, com respeito constitucional, ou seja, alterando a Constituição, que prevê, hoje, infelizmente, eleições diretas apenas quando há vacância até o fim do segundo ano. O caminho é o de eleições diretas. "Diretas Já", na minha concepção, pacificaria o País e daria à população o direito de ela escolher quem ela quer e quem ela...

(*Interrupção do som.*)



O SR. REGUFFE (S/Partido - DF. *Fora do microfone.*) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Eu que agradeço a V. Ex^a, Senador.

Com a palavra a Senadora Regina Sousa, por 20 minutos, Excelência.

Em seguida, pela Liderança do PPS, do Distrito Federal, o Senador Cristovam.

A SR^a REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, não sei se vou usar 20 minutos, mas são tantas coisas, que, de repente, posso usar. Não costumo falar tanto.

A primeira coisa que quero dizer, antes de entrar no assunto, é convidar todas as Senadoras e todos os Senadores a visitarem uma exposição que está aqui embaixo, em frente à agência do Banco do Brasil, sobre o trabalho escravo.

Acho que quem for ali, olhar e ver – não é só olhar, tem que ver, tem que reparar; um poeta já disse: "Se podes olhar, vê. Se podes ver, repara" – vai se sensibilizar certamente sobre como é tratado o trabalhador brasileiro. Daí, a nossa luta contra o trabalho escravo.

O momento é delicado. Não posso deixar de perguntar, sem querer provocar ninguém, pelas panelas. Isso nos intriga, não é? Porque não foi uma delação. Foi um flagrante! Porque, aí sim, digo, pela primeira vez, da forma correta: investigou-se, para, depois, denunciar.

É assim que deveria ter sido feito com todo mundo. Quando dizíamos que havia dois pesos e duas medidas, era porque havia. Pode ser que agora deixe de haver. Estamos percebendo agora a mudança de rumo, mas ninguém pode negar que foram três de massacre contra o PT. Denunciava-se todo mundo, mas eram 30 segundos de notícia e se apagava. Nunca mais se falava.

E o Lula sendo massacrado, destruído, uma pessoa que está ferida de morte, porque devassaram a intimidade dele, não só a vida política. Não podemos deixar de lembrar essas coisas, mas sei que é hora de se buscar a saída, porque não dá também para ficar fazendo cara de paisagem, como se não estivesse acontecendo nada grave.

E não pode ser o arremedo! Não pode ser manter o Temer a qualquer preço! Tenho medo de que os que não estão aqui estejam em algum lugar pensando isto: tentando achar uma saída, para manter o Governo. Não há como manter.

É lembrar também que é uma coisa de hoje, não é do passado. Até agora se falava coisa da eleição, de caixa dois, de não sei mais o quê. Esta é de hoje, de agora! Foi feita agora, em março, em abril.

Então, não se pode nem dizer que o Presidente não possa ser responsabilizado, porque ele já cometeu outros crimes, já foi denunciado por outros crimes, inclusive antes do *impeachment*, e diziam: "Não. Não pode ser responsabilizado pelo que fez antes do Governo." Agora não! Foi durante o Governo. Então, não há por que tentar segurar, tentar colocar panos quentes, como se diz no dito popular.

Se tivesse juízo ou senso, ele renunciaria, porque a popularidade dele deve estar abaixo de zero – já estava muito próxima disso. Com isso tudo que está acontecendo então, eu acho que ele não tem saída. O estrago no País está grande. Os rentistas vão reagir, porque a Bolsa parou. Quando foi que a Bolsa de Valores parou, minha gente? A Bolsa parou, o dólar subiu, as ações dos bancos despencaram. Então, os rentistas não vão gostar. É preciso que também vejamos isso.



A saída é pela legitimidade do voto, pelo voto popular. Só é legítimo aquele que vem do povo. Então, eu acho que o Governo Temer acabou. Instalou-se por um golpe e não vamos deixar de dizer, não. Foi um golpe na democracia brasileira, sim, tramado no Jaburu. Eu falei isso no meu discurso do dia 11 de maio. Eu fiz a cronologia do golpe e ele, Vice-Presidente, estava presente lá como personagem. Eu falei isso no discurso que eu fiz, no 11 de maio do ano passado, aqui, sobre a admissibilidade. Então, qualquer saída fora da eleição direta é uma provocação para a população, vai provocar a ira da população.

As pessoas ontem já foram para a rua espontaneamente: aqui e em São Paulo, onde a Avenida Paulista fechou. Então, é preciso respeitar esse sentimento popular. Qualquer saída vai provocar coisas que não queremos ver. Baderna na rua não queremos. Queremos que a saída seja pelas diretas.

O Senador Paim quer falar?

O Sr. Paulo Paim (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senadora Regina, eu faço questão de fazer um aparte a V. Ex^a, que é Presidente da Comissão de Direitos Humanos desta Casa. Tenho que elogiá-la. Já fui Presidente também com satisfação. Hoje sou seu Vice. Destaco o trabalho brilhante que V. Ex^a está fazendo lá. Ressalto essa última audiência da questão do trabalho escravo com artistas conceituados, que nos representam na luta contra o trabalho escravo no mundo, mostrando que o combate ao trabalho escravo não tem fronteiras. Mas quero também cumprimentar V. Ex^a pelo pronunciamento. V. Ex^a aponta a linha – que eu acho que tem que ser – da conciliação, da pactuação, do entendimento. Lembro eu pela minha idade que eu vivi o momento das "Diretas Já". Eu, como sindicalista, participei dos comícios das "Diretas Já". Depois participei da Constituinte, que também foi um grande pacto. Foi uma conciliação que acabamos construindo. E dizem que o PT não assinou. Não é verdade. Todos assinaram. Votamos contra inúmeras vezes. Pode pegar a Constituição quem quiser e vai ver que a nossa assinatura está lá. Depois disso, nós todos participamos dentro da democracia da disputa nos Estados e também em âmbito nacional. Avançamos! Atravessamos o momento do *impeachment*, mas a democracia resistiu – e não só a um *impeachment*, a dois *impeachments*: do Collor e o último, da Presidenta Dilma. A democracia há de resistir também neste momento. É um momento de unidade em âmbito nacional, independentemente de sigla partidária. Então, quando vejo alguns irem à tribuna falar, com todo o respeito que tenho a eles, deste ou daquele partido; não é hora dessa hostilidade. É hora de termos a grandeza, como dizia Brizola, de engolir até alguns sapos, mas construirmos juntos uma saída para o nosso País. E por isso, Senador Capiberibe, eu me reuni muito com V. Ex^a naquele período – lembra? –, em que nós queríamos antecipar as eleições para evitar o *impeachment*. E nós todos conseguimos 32 assinaturas e apresentamos uma proposta. Vejo hoje que o Senador Reguffe tem uma proposta aqui também, V. Ex^a tem outras. Todas vão no mesmo sentido. A CCJ podia se reunir na semana que vem e construir de imediato uma alternativa, independentemente do que a Câmara está fazendo, que é bom também que esteja fazendo, e caminharmos para as eleições diretas. Eu confesso, Senadora, tirando mais dois minutinhos, que liguei agora para o Senador Ricardo Ferraço. Disse-lhe que anunciei, da tribuna, que ele tinha retirado de pauta a reforma trabalhista. Disse a ele que nós agradecíamos em nome de milhões e milhões de brasileiros. É claro que eu não tenho procuração para falar, mas tive a liberdade de dizer isso a ele. Disse ao Senador Ricardo Ferraço que essa foi uma decisão sábia, de muita competência e de seriedade e que eu esperava – dizia a ele e repito aqui



agora – que lá, na Câmara dos Deputados, o Relator, enfim, os Líderes tenham a mesma competência, a mesma responsabilidade e retirem de pauta também a reforma da...

A SR^a REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Previdência.

O Sr. Paulo Paim (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... previdência. O próprio Senador dizia: "Nós estamos num momento de crise institucional. Temos que nos debruçar sobre essa crise, Paim", na fala que eu tive com ele agora. Eu disse: "É isso, mesmo, Senador. Fico feliz". E até brinquei com ele – e vocês assistiram aqui: eu mandei ali da tribuna um beijo para ele, mas, no coração, como falamos muitas vezes: "Um beijo no coração de todos vocês". Ele disse: "A minha posição é muito firme, muito clara. Não há retorno. Essa reforma não pode continuar". Então, eu queria só cumprimentar V. Ex^a, que, como sempre, embasada na história, com conteúdo, com argumentos sólidos, mostra que o caminho agora são as "Diretas Já". Reguffe, eu não pude fazer um aparte a V. Ex^a, queria ter feito, mas falava aqui da importância de a CCJ reunir-se na semana que vem e pegar as propostas que há na Casa – a do Capiberibe, a de V. Ex^a, que, no fundo, vão no mesmo sentido. Há uma outra também, que 32 assinamos – V. Ex^a assinou também. Mas vamos aprovar de forma rápida e buscar o caminho das "Diretas Já". E isso não é ferir a Constituição, não, não é ferir a Constituição. Olhe, essa Constituição tem mais de 30 artigos mudados, alterados em todo o sentido. Nós estaremos contribuindo para o País, ajustando a Constituição. E é nessa linha que vai a sua proposta. Senadora, desculpe-me pelo tempo. Obrigado.

A SR^a REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senador.

Eu quero continuar, até porque o Senador João Alberto é rigoroso com o tempo.

Eu quero dizer que não há que provocar a ira da população. Mesmo sendo constitucional, a eleição indireta não devolverá a paz a este País. Haverá questionamentos internos, externos e revolta nas ruas. Os dois Presidentes das Casas, Senado e Câmara, são citados. Então, eles correriam riscos se se atrevesssem a assumir. Acho que isso não seria bom. Eles devem continuar nas Casas, encaminhando as propostas para acharmos uma saída. Então, a saída é a eleição direta.

Ao Congresso cabe, exatamente como foi dito, conduzir a aprovação da PEC, analisar todas, porque, quando queremos aqui, aprovamos bem rapidamente uma emenda à Constituição. E eu acho que este momento exige que se aprove rapidamente uma emenda à Constituição que leve à eleição direta.

Agora, não poderia também deixar de fazer os desabafos das coisas engasgadas. Então, eu recebi hoje uma mensagem de um telespectador que me seguiu, que assistiu a um discurso meu no ano passado, e ele lembra uma frase que eu nem lembava mais, eu recuperei, quando eu dizia que havia dois pesos e duas medidas, sim, porque havia. Agora é que estão indo para o curso normal as coisas. E eu dizia: temos a certeza de que, em algum momento, a postura do Ministério Público, da Justiça Federal, da Polícia Federal e de outros vai mudar. A população vai cobrar a parcialidade acontecida agora, os dois pesos e as duas medidas. Uma hora destas, os Demóstenes, os Carlinhos Cachoeiras, os Jovelinos, os Olavinhos e outros, os pilotos de helicóptero vão falar.

E não é que aconteceu? Então, profecia. O telespectador é o Nelito Pereira, que é lá de São Paulo. Ele citou isso hoje numa postagem para mim.



Então, é preciso que tenhamos, como se diz, tento. Vamos achar a saída juntos, sem radicalismo, mas tentando consensos.

Eu acho que tenho que passar agora para o Senador Aécio. Não poderia deixar de falar do Senador Aécio, porque ele tinha uma pose aqui, que havia hora em que eu até achava que aquele homem não tinha culpa. A pose que ele fazia aqui, os discursos de uma hora que ele fazia aqui, quando ele vinha fazer intervenções, eram muito consistentes. Ele tinha, e agora eu sei, era confiança na proteção clara que ele tinha de um setor do Judiciário. Ele tinha uma proteção clara e tinha uma confiança na impunidade.

Os depoimentos de Aécio Neves eram ocultos. Quando não eram adiados, protelados, eram ocultos. O último depoimento dele durou menos de uma hora. Ninguém viu, não havia um jornalista, ninguém vazou uma palavra. Menos de uma hora é o tempo de um cafezinho. Deve ter sido um papo. E, quando saiu, disseram tanto ele como o advogado que tinham certeza de que seria arquivado o processo. E aí eu também aqui, num discurso, disse: eu também tenho certeza, porque era visível a proteção.

Então, agora não há como, porque, de forma correta, a Polícia Federal, primeiro, investigou, para poder trazer à tona as denúncias. E o Senador Aécio teve coragem de ir às passeatas de camisa da CBF. Foi dito que, como Presidente do PSDB, financiou as passeatas, os líderes disseram isso depois. Pediu a anulação da eleição, e agora o Lauro Jardim traz um artigo dizendo que a JBS deu 60 milhões em notas frias para a empresa, para poder ir dinheiro para a campanha dele. Como é que ele pode condenar uma campanha por abuso de poder econômico, pedir anulação, quando ele praticou as mesmas coisas?

E, aí, eu quero aproveitar para dizer: nós precisamos de uma reforma política. Se há uma reforma que nós temos que fazer agora, é a política. Esquecer trabalhista e previdência, porque essas coisas todas têm a ver com o modelo de processo eleitoral que nós temos. Se todo mundo for sincero, vai ver, com tudo isso acontecendo, que o caixa dois na eleição de 2016 correu solto, porque continuam as mesmas práticas. Se não se fizer uma reforma, não vai mudar. Então é hora duma reforma política, para este País mudar os seus costumes eleitorais.

A Srª Fátima Bezerra (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senadora Regina.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Pois não, Senadora Fátima. Rápido, porque o Senador está de olho em mim. Agora é o Paim. O Paim é mais tolerante. (*Risos.*)

Senadora Fátima.

A Srª Fátima Bezerra (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senadora Regina, eu quero cumprimentá-la e, mais uma vez, ressaltar aqui a importância da mobilização social e popular. Desde ontem, Senadora Regina, quando o Brasil tomou conhecimento desse episódio gravíssimo que é a delação envolvendo o Senhor Presidente da República, flagrado cometendo o crime de responsabilidade, as manifestações, de forma espontânea, estão acontecendo em todo o País. Elas continuam nessa quinta-feira e nessa sexta-feira. Em Natal mesmo, por exemplo, haverá manifestação hoje à tarde e nesta sexta-feira. Agora, a Frente Brasil Popular e a Frente Povo sem Medo estão de forma unificada chamando um grande movimento nacional o próximo domingo. Então, eu acho que domingo, Senadora Regina, vai ser um divisor de águas. Eu



acho que, no domingo, a força das ruas, Senador Capiberibe, será suficiente para que possamos aqui barrar qualquer acordo por cima, qualquer arrumadinho aqui por cima, que seria uma eventual eleição indireta, e para garantir aquilo que é o sentimento que toma conta das ruas e que vai se expressar fortemente nesse grande movimento unificado no próximo domingo, dizendo que não basta só o "Fora Temer", mas que nós temos que ter a questão das diretas já, para que continuemos a nossa luta por nenhum direito a menos. Obrigada.

A SR^a REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senadora.

Eu quero caminhar para a conclusão e dizer que a solução tem que sair daqui até para restabelecer o papel desta Casa, do Congresso Nacional, porque, se não sair daqui uma solução rápida, eu tenho medo das soluções que podem estar sendo gestadas por aí, que podem estar sendo tramadas. A Globo claramente abandonou as suas crias, porque ninguém pode negar que Temer e Aécio são crias da Rede Globo. Então, eu conclamo que todo o Congresso Nacional nos juntemos para achar uma solução rápida aqui. E é mais o caminho que tem que ser feito e não a solução, porque a solução é eleição direta, antes que aconteça uma solução antipovo. É eleição direta já. Qualquer coisa fora disso será uma agressão ao povo brasileiro já tão agredido.

Eu queria terminar com as frases que eu peguei hoje de duas pessoas. Uma é de uma jornalista. Com certa tristeza – se fosse contra o Lula, ela estaria falando com muita alegria –, a Eliane Cantanhêde disse que Temer despenca no escuro e deixa o País sem presente e sem futuro. A outra foi da Presidenta Dilma, de uma forma bem humorada. Na época do *impeachment* ou do golpe, ela disse que o Temer tinha vendido a alma ao diabo para ser Presidente da República e ela hoje disse assim para o Temer: "O capeta veio cobrar a fatura, Temer".

Eleições diretas já é a única saída.

Muito obrigada.

(Durante o discurso da Sr^a Regina Sousa, o Sr. João Alberto Sousa, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.)

(Durante o discurso da Sr^a Regina Sousa, o Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. João Alberto Sousa, 2º Vice-Presidente.)

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Eu que agradeço a V. Ex^a.

Eu concedo a palavra ao Senador João Capiberibe, PSB, do Amapá, pela Liderança do Bloco. V. Ex^a tem cinco minutos, por gentileza.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^as Senadoras, ouvintes da Rádio Senado e telespectadores, propostas para sair da crise não nos faltam. O que me parece faltar é um mínimo de coesão política, até porque a crise é da representação política.

O Governo Temer tentou contornar essa crise, apresentando reformas que assustaram a sociedade: reforma da previdência, reforma trabalhista. Todas elas terminaram estabelecendo um certo pânico na sociedade. E essa tentativa de impor reformas com retiradas de direito dos trabalhadores, dos aposentados tinha o sentido de desviar a atenção da crise política.

Eu estou aqui repetindo o que venho dizendo há um ano e meio: a crise é da representação política. Nós estamos vivendo a crise política. Nós, no ano passado, demos um encaminhamento que



feriu a democracia, e eu me posicionei contrariamente não por pertencer ao governo anterior. Não. Eu não tinha nenhuma relação com o governo da Presidente Dilma e, ao contrário, eu lhe fiz oposição, mas considero – e precisamos refletir no presente as nossas atitudes do passado – que o *impeachment* foi uma agressão à democracia. Daí, então, nós não conseguimos mais buscar uma saída política capaz de superar a crise política e a crise econômica. E não havia dúvida. O Senador Paim, várias vezes, abordou esse tema na mesma direção: a marcha da insensatez, da condução equivocada que o Parlamento dava, naquele momento, à crise que estávamos vivendo nos levaria a aprofundar mais a crise, com repercussão grave na economia. E, hoje, pelas últimas notícias, nós sabemos que tínhamos razão, que a crise é política e que envolve uma parcela importante da representação política brasileira. Ela, agora, atinge o Palácio do Planalto, com suspeitas e acusações já gravíssimas, inclusive a de que o Presidente Temer teria adiantado a Wesley ou ao dono da Friboi a variação da Selic. Isso aí, uma vez constatado, por si só, é um crime de extrema gravidade. Se isso for realmente constatado, nós estamos diante de um crime que precisamos tomar providências urgentes.

As alternativas são muitas. Nós temos alternativas para sair da crise, mas precisamos de um mínimo de coesão política. Sem isso, nós colocamos em risco até o ambiente social, as relações. O Estado deixa de regular as relações da sociedade quando não tem coesão política. E isso pode levar a um conflito social sem precedente no nosso País. Eu não tenho a menor dúvida de que, se nós não tivermos alternativas, não apresentamos solução... E ver o Parlamento vazio desse jeito me preocupa, porque dá uma demonstração de que há uma preocupação com o momento que o País está vivendo.

(Soa a campainha.)

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Eu creio que todos os Senadores estão na Casa. Eu suspendi minha viagem. Eu faria o lançamento de um aplicativo do nosso mandato em que o eleitor vai poder influenciar, inclusive, nas nossas decisões na medida em que ele participar desse aplicativo. Ele vai influenciar as nossas decisões nas votações em plenário. Isso aconteceria hoje, às 19h, em Macapá, mas eu suspendi a viagem para permanecer aqui em vigília, acompanhando cada passo dessa crise.

Eu tenho uma proposta de emenda constitucional que promove um referendo revogatório do mandato de Presidente. Esta pode ser uma alternativa: uma consulta popular, seguida depois de eleições diretas. A ideia não seria apenas eleições diretas para Presidente, mas eleições gerais. Acho que é hora de mudar o Congresso que está aí, até porque...

(Interrupção do som.)

(Soa a campainha.)

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Uma parte importante de Senadores e de Deputados Federais está sendo investigada. Então, o ideal seria que nós chamássemos eleições gerais, para resolver definitivamente a crise. Esse seria o grande encaminhamento. Para isso, precisamos construir a coesão política necessária.

Esse envolvimento do Presidente Temer está causando danos tremendos ao País. Os ativos brasileiros no mercado de Nova York caíram quase 10% e, aqui, também, no mercado interno. Então,



é uma crise que vai ter consequência para os trabalhadores, que vai provocar mais desemprego, que vai provocar mais falência das empresas e que vai provocar um clima muito ruim na sociedade. Nós precisamos agir com rapidez.

Sr. Presidente, aqui vai o meu repúdio a esse comportamento criminoso...

(Soa a campainha.)

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – ... da representação política. Isso não pode continuar. Nós precisamos estabelecer leis capazes de proteger o patrimônio coletivo, o patrimônio da sociedade brasileira, que está sendo dilapidado pelo mau comportamento, pela inconsequência da representação política. Infelizmente, tenho que reconhecer, como representante político, que nós temos um comportamento que nos submete a desconfianças generalizadas na sociedade e que, às vezes, até nos impossibilita de dar uma condução correta que seja respeitada por todos.

Agora, a oportunidade nós temos, as ideias não nos faltam. O que nos falta é construir essa coesão política capaz de nos fazer chegar a uma solução definitiva para a crise.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Eu que agradeço a V. Ex^a.

Eu soube que o Senador José Medeiros fez uma permuta. Seria o Senador José Medeiros. Então, eu chamo agora para usar a palavra o Senador Lindbergh Farias, como orador inscrito, por 20 minutos, PT, Rio de Janeiro.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nós estamos aqui de prontidão desde cedo; estávamos no dia de ontem. É uma crise gigantesca.

Nas ruas do Brasil, hoje, Senador Jorge Viana, estão sendo convocados atos em praticamente todas as capitais do nosso País. Vão ser mobilizações gigantescas.

Eu acho que o que está claro nas discussões aqui é que não há nenhum outro caminho possível para resolver essa crise política que não passe pelo povo brasileiro. A saída passa por antecipações de eleições.

Eu não vou discutir aqui que o Temer tem que sair, porque este Governo acabou. As pessoas sabem que não existe mais Governo Michel Temer.

Eu quero, inclusive, chamar a atenção para um fato que não é explorado pela imprensa. Na verdade, quem era o Presidente do Conselho Administrativo da JBS, ou melhor, da *holding*, da JIF? O Presidente, o principal executivo, era Henrique Meirelles. Henrique Meirelles! Eles fizeram uma delação admitindo inúmeros crimes. Será que o principal executivo da empresa não sabia, não participou!? Que delação é essa sem Henrique Meirelles!? Se é para ter delação da JBS e dos seus principais executivos, o Ministro da Fazenda tinha que ter saído do Ministério e ter feito delação também. Eu chamo a atenção para o fato de que o principal executivo, o principal nome, era Henrique Meirelles!

Aí, Senador Armando, surge um fato interessante nas gravações: o Michel Temer antecipou numa conversa com Joesley a redução de um ponto da taxa de juros da Selic. Isso é uma informação muito grave, porque isso significa dizer que passaram uma informação privilegiada para um grande empresário brasileiro, que pode ter usado essa informação para ganhar muito e muito dinheiro.



Eu quero dizer mais: tem que aparecer nessa delação o papel da JBS no processo do *impeachment* contra a Presidente Dilma Rousseff. Eu estou falando isso, porque eu sei que eles atuaram nesse processo, atuaram mudando voto de Deputados e Senadores naquele processo. Eu estive com a Presidente Dilma no dia 12 de maio, agora, em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. E perceber que foi esse pessoal que deu o golpe, que se apropriou de um discurso de ética para tirar e afastar uma Presidente como Dilma Rousseff para colocar essa turma lá no poder?!

Aqui, não é uma delação só, não, Senador Jorge Viana. Vejam bem: nós não estamos falando de delação. Sempre que falamos em delação, dizemos o seguinte: tem que haver prova. Delação só não é prova, mas era uma delação com uma operação da Polícia Federal, em que a Polícia Federal fez gravações, fez áudios e, inclusive, monitorou o deslocamento do dinheiro, colocando *chip* na mala de dinheiro. Isso é gravíssimo! Este Governo, volto a dizer aqui, acabou.

Eu concedo um aparte ao Senador Jorge Viana.

O Sr. Jorge Viana (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Senador Lindbergh, eu cumprimento V. Ex^a, que traz questões muito graves e sérias que estão em volta, mas eu ainda ponho um elemento. Por exemplo, o Procurador que foi preso hoje por uma ação importante do próprio Ministério Público Federal atuava na Procuradoria-Geral da República e esteve na Câmara dos Deputados fazendo a defesa intransigente das 10 Medidas de Combate à Corrupção em nome do Ministério Público, mas ele também atua no TSE. E o que o TSE está apreciando? Um processo que poderia dividir a Chapa Dilma-Temer em duas partes: condenar a Presidente Dilma e inocentar o atual Presidente Michel Temer. Tem que ser visto também que ação este Procurador estava fazendo lá no TSE, talvez tentando sabotar o trabalho feito pelo Ministro Herman Benjamin. O Ministro Herman Benjamin tem dado um exemplo para o Judiciário: de maneira discreta, séria, diligente, ele tem conduzido um processo muito sério e delicado que é a apreciação de uma denúncia que o PSDB fez de que a Presidente Dilma teria usado de ações ilícitas para ganhar a eleição de 2014. Vejam as voltas que este mundo dá. Acho que nós não devemos, de jeito nenhum, tripudiar, mas a ação que está sendo julgada lá é uma ação encabeçada pelo PSDB. O *impeachment* foi encabeçado pelo PSDB, e agora estamos vivendo esse drama. Acabei de ler que o Presidente Fernando Henrique Cardoso está, na capa do UOL, que é da *Folha de S.Paulo*, propondo a renúncia de Michel Temer. O ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso. É muito grave, é muito sério.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Ele fala alguma coisa da saída política?

O Sr. Jorge Viana (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Não. Ele diz que, se não houver uma justificativa que possa se contrapor ao que está sendo levantado, a renúncia é a única solução para o Presidente e para o Governo Michel Temer. Eu entendo que vale lembrar que, quando se questionava o mandato da Presidente Dilma, nós tivemos a coragem, neste plenário, de colher poucas, mas corajosas assinaturas, postas em um papel, propondo a diminuição do mandato da Presidente Dilma. Nós propusemos isso, com a convocação de eleições, encurtando o mandato da Presidente Dilma, uma proposta de mudança da Constituição. Isso porque entendemos e continuamos entendendo com a lógica de que, na democracia, a solução para a crise é mais democracia. Ou seja, convocar a população, convocar eleições gerais, convocar eleições diretas. Fizemos isso antes de a Presidente Dilma sofrer o *impeachment*. Fizemos depois do *impeachment*, e



estamos propondo agora. V. Ex^a é Relator de uma proposta de emenda à Constituição, e eu faço até um apelo, porque vi articulistas ontem dizendo que não pode haver eleição direta porque é inconstitucional, porque a Constituição não prevê. Nós somos legisladores. A Constituição da República Federativa do Brasil foi feita nesta Casa: pode ser alterada por esta Casa. Há uma proposta do Senador Reguffe que altera: em vez de dois anos, o prazo em que se convoca eleição direta no caso de impedimento de Presidente da República passa para três. Aprovada essa emenda à Constituição, haveria uma solução que passa pelas urnas, que passa pela vontade soberana do voto, que fortalece a democracia e que dá respaldo a quem venha assumir a Presidência da República. Qualquer tentativa de atalho pode fazer com que a coisa ainda piora. O Brasil plantou vento e está colhendo tempestade. Está na hora de o bom senso prevalecer. Essa marcha da insensatez, que destrói conquistas do povo e que fere a democracia, acho que chegou ao fim. Acho que temos que fazer agora um reencontro do Brasil com a democracia. Parabenizo V. Ex^a, Senador Lindbergh.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Agradeço o aparte, Senador Jorge Viana.

Volto a dizer, e está aqui o Senador Reguffe... Ontem eu assisti, até tarde da noite, à GloboNews e, de 15 em 15 minutos, eles diziam: "Não pode haver eleição direta, é inconstitucional".

Ora, pessoal, a crise é muito grande. Em um momento como este, nós Parlamentares temos que escutar primeiro as ruas, a sociedade, que querem eleição direta. A sociedade brasileira não aceita que este Congresso eleja um Presidente de forma indireta. E se eleger, esse Presidente não vai ter força política. Alguém com legitimidade popular para tirar o País da crise...

Então, em momentos como este, temos que nos sentar aqui, independentemente de partidos, e tentar achar uma saída para a crise. Há um Senador aqui que todo mundo sabe que é meu desafeto, o Senador Ronaldo Caiado. Ele está defendendo eleição direta. Pode haver outros partidos aqui com posições distintas das nossas também.

E aqui o Senador Reguffe é autor de um projeto, aliás, de uma PEC que, na verdade, diz o seguinte: hoje, na Constituição, o que é que está escrito? Se você for afastado nos dois últimos anos, será eleição indireta – está escrito na Constituição. Ele muda. Ele diz o seguinte: até seis meses antes do prazo final do mandato, se o presidente renunciar ou for afastado, tem que haver eleições diretas.

Eu liguei para o Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, o Presidente é o Senador Edison Lobão, e nós pautamos para a próxima terça-feira o projeto do Senador Reguffe, de que eu sou Relator. É um projeto, eu acho, feito num momento de muita lucidez do Senador Reguffe, e o projeto tem tudo a ver com o que a gente está vivendo.

Então, eu espero, Senador Reguffe, que na terça-feira a gente consiga aprovar esse projeto na CCJ.

Eu dou a palavra ao Senador Reguffe, depois à Senadora Fátima Bezerra.

O Sr. Reguffe (S/Partido - DF) – Senador Lindbergh, eu quero parabenizar V. Ex^a pelo relatório favorável à minha proposta de emenda à Constituição. Quero também aqui parabenizar o Senador Edison Lobão pela lucidez e pela sensatez de colocar esse projeto, essa proposta de emenda à Constituição na pauta da CCJ, na próxima terça-feira. E quero dizer que a saída tem que ser pela Constituição, sim. Mas a Constituição, ao dizer que eleições com vacância nos últimos dois anos do mandato são eleições indiretas, está contribuindo para a crise que a gente está vivendo: vai colocar alguém sem legitimidade na Presidência da República. E não vai ser alguém sem legitimidade que



vai pacificar o País. Então, o poder soberano é da população. É a população que tem que dizer quem ela quer e quem ela não quer. É a população que tem que dar a palavra final. Então, a saída vai ser pela Constituição, sim, aprovando a minha proposta de emenda à Constituição, que tem o relatório muito bem feito por V. Ex^a. Aprovando essa proposta de emenda à Constituição, nós, ao invés de termos eleições indiretas, teremos eleições diretas. Havendo a vacância até o fim do terceiro ano do mandato, passa-se a ter eleições diretas. A população vai ser chamada a decidir quem ela quer e quem ela não quer. Isso é uma saída para a crise – isso é uma saída para crise. E mais: deveria estar sendo apoiada por todos os partidos políticos, por todas as forças políticas.

O Sr. Jorge Viana (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. *Fora do microfone.*) – Isso.

O Sr. Reguffe (S/Partido - DF) – Porque eu não posso acreditar que as pessoas aqui acham que um grupo de Parlamentares reunidos numa sala vão saber qual é o melhor destino para o País do que a população diretamente. Eu acho que a população é que tem que decidir quem ela quer e quem ela não quer.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Muito obrigado, Senador Reguffe.

Antes de passar para a Senadora Fátima Bezerra, eu fico perguntando: por que será que eles têm tanto medo de povo? De o povo vir a decidir este processo? É claro, Senadora Fátima, que eu fico vendo essa perseguição contra o Presidente Lula. O medo de eleição para eles hoje é o medo do Lula. Porque eles estavam com um roteiro, fizeram um roteiro, e estavam trabalhando para ver se o Lula era inviabilizado como candidato, se ele teria uma condenação em primeira e segunda instância. Eles estavam trabalhando isto para 2018: tentar tirar o Lula.

Então, antecipar eleição eles veem com medo do Lula. Os senhores não têm que ter medo. Coloquem um candidato. Apresentem propostas. Agora, vão tem que ser propostas, Senador Paulo Paim, diferentes dessas, porque eu quero ver eles ganharem uma eleição propondo essa reforma da previdência, aumentando para 65 anos a idade de aposentadoria. Eu quero ver eles ganharem uma eleição aumentando de oito para doze horas a jornada de trabalho diária. Eu quero ver eles ganharam a eleição propondo diminuir o tempo do almoço do trabalhador de uma hora para meia hora. Vocês vão ter que arrumar um outro discurso, porque esse discurso que os senhores estavam fazendo aqui, esse não ganha eleição.

Isso vocês só conseguiram aplicar com um golpe. Agora o golpe foi desmoralizado. Foi há pouco mais de um ano toda aquela encenação que fizeram aqui! Desmoralizado esse golpe! Que vergonha fizeram com o País! Eu sempre digo: que elites nós temos? Não merecem ser chamados nem de elites, porque não têm compromisso, projeto nacional, são classes dominantes.

Fizeram isto: afastaram uma mulher como a Dilma para colocar essa turma. Esse pessoal sempre soube quem era Michel Temer, quem era Eliseu Padilha, quem era Eduardo Cunha. Sempre soube! E você veja, o Eduardo Cunha, o Michel Temer obstruindo a Justiça, comprando. Eduardo Cunha ganhando 500 mil por mês na cadeia. Estava lá, na cadeia, ganhando 500 mil por mês. Como é que esse Presidente ainda não saiu de lá?

Senadora Fátima Bezerra, concedo o aparte.

A Sr^a Fátima Bezerra (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Concordo com V. Ex^a e acrescento que, nessa última quarta-feira, com essa delação bombástica



envolvendo o Presidente da República, acusado de cometer crime de responsabilidade, diria, Senador, que os protagonistas do golpe contra a democracia, que foi aquele processo de *impeachment*, não estão só desmoralizados neste exato momento, estão desmascarados. E o principal protagonista, que foi o Senador Aécio Neves, o candidato derrotado, que não respeitou a soberania popular e que tomou aquela iniciativa de entrar com um processo de *impeachment*, na ânsia pelo poder, na obsessão pelo poder. Veja bem, apresentava toda aquela cara de moralista, dizia que, para acabar com a corrupção, era preciso destruir o PT. O Senador Aécio Neves, hoje o político mais citado e agora em uma situação gravíssima! As gravações mostram ele recebendo propina para contratar advogado para se defender. Então, eu diria, Senador Lindbergh, que, neste momento, o nosso papel é o papel de afirmar a democracia. Por isso que V. Ex^a tem insistido muito aqui, dizendo claramente que não contem conosco, de maneira nenhuma, para que seja viabilizado qualquer acordo. Não contem conosco, porque nós não vamos aceitar. O PT, ao lado das oposições, junto com o povo, nas ruas, nós não vamos aceitar, de maneira nenhuma, que o Brasil seja vítima de mais um acordo, que seria o golpe dentro do golpe, uma solução por via indireta, passando por esse colégio eleitoral, quando esse colégio eleitoral inclusive também não tem autoridade política para assim encaminhar. O que este Congresso, encerro, pode, deve e vai fazer é, isso sim, alterar a Constituição para que nós possamos realizar as eleições diretas e, aí sim, o Brasil tomar exatamente outro rumo. Por isso que, para o domingo, eu não tenho nenhuma dúvida, a Frente Brasil Popular e a Frente Povo sem Medo estão convocando a população, e as ruas vão ser invadidas pelo sentimento de indignação – e com muita energia –, para que domingo fique marcado definitivamente como o dia em que nós vamos dizer que a democracia vai valer a pena, com o Fora Temer, com as eleições diretas, e continuando nossa luta por nenhum direito a menos.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – V. Ex^a foi muito feliz, porque quais foram os três maiores protagonistas do pedido de *impeachment*? Foram o Senador Aécio Neves, que não aceitou o resultado eleitoral e que, três dias depois da derrota para a Dilma, entrou na Justiça pedindo recontagem de votos; Eduardo Cunha, que foi quem começou o processo do *impeachment* no momento em que os Deputados do PT anunciaram que iam votar pela cassação dele; e Michel Temer. São esses três: Aécio, Temer e Eduardo Cunha!

Um ano depois, a desmoralização completa do golpe, Senador Paulo Paim. Esse golpe tinha de ser anulado. Eu falei para a Presidenta Dilma que, um dia, vou estar vivo para estar neste Senado Federal, para que este Senado faça uma sessão anulando aquele processo, como foi na história: aquela sessão em que o Auro Moura de Andrade declarou vago o cargo de Presidente da República quando o Jango estava no Brasil. Ele fez isso, mas, 40 anos depois, o Senado Federal anulou aquela sessão. Isso vai acontecer porque foi muito rápido o processo de desmoralização desse *impeachment*.

Agora, Senador Paulo Paim, eu concedo um aparte a V. Ex^a, dizendo-lhe uma coisa: uma vitória nós tivemos. E quero cumprimentar aqui o Senador Ricardo Ferraço, que é o Relator da reforma trabalhista, porque ele hoje deu uma entrevista muito lúcida, que eu aplaudo. Ele disse que não havia a menor condição de a reforma trabalhista continuar tramitando dessa forma. Nós temos de suspender esse processo, que não pode avançar.

(Soa a campainha.)



O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) –
E é uma reforma trabalhista criminosa contra os trabalhadores brasileiros.

Senador Paulo Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senador Lindbergh, eu não poderia deixar de fazer um aparte a V. Ex^a e cumprimentá-lo pelo pronunciamento, pela firmeza, pela convicção – convicção mesmo – da verdade absoluta sobre a maldade dessas duas reformas. Como o tempo é pouco, eu só diria o seguinte para complementar: primeiro, eu acredito muito na energia do Universo, que conspira para o bem. Para quem faz o mal, o Universo acaba fazendo com que a pessoa responda aqui na Terra ainda. Lá em cima, vai ser outra história que vão ter de responder também. Mas conspira, e, por isso, está acontecendo tudo isso. Quero dizer, por fim, que eu espero, Senador Lindbergh – quero mandar aqui uma mensagem para o Relator da reforma da previdência lá na Câmara: façam o mesmo gesto que fez o Senador Ricardo Ferraço.

(*Interrupção do som.*)

O Sr. Paulo Paim (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ele decidiu. Há uma crise institucional no País, e, com isso, suspenda-se o debate da reforma trabalhista e a votação. Faça a mesma coisa. Você, quem sabe, está assistindo ao Senador Lindbergh na tribuna agora: Relator da reforma da previdência na Câmara, tenha esse gesto de coragem, de hombridade, de grandeza e de sabedoria. Eu nem digo que vá arquivar, mas que suspenda e deixe que outro Presidente, eleito pelo povo, pelo voto direto, faça a discussão adequada, tanto no campo da previdência como na área do trabalho. Parabéns a V. Ex^a.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Presidente João Alberto, só mais um minuto para concluir mesmo.

Eu encerro, aqui, o meu discurso, chamando o povo brasileiro a ocupar as ruas no dia de hoje. Hoje, está marcado passeata, um ato na Avenida Paulista, em São Paulo.

(*Soa a campainha.*)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Está marcado no Rio de Janeiro, da Candelária – o senhor já viveu no Rio de Janeiro – à Cinelândia. Em Belo Horizonte também, na Praça Sete, e em todas as capitais do País.

Então, nós estamos num grande movimento para construir a campanha "Diretas Já". Vou botar até na minha página, agora, uma charge do Henfil sobre diretas. É a figura de Sobral Pinto levantando o braço, defendendo as diretas. Estamos articulando isso aqui, mas é fundamental que as ruas se manifestem. Domingo vai ser um outro dia de grandes mobilizações pelo País. Estou convencido de que se o povo brasileiro for às ruas, nós vamos mudar a Constituição e antecipar as eleições.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Eu que agradeço.

Concedo a palavra ao Senador José Medeiros. Por vinte minutos, Excelência.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente João Alberto, todos os brasileiros que nos acompanham pela Rádio e pela TV Senado, que nos acompanham neste momento



pelas redes sociais, creio que só V. Ex^a, com o tanto de tempo que tem acompanhando a vida do Brasil, a história do Brasil – podemos dizer que é a história contemporânea viva – pode mensurar este momento pelo qual estamos passando, este momento de fragilidade política, de uma imensa fragilidade também na economia. Uma coisa depende da outra, basta ver o que ocorreu hoje com a Bolsa, com o dólar. A Bolsa brasileira teve de, inclusive, fazer o chamado *circuit breaker*: param quando chegam a uma queda de dez pontos.

É um momento muito difícil, mas os próprios estudiosos e os pensadores já diziam que os momentos de crise aguda são momentos em que você tem a oportunidade de mudar o curso de tudo. Nós estamos agora diante de uma situação em que temos de nos reunir para achar uma saída, sob pena de que o povo tome as rédeas da situação e venha para as ruas novamente, de que tomem a procuraçāo – não direi as rédeas –, mas de que tomem a procuraçāo que nos deram de volta e que vão para as ruas novamente. Isso, neste momento de conflitos, não seria nada bom para o País. Não seria bom por quê? Porque o Partido que era chamado de o dono das ruas, que saiu do Governo porque o povo puxou de volta a produção que a ele tinha dado, não se contentou. Mesmo no momento em que estava saindo, seus principais líderes chegaram a dizer: "Vamos tocar fogo neste País, vamos incendiar este País". Realmente, de lá para cá, foi o que aconteceu, com conflito. Tivemos até cadáveres.

Mas, neste momento, nos busca fazer avaliação do cenário: como chegamos a este ponto? Como foi que chegamos a este momento de tão extremada crise no cenário político? É bom a gente rememorar aqui, porque hoje eu vi vários Senadores chegarem aqui e passarem uma régua no passado do Governo passado, como se eles não tivessem responsabilidade nenhuma. Chegaram aqui apontando o dedo sobre esse fato que aconteceu ontem, que os jornais noticiaram.

Eu achei interessante, porque, até poucos dias, Senador João Alberto, a Polícia Federal não tinha credibilidade. Tudo que ela dizia era como se a Polícia estivesse fazendo parte de uma perseguição ao Governo que saiu. Era como se todos os delatores fossem mentirosos. Então eu acho que, de certa forma, os que diziam isso aprenderam uma lição. Primeiro, pelo que eu vi que foi dito hoje, que delações premiadas têm validade. Pelo menos passaram, a partir de hoje cedo, a ter validade, por todos os que falaram aqui. Segundo, que gravações de corrupção do Presidente não são uma afronta à democracia – porque até então eram, tanto do ex-Presidente Lula quanto da ex-Presidente Dilma, eram uma afronta à democracia. E dizia-se aqui – inclusive o Senador que me antecedeu, dizia: "Imagine gravar um Presidente da República!" Era o que falava. Mas a partir de hoje passaram a ser normais dentro da democracia.

Também uma lição que ficou hoje para o Partido que saiu do poder é que a Lava Jato e as demais operações de combate à corrupção não são uma perseguição contra Lula e contra o PT. Agora há pouco uma Senadora disse aqui que agora vale, porque antes eram parciais. Eu falei: "Não é possível! Esse raciocínio não cola". Ou a Polícia tem credibilidade ou não tem. Ou o Ministério Público tem credibilidade ou não tem.

E também eu acabei sabendo hoje que a Globo não é golpista, que o noticiário da Globo também agora vale. E também que a Polícia Federal não atua na ilegalidade. Isso tudo foi hoje cedo, aqui assistindo aos discursos. E mais um ponto: que até agora os delatores eram pessoas criando histórias para evitar que Lula fosse candidato em 2018. Agora não, as delações valem.



Medeiros, você está querendo inocentar alguém? Não, eu estou fazendo uma reflexão sobre como é e por que é que essas pessoas estão defendendo tanto a democracia hoje, por que querem tanto que mude a Constituição – porque já estão chamando, até, que, se houver eleição indireta aqui, será um golpe. Que golpe? É o que está na Constituição! A menos que o TSE faça uma mudança e diga que vá ter nova eleição. Mas até agora... e já estão dizendo.

Por que é que estão tão ávidos, tão acelerados? E ontem falavam com tanta alegria aqui que aconteceu e que o Temer foi gravado. É na esperança, sabe de quê? De que haja eleição imediatamente. Para quê? Para que Lula venha como candidato. E eu acho até positivo, Senador João Alberto, que haja isso, porque, aí sim, vai ser julgado pelas ruas e pelo que fez com o povo brasileiro.

Primeiro, só para fechar esse tópico, não houve parcialidade alguma. As coisas foram feitas de forma tão atabalhoada por esses 13 anos de governo, que eles, na sua arrogância... Estou para dizer que nem a ditadura militar, Senador João Alberto, foi tão arrogante no poder quanto esse grupo que estava no poder até há pouco. Se sentiram acima de todos, donos da verdade, e até a própria Bíblia diz: "a arrogância precede a queda". E aqui tem um trecho bíblico que também ilustra bem isso. Dizem que Nabucodonosor fez os Jardins Suspensos da Babilônia, subiu e disse: "Eis a Babilônia, que construí para o meu deleite, para a minha honra". O Lula se comportava um pouco assim no poder: "eis o Brasil, meu jardim". Era como se ele fosse dono de tudo, tutelasse a todos. E subiram no poder, todo mundo sabe de que forma: usando os pobres como biombo, usando as elites também, criticando as elites e apontando o dedo para os outros. Era assim que faziam.

E, quando chegaram ao poder, o que aconteceu? Porque eram donos de todas as soluções para o País. Quando chegaram ao poder, aconteceu uma coisa interessante. Vou citar só algumas coisas aqui para que a gente não perca. E por que estou falando isso hoje? É por que quero fazer um fechamento com os acontecimentos, porque a gente precisa contextualizar o que aconteceu hoje, o que está acontecendo no Brasil hoje com o passado recente, porque é uma coisa ligada a outra.

Para falar de alguns prejuízos que esse governo deu para o Brasil: Angra, R\$4 bilhões; o setor de energia foi totalmente desregulamentado e arrebentou com o setor. Mas, veio a Copa do Mundo também, preço dos combustíveis, a conta de luz, a Bolsa Empresário, Abreu e Lima, o Fundo Soberano, Pasadena, Petrobras, a transposição do Rio São Francisco, o Comperj, os *swaps*, que deixaram prejuízos de mais de R\$120 bilhões. Essas foram só algumas coisas, sem citar as pedaladas que, no *impeachment* aqui, chegamos à conclusão de que foram quase R\$100 bilhões.

Esse foi o governo do Partido dos Trabalhadores. "Mas nós ajudamos os pobres, tiramos milhões da pobreza". É verdade, e colocaram mais depois, porque cheque sem fundo, uma hora chega o cobrador. Você dá um cheque e não tem lastro, você tem que pagar a conta. Foi isso. Deixou o País, o Brasil, arrombado, arrebentado.

Qual era o mote desse grupo para chegar ao poder? Era acabar com a corrupção e melhorar a vida da gente. Aí, quando se quebrou uma das pernas, ficou com o "melhorar a vida da gente". E aí vamos fazer benesses, vamos dar tudo. Acontece que o dinheiro público tem um limite, Senador João Alberto, e não tem como satisfazer a todos. John Kennedy dizia: "Não sei qual o segredo do sucesso, mas o do fracasso é querer agradar a todos". Olha, quem dera se a gente pudesse ajudar todo mundo. Quem não queria acabar com a fome do mundo, com tudo? É uma coisa boa, mas isso tem um preço.



E eles abriram Bolsa Empresário, "bolsa aquilo", duzentos e tantos milhões para um, duzentos e tantos milhões para outro. E assim vai.

Quando terminou o Governo do Lula, ele resolveu fazer uma coisa. Eles aprenderam o seguinte: "Vamos ganhar algum também!". E o Lula saiu pelo mundo como um caixeiro viajante, tutelado por uma empresa e vendendo o Brasil. Ele fazia a transição: fazia o negócio lá e pegava os aportes no BNDES, e o negócio voltava, uma parte, para os companheiros.

Isso aí foi justamente o alicerce de toda essa crise. O Brasil chegou a um momento em que não havia mais como, não se aguentava. Aí, desmoronou-se o castelo deles, porque se descobriu que aquela prosperidade toda era um castelo de cartas: quando se assoprou, caiu tudo.

Descobriu-se que sempre havia superávit – e isso a gente descobriu no processo de *impeachment*. Havia superávit todo ano. Por quê? Porque as contas eram maquiadas. Foi igual àquela empresa Enron, que era a maior do mundo, que falava assim: "pergunte por quê". Por que é pagavam tantos dividendos? Porque maquiavam os balanços! Todo mundo falava: "Que empresa próspera!" Quando se descobriu, ruiu a empresa, sumiu do mapa. Agora, eu tinha de fazer esse contraponto aqui, porque todos que subiram à tribuna disseram: "Tiraram uma mulher honesta!"

Ora, que diabo de honestidade é essa – perdoem-me o palavrão –, em que a pessoa nomeava juiz para obstruir justiça, para soltar Marcelo Odebrecht, contratava Ministro? E vou repetir aqui, para quem não se lembra, dizia assim: "Ô Lula, eu tô enviando o documento, pelo Bessias, que é o termo de posse. Só usa se necessário, tá?" Isso é o quê? Era o medo de o Lula ser preso. Era obstrução de justiça clara! Subiram aqui hoje, dizendo que o fulano, o beltrano, estavam obstruindo a Justiça. Fizeram a mesma coisa!

Quero fazer um alerta a todos os brasileiros: não se deixem enganar por esse nacionalismo, por essa defesa do Brasil aqui! O Brasil dessa gente é o dinheiro. São sepulcros caiados. Sepulcros caiados: apontam o dedo a todos; por fora, são brancos como a neve – e por dentro todo mundo sabe de que jeito é um sepulcro.

Mas há mais. O discurso, antes de estar no poder, era de perseguição às elites brasileiras. Quem são as elites? Ninguém sabe quem são, porque, quando chegaram ao poder, com quem esse povo se sentava à mesa? Com a Odebrecht, a maior construtora do País, que tinha o giro de capital de quase R\$1 trilhão. Com a Odebrecht, com uns trinta *players* nacionais.

Certa feita, quando veio o Presidente do Banco Central aqui, perguntei a ele: "Como era feita essa divisão dessas obras, esses aportes de dinheiro do BNDES?". Ele disse: "Bem, foram escolhidas as campeãs. E era feito assim. Escolhemos as campeãs". Depois, fomos ver que as campeãs eram os doadores, era a turma ali do compadrio, da confraria.

Foi montado um grupo interessante. E esse escândalo ainda não caiu, mas ainda vamos ouvir falar muito dele. Montaram um grupo. Eles decidiram fazer o Fies, e montaram um grupo. Inclusive, o Lula anda até hoje no jatinho para cima e para baixo. Montaram um grupo de educação, um grupo econômico, que praticamente monopolizou toda a educação privada do País. E o que aconteceu? As mensalidades são o triplo, para quem está no Fies, das de quem está pagando no dia a dia. Por quê? Porque era o governo que pagava. E aí eles dizem: "Ajudamos a educação brasileira. Ajudamos os estudantes."

Sentavam com a Odebrecht – os bancos nunca ganharam tanto –, com a Camargo Corrêa, com todas as nossas grandes empresas. Não se ouvia falar em movimentos sociais nessa época, sabe por



quê? Estavam todos amordaçados ganhando uma farinhazinha. Não se ouvia falar em invasão de terras, não se ouvia falar em nada. Sabe quantos palmos de terra foram passados para a reforma agrária? Nenhum. A última demarcação de terra para reforma agrária foi feita no governo Fernando Henrique e no finalzindo do governo Dilma, quando já estava caindo. Nenhum título de terra, para quê? Para manter o curral ali, uma cesta básica, manda a Conab lá, as pessoas ficavam no campo ganhando.

Isso foi um pouco do retrato de como se comportaram no poder essas pessoas. Eles se adonaram do Brasil. Adonaram-se do Brasil. Acusavam os outros do que eles faziam. E não se comportam de forma diferente hoje. Eu vi aqui, por exemplo, acusação a Senadores. O que eles falavam, há pouco tempo, quando acontecia algo com qualquer um deles? Isso porque boa parte desse partido, vocês sabem, está lá em Curitiba, todos presos. Mas o que eles faziam aqui? Era uma choradeira aqui, porque o Moro estava perseguindo, que há uma conspiração internacional para que o Lula não seja candidato, que sempre odiaram o Lula. Que nada! O Lula chegou a ter quase 100% de unanimidade neste País. Acontece que as pessoas não têm bandido de estimação. Quando começou a vir à tona o que ele fazia, as pessoas foram se afastando. Então, não havia conspiração. É mito que havia conspiração. As pessoas apoiavam. "Ah, este Congresso não ajudou, não deu governabilidade." Mentira!

O Senador Cristovam Buarque, que está aqui – eu estava recém-chegado aqui no Senado –, falou-me: "Você está chegando, é novo aqui, eu estou juntando um grupo de Senadores. Nós precisamos sair desse fla-flu. Vamos arrumar um grupo aqui que não queira estar dando apoio a troco de dinheiro, nem a troco de cargo, e vamos conversar com a Presidente Dilma." Eu falei: "Vamos, vamos embora." E fizemos um grupo, um grupo substancial, quase dez Senadores, o que aqui é muito – dez Senadores.

O Senador Cristovam catou esse grupo de Senadores, atravessamos a via aqui e fomos ao Palácio do Planalto. Chegamos lá, e a Presidente não nos atendeu, o Ministro dela também não, nem o chefe de gabinete do Ministro. Um funcionário que estava lá – acho que ficou até acanhado por ver tantos Senadores ali e ninguém nos atender –, chamou-nos, ouviu-nos, achou bonita a história, passou o cartão e disse que o Ministro retornaria. O Senador Cristovam está sentado ali acho que até hoje esperando esse retorno. Esse grupo estava ofertando, pois ninguém queria cargo, ninguém queria nada. Aliás, tudo que nós não queríamos era isso. Nós queríamos poder fazer. O que o governo estava precisando? Vamos fazer isso aqui. Não. Não quis. Não quis por quê? Porque se sentia dono de tudo e se sentia no controle da situação. E foi até bom para a gente.

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Agora vem bancando o coitado.

"O que é que tem a ver, Medeiros, o que você está dizendo aí com o que aconteceu hoje?" O que estou dizendo e o que aconteceu hoje foi simplesmente uma continuidade. Estão querendo jogar, no colo dos outros, agora a JBS. A JBS foi criação do governo passado. Dizem que agora vamos ver, porque a JBS derrubou a Presidente Dilma. Não, ele era um dos que se sentavam à mesa. Monopolizaram o comércio de carne no País inteiro. No meu Estado, o Mato Grosso, todas as



plantas frigoríficas praticamente foram dizimadas. Os produtores ou vendem para a JBS ou vendem, não há outra saída.

Então, eu quero deixar bem claro, pingos nos is, dai a César o que é de César, dai a Lula o que é de Lula, a Dilma o que é de Dilma. Não venham se santificar aqui indo em cima das costas dos outros. Se essas gravações que aconteceram hoje, ou que dizem existir, forem do jeito que estão dizendo, eu creio que, pela estatura que tem, pela visão de País e da política que tem, o próprio Presidente Michel Temer fará uma avaliação e, com certeza, entregará esse cargo. Não tenho dúvida. Pelo que conheci dele nesse pouco tempo, se ele vir que não há governabilidade, que a situação é essa mesma, não tenho dúvida de que ele vai entregar isso. Não se apegará como fez a finada, que fica igual a uma alma penada, apegada até hoje. Diz que lhe tiraram o cargo. Tiraram não, perdeu, porque...

Concedo um aparte ao Senador...

O Sr. Paulo Paim (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Faço questão, Senador Medeiros. Nós podemos ter avaliações diferentes deste ou daquele governo, mas eu consegui escutar ainda o final...

(*Soa a campainha.*)

O Sr. Paulo Paim (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... de seu pronunciamento. E V. Ex^a defende com muita convicção o seu ponto de vista. E é legítimo, como outros aqui o fazem. Mas V. Ex^a agora aponta um caminho que eu gostei, confesso que gostei. V. Ex^a dizia ao Brasil que, por conhecer bem o Presidente Temer, ele, percebendo que não há governabilidade, para o bem do País, pode fazer esse gesto de chamar as eleições diretas dentro dos parâmetros que a lei permite. Acho que essa sua conclusão mostra um caminho. Eu falo isso com muita tranquilidade, porque, lá no passado, V. Ex^a, inclusive, assinou também aquele documento, em que eu chamei eleições diretas já, há um ano e meio, antes do *impeachment*. O Senador Cristovam também assinou, acho que V. Ex^a também assinou. Foram 36, se eu não me engano, os Senadores que assinaram a perspectiva de diretas já. Então V. Ex^a agora...

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Senador, eu tenho um prazo regimental de encerrar a sessão, e ainda há um orador.

O Sr. Paulo Paim (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – É um segundo, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Sim, eu queria dizer, já está encerrando depois do aparte, que vai falar o Senador Cristovam. Senão, não darei nem os 20 minutos ao Senador Cristovam.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O Sr. Paulo Paim (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senador Medeiros, oxalá a gente consiga fazer uma grande concertação, não numa linha de quem foi contra ou a favor do *impeachment*, e que a gente aponte uma grande saída para o povo brasileiro. Obrigado pelo espaço que me deu.



O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Com a palavra o Senador Cristovam Buarque, do PPS, do Distrito Federal. V. Ex^a tem 14 minutos para o pronunciamento. Por gentileza, Excelência. Tentei lhe dar o prazo normal, mas tivemos atropelos.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, muito obrigado pelo tempo. Vou fazer um esforço para falar dentro do tempo e lhe agradecer, porque, quanto menos tempo se fala, mais sério é o discurso. Isso eu já percebi, mas vou tentar falar quatro pontos.

O primeiro, Senador Paim, é ver o lado positivo, Senador Medeiros, do que estamos vendo hoje. É a possibilidade de descobrirmos que o Brasil é maior do que qualquer Presidente. Especialmente hoje é maior do que o Presidente Temer. O Brasil é maior do que todos nós que estamos aqui representando o povo brasileiro. Então, o povo fique tranquilo que a gente vai superar isso. O desafio é como superar no prazo mais curto possível e com os menores danos possíveis. Esse é o desafio, mas com otimismo de que vamos sair de tudo isso melhores.

Para mostrar que o Brasil é grande, maior que tudo isso, eu quero falar inicialmente de três pontos positivos da crise atual: um é que vai dar mais credibilidade à Lava Jato. Agora, não se pode dizer que Lava Jato é uma conspiração contra o Partido dos Trabalhadores e as esquerdas. Toca em todo mundo. Segundo, é o fim do fla-flu, de que tantas vezes eu falei aqui, que precisávamos acabar entre PSDB e PT, é um ou é outro. Terceiro é o fim de um ciclo que vem do PSDB e do PT, o ciclo que começa em 1994 ou até antes, com o Itamar, e vem até agora. Vamos encerrar esse ciclo. Agora vamos pensar para frente.

Quais são os caminhos possíveis? Não há dúvida para mim hoje, como muitos aqui já falaram, de que o caminho melhor, que vai trazer menos danos é a renúncia voluntária pelas circunstâncias obviamente do Presidente Temer. Esse é o mais fácil, imediato, simples, limpo. Se isso não vier, não há dúvida de que o povo irá para a rua e aqui também virá o *impeachment* com todos os aspectos que nós provamos, pouco tempo atrás, dolorosos como é o *impeachment* criando divergências para todos os lados.

Sobre isso eu quero falar, Senador João Alberto, de dois projetos meus. Eu vi aqui que pediram para o projeto do Senador Reguffe ser apressado na comissão. Eu queria lhe pedir também dois meus que já estão prontos. Um é o que cria o chamado *recall*, a revogação de mandado de governador, prefeito, presidente, pelo voto direto da população. Se 5% pedem o plebiscito, a maioria tira. O outro é mais simples: é uma espécie de parlamentarismo com presidencialismo, a possibilidade de o Congresso revogar o mandato, destituir um presidente desde que com quatro quintos dos votos. O que é quase impossível e só aconteceria em momentos muito trágicos e dramáticos, como o que estamos vivendo agora. Se estivesse em vigor essa minha proposta, eu creio que a gente conseguiria resolver o problema do Presidente Temer sem renúncia e sem *impeachment* com quatro quintos dos votos. Se não tivesse, ele continuaria.

Se vier, continuando no caminho, a renúncia, nós vamos ter um problema: o Presidente vai ser o Presidente da Câmara e, neste momento, o Presidente da Câmara, como quase todos nós... Eu até costumo dizer: nós todos hoje estamos sob suspeita da opinião pública. Não há exceção: uns mais,



outros menos. Ele ficaria um mês, e teríamos uma escolha pelo próprio Congresso, o que também vai ser visto com suspeição.

Nesse sentido, certamente o mais legítimo seria mudança na Constituição para fazer eleição direta, como nós todos já assinamos aqui há um tempo. Mais do que isso, eu propus isso em diversas maneiras, como também propus à Presidente Dilma e ao Temer que renunciassem em 2015. Durante o processo de *impeachment*, numa das conversas com a Presidente Dilma, eu disse: Presidente, desafia o Temer a renunciar junto com a senhora que a gente resolve tudo isso. E, se ele disser que não renuncia, eu sou capaz de votar contra o *impeachment*. Ela não quis, foi até muito dura comigo nessa hora. Ela sempre foi gentil, mas, nessa hora, foi dura.

Talvez a melhor solução para dar legitimidade sejam as eleições diretas, mas é preciso tomar certas precauções. Vão ser 90 dias de debates radicais, ainda com todo o rescaldo que temos da polarização. Imagine uma campanha, 90 dias, com Bolsonaro, com Lula, com Doria, com Marina, na polarização atual. Imagine as consequências disso na economia.

Por isso, para fazer eleição direta, precisamos de duas coisas, Senador Paim – o senhor defende isso, e eu também aceitaria -: uma é aprovar rapidamente a reforma da Constituição, Senador Medeiros; a outra é conseguirmos blindar, durante o processo eleitoral, a economia, a defesa, a luta contra a violência. Imagine 90 dias de eleição com o crime na rua no Rio de Janeiro, em Recife, em Brasília, sem haver um ministro da Defesa que possa mandar a tropa para lá.

Vamos precisar blindar o setor de economia, o setor de defesa, o setor que luta contra a violência e, eu diria, até mesmo os serviços essenciais, como educação e saúde. Não podemos deixar que isso entre no debate para o presente. Pode até entrar no debate para o futuro como é que vai ser tratada a defesa, como é que vai ser tratada da economia, mas, durante o processo, vamos ter que dar sustentação às medidas da economia. Sem essa blindagem, Senador, eu vejo, com muita temeridade, a eleição direta, dizia há pouco ao Senador Reguffe.

E finalmente o que fazer? Falei em quatro pontos. O que fazer? Um é fazer a reforma para as diretas, se for o caso, com a blindagem, que é fruto do compromisso. Há momentos em que a Constituição é soberana por ela própria, mas há momentos em que ela precisa do auxílio dos acordos políticos. Ela não funciona bem se não houver uma base política que lhe dê sustentação. Hoje nós atravessamos um período desse. Nossa Constituição precisa de sustentação política, de um grande acordo, de um pacto entre todos nós para que continuemos cumprindo com os compromissos.

Então, o que fazer? Reforma para as diretas com um pacto político de que vamos respeitar, durante o período eleitoral, a economia, a defesa, a luta contra a violência e os serviços essenciais. E, sem a reforma, eu creio que um dos compromissos nossos para dar sustentação à Constituição é dizer: o Congresso elege o Presidente até 2018, mas não escolhe entre os seus pares quem vai ser esse Presidente. Nós escolheríamos, mas alguém de fora, porque, se formos escolher indiretamente e, além disso, um de nós hoje, eu sinceramente creio que a opinião pública não vai dar a legitimidade necessária.

Finalmente, duas coisas sobre o que fazer. Uma, na linha do Senador Otto Alencar, é irmos ao Tribunal Superior Eleitoral para pedir que apresse a cassação da chapa – ou não, se o Tribunal achar que não deve cassar, tudo bem; deixe o abacaxi para nós, que trabalharemos. Mas o Tribunal não pode adiar mais, por quinze dias, três semanas, essa discussão.



E a outra, Senador, tem um pouco a ver com o que falamos aqui antes: que nós determinemos uma vigília cívica parlamentar, ficando mais tempo aqui para debater os assuntos. E, depois que fale, por exemplo, isso, que a gente debata como fazer, ou que rejeite o que estou dizendo; cada vez que um fale, que aqui se tenha um debate.

Nós fizemos isso, nesses dias, com a lei trabalhista em dois eventos. Tem que ser, a partir de agora, permanente – inclusive, se for preciso, sábado e domingo.

O Senador Paim foi meu companheiro aqui. Quando o Congresso estava cercado, nós fizemos uma vigília. Um substituiu o outro até meia-noite ou 1h, até que a população lá fora foi embora; aí nós fomos para casa. Enquanto havia um protestando lá fora, nós ficamos aqui – o senhor, eu, o Randolfe, e não lembro mais quais.

Está na hora de fazermos uma espécie de vigília cívica parlamentar, para discutir como dar sustentação à Constituição neste momento tão dramático de divórcio, como nunca vimos, entre a classe política e a população.

O mais visível hoje é o divórcio do Presidente por conta dessas gravações. E o triste é que é no momento em que a economia estava voltando a crescer, em que o emprego estava superando o desemprego, em que a inflação estava lá embaixo, em que o capital estava voltando. Nesse momento, essa pancada. Eu lamento profundamente. Mas hoje o grande divórcio é com o Presidente Temer; vem um pouco da maneira como ele chegou lá, mas vem, sobretudo, sobretudo mesmo, dessas gravações. Aliás, é preciso vê-las, ouvi-las.

Eu tenho dito tudo isso da renúncia, se se comprovar as denúncias. Para mim é quase impossível que não seja verdade isso, quase impossível. Não acredito que a imprensa tenha feito essa conspiração toda coordenadamente para derrubar o Presidente Temer, até porque não vejo a imprensa com desejo de tirar o Temer. Então, deve ser verdade, mas é preciso ouvir, é preciso ver essas gravações.

Enquanto não vemos, nem ouvimos, fica aqui esta minha fala, Sr. Presidente.

O Brasil é maior do que todos os Presidentes, todos os Senadores, todos os Deputados, e a gente vai superar tudo isso.

Os aspectos positivos que citei: fim do Fla-Flu, fim de um ciclo, a credibilidade maior para a Lava Jato e para o Juiz Moro, o caminho da renúncia ou do *impeachment*, a eleição direta ou a eleição indireta conforme está na Constituição. E, finalmente, o que fazer: a reforma da Constituição, que pode ser na linha da proposta do Senador Reguffe, mas com um acordo político que dê sustentabilidade à Constituição, que blinde aquilo que tem que ser permanente; e irmos ao TSE e fazermos uma vigília, procurando saída para o Brasil, que, sem dúvida, vai ser maior depois de tudo isso do que antes.

O problema é que não podemos esperar um ano, dois anos, três anos, cinco anos de crise e nem deixar que os danos sejam muito grandes.

Hoje nossa tarefa é como sair, com custos menores, e de uma maneira mais rápida.

Era isso, Sr. Presidente.

O Sr. Reguffe (S/Partido - DF) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Perfeitamente, dentro do tempo que o senhor me deu, de 14 minutos, mas eu gostaria de permitir os apartes.



O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Faltam segundos para acabar o horário regimental.

O Sr. Reguffe (S/Partido - DF) – Obrigado, Sr. Presidente. Senador Cristovam, primeiro quero parabenizar V. Ex^a pelo pronunciamento e dizer que, na minha concepção, a primeira coisa que precisa ser feita neste momento é o Presidente da República renunciar ao mandato. Eu acho que isso é a primeira coisa, isso é urgente, e é o que deveria ser feito. Se ele não fizer, um *impeachment*. Mas eu acho que o correto neste momento, o mais ágil, seria a renúncia imediata do Presidente da República. Agora, com relação às eleições, na minha concepção, nós deveríamos ter eleições diretas, porque é o povo soberano...

(*Soa a campainha.*)

O Sr. Reguffe (S/Partido - DF) – ... que tem que decidir quem vai assumir a Presidência da República. Não pode um conjunto de Parlamentares, de políticos, por mais legitimidade que tenham, se reunir numa sala fechada e decidir ali quem vai presidir o País. Então, no Amazonas, o Tribunal Eleitoral já está fazendo eleições para Governador; pode-se também fazer uma eleição para Presidente da República, por que não? E, só para concluir, quero colocar que é importante esse fato. Fico triste porque não é um fato para ser comemorado, mas tem um aspecto positivo: mostra que a Operação Lava Jato está indo a fundo, independente de partido político, independente de posição que a pessoa ocupe. Quem tiver feito algo que lesou o contribuinte precisa ser punido, seja quem for. Então, esse é o fato positivo e isso...

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Muito obrigado, Senador Cristovam.

Dentro do horário regimental, nós encerramos a sessão.

Muito obrigado a todos.

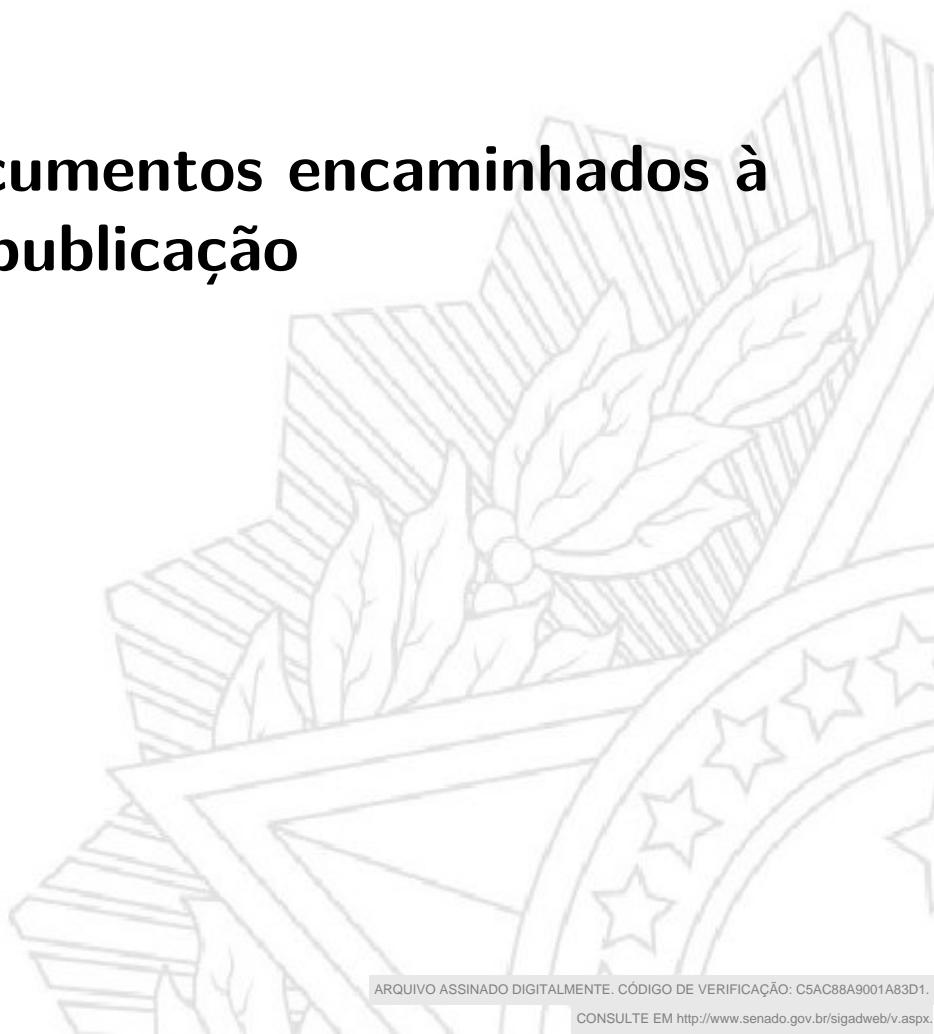
(*Levanta-se a sessão às 14 horas e 38 minutos.*)



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 68^a SESSÃO

EXPEDIENTE

**Discursos e documentos encaminhados à
publicação**



A SR^a ÂNGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, há exatamente um ano e cinco dias de tormentos sofridos pela nação brasileira, com o desmonte do governo Temer e seu grupo político, o Brasil é abalado por um episódio bombástico. Ficamos sabendo, na noite dessa quarta-feira, que os donos do frigorífico JBS, Joesley e Wesley Batista, disseram em delação à Procuradoria-Geral da República (PGR) que gravaram o presidente ilegítimo Michel Temer, dando-lhes aval para comprar o silêncio do deputado federal, agora cassado e preso, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), ex-presidente da Câmara dos Deputados.

Na gravação, de conteúdo explosivo, os delatores disseram que diante dos relatos feitos, o presidente ilegítimo teria dito, literalmente: “Tem que manter isso, viu?”

Ora, senhoras e senhores parlamentares, onde chegamos? Somos comandados por um presidente sem voto, que ascendeu ao poder, por meio de um golpe na democracia e que se mantém neste, por força do apoio de um grupo político que não tem a mínima decência.

No governo Temer, já são oito ministros acusados de corrupção, sem falar naqueles que já deixaram o cargo, tal como o senador do meu Estado, Romero Jucá, delatado por Sérgio Machado, ex-presidente da Transpetro, de tentar “estancar a sangria” da Lava Jato.

Não, senhoras e senhores, o Brasil não merece isso. Somos uma democracia, em construção e não podemos aceitar tamanho acinte. Não bastasse o fato de chegarmos aos 665 dias do governo de Michel Temer, com o país em franca crise econômica. A publicidade oficial apresenta essa administração, instalada por figuras como Eduardo Cunha e por grupos conservadores no Congresso, como responsável por grandes feitos, em especial na esfera econômica. É falso.

O governo Temer adotou uma plataforma afinada às grandes empresas, em especial às multinacionais, e ao capital externo. Os resultados têm sido catastróficos, em especial para quem mais precisa do estado, como os trabalhadores, as mulheres, os jovens, os idosos, os que estão nas faixas de menor renda.

De lá para cá, como se sabe, tudo piorou. Há, antes de mais nada, um grave problema político.

Desde o início do governo, escândalos diversos forçaram a substituição de sete ministros. Ao menos dez foram citados em investigações. Sucederam-se denúncias, uma após a outra. Até a contratação da babá do filho do presidente da República como servidora pública é motivo de suspeitas.

As propostas centrais dos partidários de Temer, vindas dos tempos em que seu grupo preparou o programa batizado de "Ponte para o Futuro" eram a criação de empregos e a melhoria dos investimentos. Houve o contrário: aumento do desemprego, explosão da dívida pública e queda no padrão de vida da população.

Há um ano, a taxa de desemprego estava ligeiramente acima de 11,2%. Hoje, é superior a 13%. São 14 milhões de desempregados.

A retração do Produto Interno Bruto bateu um recorde, sendo superior a 2%. Com isso, caiu também a renda per capita dos brasileiros. Ficamos todos mais pobres.

A promessa era acertar as contas do governo. Também aí ocorreu o contrário. O déficit público bateu os R\$ 156 bilhões ao ano e já se sabe que deve superar esse patamar.

Não é de se estranhar. Agora sim existe aberta gastança: só na administração direta, liberaram-se já mais de R\$ 3 bilhões para pagamento das emendas parlamentares, o preço para deputados e senadores dos partidos aliados votarem medidas impopulares como a emenda que



impôs teto aos investimentos sociais, a reforma trabalhista ou a reforma da Previdência. Fatos análogos ocorrem nas estatais.

Partiu do próprio Planalto a alegação de que se reduziu a inflação e que se baixaram os juros. Sim, a inflação caiu. Mas nada há a comemorar, uma vez que isso se fez ao custo de reduzir o poder aquisitivo da população. Se ninguém tem com que comprar, evidentemente há queda nos preços.

Da mesma forma, é falseada a redução da taxa de juros. Se essa taxa for calculada em termos reais, descontada a inflação, constata-se que os juros reais na verdade aumentaram para o consumidor.

A propósito, as taxas permanecem astronômicas quando anualizadas: superam 400% no cartão de crédito e são ainda maiores no cheque especial.

Sr. Presidente, Sr^a Senadoras e Srs. Senadores, Roraima não constitui exceção nesse quadro de má gestão. O governo federal cruzou os braços diante do gravíssimo problema representado pela imigração em massa de venezuelanos empobrecidos, transformada em um problema social que atinge grande parte da Amazônia.

O Linhão de Tucuruí voltou à estaca zero, apesar de sucessivas solenidades em que altas autoridades, aí incluído o presidente da República, apresentam garantias em contrário. Nada se fez. Enquanto isso, Roraima convive com energia cara e ruim, o que atormenta sua população e aniquila suas possibilidades de desenvolvimento.

Problemas do funcionalismo do nosso estado, que se acumulam desde que era território, são alvo de seguidas promessas e de projetos que acabam sabotados pelo próprio governo, sem que se resolvam as injustiças que se acumulam.

Também a deterioração da segurança pública e da saúde, por omissão do governo federal, pode ser constatada a cada dia.

Sr. Presidente, Sr^as Senadoras e Srs. Senadores, o governo Temer falha em Roraima e falha no País. Falha na economia, falha na política e conduz o Brasil a um retrocesso social sem precedentes.

A economia vai mal: o desemprego só aumenta, a indústria perde terreno, os juros crescem em vez de cair, o poder aquisitivo da população baixa a olhos vistos.

A resposta do governo é uma agenda cruel que transfere para os trabalhadores o custo da crise. Aproveita-se essa crise econômica sem precedentes para, acenando com uma recuperação que nunca aparece, adotar uma série de medidas que atingem diretamente os menos favorecidos.

As vítimas da残酷 do governo Temer são as faixas de população com menor renda, os trabalhadores em geral, as mulheres, os agricultores pobres, os jovens que buscam ampliar a escolaridade e os que tentam ingressar no mercado de trabalho.

Este foi um ano de escândalos, de corrupção, de deterioração da economia, de desemprego, de perda de poder aquisitivo, de precarização das relações de trabalho e de desmonte da máquina estatal.

Diante de tamanha crise, com um escândalo sem precedentes na política, que envolve o poder central, não nos resta outra alternativa senão, exigirmos a realização de eleições diretas, com a participação de todo o conjunto da sociedade, a verdadeira instância de decisão, neste momento tão crítico por que passa nosso país.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigada.



O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, quero registrar aqui, artigo “Eleições gerais já”, de minha autoria, publicado na edição do jornal *Folha de S.Paulo*, do dia 3 de maio de 2017, há 15 dias.

“Aqui neste espaço, há um ano, pedimos eleições diretas para a Presidência da República, com a certeza de que tal medida seria um enorme passo para colocarmos o país nos rumos da estabilidade institucional e democrática.

Na ocasião, inclusive, chegamos a apresentar uma proposta de emenda à Constituição com esse objetivo.

Infelizmente, por fatores conjunturais que iam contra interesses pessoais e corporativos, a ideia não tomou fôlego e não prosperou.

À época, afirmei em várias oportunidades que o país afundava numa areia movediça.

Logo em seguida veio a saída definitiva de Dilma Rousseff e a ascensão de Michel Temer ao Planalto.

Em que pese o respeito que tenho às opiniões divergentes, sou obrigado a dizer que o *impeachment* foi um processo traumático para o histórico de nossa democracia.

Até hoje sofremos sequelas incalculáveis para a vida política do país.

O maniqueísmo, as visões opostas e incompatíveis do bem e do mal que já julgávamos enterradas no período pós-redemocratização, afloraram de uma forma inconsequente.

Nossa sociedade abortou o debate e o diálogo, o que só tende a servir aos que buscam o poder em benefício próprio.

Não surpreendeu a abertura de inquéritos pelo Supremo Tribunal Federal (STF) contra senadores, deputados, ministros, governadores, ex-governadores, ex-presidentes da República. Era, na verdade, apenas uma questão de tempo.

O país não aguenta mais esse cenário desalentador.

Já esgotou seu limite para suportar tantos casos de corrupção, propinas, caixa dois, fraudes, desvios, sonegações e lavagem de dinheiro que atingem a maioria das agremiações partidárias e renomadas corporações empresariais.

E não sejamos ingênuos - essas mazelas estão em todas as esferas de poder.

Em paralelo a tudo isso, o governo federal quer aprovar as reformas previdenciária e trabalhista, sem o mínimo de discussão séria com o conjunto da sociedade.

O cerne da discussão é ignorado: o que está em jogo é a vida de milhões de brasileiros. É impossível ficar calado e aceitar, passivamente, que o trabalhador só se aposente com 70 ou 75 anos. Ou seja, quase na hora da morte. É muita crueldade.

O momento requer honestidade, mesmo que essa palavra não faça parte do dicionário da grande maioria dos membros da classe política brasileira.

Não podemos agir como os avestruzes que escondem a cabeça no buraco, enquanto esperam a tempestade passar. Nossa tempestade não vai passar.

Esperamos e exigimos que a Justiça brasileira seja célere e investigue o quanto antes todos esses casos que estão postos. Comprovados os crimes, que seus autores paguem por eles na prisão.

O Brasil precisa passar por essas águas turvas e caudalosas, dizer um basta a todo esse caos institucionalizado e à corrupção que campeia solta nos poderes constituídos e no setor empresarial.



Só assim o país vai encontrar o seu rumo de crescimento e de desenvolvimento. Falta-nos, convenhamos, um projeto de nação.

Neste momento tão rude e de exceção para a vida nacional, é fundamental que as "canalhices" sejam deixadas à margem.

Pensem grande. Eleições gerais já. Que as urnas escolham o destino do Brasil."

Era o que tinha a dizer.



Documentos encaminhados pela Senadora Vanessa Grazziotin, nos termos do art. 210 do Regimento Interno



2017-5-18

ConJur - Membro do MPF é preso por repassar informações a investigados



PUBLICAR NA ÍNTegra

DECLAÇÃO PREMIADA

Procurador da República é preso por repassar informações a investigados

18 de maio de 2017, 8h14

O procurador da República Ângelo Goulart Villela foi preso na manhã desta quinta-feira (18/5). Ele é acusado de receber dinheiro para repassar informações ao empresário Joesley Batista, dono do frigorífico JBS, a respeito de investigações que o envolvem. A prisão foi decretada pelo ministro Luiz Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal, a pedido da Procuradoria-Geral da República. Além do procurador, também foi preso o advogado Willer Tomaz.

A informação foi passada à PGR pelo próprio Joesley Batista em delação premiada. Segundo o empresário, Goulart recebeu suborno para repassar informações sigilosas sobre a operação chamada de greenfield, que investiga corrupção, lavagem de dinheiro e fraudes em fundos de pensão de funcionários de estatais.

Goulart atualmente trabalha na Procuradoria-Geral Eleitoral. Também nesta quinta houve diligências de busca e apreensão no gabinete do procurador. Tudo foi acompanhado pelo vice-procurador-Eleitoral, Nicolau Dino, e pela subprocuradora-geral da República Cláudia Sampaio.

Na manhã desta quinta, depois de a prisão de Goulart ter sido feita, o PGR, Rodrigo Janot, enviou um comunicado aos colegas para explicar a situação. Segundo ele, o sucesso desta etapa das investigações "tem um gosto amargo".

De acordo com Janot, Willer e Goulart são investigados por suspeita de tentar interferir no andamento da chamada operação greenfield, que investiga os fundos de pensão. O procurador-geral afirma ainda que eles tentaram interferir nas negociações de delações premiadas com envolvidos no caso.

Entre os envolvidos, o Grupo J&F, dono do frigorífico JBS, de Joesley. "A responsabilidade criminal do procurador e dos demais suspeitos atingidos pela operação de hoje será demonstrada no curso do processo perante os juízes competentes, asseguradas todas as garantias constitucionais e legais", diz Janot, na nota.

Leia o comunicado enviado pelo procurador-geral aos membros do Ministério Público Federal:



2017-5-18

ConJur - Membro do MPF é preso por repassar informações a investigados

“ Prezados colegas,

Foi deflagrada nesta quinta-feira, 18 de maio, mais uma fase do caso Lava Jato, especificamente a partir de investigações que correm perante o Supremo Tribunal Federal. O sucesso desta etapa, contudo, tem um gosto amargo para a nossa Instituição.

Há três anos, revelou-se um esquema criminoso que estorrece os brasileiros. As investigações realizadas pelo Ministério Público Federal e outros órgãos públicos atingiram diversos níveis dos Poderes da República em vários Estados da Federação e, aquilo que, até então, estava restrito aos círculos da política e da economia, acabou chegando à nossa Instituição.

Exercer o cargo de Procurador-Geral da República impõe, não poucas vezes, a tomada de decisões difíceis. Nesses momentos, o único caminho seguro a seguir é o cumprimento irrestrito da Constituição, das leis e dos deveres institucionais. Não há outra forma legítima de ser Ministério Público.

A meu pedido, o ministro Edson Fachin determinou a prisão preventiva do procurador da República Ângelo Goulart Villela e do advogado Willer Tomaz. A medida está embasada em robusta documentação, coletada por meio de ação controlada. As prisões preventivas de ambos foram por mim pedidas com o objetivo de interromper suas atividades ilícitas. No que diz respeito ao procurador da República, o mandado de prisão expedido pelo STF foi executado por dois procuradores regionais da República com o auxílio da Polícia Federal. Também foram realizadas buscas e apreensões em seus endereços residenciais e funcionais. Foi pedido ainda o afastamento do procurador de suas funções no Ministério Público Federal. Determinei também sua exoneração da função de assessor da Procuradoria-Geral Eleitoral junto ao TSE e revoguei sua designação para atuar na força-tarefa do caso Greenfield.

O membro e o citado advogado são investigados por tentativa de interferir nas investigações da referida operação, que envolve o Grupo J&F, e de atrapalhar o processo de negociação de acordo de colaboração premiada de Joesley Batista.

A responsabilidade criminal do procurador e dos demais suspeitos atingidos pela operação de hoje será demonstrada no curso do processo perante os juízes competentes, asseguradas todas as garantias constitucionais e legais.



2017-5-18

PF cumpre ordem de prisão contra procurador que integrava organização criminosa da JBS - Jornal O Globo

globo.com g1 ge gshow famosos vídeos

BRASIL

COMPARTILHAR

BUSCAR

PUBLICIDADE

PF cumpre ordem de prisão contra procurador que integrava organização criminosa da JBS

Joesley Batista mostrou à PGR documentos repassados por Angelo Goulart Villela

POR LAURO JARDIM E GUILHERME AMADO
18/05/2017 7:21 / atualizado 18/05/2017 8:12

f t g+ in

PUBLICIDADE

BRASÍLIA — A Polícia Federal está cumprindo ordem de prisão, em Brasília, contra o procurador da República Ângelo Goulart Villela. Nesses três anos de Lava-Jato, os procuradores já foram acusados de muita coisa por seus adversários — mas jamais alguém havia botado em dúvida a honestidade de um deles. Com a delação da JBS, isso ficou para trás. Ângelo Goulart Villela foi acusado pelos delatores de ter recebido para repassar informações.

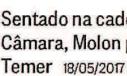
Villela, integrante da força-tarefa da Operação Greenfield, está lotado na PGR, o que tornava mais caro seu passe para a organização criminosa.

ÚLTIMAS DE BRASIL

 'Cabe a executiva decidir', diz Governador do MS sobre manter Aécio como pres. do PSDB 18/05/2017 11:52

 'Eu não votei no Aécio': usuários cobram famosos que apoiaram tucano 18/05/2017 11:49

PSDB se reúne para definir substituição de Aécio no comando do partido 18/05/2017 11:48

 Sentado na cadeira de presidente da Câmara, Molon pede impeachment de Temer 18/05/2017 11:44

 Sentado na cadeira de presidente da Câmara, Molon pede...

Veja também



EM DESTAQUE
BRASIL

PF faz operação em imóveis ligados a Aécio e...
[Leia mais](#)

Temer derruba 17 reuniões e avalia pronunciamento

Os delatores mostraram à PGR, por exemplo, documentos sigilosos repassados por Villela. Em conversas com Joesley, Villela que gabava-se de ter pleno acesso às informações da Greenfield e da Tamm



'Eu não votei no Aécio': usuários cobram famosos que...

PSDB se reúne para definir substituição de Aécio no...

<https://oglobo.globo.com/brasil/pf-cumpre-ordem-de-prisao-contra-procurador-que-integrava-organizacao-criminosa-da-jbs-21355760>

1/4



2017-5-18

PF cumpre ordem de prisão contra procurador que integrava organização criminosa da JBS - Jornal O Globo
ainda...



impeachment ou processo no STF



PF filma indicado por Temer recebendo propina

cooptado por uma figura que transita com desenvoltura entre magistrados da Capital Federal. Trata-se do advogado brasiliense Willer Tomaz. Nesta parte foi o diretor jurídico (e delator) da empresa, Francisco Assis e Silva, quem conduziu as tratativas.

Delator de mil e uma habilidades, Joesley não apenas gravou, mas neste caso também exibiu seus dotes como fotógrafo. Foi o que fez com Villela. O dono da JBS o clicou num jantar na casa de Willer, no dia 3 de maio. Neste encontro, segundo Joesley, Villela repassou informações para ele.



Willer Tomaz (à esquerda) e Ângelo Villela foram fotografados clandestinamente por Joesley Batista, na casa do advogado, numa das reuniões secretas - **Joesley Batista**

PUBLICIDADE

ANTERIOR

< Eliseu Padilha pede investigação, mas diz: 'O Brasil não vai parar'

PRÓXIMA

Marina Silva defende saída de Temer e realização de eleições diretas >

Recomendadas para você

Recomendado por

EM DESTAQUE
BRASIL

Temer derruba 17 reuniões e avalia pronunciamento



'Eu não votei no Aécio': usuários cobram famosos que...

PSDB se reúne para definir substituição de Aécio no...

Sentado na cadeira de presidente da Câmara, Molon pede...



Encaminhamento à publicação



A Presidência envia à publicação o texto final dos Projetos de Lei do Senado nºs 62, de 2007; 487, de 2015; e 383, de 2016.

As matérias serão remetidas à Câmara dos Deputados.





SENADO FEDERAL

TEXTO FINAL

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 62, DE 2007

Acrescenta art. 10-B à Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, para estabelecer obrigações quanto ao registro das operações relativas à exploração de loterias e sorteios, com o fim de prevenção do crime de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei acrescenta art. 10-B à Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, para estabelecer obrigações quanto ao registro das operações relativas à exploração de loterias e sorteios, com o fim de prevenção do crime de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores.

Art. 2º A Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, passa a vigorara acrescida do seguinte art. 10-B:

“Art. 10-B. As pessoas jurídicas que efetuam, direta ou indiretamente, distribuição de dinheiro ou de quaisquer bens móveis ou imóveis mediante a exploração autorizada de loteria ou sorteio deverão manter registro de qualquer entrega ou pagamento de prêmio de valor superior ao limite de isenção de imposto de renda.

§ 1º Do registro de que trata o *caput* deste artigo deverão constar, no mínimo, as seguintes informações:

I – para o ganhador de prêmio: nome completo, número de documento oficial de identificação e número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);



II – para o pagamento do bilhete ou da aposta vencedora: o tipo ou a modalidade de loteria ou sorteio, o número e a data do concurso, a data do pagamento do prêmio, o valor do prêmio, a descrição do prêmio – se em dinheiro ou em bens – e a forma do pagamento;

III – para as unidades responsáveis pelo acolhimento e pelo pagamento da aposta: a denominação empresarial (razão social), o nome de fantasia e os números oficiais de inscrição da pessoa jurídica e de identificação dos seus responsáveis legais, incluindo o respectivo número de inscrição no CPF, bem como o endereço completo do estabelecimento receptor da aposta, do estabelecimento pagador e, quando for o caso, da sede social da matriz da empresa.

§ 2º As pessoas jurídicas mencionadas no *caput*, bem como os respectivos administradores, permanecem sujeitas a todas as demais obrigações que lhes sejam fixadas nos termos desta Lei e às correspondentes sanções pelo seu descumprimento.

§ 3º Os registros de que trata o *caput* deverão ser conservados pelas pessoas jurídicas responsáveis durante o período mínimo de 5 (cinco) anos, a partir da entrega ou pagamento do prêmio.

§ 4º O disposto neste artigo será regulamentado nos termos dos arts. 14 a 17, de forma coordenada com os demais procedimentos decorrentes da implementação desta Lei.”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.





SENADO FEDERAL

TEXTO FINAL

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 487, DE 2015

Regula o exercício da profissão de geofísico.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º É livre, em todo o território nacional, o exercício da profissão de geofísico, observadas as disposições desta Lei.

§ 1º Para os efeitos desta Lei, a Geofísica é definida como o estudo da terra mediante métodos físicos quantitativos, especialmente os de reflexão e refração sísmicas, gravimétricos, magnetométricos, elétricos, eletromagnéticos e radioativos.

§ 2º A aplicação de princípios físicos para o estudo da terra de que trata o § 1º comprehende os seguintes ramos da Geofísica:

- I – geofísica do petróleo;
- II – geofísica de águas subterrâneas;
- III – geofísica de exploração mineral;
- IV – geofísica aplicada à geotecnia;
- V – sismologia: terremotos e ondas elásticas;
- VI – geotermometria: aquecimento da terra;
- VII – oceanografia física, meteorologia, gravidade e geodésica: campo gravitacional e formal da terra;
- VIII – eletricidade atmosférica e magnetismo terrestres, inclusive ionosfera e correntes telúricas;
- IX – geofísica da terra sólida.

Art. 2º O exercício da profissão de geofísico é permitido:



I – ao graduado em Geofísica, Física, Geologia ou Engenharia Geológica e ao graduado em ciências exatas com titulação de mestrado ou doutorado em Geofísica, com diploma expedido por instituição de ensino oficial ou reconhecida pelo Ministério da Educação;

II – ao graduado em Geofísica, com diploma expedido por estabelecimento estrangeiro de ensino superior revalidado de acordo com a legislação em vigor;

III – ao graduado em ciências exatas com titulação de mestrado ou doutorado em Geofísica, com diploma expedido por estabelecimento estrangeiro de ensino superior revalidado de acordo com a legislação em vigor, que requeira o respectivo registro no prazo de 1 (um) ano, a contar da data de publicação desta Lei;

IV – ao profissional de nível superior na área das ciências exatas que, comprovadamente, exerça a atividade de geofísico há pelo menos 2 (dois) anos ininterruptos no Brasil e que requeira o respectivo registro no prazo de 1 (um) ano, a contar da data de publicação desta Lei.

Art. 3º Aplicam-se aos geofísicos, aos físicos, aos geólogos e aos engenheiros geólogos que, nos termos do inciso I do art. 2º, exerçam a função de geofísico a Lei nº 4.950-A, de 22 de abril de 1966, a Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, e a Lei nº 7.410, de 27 de novembro de 1985.

Art. 4º É requisito para exercer a profissão de geofísico, nos termos desta Lei, o registro do profissional no órgão fiscalizador da respectiva unidade da Federação.

Art. 5º Compete aos geofísicos, físicos, geólogos e engenheiros geólogos o exercício de todas as atividades profissionais relacionadas com a Geofísica e com os ramos referidos no § 2º do art. 1º.

Parágrafo único. Aos profissionais referidos no *caput* deste artigo compete a emissão da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART).

Art. 6º As competências e garantias atribuídas por esta Lei aos geofísicos são concedidas sem prejuízo dos direitos e prerrogativas conferidos a outros profissionais pela legislação que lhes é específica.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.





SENADO FEDERAL

TEXTO FINAL

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 383, DE 2016

Institui o Selo de Desburocratização e Simplificação e estabelece critérios para sua concessão.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º É instituído o Selo de Desburocratização e Simplificação, destinado a reconhecer e a estimular programas, projetos e práticas que simplifiquem o funcionamento da administração pública e melhorem o atendimento ao usuário dos serviços públicos.

Parágrafo único. O selo será concedido, na forma de regulamento, por comissão formada por representantes da administração pública e da sociedade civil.

Art. 2º Na concessão do Selo de Desburocratização e Simplificação, serão considerados os seguintes critérios:

I – a racionalização de procedimentos e processos administrativos;

II – a eliminação de formalidades que se revelem desnecessárias ou desproporcionais para as finalidades almejadas;

III – os ganhos sociais oriundos das medidas de desburocratização adotadas;

IV – a redução no tempo de espera pelo atendimento na prestação de serviços públicos;

V – o desenvolvimento de soluções tecnológicas ou organizacionais que possam ser replicadas em outras esferas da administração pública.

Art. 3º A participação do servidor no desenvolvimento de programas, projetos e práticas aos quais forem concedidos o Selo de Desburocratização e Simplificação será registrada em seu assentamento funcional.

Art. 4º Os órgãos ou as entidades estatais que receberem o Selo de Desburocratização e Simplificação serão inscritos no Cadastro Nacional de Desburocratização, na forma de regulamento.



Parágrafo único. A partir do cadastro referido no *caput*, serão premiados anualmente, em cada Estado e no Distrito Federal, 2 (dois) órgãos ou entidades estatais, selecionados com base nos critérios estabelecidos no art. 2º.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



Matéria recebida da Câmara dos Deputados



Projeto de Lei de Conversão nº 17, de 2017, que altera os limites do Parque Nacional do Jamanxim e da ÁREA de Proteção Ambiental do Tapajós; e cria a ÁREA de proteção Ambiental Rio Branco (proveniente da Medida Provisória nº 758, de 2016).

A Presidência comunica ao Plenário que o prazo de vigência da Medida Provisória esgotar-se-á em 29 de maio.

A matéria será incluída na pauta da Ordem do Dia de 23 de maio.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 462/2017/SGM-P

Brasília, 18 de maio de 2017.

A Sua Excelência o Senhor
Senador EUNÍCIO OLIVEIRA
Presidente do SENADO FEDERAL

Assunto: Envio de PLv para apreciação

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à consideração do Senado Federal, conforme o disposto no art. 62 da Constituição Federal, o Projeto de Lei de Conversão nº 17, de 2017 (Medida Provisória nº 758, de 2016), do Poder Executivo, que “Altera os limites do Parque Nacional do Jamanxim e da Área de Proteção Ambiental do Tapajós; e cria a Área de Proteção Ambiental Rio Branco”.

Remeto, em anexo, o processado da referida Medida Provisória e os autógrafos da matéria aprovada nesta Casa.

Atenciosamente,


RODRIGO MAIA
Presidente da Câmara dos Deputados



Documento : 74186 - 2



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 17, DE 2017

(Proveniente da Medida Provisória nº 758, de 2016)

Altera os limites do Parque Nacional do Jamanxim e da Área de Proteção Ambiental do Tapajós; e cria a Área de Proteção Ambiental Rio Branco.

DOCUMENTOS:

- Legislação citada
- Medida provisória original
http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarIntegra?codteor=1519172&filename=MPV-758-2016
- Emendas apresentadas perante a Comissão Mista
<https://legis.senado.gov.br/sdleg-getter/documento/download/15f78714-692f-4d6d-91d1-1b36622cfcb6>
- PAR 1/2017
<https://legis.senado.gov.br/sdleg-getter/documento/download/eff684d0-8533-4ec4-b052-25b097b477f8>
- Nota técnica
<https://legis.senado.gov.br/sdleg-getter/documento/download/502e7ee4-ae1f-45ce-9144-b7a7f049c6a5>
- Sinopse de tramitação na Câmara
http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_imp;proposicoesWeb2?idProposicao=2121849&ord=1&tp=completa



Página da matéria

Altera os limites do Parque Nacional do Jamanxim e da Área de Proteção Ambiental do Tapajós; e cria a Área de Proteção Ambiental Rio Branco.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre as unidades de conservação discriminadas nos §§ 1º e 2º deste artigo.

§ 1º Ficam alterados os limites:

I - do Parque Nacional do Jamanxim, criado pelo Decreto de 13 de fevereiro de 2006, localizado nos Municípios de Itaituba e Trairão, no Estado do Pará; e

II - da Área de Proteção Ambiental do Tapajós, criada pelo Decreto de 13 de fevereiro de 2006, localizada nos Municípios de Itaituba, Jacareacanga, Novo Progresso e Trairão, no Estado do Pará.

§ 2º Fica criada, no Município de Trairão, no Estado do Pará, a Área de Proteção Ambiental Rio Branco.

Art. 2º A área excluída do Parque Nacional do Jamanxim de que trata o § 2º do art. 2º do Decreto de 13 de fevereiro de 2006 compreende os polígonos discriminados pelos seguintes memoriais descritivos, com área aproximada de 862 ha (oitocentos e sessenta e dois hectares):

I - área A - inicia-se o perímetro no ponto 1A de coordenadas geográficas aproximadas (c.g.a.) 55°49'49.49"W e 5°30'4.83"S; deste, segue por linhas retas passando pelos pontos: ponto 2A de c.g.a. 55°49'54.49"W e 5°30'25.34"S, ponto 3A de c.g.a. 55°49'55.57"W e 5°30'27.59"S, ponto 4A de c.g.a. 55°49'57.24"W e 5°30'29.43"S, ponto 5A de c.g.a. 55°50'0.87"W e 5°30'31.84"S, ponto 6A de c.g.a. 55°50'2.74"W e 5°30'33.65"S,



ponto 7A de c.g.a. 55°50'3.57"W e 5°30'36.99"S, ponto 8A de c.g.a. 55°50'4.62"W e 5°30'52.36"S, ponto 9A de c.g.a. 55°50'5.18"W e 5°30'59.83"S, ponto 10A de c.g.a. 55°50'4.53"W e 5°31'2.93"S, ponto 11A de c.g.a. 55°50'4.11"W e 5°31'4.43"S, ponto 12A de c.g.a. 55°50'3.84"W e 5°31'6.40"S, ponto 13A de c.g.a. 55°50'4.01"W e 5°31'8.38"S, ponto 14A de c.g.a. 55°50'4.37"W e 5°31'9.74"S, ponto 15A de c.g.a. 55°50'4.66"W e 5°31'10.62"S, ponto 16A de c.g.a. 55°50'4.68"W e 5°31'12.77"S, ponto 17A de c.g.a. 55°50'4.51"W e 5°31'13.55"S, ponto 18A de c.g.a. 55°50'3.84"W e 5°31'16.71"S, ponto 19A de c.g.a. 55°50'2.88"W e 5°31'20.97"S, ponto 20A de c.g.a. 55°49'57.67"W e 5°31'44.74"S, ponto 21A de c.g.a. 55°49'55.56"W e 5°31'52.45"S, ponto 22A de c.g.a. 55°49'54.51"W e 5°31'53.75"S, ponto 23A de c.g.a. 55°49'53.89"W e 5°31'54.53"S, ponto 24A de c.g.a. 55°49'57.30"W e 5°31'55.38"S, ponto 25A de c.g.a. 55°50'0.63"W e 5°31'55.83"S, ponto 26A de c.g.a. 55°50'1.91"W e 5°31'54.88"S, ponto 27A de c.g.a. 55°50'1.90"W e 5°31'54.18"S, ponto 28A de c.g.a. 55°50'2.45"W e 5°31'52.71"S, ponto 29A de c.g.a. 55°50'2.55"W e 5°31'51.53"S, ponto 30A de c.g.a. 55°50'2.30"W e 5°31'50.26"S, ponto 31A de c.g.a. 55°50'2.44"W e 5°31'48.29"S, ponto 32A de c.g.a. 55°50'2.71"W e 5°31'46.91"S, ponto 33A de c.g.a. 55°50'3.55"W e 5°31'44.83"S, ponto 34A de c.g.a. 55°50'4.15"W e 5°31'42.73"S, ponto 35A de c.g.a. 55°50'4.38"W e 5°31'39.59"S, ponto 36A de c.g.a. 55°50'5.75"W e 5°31'38.02"S, ponto 37A de c.g.a. 55°50'6.36"W e 5°31'35.35"S, ponto 38A de c.g.a. 55°50'5.35"W e 5°31'33.71"S, ponto 39A de c.g.a. 55°50'6.34"W e 5°31'30.91"S, ponto 40A de



c.g.a. 55°50'7.14"W e 5°31'29.80"S, ponto 41A de c.g.a. 55°50'7.60"W e 5°31'27.77"S, ponto 42A de c.g.a. 55°50'7.09"W e 5°31'26.14"S, ponto 43A de c.g.a. 55°50'7.10"W e 5°31'24.41"S, ponto 44A de c.g.a. 55°50'8.20"W e 5°31'21.87"S, ponto 45A de c.g.a. 55°50'8.54"W e 5°31'20.08"S, ponto 46A de c.g.a. 55°50'8.14"W e 5°31'17.17"S, ponto 47A de c.g.a. 55°50'8.44"W e 5°31'15.43"S, ponto 48A de c.g.a. 55°50'9.11"W e 5°31'14.29"S, ponto 49A de c.g.a. 55°50'9.63"W e 5°31'13.13"S, ponto 50A de c.g.a. 55°50'9.78"W e 5°31'10.64"S, ponto 51A de c.g.a. 55°50'9.19"W e 5°31'8.46"S, ponto 52A de c.g.a. 55°50'9.61"W e 5°31'6.96"S, ponto 53A de c.g.a. 55°50'9.63"W e 5°31'4.38"S, ponto 54A de c.g.a. 55°50'10.17"W e 5°31'1.85"S, ponto 55A de c.g.a. 55°50'10.42"W e 5°30'57.10"S, ponto 56A de c.g.a. 55°50'10.30"W e 5°30'54.71"S, ponto 57A de c.g.a. 55°50'9.22"W e 5°30'51.44"S, ponto 58A de c.g.a. 55°50'9.52"W e 5°30'49.28"S, ponto 59A de c.g.a. 55°50'8.63"W e 5°30'43.35"S, ponto 60A de c.g.a. 55°50'9.07"W e 5°30'40.84"S, ponto 61A de c.g.a. 55°50'8.96"W e 5°30'39.26"S, ponto 62A de c.g.a. 55°50'7.40"W e 5°30'34.46"S, ponto 63A de c.g.a. 55°50'2.99"W e 5°30'22.83"S, ponto 64A de c.g.a. 55°50'2.20"W e 5°30'20.56"S, ponto 65A de c.g.a. 55°50'1.16"W e 5°30'18.43"S, ponto 66A de c.g.a. 55°49'58.71"W e 5°30'12.58"S, ponto 67A de c.g.a. 55°49'57.01"W e 5°30'7.45"S, ponto 68A de c.g.a. 55°49'57.50"W e 5°30'4.49"S, ponto 69A de c.g.a. 55°49'58.25"W e 5°30'1.13"S, ponto 70A de c.g.a. 55°49'59.58"W e 5°29'59.72"S, ponto 71A de c.g.a. 55°50'3.14"W e 5°29'56.47"S, ponto 72A de c.g.a. 55°50'10.63"W e 5°29'50.91"S, ponto 73A de c.g.a. 55°50'13.65"W e 5°29'48.43"S, ponto 74A de c.g.a.



55°50'16.49"W	e	5°29'45.02"S,	ponto	75A	de	c.g.a.
55°50'18.79"W	e	5°29'40.06"S,	ponto	76A	de	c.g.a.
55°50'21.99"W	e	5°29'29.52"S,	ponto	77A	de	c.g.a.
55°50'25.03"W	e	5°29'24.95"S,	ponto	78A	de	c.g.a.
55°50'35.02"W	e	5°29'14.35"S,	ponto	79A	de	c.g.a.
55°50'38.74"W	e	5°29'10.59"S,	ponto	80A	de	c.g.a.
55°50'40.08"W	e	5°29'7.16"S,	ponto	81A	de	c.g.a.
55°50'41.09"W	e	5°29'2.78"S,	ponto	82A	de	c.g.a.
55°50'42.34"W	e	5°28'57.74"S,	ponto	83A	de	c.g.a.
55°50'44.68"W	e	5°28'50.80"S,	ponto	84A	de	c.g.a.
55°50'46.77"W	e	5°28'47.47"S,	ponto	85A	de	c.g.a.
55°50'49.29"W	e	5°28'42.89"S,	ponto	86A	de	c.g.a.
55°50'51.11"W	e	5°28'40.96"S,	ponto	87A	de	c.g.a.
55°50'55.15"W	e	5°28'37.74"S,	ponto	88A	de	c.g.a.
55°51'3.13"W	e	5°28'32.10"S,	ponto	89A	de	c.g.a.
55°51'4.44"W	e	5°28'31.18"S,	ponto	90A	de	c.g.a.
55°51'9.79"W	e	5°28'28.09"S,	ponto	91A	de	c.g.a.
55°51'16.01"W	e	5°28'25.65"S,	ponto	92A	de	c.g.a.
55°51'17.05"W	e	5°28'25.34"S,	ponto	93A	de	c.g.a.
55°51'35.13"W	e	5°28'19.95"S,	ponto	94A	de	c.g.a.
55°51'38.69"W	e	5°28'18.70"S,	ponto	95A	de	c.g.a.
55°51'43.59"W	e	5°28'15.60"S,	ponto	96A	de	c.g.a.
55°51'47.64"W	e	5°28'10.65"S,	ponto	97A	de	c.g.a.
55°51'49.36"W	e	5°28'7.18"S,	ponto	98A	de	c.g.a.
55°52'4.55"W	e	5°27'33.93"S,	ponto	99A	de	c.g.a.
55°52'8.43"W	e	5°27'28.33"S,	ponto	100A	de	c.g.a.
55°52'14.60"W	e	5°27'23.28"S,	ponto	101A	de	c.g.a.
55°52'27.40"W	e	5°27'15.33"S,	ponto	102A	de	c.g.a.
55°52'38.21"W	e	5°27'7.95"S,	ponto	103A	de	c.g.a.



55°52'41.51"W	e	5°27'2.41"S,	ponto	104A	de	c.g.a.
55°52'42.04"W	e	5°27'0.37"S,	ponto	105A	de	c.g.a.
55°52'41.81"W	e	5°26'48.93"S,	ponto	106A	de	c.g.a.
55°52'42.75"W	e	5°26'45.10"S,	ponto	107A	de	c.g.a.
55°52'45.78"W	e	5°26'40.82"S,	ponto	108A	de	c.g.a.
55°52'52.29"W	e	5°26'31.21"S,	ponto	109A	de	c.g.a.
55°52'56.63"W	e	5°26'22.81"S,	ponto	110A	de	c.g.a.
55°52'59.32"W	e	5°26'13.06"S,	ponto	111A	de	c.g.a.
55°53'12.95"W	e	5°24'47.45"S,	ponto	112A	de	c.g.a.
55°53'15.97"W	e	5°24'25.84"S,	ponto	113A	de	c.g.a.
55°53'16.22"W	e	5°24'21.18"S,	ponto	114A	de	c.g.a.
55°53'14.44"W	e	5°24'10.34"S,	ponto	115A	de	c.g.a.
55°53'13.92"W	e	5°24'7.64"S,	ponto	116A	de	c.g.a.
55°53'7.05"W	e	5°24'7.91"S,	ponto	117A	de	c.g.a.
55°52'57.76"W	e	5°24'6.96"S,	ponto	118A	de	c.g.a.
55°52'57.76"W	e	5°24'10.13"S,	ponto	119A	de	c.g.a.
55°52'55.09"W	e	5°24'10.87"S,	ponto	120A	de	c.g.a.
55°53'2.18"W	e	5°24'16.06"S,	ponto	121A	de	c.g.a.
55°53'6.78"W	e	5°24'17.45"S,	ponto	122A	de	c.g.a.
55°53'9.93"W	e	5°24'18.41"S,	ponto	123A	de	c.g.a.
55°53'11.69"W	e	5°24'19.97"S,	ponto	124A	de	c.g.a.
55°53'12.08"W	e	5°24'21.64"S,	ponto	125A	de	c.g.a.
55°53'11.45"W	e	5°24'25.76"S,	ponto	126A	de	c.g.a.
55°53'10.84"W	e	5°24'29.32"S,	ponto	127A	de	c.g.a.
55°52'50.87"W	e	5°26'19.85"S,	ponto	128A	de	c.g.a.
55°52'49.87"W	e	5°26'24.77"S,	ponto	129A	de	c.g.a.
55°52'48.38"W	e	5°26'28.11"S,	ponto	130A	de	c.g.a.
55°52'38.40"W	e	5°26'43.70"S,	ponto	131A	de	c.g.a.
55°52'37.18"W	e	5°26'45.74"S,	ponto	132A	de	c.g.a.



55°52'36.14"W	e	5°26'49.12"S,	ponto	133A	de	c.g.a.
55°52'36.34"W	e	5°27'1.49"S,	ponto	134A	de	c.g.a.
55°52'35.75"W	e	5°27'3.61"S,	ponto	135A	de	c.g.a.
55°52'32.38"W	e	5°27'6.44"S,	ponto	136A	de	c.g.a.
55°52'10.29"W	e	5°27'21.00"S,	ponto	137A	de	c.g.a.
55°52'5.46"W	e	5°27'24.43"S,	ponto	138A	de	c.g.a.
55°52'3.38"W	e	5°27'26.99"S,	ponto	139A	de	c.g.a.
55°51'41.41"W	e	5°28'10.04"S,	ponto	140A	de	c.g.a.
55°51'39.64"W	e	5°28'12.02"S,	ponto	141A	de	c.g.a.
55°51'37.17"W	e	5°28'12.99"S,	ponto	142A	de	c.g.a.
55°51'12.34"W	e	5°28'18.15"S,	ponto	143A	de	c.g.a.
55°51'7.31"W	e	5°28'19.66"S,	ponto	144A	de	c.g.a.
55°50'56.06"W	e	5°28'25.82"S,	ponto	145A	de	c.g.a.
55°50'44.38"W	e	5°28'32.45"S,	ponto	146A	de	c.g.a.
55°50'41.74"W	e	5°28'34.97"S,	ponto	147A	de	c.g.a.
55°50'40.59"W	e	5°28'38.43"S,	ponto	148A	de	c.g.a.
55°50'39.70"W	e	5°28'51.07"S,	ponto	149A	de	c.g.a.
55°50'34.84"W	e	5°29'4.14"S,	ponto	150A	de	c.g.a.
55°50'32.77"W	e	5°29'7.84"S,	ponto	151A	de	c.g.a.
55°50'25.69"W	e	5°29'12.41"S,	ponto	152A	de	c.g.a.
55°50'18.41"W	e	5°29'16.82"S,	ponto	153A	de	c.g.a.
55°50'15.45"W	e	5°29'19.59"S,	ponto	154A	de	c.g.a.
55°50'13.79"W	e	5°29'23.29"S,	ponto	155A	de	c.g.a.
55°50'12.55"W	e	5°29'28.30"S,	ponto	156A	de	c.g.a.
55°50'13.19"W	e	5°29'34.64"S,	ponto	157A	de	c.g.a.
55°50'12.54"W	e	5°29'37.72"S,	ponto	158A	de	c.g.a.
55°50'10.92"W	e	5°29'40.51"S,	ponto	159A	de	c.g.a.
55°50'10.93"W	e	5°29'40.53"S,	ponto	160A	de	c.g.a.
55°50'10.91"W	e	5°29'40.53"S,	ponto	161A	de	c.g.a.



55°50'8.73"W e 5°29'43.89"S, ponto 162A de c.g.a.
 55°50'6.63"W e 5°29'45.98"S, ponto 163A de c.g.a.
 55°49'58.80"W e 5°29'51.46"S, ponto 164A de c.g.a.
 55°49'51.71"W e 5°29'58.14"S, ponto 165A de c.g.a.
 55°49'49.80"W e 5°30'0.85"S, até atingir o ponto 1A, ponto inicial deste perímetro, perfazendo uma área aproximada de 334 ha (trezentos e trinta e quatro hectares); e

II - área B - inicia-se no ponto 1B de coordenadas geográficas aproximadas (c.g.a.) 55°42'31.53"W e 5°56'21.87"S; deste, segue por linhas retas passando pelos pontos: ponto 2B de c.g.a. 55°42'28.01"W e 5°56'30.11"S, ponto 3B de c.g.a. 55°42'26.61"W e 5°56'33.61"S, ponto 4B de c.g.a. 55°42'25.20"W e 5°56'37.09"S, ponto 5B de c.g.a. 55°42'13.72"W e 5°57'5.24"S, ponto 6B de c.g.a. 55°42'9.29"W e 5°57'15.07"S, ponto 7B de c.g.a. 55°42'6.66"W e 5°57'20.87"S, ponto 8B de c.g.a. 55°42'3.50"W e 5°57'30.45"S, ponto 9B de c.g.a. 55°42'0.53"W e 5°57'37.65"S, ponto 10B de c.g.a. 55°41'58.08"W e 5°57'43.63"S, ponto 11B de c.g.a. 55°41'53.14"W e 5°57'55.50"S, ponto 12B de c.g.a. 55°41'32.55"W e 5°58'33.04"S, ponto 13B de c.g.a. 55°41'29.10"W e 5°58'39.27"S, ponto 14B de c.g.a. 55°41'26.97"W e 5°58'43.19"S, ponto 15B de c.g.a. 55°41'26.05"W e 5°58'45.02"S, ponto 16B de c.g.a. 55°41'25.34"W e 5°58'47.31"S, ponto 17B de c.g.a. 55°41'25.16"W e 5°58'50.79"S, ponto 18B de c.g.a. 55°41'26.25"W e 5°59'11.45"S, ponto 19B de c.g.a. 55°41'27.12"W e 5°59'27.62"S, ponto 20B de c.g.a. 55°41'27.48"W e 5°59'34.61"S, ponto 21B de c.g.a. 55°41'28.07"W e 5°59'41.64"S, ponto 22B de c.g.a.



55°41'28.42"W	e	5°59'44.72"S,	ponto	23B	de	c.g.a.
55°41'28.28"W	e	5°59'46.62"S,	ponto	24B	de	c.g.a.
55°41'27.49"W	e	5°59'48.34"S,	ponto	25B	de	c.g.a.
55°41'26.11"W	e	5°59'50.05"S,	ponto	26B	de	c.g.a.
55°41'22.87"W	e	5°59'54.04"S,	ponto	27B	de	c.g.a.
55°41'21.54"W	e	5°59'56.62"S,	ponto	28B	de	c.g.a.
55°41'20.96"W	e	5°59'58.80"S,	ponto	29B	de	c.g.a.
55°41'19.96"W	e	6°0'3.54"S,	ponto	30B	de	c.g.a.
55°41'20.15"W	e	6°0'5.01"S,	ponto	31B	de	c.g.a.
		55°41'19.15"W				
55°41'20.15"W	e	6°0'7.57"S,	ponto	32B	de	c.g.a.
		55°41'18.77"W	e	6°0'9.46"S,		
55°41'18.77"W	e	ponto 33B de c.g.a.				
		55°41'20.49"W	e	6°0'7.67"S,	ponto	34B de
55°41'20.49"W	e	c.g.a.				
55°41'27.35"W	e	6°0'1.37"S,	ponto	35B	de	c.g.a.
55°41'31.06"W	e	5°59'57.07"S,	ponto	36B	de	c.g.a.
55°41'32.57"W	e	5°59'55.29"S,	ponto	37B	de	c.g.a.
55°41'32.80"W	e	5°59'54.56"S,	ponto	38B	de	c.g.a.
55°41'32.82"W	e	5°59'53.50"S,	ponto	39B	de	c.g.a.
55°41'32.95"W	e	5°59'51.78"S,	ponto	40B	de	c.g.a.
55°41'33.18"W	e	5°59'49.22"S,	ponto	41B	de	c.g.a.
55°41'33.80"W	e	5°59'46.28"S,	ponto	42B	de	c.g.a.
55°41'33.10"W	e	5°59'41.35"S,	ponto	43B	de	c.g.a.
55°41'31.28"W	e	5°59'21.08"S,	ponto	44B	de	c.g.a.
55°41'30.87"W	e	5°59'14.28"S,	ponto	45B	de	c.g.a.
55°41'30.39"W	e	5°59'11.10"S,	ponto	46B	de	c.g.a.
55°41'30.79"W	e	5°59'11.09"S,	ponto	47B	de	c.g.a.
55°41'29.90"W	e	5°58'52.90"S,	ponto	48B	de	c.g.a.
55°41'29.98"W	e	5°58'50.90"S,	ponto	49B	de	c.g.a.
55°41'31.01"W	e	5°58'46.65"S,	ponto	50B	de	c.g.a.
55°41'32.54"W	e	5°58'43.56"S,	ponto	51B	de	c.g.a.
55°41'33.41"W	e	5°58'42.77"S,	ponto	52B	de	c.g.a.



55°41'34.47"W e 5°58'41.19"S, ponto 53B de c.g.a.
 55°41'35.32"W e 5°58'38.52"S, ponto 54B de c.g.a.
 55°41'39.20"W e 5°58'31.51"S, ponto 55B de c.g.a.
 55°41'40.01"W e 5°58'30.48"S, ponto 56B de c.g.a.
 55°41'42.02"W e 5°58'27.73"S, ponto 57B de c.g.a.
 55°41'42.95"W e 5°58'24.72"S, ponto 58B de c.g.a.
 55°41'46.56"W e 5°58'18.19"S, ponto 59B de c.g.a.
 55°41'50.46"W e 5°58'10.81"S, ponto 60B de c.g.a.
 55°41'54.09"W e 5°58'3.29"S, ponto 61B de c.g.a. 55°41'55.75"W
 e 5°58'1.08"S, ponto 62B de c.g.a. 55°41'55.99"W e
 5°57'59.76"S, ponto 63B de c.g.a. 55°41'56.98"W e
 5°57'56.70"S, ponto 64B de c.g.a. 55°42'14.46"W e
 5°57'15.25"S, ponto 65B de c.g.a. 55°42'16.57"W e
 5°57'10.97"S, ponto 66B de c.g.a. 55°42'17.82"W e 5°57'7.29"S,
 ponto 67B de c.g.a. 55°42'46.32"W e 5°55'59.68"S, ponto 68B de
 c.g.a. 55°42'47.32"W e 5°55'57.18"S, ponto 69B de c.g.a.
 55°42'48.52"W e 5°55'53.02"S, ponto 70B de c.g.a.
 55°42'49.40"W e 5°55'47.57"S, ponto 71B de c.g.a.
 55°42'49.05"W e 5°55'44.22"S, ponto 72B de c.g.a.
 55°42'48.81"W e 5°55'42.22"S, ponto 73B de c.g.a.
 55°42'47.76"W e 5°55'37.64"S, ponto 74B de c.g.a.
 55°42'45.25"W e 5°55'28.51"S, ponto 75B de c.g.a.
 55°42'44.28"W e 5°55'24.86"S, ponto 76B de c.g.a.
 55°42'43.38"W e 5°55'21.20"S, ponto 77B de c.g.a.
 55°42'42.92"W e 5°55'17.79"S, ponto 78B de c.g.a.
 55°42'42.41"W e 5°55'16.99"S, ponto 79B de c.g.a.
 55°42'40.09"W e 5°55'4.65"S, ponto 80B de c.g.a. 55°42'38.46"W
 e 5°54'52.20"S, ponto 81B de c.g.a. 55°42'38.47"W e
 5°54'50.28"S, ponto 82B de c.g.a. 55°42'38.23"W e



5°54'49.24"S, ponto 83B de c.g.a. 55°42'38.21"W e
 5°54'47.78"S, ponto 84B de c.g.a. 55°42'38.13"W e
 5°54'46.34"S, ponto 85B de c.g.a. 55°42'37.95"W e
 5°54'45.48"S, ponto 86B de c.g.a. 55°42'37.86"W e
 5°54'42.41"S, ponto 87B de c.g.a. 55°42'37.78"W e
 5°54'40.07"S, ponto 88B de c.g.a. 55°42'37.48"W e
 5°54'38.29"S, ponto 89B de c.g.a. 55°42'37.59"W e
 5°54'36.99"S, ponto 90B de c.g.a. 55°42'37.57"W e
 5°54'34.28"S, ponto 91B de c.g.a. 55°42'37.26"W e
 5°54'30.55"S, ponto 92B de c.g.a. 55°42'37.34"W e
 5°54'25.11"S, ponto 93B de c.g.a. 55°42'37.07"W e
 5°54'22.87"S, ponto 94B de c.g.a. 55°42'37.36"W e
 5°54'22.29"S, ponto 95B de c.g.a. 55°42'37.31"W e
 5°54'20.09"S, ponto 96B de c.g.a. 55°42'36.91"W e
 5°54'16.72"S, ponto 97B de c.g.a. 55°42'36.82"W e
 5°54'12.95"S, ponto 98B de c.g.a. 55°42'37.05"W e
 5°54'12.08"S, ponto 99B de c.g.a. 55°42'37.30"W e 5°54'8.98"S,
 ponto 100B de c.g.a. 55°42'37.20"W e 5°54'7.06"S, ponto 101B
 de c.g.a. 55°42'36.73"W e 5°54'4.92"S, ponto 102B de c.g.a.
 55°42'36.90"W e 5°53'59.64"S, ponto 103B de c.g.a.
 55°42'37.25"W e 5°53'54.37"S, ponto 104B de c.g.a.
 55°42'37.61"W e 5°53'50.15"S, ponto 105B de c.g.a.
 55°42'38.11"W e 5°53'41.51"S, ponto 106B de c.g.a.
 55°42'38.11"W e 5°53'32.86"S, ponto 107B de c.g.a.
 55°42'38.04"W e 5°53'30.51"S, ponto 108B de c.g.a.
 55°42'38.44"W e 5°53'30.50"S, ponto 109B de c.g.a.
 55°42'37.84"W e 5°53'9.76"S, ponto 110B de c.g.a.
 55°42'37.76"W e 5°53'1.18"S, ponto 111B de c.g.a.
 55°42'38.26"W e 5°52'50.68"S, ponto 112B de c.g.a.



55°42'38.95"W	e	5°52'40.65"S,"	ponto	113B	de	c.g.a.
55°42'39.56"W	e	5°52'38.19"S,"	ponto	114B	de	c.g.a.
55°42'40.05"W	e	5°52'35.29"S,"	ponto	115B	de	c.g.a.
55°42'40.35"W	e	5°52'32.89"S,"	ponto	116B	de	c.g.a.
55°42'40.48"W	e	5°52'32.35"S,"	ponto	117B	de	c.g.a.
55°42'40.27"W	e	5°52'30.73"S,"	ponto	118B	de	c.g.a.
55°42'40.43"W	e	5°52'28.95"S,"	ponto	119B	de	c.g.a.
55°42'40.72"W	e	5°52'27.20"S,"	ponto	120B	de	c.g.a.
55°42'41.06"W	e	5°52'26.81"S,"	ponto	121B	de	c.g.a.
55°42'41.22"W	e	5°52'25.85"S,"	ponto	122B	de	c.g.a.
55°42'41.14"W	e	5°52'24.98"S,"	ponto	123B	de	c.g.a.
55°42'41.57"W	e	5°52'24.12"S,"	ponto	124B	de	c.g.a.
55°42'41.40"W	e	5°52'23.22"S,"	ponto	125B	de	c.g.a.
55°42'49.52"W	e	5°51'36.33"S,"	ponto	126B	de	c.g.a.
55°42'49.26"W	e	5°51'35.48"S,"	ponto	127B	de	c.g.a.
55°42'52.17"W	e	5°51'18.65"S,"	ponto	128B	de	c.g.a.
55°42'52.76"W	e	5°51'17.42"S,"	ponto	129B	de	c.g.a.
55°42'52.73"W	e	5°51'16.61"S,"	ponto	130B	de	c.g.a.
55°42'53.15"W	e	5°51'15.33"S,"	ponto	131B	de	c.g.a.
55°42'52.95"W	e	5°51'14.18"S,"	ponto	132B	de	c.g.a.
55°42'53.40"W	e	5°51'11.58"S,"	ponto	133B	de	c.g.a.
55°42'55.04"W	e	5°51'3.45"S,"	ponto	134B	de	c.g.a.
55°42'57.14"W	e	5°50'55.42"S,"	ponto	135B	de	c.g.a.
55°42'57.70"W	e	5°50'54.50"S,"	ponto	136B	de	c.g.a.
55°42'57.77"W	e	5°50'53.90"S,"	ponto	137B	de	c.g.a.
55°42'58.08"W	e	5°50'53.35"S,"	ponto	138B	de	c.g.a.
55°42'58.30"W	e	5°50'52.39"S,"	ponto	139B	de	c.g.a.
55°42'58.35"W	e	5°50'51.48"S,"	ponto	140B	de	c.g.a.
55°42'59.19"W	e	5°50'48.96"S,"	ponto	141B	de	c.g.a.



55°43'0.07"W e 5°50'46.45"S, ponto 142B de c.g.a. 55°43'7.29"W
e 5°50'26.55"S, ponto 143B de c.g.a. 55°43'8.17"W e
5°50'24.86"S, ponto 144B de c.g.a. 55°43'9.28"W e
5°50'21.80"S, ponto 145B de c.g.a. 55°43'10.12"W e
5°50'19.67"S, ponto 146B de c.g.a. 55°43'10.18"W e
5°50'18.58"S, ponto 147B de c.g.a. 55°43'43.52"W e
5°48'46.66"S, ponto 148B de c.g.a. 55°43'44.16"W e
5°48'45.86"S, ponto 149B de c.g.a. 55°43'44.59"W e
5°48'43.79"S, ponto 150B de c.g.a. 55°44'7.63"W e
5°47'40.17"S, ponto 151B de c.g.a. 55°44'8.17"W e
5°47'39.58"S, ponto 152B de c.g.a. 55°44'8.17"W e
5°47'38.69"S, ponto 153B de c.g.a. 55°44'10.77"W e
5°47'31.51"S, ponto 154B de c.g.a. 55°44'11.40"W e
5°47'30.72"S, ponto 155B de c.g.a. 55°44'12.53"W e
5°47'27.91"S, ponto 156B de c.g.a. 55°44'12.75"W e
5°47'27.03"S, ponto 157B de c.g.a. 55°44'12.78"W e
5°47'25.96"S, ponto 158B de c.g.a. 55°44'13.67"W e
5°47'23.52"S, ponto 159B de c.g.a. 55°44'14.42"W e
5°47'22.79"S, ponto 160B de c.g.a. 55°44'15.26"W e
5°47'20.35"S, ponto 161B de c.g.a. 55°44'15.30"W e
5°47'19.44"S, ponto 162B de c.g.a. 55°44'15.70"W e
5°47'18.97"S, ponto 163B de c.g.a. 55°44'16.02"W e
5°47'17.93"S, ponto 164B de c.g.a. 55°44'16.19"W e
5°47'16.57"S, ponto 165B de c.g.a. 55°44'18.00"W e
5°47'11.58"S, ponto 166B de c.g.a. 55°44'19.16"W e
5°47'9.43"S, ponto 167B de c.g.a. 55°44'19.25"W e 5°47'8.13"S,
ponto 168B de c.g.a. 55°44'25.56"W e 5°46'51.61"S, ponto 169B
de c.g.a. 55°44'27.20"W e 5°46'47.52"S, ponto 170B de c.g.a.
55°44'27.91"W e 5°46'45.03"S, ponto 171B de c.g.a.



55°44'29.13"W	e	5°46'41.33"S,"	ponto	172B	de	c.g.a.
55°44'30.50"W	e	5°46'37.21"S,"	ponto	173B	de	c.g.a.
55°44'32.05"W	e	5°46'32.53"S,"	ponto	174B	de	c.g.a.
55°44'32.62"W	e	5°46'28.89"S,"	ponto	175B	de	c.g.a.
55°44'32.20"W	e	5°46'26.07"S,"	ponto	176B	de	c.g.a.
55°44'31.48"W	e	5°46'23.73"S,"	ponto	177B	de	c.g.a.
55°44'30.76"W	e	5°46'21.81"S,"	ponto	178B	de	c.g.a.
55°44'30.89"W	e	5°46'20.36"S,"	ponto	179B	de	c.g.a.
55°44'30.28"W	e	5°46'19.26"S,"	ponto	180B	de	c.g.a.
55°44'29.86"W	e	5°46'18.82"S,"	ponto	181B	de	c.g.a.
55°44'26.01"W	e	5°46'6.21"S,"	ponto	182B	de	c.g.a.
55°44'24.92"W	e	5°46'2.47"S,"	ponto	183B	de	c.g.a.
55°44'23.94"W	e	5°45'58.70"S,"	ponto	184B	de	c.g.a.
55°44'24.08"W	e	5°45'57.65"S,"	ponto	185B	de	c.g.a.
55°44'23.95"W	e	5°45'56.34"S,"	ponto	186B	de	c.g.a.
55°44'23.35"W	e	5°45'56.09"S,"	ponto	187B	de	c.g.a.
55°44'22.56"W	e	5°45'52.62"S,"	ponto	188B	de	c.g.a.
55°44'22.00"W	e	5°45'49.70"S,"	ponto	189B	de	c.g.a.
55°44'20.47"W	e	5°45'41.31"S,"	ponto	190B	de	c.g.a.
55°44'20.35"W	e	5°45'38.07"S,"	ponto	191B	de	c.g.a.
55°44'19.44"W	e	5°45'33.72"S,"	ponto	192B	de	c.g.a.
55°44'18.95"W	e	5°45'29.05"S,"	ponto	193B	de	c.g.a.
55°44'17.42"W	e	5°45'20.21"S,"	ponto	194B	de	c.g.a.
55°44'17.07"W	e	5°45'16.16"S,"	ponto	195B	de	c.g.a.
55°44'17.65"W	e	5°45'12.25"S,"	ponto	196B	de	c.g.a.
55°44'18.16"W	e	5°45'10.42"S,"	ponto	197B	de	c.g.a.
55°44'23.25"W	e	5°44'53.88"S,"	ponto	198B	de	c.g.a.
55°44'24.63"W	e	5°44'49.95"S,"	ponto	199B	de	c.g.a.
55°44'25.65"W	e	5°44'46.88"S,"	ponto	200B	de	c.g.a.



55°44'26.52"W	e	5°44'43.00"S,"	ponto	201B	de	c.g.a.
55°44'27.35"W	e	5°44'39.55"S,"	ponto	202B	de	c.g.a.
55°44'27.72"W	e	5°44'36.17"S,"	ponto	203B	de	c.g.a.
55°44'34.71"W	e	5°44'3.85"S,"	ponto	204B	de	c.g.a.
55°44'37.99"W	e	5°43'50.87"S,"	ponto	205B	de	c.g.a.
55°44'42.73"W	e	5°43'34.68"S,"	ponto	206B	de	c.g.a.
55°44'43.61"W	e	5°43'32.04"S,"	ponto	207B	de	c.g.a.
55°44'44.36"W	e	5°43'28.69"S,"	ponto	208B	de	c.g.a.
55°44'45.36"W	e	5°43'25.20"S,"	ponto	209B	de	c.g.a.
55°44'46.08"W	e	5°43'24.57"S,"	ponto	210B	de	c.g.a.
55°44'46.93"W	e	5°43'24.13"S,"	ponto	211B	de	c.g.a.
55°44'46.74"W	e	5°43'23.63"S,"	ponto	212B	de	c.g.a.
55°44'48.83"W	e	5°43'20.85"S,"	ponto	213B	de	c.g.a.
55°44'49.21"W	e	5°43'19.24"S,"	ponto	214B	de	c.g.a.
55°44'49.29"W	e	5°43'15.24"S,"	ponto	215B	de	c.g.a.
55°44'49.02"W	e	5°43'13.65"S,"	ponto	216B	de	c.g.a.
55°44'49.72"W	e	5°43'12.22"S,"	ponto	217B	de	c.g.a.
55°44'50.43"W	e	5°43'12.07"S,"	ponto	218B	de	c.g.a.
55°44'49.93"W	e	5°43'11.49"S,"	ponto	219B	de	c.g.a.
55°44'50.41"W	e	5°43'9.25"S,"	ponto	220B	de	c.g.a.
55°44'50.45"W	e	5°43'8.84"S,"	ponto	221B	de	c.g.a.
55°44'50.52"W	e	5°43'8.13"S,"	ponto	222B	de	c.g.a.
55°44'42.98"W	e	5°43'6.29"S,"	ponto	223B	de	c.g.a.
55°44'42.92"W	e	5°43'6.58"S,"	ponto	224B	de	c.g.a.
55°44'22.67"W	e	5°44'35.45"S,"	ponto	225B	de	c.g.a.
55°44'21.57"W	e	5°44'38.73"S,"	ponto	226B	de	c.g.a.
55°44'18.19"W	e	5°44'43.71"S,"	ponto	227B	de	c.g.a.
55°44'16.31"W	e	5°44'47.02"S,"	ponto	228B	de	c.g.a.
55°44'15.92"W	e	5°44'48.53"S,"	ponto	229B	de	c.g.a.



55°44'15.07"W e 5°44'52.60"S, ponto 230B de c.g.a.
 55°44'14.15"W e 5°44'55.50"S, ponto 231B de c.g.a.
 55°44'12.71"W e 5°44'57.81"S, ponto 232B de c.g.a.
 55°44'10.94"W e 5°45'2.02"S, ponto 233B de c.g.a.
 55°44'9.89"W e 5°45'6.40"S, ponto 234B de c.g.a.
 55°44'9.07"W e 5°45'9.76"S, ponto 235B de c.g.a. 55°44'8.15"W
 e 5°45'13.82"S, ponto 236B de c.g.a. 55°44'8.14"W e
 5°45'16.70"S, ponto 237B de c.g.a. 55°44'14.56"W e
 5°45'45.62"S, ponto 238B de c.g.a. 55°44'14.80"W e
 5°45'54.80"S, ponto 239B de c.g.a. 55°44'15.42"W e
 5°45'59.42"S, ponto 240B de c.g.a. 55°44'16.47"W e
 5°46'4.39"S, ponto 241B de c.g.a. 55°44'20.95"W e
 5°46'11.77"S, ponto 242B de c.g.a. 55°44'27.56"W e
 5°46'30.36"S, ponto 243B de c.g.a. 55°44'27.56"W e
 5°46'32.52"S, ponto 244B de c.g.a. 55°44'18.44"W e
 5°46'56.02"S, ponto 245B de c.g.a. 55°44'17.46"W e
 5°47'0.42"S, ponto 246B de c.g.a. 55°44'13.40"W e
 5°47'11.97"S, ponto 247B de c.g.a. 55°44'6.62"W e
 5°47'30.64"S, ponto 248B de c.g.a. 55°44'0.15"W e
 5°47'48.47"S, ponto 249B de c.g.a. 55°43'43.25"W e
 5°48'34.95"S, ponto 250B de c.g.a. 55°43'41.86"W e
 5°48'38.67"S, ponto 251B de c.g.a. 55°43'40.14"W e
 5°48'43.33"S, ponto 252B de c.g.a. 55°43'38.35"W e
 5°48'48.30"S, ponto 253B de c.g.a. 55°43'35.80"W e
 5°48'55.48"S, ponto 254B de c.g.a. 55°43'32.38"W e
 5°49'4.83"S, ponto 255B de c.g.a. 55°43'22.15"W e
 5°49'32.86"S, ponto 256B de c.g.a. 55°43'14.58"W e
 5°49'53.87"S, ponto 257B de c.g.a. 55°43'11.88"W e
 5°50'1.42"S, ponto 258B de c.g.a. 55°43'9.08"W e 5°50'9.26"S,



ponto 259B de c.g.a. $55^{\circ}43'7.99''W$ e $5^{\circ}50'12.32''S$, ponto 260B de c.g.a. $55^{\circ}43'5.42''W$ e $5^{\circ}50'19.53''S$, ponto 261B de c.g.a. $55^{\circ}42'55.00''W$ e $5^{\circ}50'48.58''S$, ponto 262B de c.g.a. $55^{\circ}42'49.83''W$ e $5^{\circ}51'2.96''S$, ponto 263B de c.g.a. $55^{\circ}42'48.77''W$ e $5^{\circ}51'6.70''S$, ponto 264B de c.g.a. $55^{\circ}42'48.03''W$ e $5^{\circ}51'11.15''S$, ponto 265B de c.g.a. $55^{\circ}42'47.65''W$ e $5^{\circ}51'13.49''S$, ponto 266B de c.g.a. $55^{\circ}42'43.45''W$ e $5^{\circ}51'39.46''S$, ponto 267B de c.g.a. $55^{\circ}42'43.44''W$ e $5^{\circ}51'39.46''S$, ponto 268B de c.g.a. $55^{\circ}42'41.35''W$ e $5^{\circ}51'52.81''S$, ponto 269B de c.g.a. $55^{\circ}42'40.14''W$ e $5^{\circ}52'0.33''S$, ponto 270B de c.g.a. $55^{\circ}42'35.83''W$ e $5^{\circ}52'26.99''S$, ponto 271B de c.g.a. $55^{\circ}42'35.17''W$ e $5^{\circ}52'31.14''S$, ponto 272B de c.g.a. $55^{\circ}42'33.61''W$ e $5^{\circ}52'40.98''S$, ponto 273B de c.g.a. $55^{\circ}42'33.06''W$ e $5^{\circ}52'45.03''S$, ponto 274B de c.g.a. $55^{\circ}42'32.60''W$ e $5^{\circ}52'51.29''S$, ponto 275B de c.g.a. $55^{\circ}42'32.43''W$ e $5^{\circ}53'3.15''S$, ponto 276B de c.g.a. $55^{\circ}42'32.38''W$ e $5^{\circ}53'7.12''S$, ponto 277B de c.g.a. $55^{\circ}42'32.31''W$ e $5^{\circ}53'10.04''S$, ponto 278B de c.g.a. $55^{\circ}42'32.14''W$ e $5^{\circ}53'22.78''S$, ponto 279B de c.g.a. $55^{\circ}42'32.22''W$ e $5^{\circ}53'52.84''S$, ponto 280B de c.g.a. $55^{\circ}42'32.00''W$ e $5^{\circ}54'37.66''S$, ponto 281B de c.g.a. $55^{\circ}42'32.10''W$ e $5^{\circ}54'52.84''S$, ponto 282B de c.g.a. $55^{\circ}42'32.29''W$ e $5^{\circ}54'55.36''S$, ponto 283B de c.g.a. $55^{\circ}42'34.69''W$ e $5^{\circ}55'5.43''S$, ponto 284B de c.g.a. $55^{\circ}42'36.12''W$ e $5^{\circ}55'10.70''S$, ponto 285B de c.g.a. $55^{\circ}42'40.81''W$ e $5^{\circ}55'28.18''S$, ponto 286B de c.g.a. $55^{\circ}42'43.27''W$ e $5^{\circ}55'37.67''S$, ponto 287B de c.g.a. $55^{\circ}42'44.18''W$ e $5^{\circ}55'41.28''S$, ponto 288B de c.g.a.



55°42'44.90"W e 5°55'45.66"S, ponto 289B de c.g.a.
 55°42'45.16"W e 5°55'49.63"S, ponto 290B de c.g.a.
 55°42'44.46"W e 5°55'52.08"S, ponto 291B de c.g.a.
 55°42'42.85"W e 5°55'55.05"S, ponto 292B de c.g.a.
 55°42'38.45"W e 5°56'3.92"S, ponto 293B de c.g.a.
 55°42'34.69"W e 5°56'14.33"S, até atingir o ponto 1B, ponto inicial deste perímetro, perfazendo uma área aproximada de 528 ha (quinhentos e vinte e oito hectares).

§ 1º A área de que trata o *caput* deste artigo é destinada aos leitos e às faixas de domínio da EF-170 e da BR-163.

§ 2º Uma vez instalada a ferrovia de que trata o § 1º deste artigo, as frações das áreas discriminadas no *caput* deste artigo que não forem efetivamente utilizadas serão reintegradas ao Parque Nacional do Jamanxim por efeito desta Lei, mediante ato do Poder Executivo federal, dispensado o disposto no § 2º do art. 22 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000.

Art. 3º O disposto no art. 2º desta Lei não exime o empreendedor da prévia obtenção dos licenciamentos e do cumprimento das obrigações com os órgãos competentes do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama) e com os demais órgãos da administração pública federal, necessários à efetivação das obras e atividades relativas à implantação e à operação da EF-170.

Art. 4º Fica criada a Área de Proteção Ambiental Rio Branco, no Município de Trairão, no Estado do Pará, unidade de conservação de uso sustentável com o objetivo de proteger os mananciais, regular o uso dos recursos hídricos e ordenar e regularizar o processo de ocupação na região, garantindo-se o



uso racional dos recursos naturais, excluindo este perímetro do Parque Nacional do Jamanxim de que trata o § 2º do art. 2º do Decreto de 13 de fevereiro de 2006, compreendido o polígono discriminado pelo memorial descritivo constante do parágrafo único deste artigo, com área aproximada de 101.270 ha (cento e um mil duzentos e setenta hectares).

Parágrafo único. Inicia-se a descrição deste perímetro no ponto 01 de c.g.a. 05°29'45"S e 55°32'15"Wgr., localizado na foz de um afluente sem denominação da margem direita do Rio Aruri Grande e correspondendo ao ponto P-6 do memorial descritivo da Floresta Nacional de Altamira; deste ponto, segue a montante pela margem esquerda do referido afluente até o ponto 02 de c.g.a. 5°29'1"S e 55°33'21"Wgr., localizado em sua cabeceira; deste ponto, segue em linha reta até o ponto 03 de c.g.a. 5°28'39"S e 55°34'8"Wgr., localizado em um afluente sem denominação da margem direita do Rio Aruri Grande; deste ponto, segue a montante pela margem esquerda do referido afluente até o ponto 04 de c.g.a. 05°24'08"S e 55°31'15"Wgr., localizado em sua cabeceira e correspondendo ao ponto P-7 do memorial descritivo da Floresta Nacional de Altamira; deste ponto, segue em linha reta até o ponto 05 de c.g.a. 05°24'07"S e 55°26'30"Wgr., correspondendo ao ponto 08 do memorial descritivo da Reserva Extrativista Riozinho do Anfrísio, constante do Decreto de 8 de novembro de 2004; deste ponto, segue por linhas retas, passando pelos seguintes pontos: 06 de c.g.a. 5°24'1"S e 55°26'40"Wgr., 07 de c.g.a. 5°23'57"S e 55°26'51"Wgr., 08 de c.g.a. 5°23'58"S e 55°27'2"Wgr., 09 de c.g.a. 5°23'49"S e 55°27'11"Wgr., 10 de c.g.a. 5°23'36"S e 55°27'16"Wgr., 11 de c.g.a. 5°23'27"S e 55°27'23"Wgr., 12 de



c.g.a. 5°23'24"S e 55°27'34"Wgr., 13 de c.g.a. 5°23'19"S e 55°27'44"Wgr., 14 de c.g.a. 5°23'15"S e 55°27'56"Wgr., 15 de c.g.a. 5°23'7"S e 55°28'5"Wgr., 16 de c.g.a. 5°23'1"S e 55°28'17"Wgr., 17 de c.g.a. 5°22'57"S e 55°28'27"Wgr., 18 de c.g.a. 5°22'48"S e 55°28'34"Wgr., 19 de c.g.a. 5°22'43"S e 55°28'44"Wgr., 20 de c.g.a. 5°22'35"S e 55°28'52"Wgr., 21 de c.g.a. 5°22'23"S e 55°28'56"Wgr., 22 de c.g.a. 5°22'19"S e 55°29'8"Wgr., 23 de c.g.a. 5°22'15"S e 55°29'20"Wgr., 24 de c.g.a. 5°22'2"S e 55°29'20"Wgr., 25 de c.g.a. 5°21'52"S e 55°29'19"Wgr., 26 de c.g.a. 5°21'42"S e 55°29'14"Wgr., 27 de c.g.a. 5°21'32"S e 55°29'7"Wgr., 28 de c.g.a. 5°21'22"S e 55°29'1"Wgr., 29 de c.g.a. 5°21'9"S e 55°28'53"Wgr., 30 de c.g.a. 5°20'59"S e 55°28'47"Wgr., 31 de c.g.a. 5°20'45"S e 55°28'43"Wgr., 32 de c.g.a. 5°20'33"S e 55°28'46"Wgr., 33 de c.g.a. 5°20'28"S e 55°28'59"Wgr., 34 de c.g.a. 5°20'23"S e 55°29'10"Wgr., 35 de c.g.a. 5°20'11"S e 55°29'15"Wgr., 36 de c.g.a. 5°20'0"S e 55°29'11"Wgr., 37 de c.g.a. 5°19'46"S e 55°29'9"Wgr., 38 de c.g.a. 5°19'32"S e 55°29'7"Wgr., 39 de c.g.a. 5°19'20"S e 55°29'13"Wgr., 40 de c.g.a. 5°19'10"S e 55°29'17"Wgr., 41 de c.g.a. 5°18'58"S e 55°29'21"Wgr., 42 de c.g.a. 5°18'53"S e 55°29'31"Wgr., 43 de c.g.a. 5°18'50"S e 55°29'41"Wgr., 44 de c.g.a. 5°18'41"S e 55°29'51"Wgr., 45 de c.g.a. 5°18'22"S e 55°30'0"Wgr., 46 de c.g.a. 5°18'8"S e 55°30'8"Wgr., 47 de c.g.a. 5°17'50"S e 55°30'1"Wgr., 48 de c.g.a. 5°17'45"S e 55°30'24"Wgr., 49 de c.g.a. 5°17'44"S e 55°30'37"Wgr., 50 de c.g.a. 5°17'41"S e 55°30'56"Wgr., 51 de c.g.a. 5°17'34"S e 55°31'11"Wgr., 52 de c.g.a. 5°17'24"S e 55°31'45"Wgr., 53 de c.g.a. 5°17'17"S e 55°32'14"Wgr., 54 de c.g.a. 5°17'13"S e 55°32'27"Wgr., 55 de c.g.a. 5°17'4"S e



55°32'52"Wgr., 56 de c.g.a. 5°17'12"S e 55°33'10"Wgr., 57 de c.g.a. 5°17'21"S e 55°33'34"Wgr., 58 de c.g.a. 5°17'23"S e 55°33'57"Wgr., 59 de c.g.a. 5°17'36"S e 55°34'24"Wgr., 60 de c.g.a. 5°17'46"S e 55°34'54"Wgr., 61 de c.g.a. 5°17'48"S e 55°35'23"Wgr., 62 de c.g.a. 5°17'42"S e 55°35'56"Wgr., 63 de c.g.a. 5°17'20"S e 55°35'52"Wgr., 64 de c.g.a. 5°17'10"S e 55°36'1"Wgr., 65 de c.g.a. 5°17'0"S e 55°36'5"Wgr., 66 de c.g.a. 5°16'46"S e 55°36'8"Wgr., 67 de c.g.a. 5°16'43"S e 55°36'34"Wgr., cravado na cabeceira de um afluente do Rio Branco sem denominação; deste, segue a jusante até o ponto 68 de c.g.a. 5°11'26"S e 55°47'57"Wgr., localizado na sua Barra com o Rio Branco; deste ponto, segue a jusante pela margem esquerda do Rio Branco até o ponto 69, de c.g.a. 5°24'5"S e 55°51'59"Wgr., localizado na sua foz no Rio Aruri Grande; deste, segue o Rio a Aruri Grande a montante até o ponto 01 onde se deu início a estes limites, perfazendo uma área de 101.270 ha (cento e um mil duzentos e setenta hectares).

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, de maio de 2017.

RODRIGO MAIA
Presidente



LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - 1988/88

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

- artigo 62

- inciso III do parágrafo 1º do artigo 225

- Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de Junho de 1941 - Lei da Desapropriação por Utilidade

Pública; Lei de Desapropriação - 3365/41

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto.lei:1941;3365>

- artigo 15

- Lei nº 9.985, de 18 de Julho de 2000 - Lei do SNUC - 9985/00

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2000;9985>

- parágrafo 2º do artigo 22

- parágrafo 7º do artigo 22

- urn:lex:br:federal:medida.provisoria:2016;758

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:medida.provisoria:2016;758>



CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DA MATÉRIA

Data início	Data fim	Tipo de tramitação
20/12/2016		Publicação no DOU
	06/02/2016	Emendas (6 dias após a publicação)
	26/02/2017	Prazo na CD (até 28º dia)
26/02/2017		Recebimento previsto no SF
27/02/2017	12/03/2017	Prazo no SF (42º dia)
12/03/2017		Se modificado, devolução à CD
13/03/2017	15/03/2017	Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD (43º ao 45º dia)
16/03/2017		Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de
30/03/2017		Prazo final no Congresso Nacional (60 dias)
	29/05/2017	Prazo final prorrogado



Projetos de Lei do Senado





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 153, DE 2017

Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para obrigar as empresas de planos de saúde a oferecer e comercializar planos de saúde individuais aos consumidores.

AUTORIA: Senador Reguffe

DESPACHO: Às Comissões de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor; e de Assuntos Sociais, cabendo à última decisão terminativa



[Página da matéria](#)



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Reguffe

SF/17847/51144-12

PROJETO DE LEI DO SENADO n.º, de 2017.

(Do Sr. SENADOR REGUFFE)

Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para obrigar as empresas de planos de saúde a oferecer e comercializar planos de saúde individuais aos consumidores.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 8º da Lei n.º 9.656, de 3 de junho de 1998, passa a vigorar acrescido do inciso VIII, assim redigido:

"Art. 8º

.....

VIII – comercializar planos individuais de assistência à saúde.

..... " (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O projeto de lei busca alterar a Lei nº 9.656, de 03 de junho de 1998, para obrigar as operadoras de planos de saúde a oferecer e comercializar planos de saúde individuais aos consumidores.





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Reguffe

SF/17847.51144-12

Atualmente, as empresas de planos de saúde se utilizam de uma artimanha para se negarem a oferecer planos de saúde individuais, obrigando os consumidores a adquirir planos coletivos que não contam com garantias importantes aos consumidores.

Os planos de saúde individuais contam com duas proteções fundamentais ao consumidor, que não existem nos planos coletivos. Nos planos individuais, o reajuste dos planos é autorizado anualmente pela ANS, não podendo as operadoras aplicar aumentos superiores aos autorizados pela ANS. Além disso, também nos planos individuais, não podem as empresas rescindir unilateralmente os contratos com os consumidores.

E para não se submeter a essas cláusulas protetivas dos consumidores, as operadoras de planos de saúde tem deixado de oferecer planos individuais. Quando as empresas de plano de saúde se negam a vender planos individuais, obrigam milhões de pessoas a contratar planos coletivos. E quem contrata plano de saúde coletivo não conta com a proteção dessas duas garantias fundamentais: controle de reajuste pela ANS e a impossibilidade de rescisão unilateral por parte das empresas.

Com efeito, o projeto garante à população o direito de contratar um plano de saúde individual, determinando que as operadoras de saúde ofertem, necessariamente, esse produto ao consumidor. O direito à saúde não pode ser negligenciado e sucumbir à lógica pura e simples do maior lucro possível pelas operadoras de planos de saúde.

A Constituição Federal é clara ao estabelecer, em seu art. 197, que “são de relevância públicas as ações e serviços de saúde”. Isso porque, como se sabe, a saúde suplementar no Brasil é exercida pela iniciativa privada, em regime de concorrência



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Reguffe

SF/17847.57144-12

com a saúde pública, dever do Estado e direito de todos, nos termos do art. 196 da Carta da República.

Em suma, permanecem as operadoras de planos de saúde autorizadas a comercializar planos coletivos, empresariais e por adesão, tendo como obrigação legal, entretanto, a oferta e comercialização de planos de saúde individuais aos consumidores que assim precisarem e desejarem.

E assim se faz, justamente, em nome da “relevância pública das ações e serviços de saúde” à população, tendo em vista a natureza vital e constitucional do direito à saúde no Brasil.

Sala das Sessões, em ...

REGUFFE

SENADOR DA REPÚBLICA

LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - 1988/88

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

- Lei nº 9.656, de 3 de Junho de 1998 - Lei dos Planos de Saúde - 9656/98

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1998;9656>

- artigo 8º





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 154, DE 2017

Dispõe sobre incentivos para contratação de empregados com idade igual ou superior a sessenta anos.

AUTORIA: Senador Pedro Chaves

DESPACHO: À Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa



[Página da matéria](#)



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador PEDRO CHAVES

PROJETO DE LEI DO SENADO N° , DE 2017

Dispõe sobre incentivos para contratação de empregados com idade igual ou superior a sessenta anos.

SF/17200.36196-20



Art. 1º O empregador poderá deduzir do valor da contribuição social fixada no inciso I do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, o valor de um salário mínimo para cada semestre de contrato de trabalho vigente de empregado contratado com idade igual ou superior a sessenta anos, nos termos de regulamento.

Art. 2º Além do incentivo previsto no artigo anterior, o empregador poderá deduzir da base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido a que se refere a Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, o total da remuneração paga ao empregado com idade igual ou superior a sessenta anos, nos termos de regulamento.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor após decorridos noventa dias de sua publicação, só se aplicando aos contratos de trabalho firmados a partir de sua vigência.





**SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PEDRO CHAVES**

JUSTIFICAÇÃO

O projeto de lei que ora apresentamos para discussão e deliberação do Congresso Nacional visa a dar efetividade ao disposto no art. 28 do Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003), que prevê o estímulo à admissão laboral do idoso.

No contexto em que vivemos, com aumento da expectativa de vida, com regras mais rígidas para acesso à aposentadoria, é natural que estímulos sejam criados para que as pessoas com mais idade não sejam discriminadas no mercado de trabalho.

Com esses estímulos, esperamos que as empresas se sintam motivadas a contratar um maior contingente de trabalhadores com idade avançada, assegurando-lhes direitos sociais e proteção previdenciária.

Deve-se ter em conta que a idade não pode ser motivo de discriminação. A terceira idade é sinônimo de experiência e conhecimento acumulado. Tendo-se em conta, ademais, a crescente expectativa de vida, é natural que a empregabilidade do idoso deva acompanhar a maior longevidade que alcança os integrantes da sociedade.

Contamos com os nobres Pares para a aprovação deste relevante projeto.

Sala das Sessões, 18 de maio de 2017.

Senador PEDRO CHAVES



LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 8.212, de 24 de Julho de 1991 - Lei Orgânica da Seguridade Social; Lei do Custoio da Previdência Social - 8212/91
<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1991;8212>
 - inciso I do artigo 22
- Lei nº 9.249, de 26 de Dezembro de 1995 - Legislação Tributária Federal - 9249/95
<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1995;9249>
- Lei nº 10.741, de 1º de Outubro de 2003 - Estatuto do Idoso; Lei do Idoso - 10741/03
<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2003;10741>



RESOLUÇÕES



Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Eunício Oliveira, Presidente, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

R E S O L U Ç Ã O

Nº 6, DE 2017

Autoriza o Município de Joinville (SC) a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US\$ 70.000.000,00 (setenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Município de Joinville (SC) autorizado a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US\$ 70.000.000,00 (setenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

Parágrafo único. Os recursos da operação de que trata o **caput** destinam-se ao financiamento parcial do “Projeto Viva Cidade 2 – Revitalização Ambiental e Urbana do Município de Joinville”.

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

I – devedor: Município de Joinville (SC);

II – credor: Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID);

III – garantidor: República Federativa do Brasil;

IV – valor: até US\$ 70.000.000,00 (setenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América);

V – modalidade: Mecanismo de Financiamento Flexível;

VI – prazo de desembolso: o prazo original de desembolso será de 5 (cinco) anos, contado a partir da data de entrada em vigor do contrato, sendo que qualquer extensão do prazo original de desembolso deverá contar com a anuência do garantidor;

VII – amortização: prestações semestrais, consecutivas e, na medida do possível, iguais, nas mesmas datas de pagamento de juros, vencendo-se a primeira até 66 (sessenta e seis) meses e a última até 25 (vinte e cinco) anos após a data de assinatura do contrato;

VIII – juros: exigidos nos dias 15 de janeiro e 15 de julho de cada ano e incidentes sobre os saldos devedores diários a taxa de juros anual fixada para cada trimestre baseada na **Libor** mais a margem aplicável para empréstimos do capital ordinário do BID, enquanto o empréstimo não tiver sido objeto de conversão;



IX – conversão: o devedor poderá solicitar conversão de moeda e de taxa de juros em qualquer momento durante a vigência do contrato, conforme disposto contratualmente e nas normas gerais aplicáveis aos contratos do BID;

X – comissão de crédito: até 0,75% a.a. (setenta e cinco centésimos por cento ao ano) sobre o saldo não desembolsado do empréstimo, com incidência a partir de 60 (sessenta) dias após a data de assinatura do contrato;

XI – recursos para inspeção e supervisão: limitados a 1% (um por cento) do valor do empréstimo, dividido pelo número de semestres compreendidos no prazo original de desembolso.

Parágrafo único. As datas de pagamento do principal, dos encargos financeiros e dos desembolsos previstos poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo.

Art. 3º É a República Federativa do Brasil autorizada a conceder garantia ao Município de Joinville (SC) na operação de crédito externo referida nesta Resolução.

Parágrafo único. A autorização prevista no **caput** é condicionada:

I – ao cumprimento das condições prévias ao primeiro desembolso;

II – à comprovação da situação de adimplemento quanto aos pagamentos de tributos, empréstimos e financiamentos devidos à União e quanto à prestação de contas de recursos anteriormente dela recebidos, nos termos do art. 10 da Resolução do Senado Federal nº 48, de 21 de dezembro de 2007;

III – à celebração de contrato de concessão de contragarantia entre o Município de Joinville (SC) e a União, sob a forma de vinculação das cotas de participação do Município na arrecadação da União, segundo o estabelecido nos arts. 158 e 159, inciso I, alínea “b”, ambos da Constituição Federal, bem como das receitas próprias do Município a que se refere o art. 156, também da Constituição Federal, e sob outras formas em direito admitidas.

Art. 4º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contado a partir da entrada em vigor desta Resolução.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 18 de maio de 2017.

Senador Eunício Oliveira
Presidente do Senado Federal



Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Eunício Oliveira, Presidente, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

R E S O L U Ç Ã O

Nº 7, DE 2017

Autoriza o Município de Manaus (AM) a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US\$ 52.000.000,00 (cinquenta e dois milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Município de Manaus (AM) autorizado a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US\$ 52.000.000,00 (cinquenta e dois milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

Parágrafo único. Os recursos da operação de crédito de que trata o **caput** destinam-se ao financiamento parcial do “Projeto de Expansão e Melhoria Educacional da Rede Pública Municipal de Manaus (Proemem)”.

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

I – credor: Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID);

II – devedor: Município de Manaus (AM);

III – garantidor: República Federativa do Brasil;

IV – valor da operação: até US\$ 52.000.000,00 (cinquenta e dois milhões de dólares dos Estados Unidos da América);

V – juros: **Libor** trimestral, mais ou menos margem de custo do BID, mais a margem (**spread**) aplicável para empréstimos do capital ordinário;

VI – atualização monetária: variação cambial;

VII – liberação: US\$ 460.000,00 (quatrocentos e sessenta mil dólares dos Estados Unidos da América) em 2017, US\$ 17.930.000,00 (dezessete milhões, novecentos e trinta mil dólares dos Estados Unidos da América) em 2018, US\$ 13.060.000,00 (treze milhões e sessenta mil dólares dos Estados Unidos da América) em 2019, US\$ 14.570.000,00 (quatorze milhões, quinhentos e setenta mil dólares dos Estados Unidos da América) em 2020 e US\$ 5.980.000,00 (cinco milhões, novecentos e oitenta mil dólares dos Estados Unidos da América) em 2021;



VIII – contrapartida: US\$ 52.000.000,00 (cinquenta e dois milhões de dólares dos Estados Unidos da América);

IX – prazo total: 300 (trezentos) meses;

X – prazo de carência: 60 (sessenta) meses;

XI – modalidade: Mecanismo de Financiamento Flexível;

XII – prazo de desembolso: 60 (sessenta) meses;

XIII – outros encargos e comissões: comissão de crédito de até 0,75% a.a. (setenta e cinco centésimos por cento ao ano) sobre o saldo não desembolsado e encargos de inspeção e supervisão de até 1% a.a. (um por cento ao ano) sobre o valor do empréstimo.

§ 1º Exceto se o BID estabelecer o contrário, o devedor não estará obrigado a cobrir os gastos do BID a título de inspeção e supervisão gerais, conforme estabelecido no contrato de empréstimo.

§ 2º As datas de pagamento do principal, dos encargos financeiros e dos desembolsos previstos poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo.

§ 3º É permitido ao devedor, já devidamente autorizado por esta Resolução, mediante solicitação formal do credor, observados os prazos e montantes mínimos requeridos no contrato de empréstimo, exercer a opção de conversão, para taxa de juros fixa, de parte ou da totalidade dos saldos devedores sujeitos a taxa de juros flutuante, e vice-versa, e da moeda do montante já desembolsado e a desembolsar do empréstimo, bem como contratar o estabelecimento de tetos e bandas para a flutuação da taxa de juros.

§ 4º Para o exercício da opção referida no § 3º, é autorizada a cobrança dos custos incorridos pelo BID em sua realização, assim como o repasse, ao devedor, de eventuais ganhos decorrentes da conversão.

Art. 3º É a União autorizada a conceder garantia ao Município de Manaus (AM) na contratação da operação de crédito externo referida nesta Resolução.

§ 1º O exercício da autorização prevista no **caput** é condicionado a que o Município de Manaus (AM) celebre contrato com a União para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação das receitas de que tratam os arts. 156, 158 e 159, nos termos do § 4º do art. 167, todos da Constituição Federal, e de outras garantias em direito admitidas, podendo o Governo Federal requerer as transferências de recursos necessários para cobertura dos compromissos honrados diretamente das contas centralizadoras da arrecadação do Município ou das transferências federais.

§ 2º Previamente à assinatura do contrato, o Ministério da Fazenda verificará e atestará a adimplênci a do Município de Manaus (AM) quanto aos pagamentos e às prestações de contas de que trata o art. 10 da Resolução do Senado Federal nº 48, de 2007.

Art. 4º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contado a partir da entrada em vigor desta Resolução.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 18 de maio de 2017.



Senador Eunício Oliveira
Presidente do Senado Federal

acf/prs17-017



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55^a LEGISLATURA
(por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PSB - Lídice da Mata*
Bloco-PP - Roberto Muniz* (S)
Bloco-PSD - Otto Alencar**

Rio de Janeiro

Bloco-PRB - Eduardo Lopes* (S)
Bloco-PT - Lindbergh Farias*
Bloco-PSB - Romário**

Maranhão

PMDB - Edison Lobão*
PMDB - João Alberto Souza*
Bloco-PSB - Roberto Rocha**

Pará

Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro*
PMDB - Jader Barbalho*
Bloco-PT - Paulo Rocha**

Pernambuco

Bloco-PTB - Armando Monteiro*
Bloco-PT - Humberto Costa*
Bloco-PSB - Fernando Bezerra Coelho**

São Paulo

PMDB - Airton Sandoval* (S)
PMDB - Marta Suplicy*
Bloco-PSDB - José Serra**

Minas Gerais

Bloco-PSDB - Aécio Neves*
PMDB - Zeze Perrella* (S)
Bloco-PSDB - Antonio Anastasia**

Goiás

Bloco-PSB - Lúcia Vânia*
Bloco-PP - Wilder Morais* (S)
Bloco-DEM - Ronaldo Caiado**

Mato Grosso

Bloco-PR - Cidinho Santos* (S)
Bloco-PSD - José Medeiros* (S)
Bloco-PR - Wellington Fagundes**

Rio Grande do Sul

Bloco-PP - Ana Amélia*
Bloco-PT - Paulo Paim*
Bloco-PSD - Lasier Martins**

Ceará

PMDB - Eunício Oliveira*
Bloco-PT - José Pimentel*
Bloco-PSDB - Tasso Jereissati**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima*
PMDB - Raimundo Lira* (S)
PMDB - José Maranhão**

Espírito Santo

Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSDB - Ricardo Ferraco*
PMDB - Rose de Freitas**

Piauí

Bloco-PP - Ciro Nogueira*
Bloco-PT - Regina Sousa* (S)
PMDB - Elmano Férrer**

Rio Grande do Norte

PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Bloco-DEM - José Agripino*
Bloco-PT - Fátima Bezerra**

Santa Catarina

Bloco-PSDB - Dalirio Beber* (S)
Bloco-PSDB - Paulo Bauer*
PMDB - Dário Berger**

Alagoas

Bloco-PP - Benedito de Lira*
PMDB - Renan Calheiros*
Bloco-PTC - Fernando Collor**

Sergipe

Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Bloco-PSDB - Eduardo Amorim*
Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves**

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

Amazonas

PMDB - Eduardo Braga*
Bloco-PCdoB - Vanessa Grazziotin*
Bloco-PSD - Omar Aziz**

Paraná

Bloco-PT - Gleisi Hoffmann*
PMDB - Roberto Requião*
Bloco-PV - Alvaro Dias**

Acre

Bloco-PT - Jorge Viana*
Bloco-PSD - Sérgio Petecão*
Bloco-PP - Gladson Cameli**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PSC - Pedro Chaves* (S)
PMDB - Waldemir Moka*
PMDB - Simone Tebet**

Distrito Federal

Bloco-PPS - Cristovam Buarque*
PMDB - Hélio José* (S)
S/Partido - Reguffe**

Rondônia

Bloco-PP - Ivo Cassol*
PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PDT - Acir Gurgacz**

Tocantins

Bloco-PSDB - Ataídes Oliveira* (S)
Bloco-PR - Vicentinho Alves*
PMDB - Kátia Abreu**

Amapá

Bloco-PSB - João Capiberibe*
Bloco-REDE - Randolfe Rodrigues*
Bloco-DEM - Davi Alcolumbre**

Roraima

Bloco-PDT - Ângela Portela*
PMDB - Romero Jucá*
Bloco-PTB - Telmário Mota**



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55^a LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

PMDB - 22

Ailton Sandoval.	SP
Dário Berger.	SC
Edison Lobão.	MA
Eduardo Braga.	AM
Elmano Férrer.	PI
Eunício Oliveira.	CE
Garibaldi Alves Filho.	RN
Hélio José.	DF
Jader Barbalho.	PA
José Maranhão.	PB
João Alberto Souza.	MA
Kátia Abreu.	TO
Marta Suplicy.	SP
Raimundo Lira.	PB
Renan Calheiros.	AL
Roberto Requião.	PR
Romero Jucá.	RR
Rose de Freitas.	ES
Simone Tebet.	MS
Valdir Raupp.	RO
Waldemir Moka.	MS
Zeze Perrella.	MG

Bloco Social Democrata - 16

PSDB-11 / DEM-4 / PV-1

Aécio Neves.	PSDB / MG
Alvaro Dias.	PV / PR
Antonio Anastasia.	PSDB / MG
Ataídes Oliveira.	PSDB / TO
Cássio Cunha Lima.	PSDB / PB
Dalírio Beber.	PSDB / SC
Davi Alcolumbre.	DEM / AP
Eduardo Amorim.	PSDB / SE
Flexa Ribeiro.	PSDB / PA
José Agripino.	DEM / RN
José Serra.	PSDB / SP
Maria do Carmo Alves.	DEM / SE
Paulo Bauer.	PSDB / SC
Ricardo Ferrão.	PSDB / ES
Ronaldo Caiado.	DEM / GO
Tasso Jereissati.	PSDB / CE

Bloco Parlamentar Democracia Progressista - 12

PP-7 / PSD-5

Ana Amélia.	PP / RS
Benedito de Lira.	PP / AL
Ciro Nogueira.	PP / PI
Gladson Cameli.	PP / AC
Ivo Cassol.	PP / RO
José Medeiros.	PSD / MT
Lasier Martins.	PSD / RS
Omar Aziz.	PSD / AM
Otto Alencar.	PSD / BA
Roberto Muniz.	PP / BA
Sérgio Petecão.	PSD / AC
Wilder Morais.	PP / GO

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática - 11

PT-9 / PDT-2

Acir Gurgacz.	PDT / RO
Ângela Portela.	PDT / RR
Fátima Bezerra.	PT / RN
Gleisi Hoffmann.	PT / PR
Humberto Costa.	PT / PE
Jorge Viana.	PT / AC
José Pimentel.	PT / CE
Lindbergh Farias.	PT / RJ
Paulo Paim.	PT / RS
Paulo Rocha.	PT / PA
Regina Sousa.	PT / PI

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia - 10

PSB-7 / PPS-1 / PCdoB-1 / REDE-1

Antonio Carlos Valadares.	PSB / SE
Cristovam Buarque.	PPS / DF
Fernando Bezerra Coelho.	PSB / PE
João Capiberibe.	PSB / AP
Lídice da Mata.	PSB / BA
Lúcia Vânia.	PSB / GO
Randolfe Rodrigues.	REDE / AP
Roberto Rocha.	PSB / MA
Romário.	PSB / RJ
Vanessa Grazziotin.	PCdoB / AM

Bloco Moderador - 9

PTB-2 / PR-4 / PSC-1 / PRB-1

PTC-1

Armando Monteiro.	PTB / PE
Cidinho Santos.	PR / MT
Eduardo Lopes.	PRB / RJ
Fernando Collor.	PTC / AL
Magno Malta.	PR / ES
Pedro Chaves.	PSC / MS
Telmário Mota.	PTB / RR
Vicentinho Alves.	PR / TO
Wellington Fagundes.	PR / MT

S/Partido - 1

Reguffe.	DF
----------	----

PMDB.	22
Bloco Social Democrata.	16
Bloco Parlamentar Democracia Progressista.	12
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática.	11
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia.	10
Bloco Moderador.	9
S/Partido.	1
TOTAL	81



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55^a LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz** (Bloco-PDT-RO)	Flexa Ribeiro* (Bloco-PSDB-PA)	Paulo Paim* (Bloco-PT-RS)
Aécio Neves* (Bloco-PSDB-MG)	Garibaldi Alves Filho* (PMDB-RN)	Paulo Rocha** (Bloco-PT-PA)
Airton Sandoval* (PMDB-SP)	Gladson Cameli** (Bloco-PP-AC)	Pedro Chaves* (Bloco-PSC-MS)
Alvaro Dias** (Bloco-PV-PR)	Gleisi Hoffmann* (Bloco-PT-PR)	Raimundo Lira* (PMDB-PB)
Ana Amélia* (Bloco-PP-RS)	Hélio José* (PMDB-DF)	Randolfe Rodrigues* (Bloco-REDE-AP)
Ângela Portela* (Bloco-PDT-RR)	Humberto Costa* (Bloco-PT-PE)	Regina Sousa* (Bloco-PT-PI)
Antonio Anastasia** (Bloco-PSDB-MG)	Ivo Cassol* (Bloco-PP-RO)	Reguffe** (S/Partido-DF)
Antonio Carlos Valadares* (Bloco-PSB-SE)	Jader Barbalho* (PMDB-PA)	Renan Calheiros* (PMDB-AL)
Armando Monteiro* (Bloco-PTB-PE)	João Alberto Souza* (PMDB-MA)	Ricardo Ferraço* (Bloco-PSDB-ES)
Ataídes Oliveira* (Bloco-PSDB-TO)	João Capiberibe* (Bloco-PSB-AP)	Roberto Muniz* (Bloco-PP-BA)
Benedito de Lira* (Bloco-PP-AL)	Jorge Viana* (Bloco-PT-AC)	Roberto Requião* (PMDB-PR)
Cássio Cunha Lima* (Bloco-PSDB-PB)	José Agripino* (Bloco-DEM-RN)	Roberto Rocha** (Bloco-PSB-MA)
Cidinho Santos* (Bloco-PR-MT)	José Maranhão** (PMDB-PB)	Romário** (Bloco-PSB-RJ)
Ciro Nogueira* (Bloco-PP-PI)	José Medeiros* (Bloco-PSD-MT)	Romero Jucá* (PMDB-RR)
Cristovam Buarque* (Bloco-PPS-DF)	José Pimentel* (Bloco-PT-CE)	Ronaldo Caiado** (Bloco-DEM-GO)
Dalírio Beber* (Bloco-PSDB-SC)	José Serra** (Bloco-PSDB-SP)	Rose de Freitas** (PMDB-ES)
Dário Berger** (PMDB-SC)	Kátia Abreu** (PMDB-TO)	Sérgio Petecão* (Bloco-PSD-AC)
Davi Alcolumbre** (Bloco-DEM-AP)	Lasier Martins** (Bloco-PSD-RS)	Simone Tebet** (PMDB-MS)
Edison Lobão* (PMDB-MA)	Lídice da Mata* (Bloco-PSB-BA)	Tasso Jereissati** (Bloco-PSDB-CE)
Eduardo Amorim* (Bloco-PSDB-SE)	Lindbergh Farias* (Bloco-PT-RJ)	Telmário Mota** (Bloco-PTB-RR)
Eduardo Braga* (PMDB-AM)	Lúcia Vânia* (Bloco-PSB-GO)	Valdir Raupp* (PMDB-RO)
Eduardo Lopes* (Bloco-PRB-RJ)	Magno Malta* (Bloco-PR-ES)	Vanessa Grazziotin* (Bloco-PCdoB-AM)
Elmano Férrer** (PMDB-PI)	Maria do Carmo Alves** (Bloco-DEM-SE)	Vicentinho Alves* (Bloco-PR-TO)
Eunício Oliveira* (PMDB-CE)	Marta Suplicy* (PMDB-SP)	Waldemir Moka* (PMDB-MS)
Fátima Bezerra** (Bloco-PT-RN)	Omar Aziz** (Bloco-PSD-AM)	Wellington Fagundes** (Bloco-PR-MT)
Fernando Bezerra Coelho** (Bloco-PSB-PE)	Otto Alencar** (Bloco-PSD-BA)	Wilder Morais* (Bloco-PP-GO)
Fernando Collor** (Bloco-PTC-AL)	Paulo Bauer* (Bloco-PSDB-SC)	Zeze Perrella* (PMDB-MG)

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023



COMPOSIÇÃO COMISSÃO DIRETORA

PRESIDENTE

Eunício Oliveira - (PMDB-CE)

1º VICE-PRESIDENTE

Cássio Cunha Lima - (PSDB-PB)

2º VICE-PRESIDENTE

João Alberto Souza - (PMDB-MA)

1º SECRETÁRIO

José Pimentel - (PT-CE)

2º SECRETÁRIO

Gladson Cameli - (PP-AC)

3º SECRETÁRIO

Antonio Carlos Valadares - (PSB-SE)

4º SECRETÁRIO

Zeze Perrella - (PMDB-MG)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º Eduardo Amorim - (PSDB-SE)

2º Sérgio Petecão - (PSD-AC)

3º Davi Alcolumbre - (DEM-AP)

4º Cidinho Santos - (PR-MT)



COMPOSIÇÃO LIDERANÇAS

PMDB - 22 Líder Renan Calheiros - PMDB (106,123) Vice-Líderes Kátia Abreu (124) Valdir Raupp (125)	Bloco Social Democrata (PSDB/DEM/PV) - 16 Líder José Agripino - DEM (32,52) Vice-Líderes Ricardo Ferrão (74,85,112) Davi Alcolumbre (75,87,129) Ataídes Oliveira (78) Líder do PSDB - 11 Paulo Bauer (104) Vice-Líder do PSDB Ricardo Ferrão (74,85,112) Líder do DEM - 4 Ronaldo Caiado (99) Vice-Líder do DEM José Agripino (32,52) Líder do PV - 1 Alvaro Dias (17,66)	Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP/PSD) - 12 Líder Wilder Morais - PP (39,122,133) Vice-Líderes Benedito de Lira (107) Otto Alencar (49) Líder do PP - 7 Benedito de Lira (107) Líder do PSD - 5 Omar Aziz (45,100) Vice-Líder do PSD Lasier Martins (94,96,117)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT/PDT) - 11 Líder Gleisi Hoffmann - PT (56,60,65,83,114,121) Vice-Líderes Acir Gurgacz (8,30,116) Lindbergh Farias (28,57,63,89,126) Regina Sousa (35) Líder do PT - 9 Gleisi Hoffmann (56,60,65,83,114,121) Vice-Líderes do PT Paulo Rocha (25,43,55,62,127) Lindbergh Farias (28,57,63,89,126) Líder do PDT - 2 Acir Gurgacz (8,30,116)	Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PCdoB/REDE) - 10 Líder João Capiberibe - PSB (1,11,115) Vice-Líderes Antonio Carlos Valadares (51,69) Vanessa Grazziotin (15,20) Líder do PSB - 7 Fernando Bezerra Coelho (102,132) Vice-Líder do PSB Roberto Rocha (37,54,111) Líder do PPS - 1 Cristovam Buarque (64) Líder do PCdoB - 1 Vanessa Grazziotin (15,20) Líder do REDE - 1 Randolfe Rodrigues (19,23,91)	Bloco Moderador (PTB/PR/PSC/PRB/PTC) - 9 Líder Wellington Fagundes - PR (42,46,108) Vice-Líder Telmário Mota (7,29,36,44,61,84,105,128) Líder do PTB - 2 Armando Monteiro (97) Líder do PR - 4 Vicentinho Alves (101) Vice-Líder do PR Magno Malta (109) Líder do PSC - 1 Pedro Chaves (110) Líder do PRB - 1 Eduardo Lopes (81,95) Líder do PTC - 1 Fernando Collor (5,6,67,70)
Governo Líder Romero Jucá - PMDB (120) Vice-Líderes Fernando Bezerra Coelho (102,132) José Medeiros (12,14,18,88,130) Davi Alcolumbre (75,87,129) Wilder Morais (39,122,133) Flexa Ribeiro (134) Sérgio Petecão (10,131)	 Maioria Líder Renan Calheiros - PMDB (106,123)	Minoria Líder Humberto Costa - PT (16,22,50,53,79,90,113)

Notas:

1. Em 01.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado líder do PSB (Of. 8/2015-GLPSB)
2. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado líder do PRB (Of. 2/2015-BLUFOR).
3. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



4. Em 01.02.2015, o senador Blairo Maggi foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
5. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
6. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTB (Of. 1/2015-GLPTB).
7. Em 01.02.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
8. Em 01.02.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
9. Em 03.02.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado líder do PSDB (Of. s/n GLPSDB).
10. Em 03.02.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado vice-líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
11. Em 03.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
12. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
13. Em 03.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
14. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado líder do PPS (Of. 18/2015-GSJMEDEI).
15. Em 04.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada líder do PCdoB (Of. 1/2015-GLPCdoB).
16. Em 04.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do PT (Of. 2/2015-GLDPT).
17. Em 04.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (expediente s/n).
18. Em 24.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
19. Em 24.02.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
20. Em 24.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada 2ª vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
21. Em 24.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD);
22. Em 24.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 02/2015-GLDBAG).
23. Em 29.09.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder da REDE (Of. 67/2015-GSRROD).
24. Em 03.03.2015, o Senador José Pimentel foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
25. Em 03.03.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
26. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 2º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
27. Em 03.03.2015, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 4ª vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
28. Em 03.03.2015, o Senador Lindbergh Farias foi designado 3º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
29. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
30. Em 03.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
31. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
32. Em 04.03.2015, o Senador José Agripino foi designado vice-líder do DEM (Of. 007/2015-GLDEM).
33. Em 06.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado 2º vice-líder do PSDB (Of. 52/2015-GLPSDB).
34. Em 17.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 3º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 32/2015-GLDBAG).
35. Em 17.03.2015, a Senadora Regina Souza foi designada 5ª Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 32/2015-GLDBAG).
36. Em 17.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 32/2015-GLDBAG).
37. Em 25.03.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 30/2015-GLPSB).
38. Em 07.04.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado terceiro Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
39. Em 07.04.2015, o Senador Wilder Morais foi designado segundo Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
40. Em 28.04.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado Líder do Governo (Msg. 120/2015).
41. Em 25.08.2015, o Senador Hélio José foi designado 1º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
42. Em 25.08.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado 3º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
43. Em 25.08.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 2º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
44. Em 09.09.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º vice-líder do Governo (Mem. 46/2015-GLDGOV).
45. Em 03.11.2015, o Senador Omar Aziz foi designado líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (of. 1/2015).
46. Em 19.11.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do PR (Ofício s/n - GABLIDPR).
47. Em 08.12.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi reconduzido líder do PSDB para o exercício de 2016 (Of. s/n GLPSDB).
48. Em 10.12.2015, o Senador Hélio José foi designado líder do PMB (Mem. 12-193/2015-GSHJOSE).
49. Em 16.12.2015, o Senador Otto Alencar foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 003/2015).
50. Em 03.02.2016, o Senador Humberto Costa foi reconduzido à liderança do PT (Of. 1/2016-GLDPT).
51. Em 16.02.2016, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado Líder do PSB, conforme Of. nº 1/2016-GLPSB, em substituição ao Senador João Capiberibe.
52. Em 16.02.2016, o Senador José Agripino foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
53. Em 24.02.2016, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do Governo (MSG nº 49/2016).
54. Em 01.03.2016, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 2/2016-GLPSB)
55. Em 02.03.2016, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do PT, deixando de ocupar a vaga de 1º Vice-líder (Of. 3/2016-GLDPT)
56. Em 08.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 4ª vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
57. Em 08.03.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado 2º vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
58. Em 08.03.2016, o Senador Donizeti Nogueira foi designado 4º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
59. Em 08.03.2016, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 3º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
60. Em 08.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 2ª vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
61. Em 08.03.2016, o Senador Telmário Mota foi designado 3º vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
62. Em 08.03.2016, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Humberto Costa (Of. 16/2016-GLDBAG)
63. Em 08.03.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
64. Em 17.03.2016, o Senador Cristovam Buarque foi designado líder do PPS (Of. 3-009/2016-GSCB).



65. Em 22.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 2^a vice-líder do Governo, em substituição ao Senador Paulo Rocha (Memo. 8/2016-GLDGOV).
66. Em 02.02.2016, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Partido Verde (Memo 008/16-SEN).
67. Em 30.03.2016, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTC (Of. 1/2016-LIDPTC).
68. Em 05.04.2016, o Senador Elmano Férrer foi designado Líder do PTB (Of. N° 001/2016-LIDPTB)
69. Em 06.04.2016, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado Vice-Líder do Bloco Socialismo e Democracia, conforme Memo. n° 14/2016-BLSDEM.
70. Em 06.04.2016, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. n° 9/2016-BLUFOR)
71. Em 06.04.2016, o Senador Elmano Férrer foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. n° 9/2016-BLUFOR)
72. Em 06.04.2016, o Senador Eduardo Amorim foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. n° 9/2016-BLUFOR)
73. Em 03.05.2016, o Senador Zeze Perrella é designado vice-líder do PTB (Of. n° 2/2016-LIDPTB).
74. Em 05.05.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
75. Em 05.05.2016, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
76. Em 05.05.2016, a Senadora Rose de Freita foi designada 2^a vice-líder do PMDB (Of. 62/2016-GLPMDB).
77. Em 05.05.2016, o Senador Waldemir Moka foi designado 1º vice-líder do PMDB (Of. 62/2016-GLPMDB).
78. Em 05.05.2016, o Senador Ataídes Oliveira foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
79. Em 12.05.2016, o Senador Humberto Costa deixou de ser líder do governo (Mensagem n° 253/2016 e Memorando n° 104/2016-GSHCST)
80. Em 01.06.2016, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado Líder do Governo (Mensagem 306/2016).
81. Em 06.06.2016, o Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB (Memo. n° 1/2016-GSEL).
82. Em 08.06.2016, o Senador José Aníbal foi designado 2º vice-líder do PSDB, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 35/2016-GLPSDB).
83. Em 10.06.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann deixa de compor a 2^a vice -liderança do Governo (Of. 49/2016-GLDBAG).
84. Em 10.06.2016, o Senador Telmário Mota deixa de compor a 4^a vice - liderança do Governo (Of. 49/2016-GLDBAG).
85. Em 14.06.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado 5º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
86. Em 14.06.2016, o Senador Hélio José foi designado 4º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
87. Em 14.06.2016, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 3º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
88. Em 14.06.2016, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
89. Em 22.06.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado líder da Minoria (Of. 13/2016-GLDPT).
90. Em 08.08.2016, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do PT e do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Ofícios n° 14/2016-GLDPT e n° 77/2016-GLPRD).
91. Em 24.08.2016, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Memo. 53/2016-GLBSD).
92. Em 01.10.2016, o Senador Marcelo Crivella reassume a liderança do partido (Memo n° 42/2016-GSMC).
93. Em 29.11.2016, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 3º vice-líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 19/2016-GLDPT).
94. Em 16.02.2016, o Senador Lasier Martins foi designado líder do PDT (Memo. 59-GSTMOTA).
95. Em 02.01.2017, o Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB (Memo. n° 1/2017-GSELOP).
96. Em 31.01.2017, o Senador Lasier Martins deixou a liderança do PDT, em virtude de sua desfiliação do partido.
97. Em 31.01.2017, o Senador Armando Monteiro foi designado líder do PTB (Comunicação s/n-2017)
98. Em 31.01.2017, o Senador Elmano Férrer deixou a vice-liderança do PTB, em virtude da sua desfiliação do partido.
99. Em 01.02.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado líder do DEM (Of. 01/2017-GLDEM).
100. Em 01.02.2017, o Senador Omar Aziz foi designado líder do PSD (Memo. n° 1/2017-GLPSD)
101. Em 01.02.2017, o Senador Vicentinho Alves foi designado líder do PR (Of. sn/2017-GLPR).
102. Em 01.02.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado líder do PSB (Of. GLPSB n° 1/2017)
103. Em 31.01.2017, o Senador Eduardo Amorim deixou a vice-liderança do Bloco Moderador e a liderança do PSC, em virtude de sua desfiliação do partido.
104. Em 01.02.2017, o Senador Paulo Bauer foi designado líder do PSDB (Comunicação s/n-2017)
105. Em 31.01.2017, o Senador Telmário Mota deixou a vice-liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e a vice-liderança do PDT e , em virtude de sua desfiliação do partido.
106. Em 01.02.2017, o Senador Renan Calheiros foi designado líder do PMDB (Of. GLPMDB n° 11/2017)
107. Em 01.02.2017, o Senador Benedito de Lira foi designado líder do PP (Of. 01/2017-GLDPP).
108. Em 03.02.2017, o Senador Wellington Felagundes foi designado líder do Bloco Moderador (Of. 1/2017-BLUMOD)
109. Em 03.02.2017, o Senador Magno Malta é designado vice-líder do PR (Of. de indicação s/n-2017)
110. Em 06.02.2017, o Senador Pedro Chaves foi designado líder do PSC (Of. 11/2017-GSPCHAV).
111. Em 06.02.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado 1º Vice-Líder do PSB (Of. 2/2017-GLPSB)
112. Em 07.02.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado Vice-Líder do PSDB (Ofício 42/2017-GLPSDB)
113. Em 08.02.2017, o Senador Humberto Costa foi designado Líder da Minoria (Ofício 2/2017-GLDPT)
114. Em 08.02.2017, a Senadora Gleisi Hoffmann foi indicada líder do PT (Of. 1/2017-GLDPT).
115. Em 08.02.2017, o Senador João Capiberibe foi designado líder do Bloco Socialismo e Democracia (Memo 2/2017-GLBSD)
116. Em 09.02.2017, o Senador Acrílio Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 4/2017-GLPDT).
117. Em 22.02.2017, o Senador Lasier Martins foi designado Vice-líder do PSD (Memo. 3/2017-GLPSD).
118. Em 23.02.2017, o Senador José Aníbal deixou de ocupar o cargo de 2º vice-líder do PSDB, em função do retorno ao mandato do Senador titular, José Serra.
119. Em 07.03.2017, o Senador Aloysio Nunes Ferreira afastou-se do exercício para exercer cargo no Poder Executivo (Memo 60/2017-SANF).
120. Em 07.03.2017, o Senador Romero Jucá foi indicado Líder do Governo (Mensagem. 57/2017-PR).
121. Em 09.03.2017, a Senadora Gleisi Hoffmann foi indicada líder do Bloco Resistência Democrática (Of. 1/2017-GLPRD).
122. Em 14.03.2017, o Senador Wilder de Moraes foi designado líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Memo 17/2017-GLDPRO)
123. Em 22.03.2017, o Senador Renan Calheiros foi designado líder da Maioria (Of. GLPMDB n° 71/2017)
124. Em 24.03.2017, a Senadora Kátia Abreu foi designada 1^a Vice-Líder do PMDB (Of. GLPMDB n° 74/2017)
125. Em 24.03.2017, o Senador Valdir Raupp foi designado 2º Vice-Líder do PMDB (Of. GLPMDB n° 74/2017)



126. Em 19.04.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado 2º vice-líder do PT (Of. 13/2017-GLDPT).
127. Em 19.04.2017, o Senador Paulo Rocha foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 13/2017-GLDPT).
128. Em 28.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado 1º Vice-Líder do Bloco Moderador (Of. 61/2017-BLOMOD).
129. Em 08.05.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 3º vice-líder do Governo (Memo 13/2016-GLDGOV).
130. Em 08.05.2017, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Governo (Memo 13/2016-GLDGOV).
131. Em 08.05.2017, o Senador Sérgio Petecão foi designado 6º Vice-Líder do Governo (Of. 13/2017-GLDGOV).
132. Em 08.05.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado 1º vice-líder do Governo (Memo. 13/2016-GLDGOV).
133. Em 08.05.2017, o Senador Wilder Morais foi designado 4º Vice-Líder do Governo (Of. 13/2017-GLDGOV).
134. Em 08.05.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado 5º Vice-Líder do Governo (Of. 13/2017-GLDGOV).



COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EXAMINAR O PLS 258, DE 2016

Finalidade: Destinada a examinar o PLS 258, de 2016, que institui o Código Brasileiro de Aeronáutica.

Número de membros: 11

PRESIDENTE: Senador Vicentinho Alves (PR-TO)

VICE-PRESIDENTE: Senador Pedro Chaves (PSC-MS)

RELATOR: Senador José Maranhão (PMDB-PB)

Designação: 22/06/2016

Leitura: 13/07/2016

Instalação: 12/07/2016

MEMBROS

Senador Vicentinho Alves (PR-TO)

Senador Pedro Chaves (PSC-MS)

Senador José Maranhão (PMDB-PB)

Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

Senador Paulo Rocha (PT-PA)

Senador Lasier Martins (PSD-RS)

Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)

Senador Jorge Viana (PT-AC)

Senador Hélio José (PMDB-DF)

Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

Senador Roberto Rocha (PSB-MA) (1)

CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DO PROJETO DE LEI DO SENADO 258, de 2016

PRAZOS

Recebimento de emendas perante as Comissões : 2016-07-13 a 2016-10-31 (Projeto de Código - Art. 374, III, do RISF)

Relatórios Parciais : 2016-11-01 a 2016-11-16 (Projeto de Código - Art. 374, IV, do RISF)

Relatório do Relator-Geral : 2016-11-17 a 2016-11-23 (Projeto de Código - Art. 374, V, do RISF)

Parecer Final da Comissão : 2016-11-24 a 2016-11-30 (Projeto de Código - Art. 374, VI, do RISF)

Notas:

*. Em 12.07.2016, foi instalada a comissão (Memo. 001/2016-CEAERO).

**. Em 13.07.2016, prorrogado o prazo para recebimento de emendas perante a comissão para 25.08.2016 (Memo. 3/2016-CEAERO).

***. Em 04.10.2016, prorrogado o prazo para recebimento de emendas perante a comissão para 31.10.2016 (Memo. 10/2016-CEAERO).

1. Em 26.09.2016, o Senador Roberto Rocha licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos n°s 720 e 721/2016, aprovados na sessão de 04.10.2016.

Secretário(a): Marcelo Assaife Lopes - Maximiliano Godoy (Adjunto)

Telefone(s): 61 - 3303 3514

E-mail: coceti@senado.leg.br



2) COMISSÃO PARA ACOMPANHAMENTO DA OPERAÇÃO CARNE FRACA

Finalidade: Destinada a acompanhar os desdobramentos da operação Carne Fraca da Polícia Federal.

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------



3) COMISSÃO ESPECIAL DAS OBRAS INACABADAS

Finalidade: Acompanhar e fiscalizar as obras inacabadas financiadas, direta ou indiretamente, por recursos federais.

Requerimento nº 584, de 2016

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: VAGO

Instalação: 08/11/2016

Prazo final: 22/12/2016

Prazo final prorrogado: 22/12/2017

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1.
VAGO	2. VAGO
Maioria (PMDB)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
VAGO	1. VAGO
	2.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
VAGO	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
VAGO	1. VAGO

Secretário(a): Felipe Geraldes e Guilherme Brandão (Adjunto)

Telefone(s): 33034854

E-mail: coceti@senado.leg.br



4) COMISSÃO EXTERNA DOS HOSPITAIS DE TOCANTINS

Finalidade: Averiguar e fiscalizar a situação de emergência e o caos nos hospitais públicos em Tocantins

(Requerimento nº 963, de 2016)

Número de membros: 4 titulares e 4 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Prazo final prorrogado: 15/08/2017

TITULARES	SUPLENTES
Senadora Kátia Abreu (PMDB-TO) (1)	1.
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) (1)	2.
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (1)	3.
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) (1)	4.

Notas:

1. Em 14.02.2017, a Presidência designou os senadores Kátia Abreu, Lúcia Vânia, Vanessa Grazziotin e Ataídes Oliveira para comporem a Comissão.



5) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE CÓDIGO ELEITORAL

Finalidade: Estudar a legislação eleitoral brasileira e proceder a um exame crítico dos aspectos jurídicos do sistema eleitoral e do procedimento eleitoral adotado pelo Brasil e a elaborar, no prazo de cento e oitenta dias contados da data de sua instalação, anteprojeto de Código Eleitoral, que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação.

(Ato do Presidente nº 192, de 2010)

Número de membros: 23

PRESIDENTE: José Antonio Dias Toffoli

Instalação: 07/07/2010

Prazo final prorrogado: 22/12/2017

MEMBROS

Admar Gonzaga Neto
Arnaldo Versiani Leite Soares
Carlos Caputo Bastos
Carlos Mário da Silva Velloso
Edson de Resende Castro
Fernando Neves da Silva
Hamilton Carvalhido
Joelson Costa Dias
José Antonio Dias Toffoli
José Eliton de Figueiredo Júnior
Luciana Müller Chaves
Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Márcio Silva
Marcus Vinicius Furtado Coelho
Roberto Monteiro Gurgel Santos
Raimundo Cezar Britto
Torquato Lorena Jardim
Geraldo Agosti Filho
José Rollemberg Leite Neto
Walter de Almeida Guilherme
Roberto Carvalho Velloso
Henrique Neves da Silva
Ezikelly Silva Barros

Notas:

- *. Em 22.6.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 200, de 2010, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica os senhores Geraldo Agosti Filho, José Rollemberg Leite Neto e Walter de Almeida Guilherme para comporem o colegiado.
- **. Em 19.8.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 278, de 2010, que amplia para 21 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Roberto Carvalho Velloso para compor o colegiado.
- ***. Em 16.12.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 329, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias.
- ****. Em 18.04.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 88, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de setembro de 2011.
- *****. Em 17.6.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 136, de 2011, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Henrique Neves da Silva para compor o colegiado.
- *****. Em 15.09.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 182, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de dezembro de 2011.
- *****. Em 15.12.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 202, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de março de 2012.
- *****. Em 30.03.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.
- *****. Em 20.06.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 19, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de outubro de 2012.
- *****. Em 01.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 31, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 28 de fevereiro de 2013.
- *****. Em 19.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 34, de 2012, que amplia para 23 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica a senhora Ezikelly Silva Barros para compor o colegiado.



*****. Em 21.02.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 5, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2013.
*****. Em 28.06.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 26, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de dezembro de 2013.

*****. Em 19.12.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 54, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de junho de 2014.

*****. Em 15.07.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2014, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 19 de dezembro de 2014.

*****. Em 08.12.2015, foi publicado o Ato do Presidente nº 43, de 2015, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 17 de junho de 2016.

*****. Em 17.06.2016, foi publicado o Ato do Presidente nº 13, de 2016, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de setembro de 2016.

*****. O Ato do Presidente nº 27, de 15 de dezembro de 2016, prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 22/12/2017.

Secretário(a): Reinilson Prado

Telefone(s): 61 33033492

Fax: 61 33021176

E-mail: coceti@senado.leg.br



6) COMISSÃO DE JURISTAS DA DESBUROCRATIZAÇÃO

Finalidade: Apresentar, no prazo de 180 dias, anteprojetos de Lei destinados a desburocratizar a Administração Pública Brasileira, melhorar a relação com as empresas, o trato com o cidadão e promover a revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.

Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015

Número de membros: 20

PRESIDENTE: Mauro Campbell Marques

VICE-PRESIDENTE: João Geraldo Piquet Carneiro

RELATOR: José Antonio Dias Toffoli

Leitura: 19/08/2015

Instalação: 02/09/2015

Prazo final: 11/04/2016

Prazo final prorrogado: 22/12/2017

MEMBROS

Mauro Campbell Marques

José Antonio Dias Toffoli

Paulo Rabello de Castro

João Geraldo Piquet Carneiro

Ives Sandra Martins

Otavio Luiz Rodrigues Junior

Aristóteles de Queiroz Camara

Mary Elbe Queiroz

Eumar Roberto Novacki

Gabriel Rizza Ferraz

Antonio Helder Medeiros Rebouças

Daniel Vieira Bogéa Soares

Luciana Leal Brayner

Marcello Augusto Diniz Cerqueira

Everardo de Almeida Maciel

Eduardo Maneira

Heleno Taveira Torres

Paulo Ricardo de Souza Cardoso

Cleide Regina Furlani Pompermaier

Leonardo Carneiro da Cunha

Notas:

*. O Ato da Comissão Diretora nº 13, de 20 de agosto de 2015, fixa em 10 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Mauro Campbell Marques, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Sandra Martins, Otavio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz.

**. O Ato do Presidente nº 28, de 1º de setembro de 2015, fixa em 16 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Mauro Campbell Marques, José Antonio Dias Toffoli, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Sandra Martins, Otavio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz, Antonio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner, Marcello Augusto Diniz Cerqueira e Everardo de Almeida Maciel para compor o colegiado. Indicando ainda os Senhores Mauro Campbell Marques, João Geraldo Piquet Carneiro e José Antonio Dias Toffoli como, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator do colegiado.

***. O Ato do Presidente nº 26, de 1º de setembro de 2015, fixa em 14 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Antônio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner e Marcello Augusto Diniz Cerqueira para compor o Colegiado.

****. O Ato do Presidente nº 31, de 14 de setembro de 2015, fixa em 17 o número de membros da Comissão, indicando o Senhor Ricardo Vital de Almeida para compor o Colegiado.

*****. O Ato do Presidente nº 37, de 6 de outubro de 2015, fixa em 20 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Leandro Paulsen, Heleno Taveira Torres e Paulo Ricardo de Souza Cardoso para compor o Colegiado; o Ato altera, ainda, a finalidade da Comissão, para acrescentar a promoção da revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.

*****. O Ato do Presidente nº 46, de 15 de dezembro de 2015, altera o Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015, indicando o Senhor Eduardo Maneira para compor o Colegiado.



*****. O Ato do Presidente nº 7, de 5 de abril de 2016, altera o Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015, retirando da composição da Comissão Mauro Roberto Gomes de Mattos e Laendro Paulsen; e indicando Cleide Regina Furlani Pompermaier e Leonardo Carneiro da Cunha. O Ato ainda prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 31/12/2016.

*****. O Ato do Presidente nº 28, de 15 de dezembro de 2016, prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 22/12/2017.

Secretário(a): Donaldo Portela Rodrigues

Telefone(s): 33033501

E-mail: coceti@senado.gov.br



COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) CPI DA PREVIDÊNCIA

Finalidade: Destinada a investigar a contabilidade da previdência social, esclarecendo com precisão as receitas e despesas do sistema, bem como todos os desvios de recursos.

Requerimento nº 161, de 2017

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Telmário Mota (PTB-RR) ⁽⁶⁾

RELATOR: Senador Hélio José (PMDB-DF) ⁽⁶⁾

Leitura: 21/03/2017

Instalação: 26/04/2017

Prazo final: 08/09/2017

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Senadora Rose de Freitas (ES) ⁽⁵⁾	1. Senador Dário Berger (SC) ⁽⁵⁾
Senador Hélio José (DF) ⁽⁵⁾	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽³⁾	1. Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽³⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
VAGO ^(2,7)	1.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Lasier Martins (PSD-RS)	1. Senador José Medeiros (PSD-MT)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽¹⁾	1. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ⁽¹⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Telmário Mota (PTB-RR) ⁽⁴⁾	

Notas:

- Em 19.04.2017, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular; e o Senador Antônio Carlos Valadares, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 039/2017-BLSDEM).
- Em 19.04.2017, o Senador Ataídes Oliveira foi designado membro titular pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 112/2017-GLPSDB).
- Em 19.04.2017, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular; e o Senador José Pimentel, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 052/2017).
- Em 25.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. 056/2017-BLOMOD).
- Em 25.04.2017, os Senadores Rose de Freitas e Hélio José foram designados membros titulares, e o Senador Dário Berger, membro suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 104/2017-GLPMDB).
- Em 26.04.2017, a Comissão reunida elegeram os Senadores Paulo Paim, Telmário Mota e Hélio José, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CPIPREV).
- Em 2.05.2017, o Senador Ataídes de Oliveira deixou de integrar, como titular, o colegiado (Of. 127/2017-GLPSDB).

Secretário(a): Felipe Geraldes - Adjunto Marcelo Assaife

Telefone(s): 61 33034854

E-mail: coceti@senado.leg.br



2)CPI DOS MAUS-TRATOS

Finalidade: Investigar as irregularidades e os crimes relacionados aos maus-tratos em crianças e adolescentes no país.

Requerimento nº 277, de 2017

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

Leitura: 25/04/2017

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	1.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	1.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	1.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	



COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) ⁽⁷⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senadora Kátia Abreu (6)	1. Senador Eduardo Braga (6,9)
Senador Roberto Requião (6,9)	2. Senador Romero Jucá (6)
Senador Garibaldi Alves Filho (6)	3. Senador Elmano Férrer (6)
Senador Raimundo Lira (6)	4. Senador Waldemir Moka (6)
Senadora Simone Tebet (6)	5.
Senador Valdir Raupp (6)	6.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (1)	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) (1)
Senador Humberto Costa (PT-PE) (1)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (1)
Senador Jorge Viana (PT-AC) (1)	3. Senador Paulo Paim (PT-RS) (1)
Senador José Pimentel (PT-CE) (1)	4. Senadora Regina Sousa (PT-PI) (1)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (1)	5. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (1)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (1)	6. (1)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) (3)	1. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TG) (3)
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (3)	2. Senador Dalírio Beber (PSDB-SC) (3)
Senador José Serra (PSDB-SP) (3)	3. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (3)
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) (6)	4. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (6)
Senador José Agripino (DEM-RN) (6)	5. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (6)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Otto Alencar (PSD-BA) (2)	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (2)
Senador Omar Aziz (PSD-AM) (2)	2. Senador José Medeiros (PSD-MT) (2)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (2)	3. Senador Benedito de Lira (PP-AL) (2)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) (4)	1. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) (4)
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (4,10)	2. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) (4)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (4)	3. Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) (8,10)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (5)	1. Senador Pedro Chaves (PSC-MS) (5)
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (5)	2. Senador Telmário Mota (PTB-RR) (5,11,12)
Senador Vicentinho Alves (PR-TO) (5)	3. Senador Cidinho Santos (PR-MT) (5)

Notas:

* O PMDB e os Blocos Parlamentares Resistência Democrática e Social Democracia compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 27 membros.

1. Em 09.03.2017, os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Jorge Viana, José Pimentel, Lindbergh Farias e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Paim, Regina Sousa e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 4/2017-GLBPRD).



2. Em 09.03.2017, os Senadores Otto Alencar, Omar Aziz e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Sérgio Petecão, José Medeiros e Benedito de Lira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 020/2017-BLDPRO).
3. Em 09.03.2017, os Senadores Tasso Jereissati, Ricardo Ferraço, José Serra foram designados membros titulares; e os Senadores Ataídes Oliveira, Dalírio Beber e Flexa Ribeiro, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 36/2017-GLPSDB).
4. Em 09.03.2017, os Senadores Fernando Bezerra Coelho, Lúcia Vânia e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Rocha e Cristovam Buarque, membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 4/2017-BLSDEM).
5. Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes, Armando Monteiro e Vicentinho Alves foram designados membros titulares; e os Senadores Pedro Chaves, Thieres Pinto e Cidinho Santos, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. 5/2017-BLOMOD).
6. Em 13.03.2017, os Senadores Ronaldo Caiado e José Agripino foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e Maria do Carmo Alves, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº07/2017-GLDEM).
7. Em 14.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Tasso Jereissati e Garibaldi Alves Filho, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 6/2017-CAE).
8. Em 14.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 30/2017-BLSDEM).
9. Em 24.03.2017, o Senador Roberto Requião foi designado membro titular pelo PMDB, para compor o colegiado, em substituição ao senador Eduardo Braga, que passou a ocupar a vaga como suplente (Of. nº 76/2017-GLPMDB).
10. Em 24.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor o colegiado, em substituição à senadora Lúcia Vânia, que passou a ocupar a vaga como suplente (Memo. nº 35/2017-BLSDEM).
11. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
12. Em 24.04.2017, o Senador Telmário Mota passa a compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 55/2017-BLOMOD).

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Reuniões: Terças-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br



1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034544

E-mail: cae@senado.leg.br



1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Instalação: 16/09/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1. VAGO
Maoria (PMDB)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
VAGO	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
VAGO	1.

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034344

E-mail: cae@senado.leg.br



1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034344

E-mail: cae@senado.leg.br



1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 12, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034344

E-mail: cae@senado.leg.br



2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽¹³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽¹³⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Hélio José (8)	1. Senador Garibaldi Alves Filho (8)
Senador Waldemir Moka (8,11)	2. Senador Valdir Raupp (8)
Senadora Marta Suplicy (8)	3. Senador Romero Jucá (8)
Senador Elmano Férrer (8,14)	4. Senador Edison Lobão (8)
Senador Airton Sandoval (8,12)	5. Senadora Rose de Freitas (14)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Ângela Portela (PDT-RN) (1)	1. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (1)
Senador Humberto Costa (PT-PE) (1)	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (1)
Senador Paulo Paim (PT-RS) (1)	3. Senador José Pimentel (PT-CE) (1)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) (1)	4. Senador Jorge Viana (PT-AC) (1)
Senadora Regina Sousa (PT-PI) (1)	5. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (2)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
Senador Dalírio Beber (PSDB-SC) (6)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (6)
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) (6)	2. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (6)
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) (9)	3. Senador José Agripino (DEM-RN) (9)
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (9)	4. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (9)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (3)	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) (3)
Senadora Ana Amélia (PP-RS) (3)	2. Senador Wilder Morais (PP-GO) (10)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (4)	1. Senador Romário (PSB-RJ) (4)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (5)	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (4)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Cidinho Santos (PR-MT) (7)	1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (7)
Senador Vicentinho Alves (PR-TO) (7)	2. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) (7)
Notas:	
* Os Blocos Parlamentares Democracia Progressista, Socialismo e Democracia e Moderador compartilham 1 vaga na comissão, com a qual o colegiado totaliza 21 membros.	
1. Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Humberto Costa, Paulo Paim, Paulo Rocha e Regina Sousa foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, Gleisi Hoffmann, José Pimentel e Jorge Viana, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 7/2017-GLBPRD).	
2. Em 09.03.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 24/2017-GLBPRD).	
3. Em 09.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Ana Amélia foram designados membros titulares; e o Senador Otto Alencar, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 21/2017-BLDPRO).	
4. Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular; e os Senadores Romário e Vanessa Grazziotin, membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 5/2017-BLSDEM).	
5. Em 09.03.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 15/2017-BLSDEM).	
6. Em 09.03.2017, os Senadores Dalírio Beber e Eduardo Amorim foram designados membros titulares; e os Senadores Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 27/2017-GLPSDB).	
7. Em 09.03.2017, os Senadores Cidinho Santos e Vicentinho Alves foram designados membros titulares; e os Senadores Armando Monteiro e Eduardo Lopes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. 5/2017-BLOMOD).	
8. Em 09.03.2017, os Senadores Hélio José, Eduardo Braga, Marta Suplicy, Rose de Freitas e Renan Calheiros foram designados membros titulares; e os Senadores Garibaldi Alves Filho, Valdir Raupp, Romero Jucá e Edison Lobão, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 32/2017-GLPMDB).	



9. Em 13.03.2017, os Senadores Ronaldo Caiado e Maria do Carmo Alves foram designados membros titulares; e os Senadores José Agripino e Davi Alcolumbre, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 7/2017-GLDEM).
10. Em 14.03.2017, o Senador Wilder Morais foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 38/2017-GLDPRO).
11. Em 14.03.2017, o Senador Waldemir Moka foi designado membro titular, em substituição ao senador Eduardo Braga, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 51/2017-GLPMDB).
12. Em 14.03.2017, o Senador Airton Sandoval foi designado membro titular, em substituição ao senador Renan Calheiros, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 52/2017-GLPMDB).
13. Em 15.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Marta Suplicy e Ronaldo Caiado, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2017-CAS).
14. Em 31.03.2017, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular, em substituição à senadora Rose de Freitas, que passa a atuar como suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 86/2017-GLPMDB).

Secretário(a): Patricia de Lurdes Motta de Oliveira e Oliveira

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 33034608

E-mail: cas@senado.gov.br



3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Edison Lobão (PMDB-MA) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽⁸⁾

TITULARES	Suplentes
Maioria (PMDB)	
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ⁽¹⁾	1. Senador Roberto Requião (PMDB-PR) ⁽¹⁾
Senador Edison Lobão (PMDB-MA) ⁽¹⁾	2. Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ⁽¹⁾
Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) ⁽¹⁾	3. Senador Renan Calheiros (PMDB-AL) ⁽¹⁾
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS) ⁽¹⁾	4. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) ⁽¹⁾
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽¹⁾	5. Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽¹⁾
Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽¹⁾	6. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) ⁽¹⁾
Senador José Maranhão (PMDB-PB) ⁽¹⁾	7. Senador Hélio José (PMDB-DF) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁶⁾	1. Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(6,19)
Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽⁶⁾	2. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ^(6,17,18)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁶⁾	3. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ^(6,11,13,19)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ^(6,17)	4. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁶⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁶⁾	5. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ^(6,19)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽⁶⁾	6. VAGO ⁽⁶⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
Senador Aécio Neves (PSDB-MG) ⁽³⁾	1. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(3,12)
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽³⁾	2. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽³⁾
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ^(3,15)	3. Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) ⁽³⁾
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁹⁾	4. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁹⁾
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁹⁾	5. Senador José Serra (PSDB-SP) ⁽²⁰⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽⁵⁾	1. Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽⁵⁾
Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽⁵⁾	2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) ^(5,14)
Senador Wilder Moraes (PP-GO) ⁽⁵⁾	3. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ⁽⁴⁾	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽⁴⁾
Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ⁽⁴⁾	2. Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽⁴⁾
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽⁴⁾	3. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁴⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽²⁾	1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(2,16)
Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ^(2,10)	2. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ^(2,10)
Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽²⁾	3. Senador Fernando Collor (PTC-AL) ⁽²⁾

Notas:

*. O PMDB e os Blocos Parlamentares Resistência Democrática e Social Democracia compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 27 membros.

1. Em 08.02.2017, os Senadores Jader Barbalho, Edison Lobão, Eduardo Braga, Simone Tebet, Valdir Raupp, Marta Suplicy e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Romero Jucá, Renan Calheiros, Garibaldi Alves Filho, Waldemir Moka, Rose de Freitas e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCJ (Of. 17/2017-GLPMDB).

2. Em 08.02.2017, os Senadores Armando Monteiro, Vicentinho Alves e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Wellington Fagundes, Eduardo Lopes e Fernando Collor, como membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor a CCJ (Of. 003/2017-BLOMOD).

3. Em 08.02.2017, os Senadores Aécio Neves, Antônio Anastasia e Aloisio Nunes Ferreira foram designados membros titulares; e os Senadores José Aníbal, Cássio Cunha Lima e Eduardo Amorim, como membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor a CCJ (Of. 027/2017-GLPSDB).



4. Em 08.02.2017, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Roberto Rocha e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Lídice da Mata, João Capiberibe e Vanessa Grazziotin, como membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CCJ (Memo. 003/2017-GLBSD).
5. Em 08.02.2017, os Senadores Lasier Martins, Benedito de Lira e Wilder Morais foram designados membros titulares; e os Senadores Ivo Cassol, Roberto Muniz e Sérgio Petecão, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CCJ (Memo. 022/2017-BLDPRO).
6. Em 08.02.2017, os Senadores Jorge Viana, José Pimentel, Fátima Bezerra, Lindbergh Farias, Paulo Paim e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângela Portela, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Paulo Rocha e Regina Sousa, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CCJ (Of. 2/2017-GLPT).
7. Em 09.02.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Edson Lobão o Presidente deste colegiado (Of. 1/2017-CCJ).
8. Em 09.02.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Antônio Anastasia o Vice-Presidente deste colegiado (Of. 1/2017-CCJ).
9. Em 14.02.2017, os Senadores Ronaldo Caiado, Maria do Carmo Alves foram designados membros titulares; e o Senador Davi Alcolumbre, como membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor a CCJ (Of. n°004/2017-GLDEM).
10. Em 14.02.2017, o Senador Eduardo Lopes passou a ocupar a vaga de titular pelo Bloco Moderador, em permuta com o Senador Vicentinho Alves, que passou a ocupar a vaga de suplente na Comissão (of. 6/2017-BLOMOD).
11. Em 15.02.2017, o Senador Humberto Costa deixa de compor a comissão, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (of. 16/2017-LBPRD).
12. Em 20.02.2017, o Senador Ricardo Ferraço passou a ocupar a vaga de suplente, pelo o Bloco Social Democrata, em substituição ao Senador José Aníbal (Of. 53/2017-GLPSDB).
13. Em 07.03.2017, o Senador Humberto Costa foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (of. 27/2017-GLBPRD).
14. Em 09.03.2017, a Senadora Ana Amélia passou a ocupar a vaga de suplente, pelo o Bloco Democracia Progressista, em substituição ao Senador Roberto Muniz (Of. 31/2017-BLDPRO).
15. Em 09.03.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro titular pelo Bloco Social Democrata, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira, que assumiu cargo no Poder Executivo (of. 98/2017-GLPSDB).
16. Em 14.03.2017, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Wellington Fagundes (of. 30/2017-BLOMOD).
17. Em 21.03.2017, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, deixando de ocupar a vaga de suplente, em substituição ao Senador Lindbergh Farias (of. 47/2017-GLBPRD).
18. Em 29.03.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 53/2017-GLBPRD).
19. Em 19.04.2017, os Senadores Humberto Costa, Lindbergh Farias, Regina Sousa, Paulo Rocha e Ângela Portela foram designados membros suplentes, nessa ordem, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 61/2017-GLBPRD).
20. Em 20.04.2017, o Senador José Serra foi designado membro suplente pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 30/2017-GLDEM).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: ccj@senado.gov.br



3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 61-3303-3972

Fax: 61-3303-4315

E-mail: scomcj@senado.gov.br



3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br



4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Pedro Chaves (PSC-MS)

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senadora Simone Tebet (7)	1. Senador Valdir Raupp (7)
Senador Dário Berger (7)	2. Senador Hélio José (7)
Senadora Marta Suplicy (7)	3.
Senador José Maranhão (7)	4.
Senador Raimundo Lira (7)	5.
Senador João Alberto Souza (7)	6.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Ângela Portela (PDT-RR) (4)	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (4)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (4)	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) (4)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (4)	3. Senador Jorge Viana (PT-AC) (4)
Senador Paulo Paim (PT-RS) (4)	4. Senador José Pimentel (PT-CE) (4)
Senadora Regina Sousa (PT-PI) (4)	5. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (4)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (4)	6.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) (1)	1. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (6)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (1)	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) (6)
VAGO (1,9)	3.
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (6)	4.
Senador José Agripino (DEM-RN) (6)	5.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador José Medeiros (PSD-MT) (5)	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (5)
Senador Roberto Muniz (PP-BA) (5)	2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) (5)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (5)	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) (2)	1. Senador Romário (PSB-RJ) (2)
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) (2)	2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (2)
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (2)	3.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Pedro Chaves (PSC-MS) (3)	1. Senador Magno Malta (PR-ES) (3)
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (3,8)	2. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) (3)
Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) (3)	3. Senador Telmário Mota (PTB-RR) (8,10,11)

Notas:

*. O PMDB e os Blocos Parlamentares Resistência Democrática e Social Democracia compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 27 membros.

1. Em 09.03.2017, os Senadores Antonio Anastasia, Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 29/2017-GLPSDB).

2. Em 09.03.2017, os Senadores Cristovam Buarque, Lúcia Vânia e Lídice da Mata foram designados membros titulares; e os Senadores Romário e Randolfe Rodrigues, membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CE (Memo. nº008/2017-BLSDEM).

3. Em 09.03.2017, os Senadores Pedro Chaves, Thieres Pinto e Eduardo Lopes foram designados membros titulares; e os Senadores Magno Malta e Vicentinho Alves, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).

4. Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Lindbergh Farias, Paulo Paim, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, José Pimentel e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CE (Of. nº005/2017-GLBPRD).

5. Em 09.03.2017, os Senadores José Medeiros, Roberto Muniz e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Sérgio Petecão e Ana Amélia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CE (Of. nº026/2017-GLBPRO).



6. Em 13.03.2017, os Senadores Maria do Carmo Alves e José Agripino foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e Ronaldo Caiado, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 07/2017-GLDEM).
7. Em 14.03.2017, os Senadores Simone Tebet, Dário Berger, Marta Suplicy, José Maranhão, Raimundo Lira e João Alberto Souza foram designados membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp e Hélio José, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 31/2017-GLPMDB).
8. Em 14.03.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Thieres Pinto, que passou a compor o colegiado como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 27/2017-BLOMOD).
9. Em 21.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço deixou de compor o colegiado, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 104/2017-GLPSDB).
10. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
11. Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 50/2017-BLOMOD).

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas -

Telefone(s): 61 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

(Requerimento Da Comissão De Educação 26, de 2000)

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Telefone(s): 61 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Requer a criação da Subcomissão Permanente denominada Bancada do Livro, que por meio de audiências públicas, depoimentos de autoridades, diligências, ou outro meio regimental, possa analisar os problemas que envolvem a autoria, editoração, publicação e distribuição de livros no país, o sistema brasileiro de bibliotecas, a importação e exportação de livros, direitos autorais, e quaisquer outros assuntos relacionados com o livro.

(Requerimento Da Comissão De Educação 1, de 2002)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Willy da Cruz Souza

Telefone(s): 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESPORTOS

Finalidade: Requer seja criada, no âmbito da Comissão de Educação, uma Subcomissão de Desportos, de caráter permanente, destinada a apreciar programas, planos e políticas governamentais instituídas para o setor desportivo no País.

(Requerimento 811, de 2001)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Willy da Cruz Souza

Telefone(s): 61 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br



5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽¹³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽¹⁹⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Hélio José ⁽¹¹⁾	1. Senador Airton Sandoval ^(11,14)
Senador Renan Calheiros ⁽¹¹⁾	2. Senador Dário Berger ⁽¹¹⁾
Senador João Alberto Souza ⁽¹¹⁾	3.
Senador Valdir Raupp ^(11,14)	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽¹⁾	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽¹⁾
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽¹⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾	3. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾	4. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽¹⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TG) ⁽⁵⁾	1. Senador Dalírio Beber (PSDB-SC) ⁽⁵⁾
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁵⁾	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ^(7,9)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ^(7,9)	3. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ⁽⁸⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽²⁾	1. Senador José Medeiros (PSD-MT) ⁽²⁾
Senador Roberto Muniz (PP-BA) ^(2,10)	2. Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽³⁾	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽³⁾
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽⁴⁾	2. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ⁽³⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ^(6,15)	1. Senador Telmário Mota (PTB-RR) ^(6,17,18)
Senador Cidinho Santos (PR-MT) ⁽⁶⁾	2. Senador Pedro Chaves (PSC-MS) ^(6,12,16)

Notas:

- * Em 30.03.2017, foi publicada a Resolução nº 3, de 2017, que alterou o nome da "Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle" para "Comissão de Meio Ambiente".
- 1. Em 09.03.2017, os Senadores Jorge Viana, Lindbergh Farias, Paulo Rocha e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os senadores Ângela Portela, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Regina Sousa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 10/2017-GLBPRD).
- 2. Em 09.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores José Medeiros e Benedito de Lira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 27/2017-BLDPRO).
- 3. Em 09.03.2017, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 7/2017-BLSDEM).
- 4. Em 09.03.2017, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 14/2017-BLSDEM).
- 5. Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares; e o Senador Dalírio Beber, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 35/2017-GLPSDB).
- 6. Em 09.03.2017, os Senadores Armando Monteiro e Cidinho Santos foram designados membros titulares; e os Senadores Thieres Pinto e Pedro Chaves, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- 7. Em 13.03.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular; e o Senador José Agripino, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
- 8. Em 21.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 100/2017-GLPSDB).
- 9. Em 22.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e o Senador Ronaldo Caiado, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 8/2017-GLDEM).
- 10. Em 23.03.2017, o Senador Roberto Muniz foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em substituição ao Senador Wilder Moraes, para compor o colegiado (Of. nº 2/2017-BLDPRO).
- 11. Em 31.03.2017, os Senadores Hélio José, Renan Calheiros, João Alberto Souza e Eduardo Braga foram designados membros titulares; e os senadores Valdir Raupp e Dário Berger, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 36/2017-GLPMDB).



12. Em 03.04.2017, o Senador Pedro Chaves deixa de compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador(Of. nº 37/2017-BLOMOD).
13. Em 04.04.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Davi Alcolumbre Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CMA).
14. Em 05.04.2017, o Senador Valdir Raupp passa a atuar como titular, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Eduardo Braga. O Senador Airton Sandoval foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Valdir Raupp, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 88/2017-GLPMDB).
15. Em 10.04.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao Senador Armando Monteiro, pelo Bloco Moderador (Of. nº 46/2017-BLOMOD).
16. Em 17.04.2017, o Senador Pedro Chaves passa a compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 40/2017-BLOMOD).
17. Em 17.04.2017, o Senador Thières Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
18. Em 24.04.2017, o Senador Telmário Mota passa a compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 54/2017-BLOMOD).
19. Em 26.04.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Wellington Fagundes Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 9/2017-CMA).

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Terças-Feiras 11:30min -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Regina Sousa (PT-PI)

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

TITULARES	Suplentes
PMDB	
VAGO (6,10)	1. Senador Valdir Raupp (6)
Senadora Marta Suplicy (6)	2.
Senador Hélio José (6)	3.
VAGO (6,9)	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Ângela Portela (PDT-RR) (4)	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (4)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (4)	2. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (4)
Senador Paulo Paim (PT-RS) (4)	3. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (4)
Senadora Regina Sousa (PT-PI) (4)	4. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (4)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
VAGO (1,8)	1.
VAGO (1,11)	2.
VAGO (1,12)	3.
VAGO (7,14)	4.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador José Medeiros (PSD-MT) (3)	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (3)
	2.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP) (2)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (16)
Senador Romário (PSB-RJ) (2)	2.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Magno Malta (PR-ES) (5)	1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) (5)
Senador Telmário Mota (PTB-RR) (5,13,15)	2. Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (5)

Notas:

- * O PMDB e o Bloco Resistência Democrática compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 19 membros.
- 1. Em 09.03.2017, os Senadores Dalírio Beber, Eduardo Amorim e Ricardo Ferrão foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 039/2017-GLPSDB).
- 2. Em 09.03.2017, os Senadores João Capiberibe e Romário foram designados membros titulares pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 21/2017-BLSDEM).
- 3. Em 09.03.2017, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Sérgio Petecão, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 24/2017-BLDPRO).
- 4. Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Paim e Regina Sousa foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Lindbergh Farias, Paulo Rocha e Acir Gurgacz, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Memo. 8/2017-GLBPRD).
- 5. Em 09.03.2017, os Senadores Magno Malta e Thieres Pinto foram designados membros titulares; e os Senadores Cidinho Santos e Wellington Fagundes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- 6. Em 10.03.2017, os senadores Eduardo Braga, Marta Suplicy, Hélio José e Garibaldi Alves Filho foram designados membros titulares; e o senador Valdir Raupp, membro suplente, pelo PMDB, para compor a CDH (Of. nº 39/2017-GLPMDB).
- 7. Em 13.03.2017, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
- 8. Em 21.03.2017, o Senador Dalírio Beber deixou de ocupar a vaga de titular pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 101/2017-GLPSDB).
- 9. Em 22.03.2017, o Senador Garibaldi Alves Filho deixou de ocupar a vaga de titular pelo PMDB no colegiado (Of. nº 73/2017-GLPMDB).
- 10. Em 31.03.2017, o Senador Eduardo Braga deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo PMDB (Of. nº 85/2017-GLPMDB).
- 11. Em 03.04.2017, o Senador Eduardo Amorim deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 102/2017-GLPSDB).
- 12. Em 03.04.2017, o Senador Ricardo Ferrão deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 103/2017-GLPSDB).



13. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixou de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
14. Em 18.04.2017, a Senadora Maria do Carmo Alves deixa de compor o colegiado, pelo Bloco Social Democrata (Of. 13/2017-GLDEM).
15. Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro titular, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 48/2017-BLOMOD).
16. Em 02.05.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. nº 43/2017-BLSDEM).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 76, de 2007)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br



6.2) SUBC. PERM. PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NAC. E INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRAB. ESCRAVO

Finalidade: Elaborar e aprovar proposições legislativas, bem como analisar políticas públicas já existentes acerca do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 7, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br



6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

Finalidade: Acompanhar a conclusão e as recomendações do relatório da Comissão Nacional da Verdade.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 18, de 2015)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Maioria (PMDB)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
VAGO	1. VAGO

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Fernando Collor (PTC-AL) ⁽⁹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁹⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Edison Lobão ⁽⁷⁾	1. Senador Renan Calheiros ^(7,13)
Senador João Alberto Souza ⁽⁷⁾	2. Senador Valdir Raupp ⁽⁷⁾
Senador Roberto Requião ^(7,13)	3. Senador Hélio José ⁽⁷⁾
Senador Romero Jucá ⁽⁷⁾	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽⁵⁾	1. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁵⁾
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁵⁾	2. Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽⁵⁾
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁵⁾	3. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁵⁾
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁵⁾	4. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽⁵⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽²⁾	1. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽²⁾
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽²⁾	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁸⁾
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(2,12)	3. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹¹⁾
Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽⁸⁾	4. Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽¹²⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽⁶⁾	1. Senador José Medeiros (PSD-MT) ⁽⁶⁾
Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽⁶⁾	2. Senador Gladson Cameli (PP-AC) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽⁴⁾	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁴⁾
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) ⁽⁴⁾	2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽¹⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Fernando Collor (PTC-AL) ⁽³⁾	1. VAGO ^(3,10,14,15)
Senador Pedro Chaves (PSC-MS) ⁽³⁾	2. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽³⁾

Notas:

- * O PMDB e o Bloco Resistência Democrática compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 19 membros.
- 1. Em 09.03.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o colegiado (Of. 16/2017-BLSDEM).
- 2. Em 09.03.2017, os Senadores Antonio Anastasia, Paulo Bauer e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e o Senador Cássio Cunha Lima, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 32/2017-GLPSDB).
- 3. Em 09.03.2017, os Senadores Fernando Collor e Pedro Chaves foram designados membros titulares; e os Senadores Cidinho Santos e Armando Monteiro, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- 4. Em 09.03.2017, os Senadores Cristovam Buarque e Fernando Bezerra Coelho foram designados membros titulares; e a Senadora Vanessa Grazziotin, membro suplente, pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o colegiado (Of. 10/2017-BLSDEM).
- 5. Em 09.03.2017, os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Jorge Viana e Lindbergh Farias foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, José Pimentel, Paulo Paim e Acir Gurgacz, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática para compor o colegiado (Of. 9/2017-GLBPRD).
- 6. Em 09.03.2017, os Senadores Lasier Martins e Ana Amélia foram designados membros titulares; e os Senadores José Medeiros e Gladson Cameli, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Parlamentar Democracia Progressista para compor o colegiado (Of. 29/2017-BLDPRO).
- 7. Em 09.03.2017, os Senadores Edison Lobão, João Alberto Souza, Renan Calheiros e Romero Jucá foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Valdir Raupp e Hélio José, membros suplentes, pelo PMDB para compor o colegiado (Of. 38/2017-GLPMDB).
- 8. Em 13.03.2017, o Senador José Agripino foi designado membro titular; e o Senador Ronaldo Caiado, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 07/2017-GLDEM).
- 9. Em 14.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Jorge Viana, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CRE).
- 10. Em 14.03.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, em substituição ao senador Cidinho Santos, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 29/2017-BLOMOD).
- 11. Em 21.03.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro suplente pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 106/2017-GLPSDB).



12. Em 21.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao senador Tasso Jereissati, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 99/2017-GLPSDB).
13. Em 24.03.2017, o Senador Roberto Requião foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao senador Renan Calheiros, que passa a atuar como suplente, pelo PMDB (Of. nº 75/2017-GLPMDB).
14. Em 10.04.2017, o Senador Thieres Pinto foi designado membro suplente para compor o colegiado, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Moderador (Of. nº 43/2017-BLOMOD).
15. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.

Secretário(a): Alvaro Araujo Souza

Reuniões: Quintas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3496

E-mail: cre@senado.leg.br



8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Braga (PMDB-AM)

VICE-PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Renan Calheiros (7)	1. Senador Hélio José (7)
Senador Eduardo Braga (7)	2. Senadora Kátia Abreu (7,9,10)
Senador Romero Jucá (7)	3. Senadora Rose de Freitas (7)
Senador Elmano Férrer (7)	4. Senador Jader Barbalho (7)
Senador Raimundo Lira (7)	5. Senador Valdir Raupp (10)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Ângela Portela (PDT-RR) (3)	1. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (3)
Senador Jorge Viana (PT-AC) (3)	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (3)
Senador José Pimentel (PT-CE) (3)	3. Senador Humberto Costa (PT-PE) (3)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) (3)	4. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (3)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (3)	5. Senadora Regina Sousa (PT-PI) (3)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) (2)	1. Senador José Agripino (DEM-RN) (6)
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (2,8,11)	2.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (2)	3.
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) (6)	4.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Otto Alencar (PSD-BA) (4)	1. Senador Lasier Martins (PSD-RS) (4)
Senador Wilder Moraes (PP-GO) (4)	2. Senador Ivo Cassol (PP-RO) (4)
Senador Roberto Muniz (PP-BA) (4)	3. Senador Gladson Cameli (PP-AC) (4)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (1)	1. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) (1)
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) (1)	2.
	3.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (5)	1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (5)
Senador Vicentinho Alves (PR-TO) (5)	2. Senador Telmário Mota (PTB-RR) (5,12,13)
Senador Pedro Chaves (PSC-MS) (5)	3. Senador Magno Malta (PR-ES) (5)

Notas:

- Em 09.03.2017, os Senadores Vanessa Grazziotin e Fernando Bezerra Coelho foram designados membros titulares; e o Senador Antonio Carlos Valadares, membro suplente, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 9/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira, Cássio Cunha Lima e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 33/2017-GLPSDB).
- Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Jorge Viana, José Pimentel, Paulo Rocha e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias e Regina Sousa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 6/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Otto Alencar, Wilder Moraes e Roberto Muniz foram designados membros titulares; e os Senadores Lasier Martins, Ivo Cassol e Gladson Cameli, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 30/2017-BLDPRO).
- Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes, Vicentinho Alves e Pedro Chaves foram designados membros titulares; e os Senadores Armando Monteiro, Thieres Pinto e Magno Malta, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- Em 13.03.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular; e o Senador José Agripino, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 07/2017-GLDEM).
- Em 14.03.2017, os Senadores Renan Calheiros, Eduardo Braga, Romero Jucá, Elmano Férrer e Raimundo Lira foram designados membros titulares; e os Senadores Hélio José, Garibaldi Alves Filho, Rose de Freitas e Jader Barbalho, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 33/2017-GLPMDB).



8. Em 21.03.2017, o Senador Cássio Cunha Lima deixou de compor, pelo Bloco Social Democrata, a CI (Ofício 105/2017-GLPSDB).
9. Em 22.03.2017, o Senador Garibaldi Alves Filho deixou de compor, como membro suplente pelo PMDB, o colegiado (Ofício 72/2017-GLPMDB).
10. Em 28.03.2017, os Senadores Kátia Abreu e Valdir Raupp foram designados membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 81/2017-GLPMDB).
11. Em 29.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 110/2017-GLPSDB).
12. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
13. Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 49/2017-BLOMOD).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 6, de 2007)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br



8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 8, de 2012)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286



8.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 20/2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de propor políticas e propiciar as condições necessárias para a execução de obras que permitam o desenvolvimento econômico do Nordeste e o bem estar de sua população.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 20, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br



8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO SETOR DE MINERAÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 24/2015, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, destinada ao estudo e acompanhamento do setor de mineração no Brasil.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 24, de 2015)

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

Designação: 20/05/2015

Instalação: 10/06/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1. VAGO
Maioria (PMDB)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
VAGO	1. VAGO

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹³⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Hélio José (8,14)	1. Senador Romero Jucá (8)
Senador Elmano Férrer (8)	2. Senadora Simone Tebet (8,14)
Senador Waldemir Moka (8,10)	3. Senador Valdir Raupp (8)
Senador João Alberto Souza (8)	4. Senador Dário Berger (8)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Humberto Costa (PT-PE) (4,12)	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) (4,12)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (4)	2. Senador Jorge Viana (PT-AC) (4)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) (4)	3. Senador José Pimentel (PT-CE) (4)
Senadora Regina Sousa (PT-PI) (4)	4. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (4)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TG) (5)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (5)
VAGO (5,11)	2. VAGO (7,15)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (7,15)	3. Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) (11)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (3)	1. Senador José Medeiros (PSD-MT) (3)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (3)	2.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (1)	1.
Senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) (2)	2.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (6)	1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (6)
VAGO (6,16)	2. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) (6)

Notas:

- Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 26/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, o Senador Antônio Carlos Valadares foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 17/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e o Senador José Medeiros, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista para compor o colegiado (Of. 25/2017-BLDPRO).
- Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Rocha e Regina Sousa foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, Jorge Viana, José Pimentel e Acir Gurgacz, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática para compor o colegiado (Of. 12/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e o Senador Flexa Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 34/2017-GLPSDB).
- Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes e Thieres Pinto foram designados membros titulares; e os Senadores Armando Monteiro e Eduardo Lopes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- Em 13.03.2017, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular; e o Senador Davi Alcolumbre, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
- Em 14.03.2017, os Senadores Simone Tebet, Elmano Férrer, Jader Barbalho e João Alberto Souza foram designados membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Hélio José, Valdir Raupp e Dário Berger, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 35/2017-GLPMDB).
- Em 15.03.2017, a Comissão reunida elegeu a Senadora Fátima Bezerra Presidente deste colegiado (Memo. nº 6/2017-CDR).
- Em 15.03.2017, o Senador Waldemir Moka foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jader Barbalho, pelo PMDB (Of. 56/2017-GLPMDB).
- Em 21.03.2017, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, deixando de ocupar a comissão como membro titular (Ofício 100/2017-GLPSDB).
- Em 22.03.2017, o Senador Humberto Costa foi designado membro titular; e Senadora Ângela Portela, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. nº 48/2017-GLBPRD).
- Em 29.03.2017, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lídice da Mata Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 8/2017-CDR).



14. Em 29.03.2017, o Senador Hélio José passa a atuar como membro titular, em substituição à Senadora Simone Tebet, designada como suplente, pelo PMDB (Of. 71/2017-GLPMDB).
15. Em 29.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, pelo Bloco Social Democrata (Of. 12/2017-GLDEM).
16. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Quartas-Feiras 8:30min -

Telefone(s): 61 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: cdr@senado.gov.br



9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 2, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627



9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627



9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amélia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 5, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627



10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽⁸⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽⁸⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Waldemir Moka ⁽⁶⁾	1. Senadora Rose de Freitas ⁽⁶⁾
Senador Elmano Férrer ⁽⁶⁾	2. Senador Romero Jucá ⁽⁶⁾
Senador Valdir Raupp ⁽⁶⁾	3.
Senador Dário Berger ⁽⁶⁾	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽¹⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽¹⁾
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽¹⁾	3. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾	4. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
Senador Dalírio Beber (PSDB-SC) ⁽⁴⁾	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁴⁾
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) ⁽⁴⁾	2. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁷⁾
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁷⁾	3.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽³⁾	1. Senador José Medeiros (PSD-MT) ⁽³⁾
Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽³⁾	2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽²⁾	1.
VAGO ^(2,9)	2.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁵⁾	1. Senador Telmário Mota (PTB-RR) ^(5,10,11)
Senador Cidinho Santos (PR-MT) ⁽⁵⁾	2. Senador Pedro Chaves (PSC-MS) ⁽⁵⁾

Notas:

- Em 09.03.2017, os Senadores Fátima Bezerra, Paulo Rocha, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângela Portela, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Paulo Paim, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CRA (Of. nº011/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Lúcia Vânia e Roberto Rocha foram designados membros titulares pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CRA (Memo. nº018/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, os Senadores Lasier Martins e Ivo Cassol foram designados membros titulares; e os Senadores José Medeiros e Ana Amélia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CRA (Memo. nº028/2017-BLDPRO).
- Em 09.03.2017, os Senadores Dalírio Beber e Eduardo Amorim foram designados membros titulares; e o Senador Flexa Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 30/2017-GLPSDB).
- Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes e Cidinho Santos foram designados membros titulares; e os Senadores Thieres Pinto e Pedro Chaves, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- Em 10.03.2017, os senadores Waldemir Moka, Elmano Férrer, Valdir Raupp e Dário Berger foram designados membros titulares; e os senadores Rose de Freitas e Romero Jucá, membros suplentes, pelo PMDB, para compor a CRA (Of. nº 37/2017-GLPMDB).
- Em 13.03.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular; e o Senador Davi Alcolumbre, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
- Em 15.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ivo Cassol e Valdir Raupp, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 2/2017-SACRA).
- Em 06.04.2017, o Senador Roberto Rocha deixou de compor a comissão, pelo Bloco Socialismo e Democracia (Memo. 42/2017-BLSDEM).
- Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
- Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 51/2017-BLOMOD).



Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: Quartas-Feiras 14:00 horas -
Telefone(s): 3303 3506
Fax: 3303 1017
E-mail: cra@senado.gov.br



10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Finalidade: REQUERIMENTO nº 3, DE 2007 ? CRA, que requer a criação, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, com 7 membros titulares e mesmo número de suplentes, com o objetivo de acompanhar o impacto e as perspectivas, para o setor agrícola brasileiro, da produção mundial de biocombustíveis.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3311-3506/3321

Fax: 3311-1017

E-mail: scomcra@senado.gov.br



11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA)

VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Waldemir Moka (8)	1. Senador Airton Sandoval (10)
VAGO (8,12)	2. Senador Hélio José (11)
Senador Valdir Raupp (8)	3.
Senador João Alberto Souza (8)	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Paulo Rocha (PT-PA) (1,15)	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (1)
VAGO (1,14)	2. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (1)
Senador Jorge Viana (PT-AC) (1)	3. Senadora Ángela Portela (PDT-RR) (1,15)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (1)	4. Senadora Regina Sousa (PT-PI) (1)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (4)	1. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (7)
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (4)	2.
Senador José Agripino (DEM-RN) (7)	3.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Omar Aziz (PSD-AM) (2)	1. Senador Gladson Cameli (PP-AC) (2)
Senador Otto Alencar (PSD-BA) (2)	2. Senador Ivo Cassol (PP-RO) (2)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (9)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (3)
	2. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) (6)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
VAGO (5,13)	1. Senador Pedro Chaves (PSC-MS) (5)
Senador Magno Malta (PR-ES) (5)	2. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) (5)

Notas:

- Em 09.03.2017, os Senadores Ángela Portela, Fátima Bezerra, Jorge Viana e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Lindbergh Farias, Paulo Rocha e Regina Sousa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CCT (Of. nº013/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Omar Aziz e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Gladson Cameli e Ivo Cassol, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CCT (Memo. nº023/2017-BLDPRO).
- Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o Colegiado(Memo. nº006/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, os Senadores Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 31/2017-GLPSDB).
- Em 09.03.2017, os Senadores Thieres Pinto e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Pedro Chaves e Eduardo Lopes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- Em 09.03.2017, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o Colegiado (Memo. nº 24/2017-BLSDEM).
- Em 13.03.2017, o Senador José Agripino foi designado membro titular; e o Senador Davi Alcolumbre, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
- Em 14.03.2017, os Senadores Waldemir Moka, Eduardo Braga, Valdir Raupp e João Alberto Souza foram designados membros titulares pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 34/2017-GLPMDB).
- Em 14.03.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 31/2017-BLSDEM).
- Em 15.03.2017, o Senador Airton Sandoval foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 58/2017-GLPMDB).
- Em 22.03.2017, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 70/2017-GLPMDB).
- Em 31.03.2017, o Senador Eduardo Braga deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo PMDB (Of. nº 85/2017-GLPMDB).
- Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixou de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.



14. Em 02.05.2017, a Senadora Fátima Bezerra deixou de compor, como membro titular, o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 62/2017-GLBPRD).

15. Em 08.05.2017, o Senador Paulo Rocha passou a compor, como membro titular, o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição à Senadora Ângela Portela, que passou a ocupar o colegiado como membro suplente (Of. 64/2017-GLBPRD).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: Quartas-Feiras 8h:30min -

Telefone(s): 61 3303-1120

E-mail: cct@senado.gov.br



11.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO DO MARCO LEGAL DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Finalidade: Acompanhar o processo de regulamentação e implementação da Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016, conhecida como Marco Legal da Ciência Tecnologia e Inovação (Requerimento da CCT nº 25, de 2016).

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: Quartas-Feiras 8h:30min -

Telefone(s): 61 3303-1120

E-mail: cct@senado.gov.br



12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF**Número de membros:** 11 titulares e 11 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Hélio José (PMDB-DF) ⁽⁸⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁸⁾**RELATOR:** VAGO

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Valdir Raupp ⁽³⁾	1. Senadora Kátia Abreu ⁽⁶⁾
Senador Hélio José ⁽³⁾	2.
Senador João Alberto Souza ^(3,6,9)	3.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽¹⁾
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾	3. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁴⁾	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁴⁾
Senador Dalírio Beber (PSDB-SC) ⁽⁷⁾	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁷⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽²⁾	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁵⁾	1. VAGO ^(5,10)

Notas:

- Em 09.03.2017, os Senadores Fátima Bezerra, Lindbergh Farias e Paulo Paim foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 15/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 13/2017-BLSDEM).
- Em 10.03.2017, os senadores Valdir Raupp, Hélio José e Kátia Abreu foram designados membros titulares, pelo PMDB, para compor a CDH (Of. nº 43/2017-GLPMDB).
- Em 13.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
- Em 14.03.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular; e o Senador Thieres Pinto, membro suplente, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 28/2017-BLOMOD).
- Em 28.03.2017, a Senadora Kátia Abreu deixa de compor o colegiado como titular, passando a atuar como suplente, pelo PMDB (Of. nº 82/2017-GLPMDB).
- Em 04.04.2017, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular; e o Senador Flexa Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 111/2017-GLPSDB).
- Em 05.04.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Hélio José e Wellington Fagundes, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CSF).
- Em 05.04.2017, o senador João Alberto Souza foi designado membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 93/2017-GLPMDB).
- Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.

Secretário(a): Bruno Souza de Barros**Telefone(s):** 3303 1095**E-mail:** csf@senado.leg.br

**13) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA,
FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR - CTFC**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Airton Sandoval (PMDB-SP) ⁽¹²⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Renan Calheiros (10)	1.
Senador Airton Sandoval (10)	2.
Senador Dário Berger (10)	3.
Senador Romero Jucá (10)	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (4)	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (4)
Senador Paulo Paim (PT-RS) (4)	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) (4)
Senadora Regina Sousa (PT-PI) (4)	3. Senador Jorge Viana (PT-AC) (4)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (4)	4. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (11)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) (5)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (6)
Senador Dalírio Beber (PSDB-SC) (5)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (7)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (6)	3. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (7)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (9)	1.
Senador Gladson Cameli (PP-AC) (9)	2.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP) (1)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (3)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (2, ¹³)	2. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) (3)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Cidinho Santos (PR-MT) (8,15,16)	1. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) (16)
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (8,14)	2.

Notas:

- * Em 30.03.2017, foi publicada a Resolução nº 3, de 2017, que alterou o nome da "Comissão de Transparência e Governança Pública" (CTG) para "Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor" (CTFC).
- 1. Em 09.03.2017, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 11/2017-BLSDEM).
- 2. Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 27/2017-BLSDEM).
- 3. Em 09.03.2017, os Senadores Randolfe Rodrigues e Cristovam Buarque foram designados membros suplentes pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 28/2017-BLSDEM).
- 4. Em 09.03.2017, os Senadores Fátima Bezerra, Paulo Paim, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Jorge Viana, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Memo. 14/2017-GLBPRD).
- 5. Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira e Dalírio Beber foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 41/2017-GLPSDB).
- 6. Em 13.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
- 7. Em 21.03.2017, os Senadores Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço foram designados membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 101/2017-GLPSDB).
- 8. Em 23.03.2017, os Senadores Thieres Pinto e Fernando Collor foram designados membros titulares, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 35/2017-BLOMOD).
- 9. Em 23.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Gladson Cameli foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. nº 1/2017-BLDPRO).
- 10. Em 31.03.2017, os Senadores Renan Calheiros, Airton Sandoval, Dário Berger e Romero Jucá foram designados membros titulares, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 40/2017-GLPMDB).



11. Em 04.04.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Memo. 54/2017-GLBPRD).
12. Em 05.04.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ataídes Oliveira e Airton Sandoval, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CTFC).
13. Em 06.04.2017, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Memo. 41/2017-BLSDEM).
14. Em 10.04.2017, o Senador Armando Monteiro foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Moderador (Of. nº 41/2017-BLOMOD).
15. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
16. Em 26.04.2017, o Senador Cidinho Santos foi designado membro titular; e o Senador Eduardo Lopes, membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Moderador (Of. nº 57/2017-BLOMOD).

Secretário(a): Raimundo Franco Diniz

Reuniões: Terças-Feiras 11:30min -

Telefone(s): 61 33033519

E-mail: ctfc@senado.leg.br



CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 03/02/2017

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1^a Eleição Geral: 19/04/1995

6^a Eleição Geral: 06/03/2007

2^a Eleição Geral: 30/06/1999

7^a Eleição Geral: 14/07/2009

3^a Eleição Geral: 27/06/2001

8^a Eleição Geral: 26/04/2011

4^a Eleição Geral: 13/03/2003

9^a Eleição Geral: 06/03/2013

5^a Eleição Geral: 23/11/2005

10^a Eleição Geral: 02/06/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
VAGO	4.
Maioria (PMDB)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3.
VAGO	4.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
VAGO	1.
VAGO	2.
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)	
VAGO	

Atualização: 03/02/2017

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



3) CONSELHO DO DIPLOMA BERTHA LUTZ*(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** ⁽¹⁾

1^a Designação: 03/12/2001
2^a Designação: 26/02/2003
3^a Designação: 03/04/2007
4^a Designação: 12/02/2009
5^a Designação: 11/02/2011
6^a Designação: 11/03/2013
7^a Designação: 26/11/2015

MEMBROS**PMDB**

VAGO

PT

VAGO

PSDB

VAGO

PSB

VAGO

PDT

VAGO

PR

VAGO

PSD

VAGO

DEM

VAGO

PP

VAGO

PTB

VAGO

PPS

VAGO

PCdoB

VAGO

REDE

VAGO

PSC

VAGO

PRBVAGO ^(2,3,4,5,6)**Atualização:** 08/02/2017**Notas:**

*. Designado pelo Ato do Presidente nº 41, de 2015, em 26/11/2015.

**. Vago (Art. 4º, §1º, da Res. 02/2001).

1. Designada para ocupar o cargo de Presidente do Conselho pelo Ato do Presidente nº 41, de 2015, em 26/11/2015.

2. Designado para ocupar a vaga através do Of.nº 0036/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.



3. O Senador Eduardo Lopes, em virtude do retorno do titular, Senador Marcelo Crivella, deixou de ocupar a vaga conforme o Of. N º 54/2016-BLOMOD.
4. O Senador Marcelo Crivella voltou a ocupar a vaga, conforme Of. nº 54/2016-BLOMOD, datado de 04/10/2016.
5. O Senador Marcelo Crivella voltou a ocupar a vaga em 04/10/2016, conforme Of.nº 0054/2016-BLOMOD.
6. Em 1º.01.2017, o Senador Marcelo Crivella deixa de compor o Conselho, em virtude de sua posse no cargo de Prefeito da cidade do Rio de Janeiro.



4) CONSELHO DE ESTUDOS POLÍTICOS*(Ato da Comissão Diretora nº 21, de 2006, e Portaria do Presidente nº 8, de 2015)***PRESIDENTE:**Senador Fernando Collor (PTC-AL)

MEMBROS

PTB

Senador Fernando Collor (PTC-AL)

PSC

Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)

PMDB

Senador Romero Jucá (RR)

(1)

Notas:

1. O Senador Jader Barbalho licenciou-se do Senado Federal.



5) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES

(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: (9,10,11,12)

VICE-PRESIDENTE: (9)

1ª Designação: 23/03/2010

2ª Designação: 14/03/2011

3ª Designação: 11/03/2013

4ª Designação: 04/03/2015

MEMBROS

PMDB

VAGO

PT

VAGO (2)

PSDB

VAGO

PSB

VAGO

PDT

VAGO

PR

VAGO (3,4,5,6,7,8,13,14)

PSD

VAGO (3,4,5,6,7,8,14)

DEM

VAGO (3,4,5,6,7,8,14)

PP

VAGO (3,4,5,6,7,8,14)

PTB

VAGO (10,12)

PPS

VAGO (3,4,5,6,7,8,14)

PCdoB

VAGO (3,4,5,6,7,8,14)

PSC

VAGO (3,4,5,6,7,8,14)

PRB

VAGO (1,15,16,17,18)

REDE

VAGO

Atualização: 01/06/2017

Notas:

*. Vago (Art. 4º, §1º, da Res. 35/2009).

1. Substituído conforme Of. nº 0036/2016-BLOMOD.

2. O Senador Delcídio do Amaral Gomez perdeu o mandato em 10 de maio de 2016, nos termos da Resolução do Senado Federal nº 21, de 2016, que ? Decreta a perda do mandato do Senador Delcídio do Amaral Gomez?, publicada no Diário Oficial da União. Seção 1. 11/05/2016. p. 4.

3. Vago (Art. 4º, §1º, da Res. 35/2009).

4. Vago (Art. 4º, §1º, da Res. 35/2009).

5. Vago (Art. 4º, §1º, da Res. 35/2009).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



6. Vago (Art. 4º, §1º, da Res. 35/2009).
7. Vago (Art. 4º, §1º, da Res. 35/2009).
8. Vago (Art. 4º, §1º, da Res. 35/2009).
9. Eleitos na 1ª reunião de 2015, realizada em 18.03.2015.
10. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).
11. O Senador José Agripino sucedeu ao cargo de Presidente em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).
12. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).
13. O Senador Cidinho Santos foi designado para ocupar a vaga do PR, em substituição ao Senador Blairo Maggi, conforme Ato do Presidente nº 11, de 2016, lido nesta data.
14. Vago (Art. 4º, §1º, da Res. 35/2009).
15. Designado para ocupar a vaga através do Of.nº 0036/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
16. O Senador Eduardo Lopes, em virtude do retorno do titular, Senador Marcelo Crivella, deixou de ocupar a vaga conforme o Of. N º 54/2016-BLOMOD.
17. O Senador Marcelo Crivella voltou a ocupar a vaga, conforme Of. nº 54/2016-BLOMOD, datado de 04/10/2016.
18. Em 1º.01.2017, o Senador Marcelo Crivella deixa de compor o Conselho, em virtude de sua posse no cargo de Prefeito da cidade do Rio de Janeiro.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



6) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: (7,8)

VICE-PRESIDENTE: (2)

1ª Designação: 30/11/2010

2ª Designação: 14/03/2011

3ª Designação: 21/03/2012

4ª Designação: 11/03/2013

5ª Designação: 20/05/2014

6ª Designação: 04/03/2015

MEMBROS

PMDB

VAGO

PT

VAGO

PSDB

VAGO

PSB

VAGO

PDT

VAGO

PR

VAGO

PSD

VAGO

DEM

VAGO (3)

PP

VAGO

PTB

VAGO

PPS

VAGO

PCdoB

VAGO

PSC

VAGO

PRB

VAGO (1,4,5,6,9,10,11)

REDE

VAGO

Atualização: 11/11/2015

Notas:

* Vago (Art. 4º, §1º, da Res. 14/2010)

1. Substituído conforme o Of. nº 0037/2016-BLOMOD.

2. Eleitos na 1ª reunião de 2015, realizada em 17.03.2015.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



3. Em 11.11.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social da Prefeitura de Aracajú/SE, conforme comunicação lida e publicada nesta data.
4. O Senador Eduardo Lopes foi designado para ocupar a vaga através do Of.nº 0037/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
5. O Senador Eduardo Lopes, em virtude do retorno do titular, Senador Marcelo Crivella, deixou de ocupar a vaga, conforme Of. nº 0054/2016, datado de 04/10/2016.
6. O Senador Marcelo Crivella voltou a ocupar a vaga do PRB, em substituição ao Senador Eduardo Lopes, conforme o Of. nº 0054/2016-BLOMOD, datado e lido no Plenário do Senado Federal em 04/10/2016.
7. Em 04/10/2016, o Senador Marcello Crivella reassumiu a Presidência do Conselho.
8. Em 07/06/2016, assumiu a Presidência o Senador Paulo Paim, em virtude da substituição do Senador Marcelo Crivella, conforme Of. nº 0036/2016, do Líder do Bloco Moderador.
9. O Senador Marcelo Crivella renunciou ao mandato de Senador da República devido a sua posse como Prefeito da cidade do Rio de Janeiro, a partir de 01.01.2017.
10. O Senador Eduardo Lopes foi designado para ocupar a vaga através do Of.nº 002/2017-LIDPRB.
11. Vago (Art. 4º, §1º, da Res. 14/2010)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

7) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL*(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)***Número de membros:** 18 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 12/09/2012**2ª Designação:** 11/03/2013**MEMBROS****PMDB**

VAGO

PT

VAGO

PSDB**PTB**

VAGO

PP

VAGO

PDT**PSB**

VAGO

DEM

VAGO

PR

VAGO

PSD

VAGO

PCdoB

VAGO

PV

VAGO

PRB

VAGO

PSC

VAGO

PSOL

VAGO

Representante da sociedade civil organizada

VAGO

Pesquisador com produção científica relevante

VAGO

Representante do setor produtivo ligado ao tema do meio ambiente

VAGO

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303.5258**Fax:** 3303.5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



8) CONSELHO DA COMENDA DORINA DE GOUVÉA NOWILL

(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: (3)

VICE-PRESIDENTE: (3)

1ª Designação: 22/08/2013

2ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS

PMDB

VAGO

PT

VAGO

PSDB

VAGO

PSB

VAGO

PDT

VAGO

PR

VAGO

PSD

VAGO

DEM

VAGO

PP

VAGO

PTB

VAGO

PPS

VAGO

PCdoB

VAGO

PSC

VAGO

PRB

VAGO (2,4,5,6)

PSOL

VAGO (1)

Atualização: 18/10/2016

Notas:

* Designado pelo Ato do Presidente nº 19, de 2015, em 01/07/2015

**. Vago (Art. 4º, §1º, da Res. 34/2013).

1. O Senador Romário (PSB/RJ) ocupa a vaga por indicação do PSOL.

2. Substituído através do Of. nº 0036/2016-BLOMOD.

3. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, em 07/07/2015.

4. Designado para ocupar a vaga através do Of. nº 0036/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

5. O Senador Marcelo Crivella retornou ao exercício do mandato, conforme Of. nº 54/2016-BLOMOD, datado de 04/10/2016.

6. Em 1º.01.2017, o Senador Marcelo Crivella deixa de compor o Conselho, em virtude de sua posse no cargo de Prefeito da cidade do Rio de Janeiro.



SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



9) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO

(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013.)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: (2)

VICE-PRESIDENTE: (2)

1ª Designação: 20/12/2013

2ª Designação: 16/09/2015

MEMBROS

PMDB

VAGO

PT

VAGO

PSDB

VAGO

PSB

VAGO

PDT

VAGO

PR

VAGO

PSD

VAGO

DEM

VAGO (3)

PP

VAGO

PTB

VAGO

PPS

VAGO

PCdoB

VAGO

PSC

VAGO

PRB

VAGO (1,4,5,6,7)

REDE

VAGO

Atualização: 11/11/2015

Notas:

- * Designados conforme Ato do Presidente nº 34, de 2015, publicado no DSF de 17.09.2015.
- 1. Substituído conforme o Of. 0036/2016-BLOMOD.
- 2. Eleitos na 1ª Reunião de 2015, realizada em 07.10.2015.
- 3. Em 11.11.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social da Prefeitura de Aracajú/SE, conforme comunicação lida e publicada nesta data.
- 4. Designado para ocupar a vaga de através do Of.nº 0036/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
- 5. O Senador Eduardo Lopes, em virtude do retorno do titular, Senador Marcelo Crivella, deixou de ocupar a vaga conforme o Of. N º 54/2016-BLOMOD.
- 6. O Senador Marcelo Crivella voltou a ocupar a vaga, conforme Of. nº 54/2016-BLOMOD, datado de 04/10/2016.



7. Em 1º.01.2017, o Senador Marcelo Crivella deixa de compor o Conselho, em virtude de sua posse no cargo de Prefeito da cidade do Rio de Janeiro.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



10) PROCURADORIA PARLAMENTAR
*(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)***Número de membros:** 5 titulares**COORDENADOR:**

1^a Designação: 16/11/1995
2^a Designação: 30/06/1999
3^a Designação: 27/06/2001
4^a Designação: 25/09/2003
5^a Designação: 26/04/2011
6^a Designação: 21/02/2013
7^a Designação: 06/05/2015

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
VAGO	PMDB
VAGO	PMDB
VAGO	PT
VAGO	PSDB
VAGO	PSD

Atualização: 03/02/2017**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

11) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER*(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)*

SENADOR	CARGO
	PROCURADORA

Atualização: 03/02/2017**SECRETARIA GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** (61) 3303-5255**Fax:** (61) 3303-5260**E-mail:** scop@senado.leg.br

12) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005)

SENADOR	CARGO
	OUVIDORA-GERAL Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br



13) CONSELHO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽³⁾

1^a Designação: 14/03/2011
2^a Designação: 21/03/2012
3^a Designação: 11/03/2013
4^a Designação: 26/03/2014
5^a Designação: 01/07/2015

MEMBROS

PMDB

Senadora Simone Tebet (MS)

PT

Senadora Fátima Bezerra (RN)

PSDB

Senador Antonio Anastasia (MG)

PSB

Senador Fernando Bezerra Coelho (PE)

PDT

Senador Reguffe (S/Partido-DF)

PR

Senador Wellington Fagundes (MT)

PSD

Senador Sérgio Petecão (AC)

DEM

Senador Wilder Morais (PP-GO)

PP

Senadora Ana Amélia (RS)

PTB

VAGO ⁽²⁾

PPS

Senador José Medeiros (PSD-MT)

PCdoB

Senadora Vanessa Grazziotin (AM)

PSC

Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)

PRB

Senador Marcelo Crivella (RJ) ^(1,4,5,6)

REDE

Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 29/11/2016

Notas:

*. Designado pelo Ato do Presidente nº 18, de 2015, em 01/07/2015

1. Substituído conforme Of. nº 0036/2016-BLOMOD.

2. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro(Of. 1/2016-GSAMON).



3. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, em 28/10/2015.
4. Designado para ocupar a vaga de através do Of.nº 0036/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
5. O Senador Eduardo Lopes, em virtude do retorno do titular, Senador Marcelo Crivella, deixou de ocupar a vaga conforme o Of. N º 54/2016-BLOMOD.
6. O Senador Marcelo Crivella voltou a ocupar a vaga, conforme Of. nº 54/2016-BLOMOD, datado de 04/10/2016.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** (61)3303-5255**Fax:** (61)3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

14) CONSELHO DO PRÊMIO SENADO FEDERAL DE HISTÓRIA DO BRASIL
(Resolução do Senado Federal nº 36, de 2008)

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

PRESIDENTE (art. 88, § 3º do

RISF):



15) CONSELHO DA COMENDA DO MÉRITO ESPORTIVO*(Resolução do Senado Federal nº 8, de 2015)***PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****PRESIDENTE (art. 88, § 3º do
RISF):**

16) CONSELHO DO PRÊMIO JOVEM EMPREENDEDOR*(Resolução do Senado Federal nº 31, de 2016)***PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:**



17) CONSELHO DO PRÊMIO JORNALISTA ROBERTO MARINHO DE MÉRITO JORNALÍSTICO

(Resolução do Senado Federal nº 08, de 2009)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: (2)

VICE-PRESIDENTE: (2)

1ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS

DEM

VAGO

PCdoB

VAGO (1)

PDT

VAGO

PMDB

VAGO

PP

VAGO

PPS

VAGO

PR

VAGO (3)

PRB

VAGO (4,5,6,7)

PSB

VAGO

PSC

VAGO

PSD

VAGO

PSDB

VAGO

PT

VAGO

PTB

VAGO

REDE

VAGO

Atualização: 01/06/2016

Notas:

- * Designado pelo Ato do Presidente nº 17, de 2015, em 01/07/2015.
- 1. O Senador Lasier Martins (PDT/RS) ocupa a vaga por indicação do PCdoB.
- 2. Eleitos na 1ª Reunião de 2015, em 04.08.2015.
- 3. O Senador Cidinho Santos foi designado para ocupar a vaga do PR, em substituição ao Senador Blairo Maggi, conforme Ato do Presidente nº 11, de 2016, lido nesta data.
- 4. Designado para ocupar a vaga de através do Of.nº 0036/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
- 5. O Senador Eduardo Lopes, em virtude do retorno do titular, Senador Marcelo Crivella, deixou de ocupar a vaga conforme o Of. N º 54/2016-BLOMOD.
- 6. O Senador Marcelo Crivella voltou a ocupar a vaga, conforme Of. nº 54/2016-BLOMOD, datado de 04/10/2016.



7. Em 1º.01.2017, o Senador Marcelo Crivella deixa de compor o Conselho, em virtude de sua posse no cargo de Prefeito da cidade do Rio de Janeiro.

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Anexo II, térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



18) COMENDA NISE MAGALHÃES DA SILVEIRA*(Resolução do Senado Federal nº 43 de 2016)***Número de membros:** 17 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****MEMBROS****PMDB****PT****PSDB****PDT****PSB****PR****PSD****DEM****PP****PTB****PPS****PCdoB****PSC****PRB****REDE****PV****PTC****SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-4561**E-mail:** saop@senado.leg.br

Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

SENADO
FEDERAL

